

JÂNIA RAMOS

MARCAÇÃO DE CASO E MUDANÇA SINTÁTICA

NO PORTUGUÊS DO BRASIL:

uma abordagem gerativa e variacionista

Tese apresentada à Coordenação de Pós-Graduação do Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Luiz Tarallo

Campinas - 1992

Este exemplar é a redação final da tese
fornecida por JÂNIA RAMOS

JÂNIA RAMOS
aprovada pela Comissão Julgadora em

13 / 03 / 92.

PROFA. DRA. MARY AIZASA KATO

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

Para

José Ramos Filho

Agradeco

.ao Professor Doutor Fernando Luiz Tarallo, pela orientaco dedicada e pela confianca demonstrada em meu trabalho em suas diferentes etapas de elaboracao, o que contribuiu para que este se tornasse uma tarefa prazeirosa;

.ao Professor Doutor Milton do Nascimento, que leu . pacientemente as primeiras versoes deste trabalho e me ofereceu indicacoes bibliograficas, alem de sugestoes;

.aos Professores Dra. Mary Kato e Dr. Carlos Franchi, pelas sugestoes na etapa de qualificacao do projeto;

.ao Professor Doutor Mrio Perini, pela leitura e comentrio dos originais;

.a Professora Doutora Manuela Ambar, minha orientadora durante o periodo em que estive vinculada a Universidade de Lisboa, pela colaboracao na indicacao e obtencao de referencias bibliograficas;

.a Prof. Dra. Isabel H. Faria, por ter cedido entrevistas utilizadas em sua tese;

.a Maura Freitas, pelo apoio e incentivo, alem da colaboracao na obtencao de bibliografia;

.aos Professores Eleonora Albano e Ataliba Castilho, pelo apoio e incentivo desde meu ingresso na UNICAMP;

.ao Vicente de Melo, pela colaboracao nas tarefas burocraticas para obtencao de bolsa de estudos no exterior;

.à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que me concedeu bolsa de estudos no país e no exterior;

.ao Projeto NURC, pela utilização de entrevistas;

.ao Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, pela permissão para consultar os dados do "Projeto Português Fundamental";

.ao Departamento de Letras da Universidade Federal de Ouro Preto, que permitiu afastamento para que eu pudesse realizar este curso.

ÍNDICE GERAL

índice de quadros, diagramas e tabelas.....	i
Resumo.....	iv
Notações.....	v
Introdução.....	vi
Capítulo I: Mudança Linguística	
1.1.0 Introdução.....	01
1.2.0 Mudança linguística e gramática gerativa.....	04
1.2.1 Conceção de mudança.....	04
1.2.1.1 Mudanças acidentais e mudanças gramaticais.....	05
1.2.2 Uma gramática de princípios e parâmetros.....	10
1.2.2.1 Gramática Universal.....	10
1.2.2.2 Língua-E e Língua-I e dados diacrônicos.....	13
1.2.3 Mudança: processo gradual ou alteração abrupta?...	19
1.2.4 Questões gerais sobre mudança.....	26
1.2.4.1 Limites de mudança.....	26
1.2.4.2 Origem.....	26
1.2.4.3 Processo de mudança.....	27
1.2.4.4 As Causas.....	28
1.2.4.5 Direcções.....	30
1.3.0 Mudança linguística e sociolinguística quantitativa.....	31
1.3.1 Teoria da mudança.....	31
1.3.2 Questões gerais sobre mudança.....	37
1.3.2.1 Restrição.....	37

1.3.2.2	Transição.....	38
1.3.2.3	Encaixamento.....	39
1.3.2.4	Avaliação.....	40
1.3.2.5	Implementação.....	42
1.3.2.6	Um balanço das conclusões.....	43
1.3.3	Novos rumos.....	43
1.4.0	Tratamento multidisciplinar (?) da mudança.....	47
1.5.0	Uma nota sobre questões metodológicas.....	52
1.6.0	Conclusão.....	53

Capítulo II: Análise Variacionista

2.0.0	Introdução.....	59
2.1.0	Abordagem sociolinguística variacionista.....	60
2.1.1	A seleção da variável.....	60
2.1.2	CrITÉrios para seleção dos dados.....	62
2.1.3	Algumas considerações de ordem metodológicas.....	63
2.1.4	O corpus.....	67
2.1.5	As hipóteses.....	69
2.1.5.1	Encaixamento.....	70
2.1.5.2	Transição.....	79
2.1.5.3	Implementação.....	80
2.1.5.4	Avaliação.....	83
2.1.6	Os fatores	85

2.2.0	Análise do corpus sincrônico.....	93
2.2.1	Análise quantitativa.....	94
2.2.1.1	Linguagem dos jornais no PB.....	95
2.2.2	Análise qualitativa.....	110
2.2.2.1	Comparação dos resultados.....	120
2.3.0	Linguagem dos jornais no PE.....	123
2.3.0	Análise do corpus diacrônico	124
2.4.0	Conclusão.....	153

Capítulo III: A estrutura de complementação no PB

3.0	Introdução.....	159
3.1.0	O quadro teórico.....	162
3.1.1	Noções básicas.....	159
3.1.2	A estrutura sintagmática da sentença.....	169
3.1.3.	O status de NP*.....	172
3.1.4	Simetrias e Assimetrias.....	181
3.2.0	Posição objeto: posição subcategorizada?.....	192
3.2.1	Expletivo em posição Spec.....	192
3.2.2	PRC.....	199
3.3.0	Aspectos gramaticais do PB.....	206
3.3.1	Acusativos preposicionados.....	206
3.3.2	Objeto duplo.....	242
3.3.3	Objeto nulo.....	257
3.3.4	Mudança linguística no PB.....	272
3.4.0	Conclusão.....	282

Capítulo IV: Por uma proposta interdisciplinar de análise	
4.0 Considerações iniciais.....	284
4.1.0 Notas sobre uma questão terminológica.....	278
4.2.0 O procedimento de coleta de dados.....	288
4.3.0 Descrição preliminar do corpus.....	289
4.4.0 Formulações de hipóteses gerais.....	318
4.5.0 Outras construções.....	327
4.6.0 Conclusão.....	327
5.0 Conclusão final.....	328
Notas.....	332
Anexo I Descrição do corpus.....	335
Anexo II Lista dos verbos de textos jornalísticos.....	335
Anexo III Lista das ocorrências de objeto duplo em entre- vistas livres.....	337
Bibliografia.....	338

ÍNDICE DOS QUADROS , DIAGRAMAS E TABELAS

Quadro 2.1 As formas do NP objeto no PB.....	70
Quadro 2.2 Diferenças gramaticais entre PE e PB no século XX.....	107
Quadro 3.1 Tipo de Construção e julgamento de gramaticali- dade no PB atual.....	276
Quadro 4.1 Lista das subclasses e explicação para a forma não preposicionada do NP objeto.....	318
Quadro 4.2 Tipo de construção e alteração gramatical.....	323
Diagrama 2.1 Distribuição das variantes clítico e NP vazio no PB falado.....	72
Diagrama 2.2 Distribuição das variantes de acordo com o verbo no PB e no PE do século XX.....	122
Diagrama 2.3 Distribuição das variantes por período de tempo em relação ao conjunto total dos verbos transi- tivos.....	125
Diagrama 2.4 Distribuição da construção VXO, ordem VS, ordem OV e a variante [+a] em cinco períodos de tempo.....	130
Diagrama 2.5 Distribuição da variante [+a] em três períodos de tempo no século XVII.....	133
Diagrama 2.6 Distribuição das ordens VSO, OVS e SVO em car- tas dos séculos XVII e XVIII.....	134
Diagrama 2.7 Distribuição das variantes de acordo com o tipo de realização do NP em cinco períodos de tem- po no PB.....	137

Diagrama 2.8 Distribuição das variantes com NPs [+animados] em cinco períodos de tempo no PB.....	139
Diagrama 2.9 Distribuição das variantes em relação ao traço animacidade do NP sujeito e do NP objeto.....	140
Diagrama 2.10 Distribuição das variantes segundo o tipo de verbo em cinco períodos de tempo no PB.....	143
Diagrama 2.11 Perfil da frequência das variantes em relação às subclasses de verbos do tipo A, no PB....	145
Diagrama 2.12 Distribuição da variante [+a] e da construção VXO em sete períodos de tempo no português..	151
Diagrama 3.1 Perfil da frequência de mini-oracões no conjunto das ocorrências com [+a] no corpus diacrônico.....	277
Diagrama 4.1 Apagamento lexical da posição objeto anafórico no PB falado.....	325
Tabela 1. Total de ocorrências do corpus	69
Tabela 2. Distribuição das variantes segundo o estilo e dialeto no Português atual.....	94
Tabela 3. Distribuição das variantes de acordo com a distância entre o verbo e o NP objeto em textos de jornais no PB.....	95
Tabela 4. Distribuição das variantes segundo a ordem VO/OV no PB atual.....	96
Tabela 5. Distribuição das variantes segundo o tipo de material que se interpõe entre o verbo e o NP objeto no PB atual.....	96

Tabela 6. Distribuição das variantes segundo o traço animacidade do NP objeto, no PB atual.....	97
Tabela 7. Distribuição das variantes segundo a realização lexical do NP objeto no PB atual.....	98
Tabela 8. Distribuição das variantes segundo dois tipos tipos de verbo (A e B) no PB atual	99
Tabela 9. Distribuição das variantes de acordo com o verbo no PB atual.....	100
Tabela 10. Distribuição da variante conforme o tipo de oração no PB atual.....	107
Tabela 11. Distribuição das variantes segundo o traço [+quantificado] do NP objeto no PB em entrevistas livres.....	108
Tabela 12. Distribuição das variantes segundo o tipo de verbo em entrevistas livres.....	109
Tabela 13. Distribuição das variantes segundo os diferentes fatores sintáticos em entrevistas livres.....	120
Tabela 14. Distribuição das variantes por período de tempo no PB.....	126
Tabela 15. Porcentagem da variante [+a] quanto à adjacência no PB em cinco períodos de tempo no PB.....	127
Tabela 16. Distribuição das variantes em relação à estrutura VXO e VO em cinco períodos de tempo no PB.....	128
Tabela 17. Distribuição das variantes em relação às estruturas VO e OV em cinco períodos de tempo.....	128

Tabela 18. Distribuição das variantes em relação segundo a ordem VS e SV em cinco períodos de tempo no PB.....	129
Tabela 19. Número e porcentagem das ocorrências de VS, OV e VXO em cinco períodos de tempo no PB.....	129
Tabela 20. Distribuição das variantes de acordo com o tipo de NP em cinco períodos de tempo no PB.....	136
Tabela 21. Porcentagem da variante [+a] em relação ao traço animacidade do NP objeto em cinco períodos de tempo no PB.....	138
Tabela 22. Distribuição das variantes em relação ao traço animacidade no PB.....	138
Tabela 23. Distribuição das variantes segundo o tipo de verbo no PB em cinco períodos de tempo no PB...	142
Tabela 24. Distribuição das variantes segundo o verbo em cinco períodos de tempo no PB.....	142
Tabela 25. Distribuição das variantes com verbos do tipo A em cinco períodos de tempo no PB	144
Tabela 26. Frequência da variante [+a] de acordo com o tipo de oração no PB.....	146
Tabela 27. Distribuição das variantes conforme o estilo no século XVI.....	147
Tabela 28. Distribuição das variantes nos séculos XIV e XV no português.....	148

RESUMO

Esta tese trata da marcação preposicional de complementos verbais através de *a*, que aceitam ser parafraseados por clíticos acusativos. Buscou-se investigar este fenômeno do ponto de vista sincrônico e diacrônico no Português do Brasil, através de duas abordagens: variacionista e gerativa.

A análise quantitativa mostrou que a variação entre complementos preposicionados e não-preposicionados constitui uma mudança linguística. Esta mudança é, por sua vez, concomitante com três outras: ordem DV>VD, ordem VS>SV com verbos transitivos (Lira, 1982, Berlinck, 1988) e mudança na realização de objeto direto anafórico: o objeto nulo tende a substituir o clítico (Duarte, 1986).

Buscou-se atribuir este conjunto de mudanças a uma variação paramétrica da categoria AGR, mais exatamente, à capacidade de AGR de aceitar reestruturação (no sentido que Stowell (1989) atribui a este termo). Aceitando-se a segmentação entre AGR-S e AGR-O (Chomsky, 1988) e supondo-se que Casos estruturais são atribuídos por AGR, argumentou-se a favor de que o Caso Acusativo seria atribuído na posição Spec de VP (=V'). A preposição *a* estaria presente quando esta posição não estivesse acessível ao NP objeto, quer pela presença de vestígios de NPs movidos, quer pela presença de clíticos ou ainda pela efetivação de reestruturação entre V e predicados de mini-orações.

Notações

Foram utilizadas siglas e abreviaturas em inglês, assim como alguns neologismos, para indicar termos técnicos de gramática gerativa.

Passemos às notações.

Termo/sigla utilizada	Termo em inglês
NP	: Noun Phrase
CP	: Complementizer Phrase
AGR	: Agreement
IP	: Inflection Phrase
Spec	: Specifier
licenciamento	: licensing
reduplicação de clítico	: clitic doubling
deslocamento à esquerda com clítico	: clitic left dislocation
estrutura-S'	: S-structure
estrutura-D	: D-structure

*introspective linguists continuing to construct divergent models on the basis of non-existent idiolects; sociolinguists studying isolated cases of variation without any coherent grammar to place them in."
(Labov,1974:56)

"It is difficult to imagine how such studies [social studies] might fruitfully progress without taking into account the real properties of mind that enter into the acquisition of language."
(Chomsky,1986a:18)

INTRODUÇÃO

O objeto de estudo desta tese é a marcação preposicional de complementos verbais no Português do Brasil. Mais exatamente, busca-se identificar, descrever e justificar as condições sob as quais a preposição *a* ocorre.

O epifenômeno sintático em análise aparece exemplificado nas sentenças abaixo.

(1)a. E apelida de trêfego intrigante ao Sr.

José Rodrigues (século XVIII)

b. E apelida o Sr. José Rodrigues de trêfego intrigante. (século XX)¹

(2)a. Deus guarde a Vossa Senhora (século XVII)

b. Deus guarde — Vossa Senhora (século XX)

Os dados apresentados em (1-2) podem ser descritos de, pelo menos, dois modos diferentes:

(3a) A realização de Caso efetiva-se através da preposição *a* em textos dos séculos XVII-XVIII; já em textos do século XX se efetiva através de adjacência.

(3b) Os dados (1-2) mostram a presença de um fenômeno de variação cujas variantes são *a* e zero. A frequência da variante *a* é maior nos séculos XVII-XVIII do que no século XX, o que parece configurar uma mudança linguística.

Cada uma das descrições (3a)-(3b) desenvolve-se dentro de um quadro teórico distinto, mais especificamente, a gramática gerativa e a sociolinguística variacionista.

Meu propósito nesta tese é explorar os limites destes recortes, mais exatamente, investigar até que ponto as aquisições alcançadas no interior do quadro (3a) não seriam úteis, senão essenciais, para a descrição da mudança linguística descrita no quadro (3b). E vice-versa.

É também objetivo desta tese responder às seguintes questões:

- (4a) Qual o status da partícula *a* que introduz NPs acusativos no PB?
- (4b) Que fatores linguísticos e extra-linguísticos são responsáveis pela presença de *a* no PB?
- (4c) Qual a situação atual do PB em relação à marcação de NPs acusativos através da partícula *a* ?

(4d) Qual a produtividade do processo de marcação de NP acusativo através de *a* nos diferentes estágios de evolução do PB (séculos XVI a XX)?

A respostas fornecidas por (4a-d) fornecerão subsídios para a discussão de duas questões mais gerais, a saber:

(5) Que explicações a Teoria de Caso e a parametrização de categorias funcionais podem oferecer sobre o fenômeno da marcação preposicional de NPs acusativos?

(6) Tais explicações são adequadas para descrever mudanças linguísticas no PB?

Esta tese organiza-se do seguinte modo. Inicialmente apresento, em linhas gerais, o modo como a mudança linguística é concebida em cada um dos quadros teóricos acima referidos.

No capítulo II apresento um estudo quantitativo das variantes *a* e zero, em textos dos séculos XVI a XX, do Português do Brasil, seguindo os pressupostos teóricos de Labov (1974, 1980), essencialmente o seguinte: é possível estudar a linguagem em situações reais de uso porque a heterogeneidade da língua é estruturada.

No capítulo III desenvolvo uma análise da mudança sintática exemplificada em (1-2) de acordo com a versão atual da Gramática Gerativa. Busco mostrar que a preposição *a* é um marcador de Caso e que seu uso mais restrito em dados do Português do Brasil contemporâneo está associado a uma alteração na categoria funcional AGR.

Argumento que AGR, e não V, atribui Caso estrutural objetivo, uma vez que V, sendo uma categoria lexical, atribuiria papel temático, mas não Caso, tal como outras categorias lexicais.

A posição onde o Caso objetivo é atribuído não seria a posição irmã de V, mas sim Spec de V'. V' e seu "sujeito" formariam uma mini-oração regida por AGR, mais exatamente AGR-O, assumindo a segmentação entre AGR-S e AGR-O, proposta por Chomsky (1988).

A inserção de *a* ocorreria quando o NP, marcado tematicamente por V, fosse impedido de receber Caso estrutural. Este impedimento seria proveniente de: ordem VS; incorporação do predicado de mini-oração por V; e presença de clítico.

No capítulo IV apresento uma proposta interdisciplinar de tratamento da mudança linguística. Este capítulo poderia ser caracterizado como um meta-texto. Isto porque procura explicitar as interrelações entre os dois capítulos anteriores. Foi minha intenção apresentar nos capítulos II e III análises que sejam reconhecidas como típicas de cada

uma das respectivas áreas. Por esta razão as interrelações só aparecem num capítulo posterior.

Uma caracterização mais detalhada do que estou chamando de "interrelações" segue abaixo.

Nas análises sociolinguísticas típicas, há pelo menos três tipos de fatores a serem testados: gramaticais, funcionais e sociais. A seleção dos fatores gramaticais (ou internos), a serem testados quantitativamente, é feita sem qualquer preocupação (ou pelo menos sem se buscar explicitar qualquer preocupação) com a formulação de uma hipótese gramatical mais geral, que permita integrar os diferentes fatores e, conseqüentemente, os resultados advindos da quantificação.

As suposições correntes do tipo "os dados falam por si", levam a que os fatores selecionados sejam de natureza irrestrita. A seguinte afirmação de Tarallo, num livro introdutório que apresenta de modo claro os pressupostos variacionistas, exemplifica bem esta decisão metodológica.

"Nossas hipóteses de trabalho serão dadas pelo levantamento de todos os contextos ou fatores que potencialmente influem na realização de uma variável, de uma ou outra forma.(...) O levantamento das hipóteses, dos grupos de fatores condicionadores, decorrerá, conseqüentemente, de seu trabalho com as inúmeras horas de gravação feitas com seus informantes."

(Tarallo, 1985:36, grifo meu)

Restringir a seleção de que fatores quantificar parece-me um passo importante para evitar que as informações obtidas através da quantificação digam pouco ou quase nada sobre a natureza do fenômeno em mudança, mais exatamente, sobre os condicionamentos gramaticais do fenômeno linguístico em análise.

No presente estudo, busquei numa teoria gramatical, a gramática gerativa, as hipóteses gramaticais que orientaram a seleção de que aspectos sintáticos observar, com o objetivo de delinear, com base neles, um perfil mais detalhado da mudança em estudo. A opção pela gramática gerativa se justifica pelo avanço que esta teoria alcançou no período mais recente, o que resultou na formulação de um conceito de "variação" capaz de descrever a variação sincrônica inter-linguística e a variação diacrônica intra-linguística como alterações decorrentes dos mesmos princípios gerais.

A aceitação de que a variação inter-linguística e a variação intra-linguística podem ser assim descritas (e explicadas) constitui um elo entre a SQ e a GG. Ver nesta "coincidência" um elo não implica desconhecer que os pressupostos subjacentes à formulação dos respectivos princípios gerais são completamente distintos.

Na GG os princípios (sua formalização e identificação) são tomados como evidência da hipótese do inatismo; na SQ

são tomados como evidência do interacionismo. O núcleo de cada programa de pesquisa é, portanto, diferente.

Para que se possa admitir a existência de um ponto de contato, conforme referi acima, é necessário que se identifiquem três etapas no tratamento do objeto de estudo dos respectivos programas:

(7) a formulação ou descrição dos dados em termos de categorias sintáticas, que tem como resultado a explicitação de propriedades sintáticas;

(8) as informações obtidas através da investigação da presença destas propriedades nas diferentes línguas, o que permite a descrição de diferentes construções e classes de fenômenos; e
a comparação de línguas diferentes e de estágios diferentes de uma mesma língua;

(9) a utilização das informações obtidas em (8) como fonte de evidência a favor de hipóteses auxiliares que cercam o núcleo do programa de pesquisa.

Em relação ao "diálogo" entre SQ e GG, apenas as informações do tipo (7) e (8) seriam "inteligíveis", mas não a de tipo (9).

Outro ponto comum, que vejo como possível "interrelação", é a utilização de dados de ordem

quantitativa em estudos de mudança linguística no quadro da gramática gerativa. No tratamento de mudança no inglês e no francês, os estudos de Pollock (1987) e Roberts (1990) apresentam, de modo bastante elucidativo, tais informações. Meu propósito, ao buscar nos resultados de análises variacionistas tais informações, é explicitar um ponto de interesse comum entre as duas abordagens, isto é, a utilização da descrição do perfil de uma mudança como fonte de evidência empírica.

Quanto ao objeto de análise escolhido, uma palavra inicial torna-se necessária. Interessam-me particularmente os complementos verbais que podem ser substituídos por clítico acusativo.

As razões que me levaram a dispensar à marcação preposicional um tratamento gerativista foi o seguinte comportamento sintático de *a* no PB atual:

(a) a presença de *a* é obrigatória quando há coordenação com clíticos:

(10)a. Eu o vi e ao irmão também (PB)

b. *Eu o vi e o irmão também (PB)

(b) Ocorrências com reduplicação de clítico, embora pouco frequentes, são bem formadas no português, quando o pronome é de primeira pessoa.

(11)a. Esta(..) que decide explicar suas razões, agredindo-nos a nós nortistas e nordestinos (Folha, 7.6.90- PB)

b.*(...) agredindo-nos nós nortistas e nordestinos

(c) Quando os NPs objeto são ^{NB}quantificados, a preposição pode ocorrer.

(12)a. Ele já visitou a alguns homens (PB)

b. Ele já visitou alguns homens (PB)

(d) Com certos verbos, a preposição ocorre, com outros não.

(13)a. Ele aconselhou o João

b. Ele aconselhou ao João

(14)a. Maria viu João

b.*Maria viu ao João

(e) Em certas interrogativas e relativas, a preposição ocorre quando o sujeito é vazio.

(15)a.*?Quantos jogadores iniciantes_i derrotaram e_i nas olimpíadas?

b. A quantos jogadores iniciantes derrotaram nas olimpíadas?

c. Derrotaram (a) quantos jogadores iniciantes nas olimpíadas?

(16)a. *A tenista_i que venceu e_i ontem seria a
campeã

b. A tenista_i a quem venceu e_i ontem
seria a campeã

(17)a. Os jogadores_i a quem venceram e_i

b. *Os jogadores_i que venceram e_i

Diante deste conjunto de fatos, busquei identificar condicionamentos sintáticos para explicar a presença da preposição em complementos verbais do PB.

O tratamento variacionista decorreu da boa formação de das formas com a e sem a em pares como (12-13), e da alteração da frequência das formas a e zero no eixo diacrônico.

"On the descriptive level, this [to describe and explain this change] means showing when it took place, what its causes were and what its effect were. On the explanatory level, this means accounting for how acquirers of a system choosing a positive setting in [a parameter] came to converge, on the basis of the output of such a system, on the negative setting. Our account of how this took place will lead us to develop a number of notions relevant for a general theory of change".

(Roberts, 1990:106, grifo meu)

"A satisfactory general theory of language change would give an account of the antecedent conditions that determined the initiation, rate, direction and termination of a given change and eventually the set of such conditions for a language change in general."

(Labov, 1982:23, grifo meu)

CAPÍTULO I: Mudança Linguística

1.1.0 Introdução

Este capítulo visa a fornecer um quadro geral do fenômeno da mudança diacrônica, através da busca de resposta às seguintes questões gerais:

- (1) Que mudanças são possíveis?
- (2) Por que caminhos uma língua muda?
- (3) Como uma língua muda?
- (4) Qual a atitude dos falante em relação a uma mudança?
- (5) Por que uma mudança ocorre num local e momento determinados?

Respostas às questões (1-5) serão buscadas, tomando-se como referencial teórico a gramática gerativa, com base essencialmente nos trabalhos de Adams (1987), Lightfoot (1987;1989) e Roberts(1990). Em seguida, respostas às mesmas perguntas serão buscadas, adotando-se o ponto de vista da sociolinguística variacionista, atendo-se principalmente às considerações apresentadas por Labov (1982).

Através do perfil delineado, a partir dos dois pontos de vista acima referidos, buscar-se-á ressaltar

sobreposições e contrastes, com o objetivo de se discutir a viabilidade de um tratamento interdisciplinar da mudança.

A meu ver, informações consideradas importantes em estudos gerativistas, tais como a evolução de uma mudança no eixo do tempo, o momento em que formas envolvidas num processo de reanálise ocorreram na língua, e outras informações relevantes sobre mudança poderão ser apreendidas de estudos variacionistas, por estes últimos utilizarem a quantificação como parte de sua metodologia, para análise dos dados.

Por outro lado, uma descrição gramatical das formas linguísticas, consideradas como variantes em estudos sociolinguísticos, poderá contribuir para uma melhor compreensão dos fatores gramaticais que atuam sobre a mudança, principalmente as mudanças sintáticas.

Através da interdisciplinaridade, suponho poderem ser superados os problemas relativos a não significatividade gramatical dos resultados das tabelas de estudos variacionistas que lidam com mudança sintática, e também os problemas relativos à não-confiabilidade dos dados apresentados em estudos gerativistas.

Investiguemos inicialmente a viabilidade de comparação entre as respostas fornecidas às perguntas (1-5) nos dois programas de pesquisa, o que será objeto deste capítulo. Duas partes compõem este primeiro capítulo. Na primeira, busco definir mudança linguística no quadro da gramática gerativa. Apresento algumas noções básicas presentes na

referida definição. Em seguida comento o pressuposto gerativista segundo o qual a abstração de fatores sociais é pré-condição para uma abordagem científica da linguagem. Por fim, apresento as respostas às perguntas (1-5).

Na segunda parte busco definir mudança linguística, segundo os pressupostos da sociolinguística variacionista. Em seguida, apresento as respostas às perguntas (1-5), com base em Labov (1982), acrescentando reformulações posteriores ao referido artigo.

Tais reformulações evidenciam uma tendência à atribuição de um papel cada vez mais secundário aos fatores sociais e, concomitantemente, uma ênfase crescente à importância dos fatores gramaticais ("mecânicos"), o que, a meu ver, evidencia uma evolução neste programa de pesquisa.

Concluo, fazendo um paralelo entre os dois conjuntos de respostas. Desse modo, viso a delimitar dois quadros onde inserir, respectivamente, os capítulos II e III desta tese.

1.2.0 Mudança Linguística e Gramática Gerativa

1.2.1 Conceção de mudança

A concepção de mudança linguística como substituição de uma gramática por outra é formulada no quadro da GG e entendida como um processo resultante de variação paramétrica.

Tendo-se em conta que o objetivo da teoria linguística é a identificação e a descrição dos parâmetros e princípios universais, o estudo da mudança adquire importância na medida em que permite identificar, através do estudo das alterações processadas numa língua no eixo do tempo, os parâmetros que mudaram de valor. Outra utilidade desse estudo seria o de constituir-se em uma fonte, a partir da qual se poderia depreender a própria identificação do que se considerar um parâmetro. Isto seria possível através do reconhecimento do conjunto de construções que são percebidas pelos falantes como resíduo histórico.

Segundo Lightfoot (1987), os resíduos históricos seriam um ponto de referência importante para o pesquisador porque seria um tipo de 'input' que, do ponto de vista da criança não é levado em conta; isto é, não funciona como elemento desencadeador no processo de definição de valor de parâmetros, embora faça parte da experiência linguística da criança. Assim, argumenta Lightfoot, se uma criança não leva em conta uma parte de sua experiência linguística é porque

possui alguma informação relevante que lhe permite excluir os resíduos históricos dentre o conjunto de elementos desencadeadores. Tal informação, acrescenta Lightfoot, proveria da gramática universal.

Como se pode ver, a mudança linguística interessa à gramática gerativa, na medida em ^{que} aponta dois tipos de pares de construções. O primeiro formado por uma construção gramatical e uma agramatical, sendo esta última frequente em estágios anteriores da língua e rejeitada por falantes contemporâneos. O segundo par apresenta uma construção que é apenas de domínio passivo da comunidade, isto é, um membro do par, embora reconhecido como gramatical (ou bem formado) pela comunidade, não é produzido pelas gerações mais jovens. Este último constitui um resíduo histórico.

Na mudança em análise aqui, o seguinte contraste pode ser observado, tomando-se sentenças dos séculos XVII a XIX.

(6)a. E tirando da aldeia a outro padre. (VV, séc.XVII)

b. E assim vendem aos pobres

(o NP pobres recebe papel temático tema)

(VV, séc.XVII)

(7)a. quem não admira a perfeito zelo

(CM, séc. XVIII)

b. A chamie agradou a todos (CM, séc.XIX)

As sentenças (6 e 7a) são agramaticais para os falantes do PB. A sentença (7b) é considerada bem formada, embora apresente uma taxa de frequência descendente no PB atual. Em vista disso, a má formação das primeiras poderiam estar indicando uma MUDANÇA, enquanto que a boa formação da última poderia ser estar indicando a presença de um resíduo histórico. Esta hipótese será desenvolvida aqui, conforme já mencionamos.

1.2.1.1 Mudanças acidentais e mudanças gramaticais

Lightfoot (1987) distingue dois tipos de mudanças com base no tipo de fonte desencadeadora: mudanças gramaticais e mudanças acidentais. As primeiras são aquelas determinadas por propriedades do genótipo mental^{e qu} poderiam ser explicadas pela teoria da gramática; já as últimas seriam aquelas determinadas por fatores arbitrários (ie. sociais) e não poderiam ser explicadas por essa teoria. Apenas as mudanças gramaticais interessariam à GG.

Esta seleção seria coerente com o pressuposto gerativista segundo o qual o estudo científico da linguagem requer a abstração dos fatores que atuam em situação real de uso, daí a exigência de postulação de uma comunidade linguística ideal. A opção por lidar apenas com mudanças gramaticais isentaria a GG de ter como tarefa fornecer explicações a mudanças decorrentes de fatores acidentais.

À meu ver, tanto os tipos de mudança apontados como a exigência de uma comunidade linguística ideal mostram-se inadequados no tratamento da mudança linguística. Uma tipologia em termos de mudança artificial/mudança gramatical traz conflitos dentro da própria argumentação de Lightfoot, conforme veremos a seguir.

A exigência de abstração do social é algo que, nos dados referentes à mudança linguística, não tem sido atendido; estes dados provêm de levantamentos estatísticos, que tomam como objeto textos reais, cujas construções não tenham sido submetidas ao juízo de gramaticalidade dos falantes contemporâneos dos respectivos períodos de tempo, por razões óbvias. Mas nem por isso informações concernentes à mudança têm deixado de se mostrar úteis.

Além disso, se a tipologia acima referida fosse procedente, seria necessário assumir que uma criança em fase de aquisição dispusesse de algum recurso que a tornasse capaz de distinguir entre resíduos provenientes de mudanças acidentais e resíduos provenientes de mudanças gramaticais, já que apenas os resíduos do segundo tipo teriam, segundo Lightfoot, uma importância central em GG. Mas, ainda que o discernimento entre "resíduos acidentais" e "resíduos gramaticais" fosse possível (embora pouco provável), este seria irrelevante para o estudioso da língua (e pelo aprendiz), uma vez que ambas as construções seriam igualmente reconhecidas como resíduo.

Adams (1987) sustenta uma posição mais adequada em relação à diversidade de fatores desencadeadores de mudanças. Para esta autora, a distinção entre fatores internos (ie.gramaticais) e fatores externos (ie.acidentais) não seria relevante para uma teoria da gramática, enquanto fontes de inovação linguística. Isto porque o falante, independentemente da natureza da fonte de uma inovação, seleciona-as, incorporando algumas e outras não. O que é incorporado é aquilo que o falante interpretou como gramatical.

(8) "External factors set up the conditions for change yet do not follow from the theory of grammar. But since the learner knows only what he hears, superficial characteristics may be misconstrued as grammatical properties."

(Adams, 1987:223)

De acordo com Adams, portanto, a fonte desencadeadora da mudança não é relevante. Se, dentre duas formas alternantes num determinado momento da história da língua, as gerações mais jovens elegem uma e rejeitam a outra, isto, por si só, é suficiente como evidência de que a primeira forma foi gramaticalizada.

Na discussão acima, foram mencionados alguns termos básicos da versão atual da gramática gerativa. São eles:

variação paramétrica e gramática universal. A seguir, buscarei definir estes termos, a fim de tornar clara a concepção de mudança linguística definida como substituição de uma gramática por outra. Outra noção importante nesta discussão, que será também definida, a seguir, é a noção de Língua-I (Lingua internalizada).

Antes de passar adiante, é oportuno ressaltar uma distinção entre (a) processo de mudança e (b) manifestações superficiais desse processo. O processo de mudança em si, definido como substituição de uma gramática por outra, pode ser descrito como resultado de uma alteração paramétrica. Tal alteração manifesta-se superficialmente através de diferentes construções, aparentemente não correlacionadas.

Desse modo, a concomitância de mudanças em diferentes pontos da gramática de uma língua podem estar indicando reflexos de alteração em um único parâmetro.

Neste ponto torna-se importante aqui distinguir, graficamente, dois conceitos: a alteração paramétrica propriamente dita, grafada com maiúsculas daqui para frente (MUDANÇA) e as manifestações superficiais decorrentes da alteração paramétrica, grafada com minúsculas, daqui para frente (mudança).

Passemos agora aos conceitos.

1.2.2 Uma gramática de princípios de parâmetros

Apresento aqui uma definição dos termos básicos citados na seção anterior. Em seguida, discuto a questão concernente à compatibilização entre o perfil gradual da mudança, apresentado em estudos quantitativos, e o caráter abrupto da MUDANÇA. Através dessa discussão busco estabelecer um referencial teórico onde desenvolver a proposta de um tratamento interdisciplinar, o que será feito no capítulo IV, conforme já mencionei.

1.2.2.1 Gramática Universal

As noções de gramática universal e variação paramétrica, resumidas abaixo, têm como fonte os trabalhos de Chomsky (1986a, 1988b:2-4; 1988a:62-3).

Segundo Chomsky, o estado inicial da faculdade da linguagem proveria a mente de um formato de sistemas de regras possíveis e uma avaliação métrica que atribuiria um valor a cada sistema. Uma vez exposta aos dados, a mente selecionaria o padrão consistente com eles. Para que se efetive essa seleção, é necessário que o falante esteja submetido a condições normais de uso.

A faculdade da linguagem seria então concebida como uma rede intrincada e complexa, de certo modo associada a uma "switch box", consistindo de um conjunto de escolhas que

podem ser de uma ou outra posição. A rede fixa seria o sistema de princípios da gramática universal; as escolhas deixadas em aberto seriam os parâmetros.

Os fatos observados nas línguas seguir-se-iam não só dos princípios universais (pois estes não apresentam exceções), mas também da combinação desses princípios com dados apresentados ao aprendiz, em que as várias opções, deixadas em aberto pela gramática universal, apareceriam já selecionadas.

Por parâmetro, portanto, entende-se um conjunto de alternativas que precisam ser fixadas para que o sistema linguístico funcione, isto é, para que o falante tenha domínio da língua. De acordo com Berwick (1982), citado por Chomsky(1986a), uma língua exibiria um valor [+] ou um valor [-] em relação aos vários parâmetros, e haveria princípios gerais que determinariam como as escolhas seriam selecionadas.

(9) "if a parameter has two values + and -, and the value - generates a proper subset of the grammatical sentences generated with the choice of value +, then "-" is the "unmarked value" selected in the absence of evidence".

(Chomsky, 1986a:146)

Tendo-se, portanto, em conta que:

- (10)a. os valores de um parâmetro são [+] ou [-];
b. para que uma gramática seja utilizada, é preciso que estes valores estejam definidos;

como compatibilizar a noção de variação paramétrica e o movimento gradual de uma mudança, observado através de levantamentos quantitativos?

Uma resposta a esta pergunta é fornecida por Pollock (1987), Adams (1984), e outra pode ser depreendida das etapas do processo de mudança apresentadas por Roberts (1990), levando-se em conta as definições dos valores de Berwick, vistos acima. Antes, porém, vejamos os conceitos de Língua-E e Língua-I.

1.2.2.2 Língua-I e Língua-E e dados diacrônicos

Chomsky (1986a) refere-se à Gramática Gerativa (GG) como um programa de pesquisa que nos últimos cinco, seis anos tem visto seus esforços convergirem, de modo até certo ponto surpreendente, para uma diferente concepção da natureza da linguagem. A formulação dos conceitos de "I-language" ('língua internalizada') e "E-language" ('língua externalizada') seria uma consequência dessa evolução.

(11) "E-language (Externalized language) : a language a collection of actions or utterances or linguistic forms (words, sentences) paired with meanings; or system of linguistic forms or events. (...) The construct is understood independently of the properties of the mind/brain."

(Chomsky, 1986a:20-22)

(12) "I-language (Internalized language); some element of mind of the person who knows the language acquired by the learner, and used by the speaker."

(Chomsky, 1986a:20-22)

À primeira vista, parece haver uma correlação direta entre "E-language" (Língua-E) e estudos que lidam com dados não conjugados ao julgamento do falante; e "I-language" (Língua-I) e estudos que lidam com dados conjugados a esse

Julgamento. Essa impressão inicial é reforçada por algumas afirmações de Chomsky como: "não há lugar, dentro do quadro atual da gramática gerativa, para Língua-E" (p.26); "a realização fonológica de uma palavra é um espécime real da Língua-E" (p.42).

Como a fonte geralmente utilizada para estudo da Língua-I tem sido os julgamentos sobre sentenças com base na intuição, uma consequência imediata desse tipo de correlação é descartar os dados diacrônicos como objeto de investigação, por serem enunciados reais não submetidos a julgamentos intuitivos.

Chomsky(op.cit.), ao listar as fontes de evidência empírica para o estudo da Língua-I, inclui os dados de mudança linguística, conforme se lê abaixo:

(13)"In principle evidence concerning the character of the I-language and initial state could come from many different sources apart from judgments concerning the form and meaning of expressions: perceptual experiments, the study of acquisition and deficit or of partially invented languages such as creoles, or of literary usage or language change, neurology, biochemistry, and so on."

(Chomsky,1986a:37)

A inclusão da mudança linguística no conjunto acima implica reconhecer como legítimos os dados não conjugados ao julga-

mento do falante e, em consequência, exige rever o próprio estatuto dessa fonte de evidência empírica.

Não é por acaso que Chomsky dispensa a este tópico (ie. exigência de submissão dos dados ao juízo do falante para avaliar a aceitabilidade das estruturas) um tratamento diferente daquele dispensado em trabalhos anteriores. Comparemos as passagens abaixo, extraídas respectivamente de "Aspects of the Theory of Syntax" e de "Knowledge of Language".

- (14) "o problema de saber como se obtém informações acerca do conhecimento da língua(...) / é que tais informações não se apresentam à observação direta nem são passíveis de extração a partir dos dados através de qualquer tipo conhecido de processos indutivos. De um modo que parece claro, os dados efetivos da performance linguística, conjuntamente com as informações introspectivas (...), fornecerão uma grande quantidade de informações para determinar a correção de hipóteses acerca da estrutura linguística subjacente".

Chomsky, 1965 (trad. 1975:100), grifo meu)

- (15) "In practice, we tend to operate on the assumption or pretense, that these informant judgments give us 'direct evidence' as to the structure of the

'I-language' but, of course, this is only a tentative and inexact working hypothesis(...)".

(Chomsky, 1986a:36)

Tal como se apresenta em "Aspects", somente os dados da performance submetidos ao julgamento do falante seriam válidos. Em consequência, dados diacrônicos seriam imediatamente descartados.

É interessante observar, entretanto, que a restrição a dados da performance não incide sobre os dados em si, mas sim sobre "os processos indutivos" então conhecidos. Este detalhe, embora sumamente importante, não tem sido levado em conta, o que pode ser verificado através de um consenso, até certo ponto generalizado, de que o único recurso legítimo para se obter informações sobre a Língua-I seria a submissão dos dados a julgamentos que reflitam a intuição do falante.

Ainda em (14), uma dupla tarefa é atribuída à intuição: além de ser a base para a formulação de hipóteses, é também fonte para a avaliação destas hipóteses. Essa dupla tarefa deu margem a inúmeras críticas nas quais se questionava a artificialidade das análises.

Já em (15), o julgamento com base na intuição adquire um estatuto novo, sendo reconhecido como uma dentre outras fontes.

Essa revisão não é casual. Ela reflete uma evolução dentro do programa de pesquisa da GG, evolução essa ressaltada por Chomsky (1986a), ao afirmar que no estágio

atual a teoria gramatical alcançou um avanço tal que se tornou possível analisar as conclusões apresentadas em trabalhos como o de Greenberg (1963) e reinterpretá-las de modo a considerá-las como fonte potencial de evidência empírica. Embora tais trabalhos utilizem métodos indutivos, seus resultados descrevem um conjunto de fatos aos quais a teoria é capaz de interpretar e de utilizar como teste para suas hipóteses.

Chomsky (op.cit.) ressalta ainda que mesmo os estudos que consideram a linguagem como fenômeno social poderiam usufruir dos avanços da Gramática Gerativa atual. Vê-se aqui um espaço para troca de informações. Espaço esse ausente em (13).

(16) " It is difficult to imagine how such studies [social studies] might fruitfully progress without taking into account the real properties of mind that enter into acquisition of language." (Chomsky, 1986a:18)

No que diz respeito à Sociolinguística Quantitativa, que investiga a correlação entre linguagem e sociedade, tais considerações parecem procedentes, uma vez que a SQ determina como tarefas a busca de universais, a definição sobre que mudanças são possíveis (e que mudanças não são possíveis), e ainda a busca de princípios que orientam/determinam as mudanças em geral. Certamente, para

se obter tais respostas, é necessário se levar em conta as propriedades da mente.

Voltando à afirmação (13), pode-se observar ali outro ponto, além da revisão do estatuto dos dados intuitivos. Trata-se da menção aos estudos que lidam com os aspectos sociais da linguagem como "outro tipo" de investigação, o que implica reconhecer que há "outro campo" digno de nota. A afirmação de que os resultados da investigação de "propriedades da mente" pode ser vista como a contrapartida da afirmação (13) de que não haveria contradição, em princípio, entre os diferentes pontos de vista a partir dos quais se tem pesquisado a linguagem.

Tendo em conta estas novas disposições, passemos, finalmente, à discussão da questão concernente à contradição entre variação paramétrica (que é abrupta) e o perfil gradual da mudança.

1.2.3 Mudança: processo gradual ou alteração abrupta?

No artigo "Verb Movement, UG and the Structure of IP", Pollock (1987) busca apresentar uma explicação única para as diferenças entre o inglês e o francês, no que diz respeito à posição que a negação, certos advérbios e quantificadores ocupam em relação ao verbo. Argumenta ter havido no inglês a seguinte alteração paramétrica:

(17) AGR [+transparente] > AGR [-transparente]

Aponta como representativas da parametrização as sentenças abaixo:

(18)a. he ne held noht (inglês antigo)

b. he doesn't held (inglês moderno)

Esta parametrização, depreendida com base no inglês, seria também a que explicaria diferenças entre esta língua e o francês no estágio atual. Em outras palavras, o conceito de parâmetro mostrar-se-ia, portanto, adequado para descrever fenômenos diacrônicos e sincrônicos, o que forneceria evidência empírica a favor da hipótese central segundo a qual os mesmos princípios explicariam ambas as variações.

Com base no levantamento quantitativo realizado por Roberts (1985), Pollock observa que enunciados representativos de valores distintos do mesmo parâmetro coocorrem durante certo período de tempo e, apenas num momento seguinte, a primeira das formas deixa de ocorrer. Diante desse fato, Pollock faz a seguinte ressalva:

(19) "It could be suggested that it [ie. the change] is gradual because although our grammar is an attempt to describing an idealized speaker's I-language (cf. Chomsky,1986), statistics are based on texts which reflected uses of conflicting I-languages."

(Pollock,1987:55,nota 47)

Observam-se em (6) dois aspectos interessantes. O primeiro é ver nos resultados quantitativos informações não sobre Língua-E, mas sim sobre Língua-I. Em segundo lugar, os resultados quantitativos são entendidos como "fotografias" de gramáticas individuais. Cada falante apresentaria ou a nova ou a antiga gramática. Em outras palavras, a alteração paramétrica se definiria em termos de presença/ausência de uma estrutura. Por esta razão o aspecto gradual da mudança, para Pollock, seria o reflexo de Línguas-I conflitantes.

De acordo com esta interpretação, uma MUDANÇA poderia ter qualquer perfil e não um perfil de padrão curvilíneo, tal como as análises quantitativas têm mostrado.

À análise de Pollock pode-se contrapor a de Adams (1987), para quem o perfil gradual dos levantamentos quantitativos evidenciaria que um número cada vez maior de falantes estaria optando pela nova gramática, isto é, pela nova parametrização. Esta noção de processo, depreendida da comparação das gramáticas dos diferentes falantes de uma comunidade e responsável pelo padrão curvilíneo do perfil da mudança, não é captada por Pollock.

Estas respostas, entretanto, não contribuem para superar um outro problema também responsável pelo perfil gradual: a presença de formas representativas da antiga e da nova parametrização na fala de um mesmo indivíduo.

Um conjunto de etapas do processo de mudança, formulado por Roberts (1990), parece contribuir para elucidar esta questão. Vejamos.

Roberts aponta três etapas ou fases no processo de mudança: (a) passos ('steps'); (b) reanálise diacrônica e (c) mudança paramétrica. Passemos à conceituação de cada uma.

Ainda segundo Roberts, a variação paramétrica, que seria uma explicação para a mudança, trataria o conjunto de mudanças em termos de troca de valor em um único parâmetro; a noção corrente de mudança incorporaria a idéia de que uma dada geração de falantes pode estabelecer um valor de parâmetro (de sua gramática) diferente daquele subjacente à produção linguística de seus pais, (embora tal produção linguística tenha servido como parte do 'input', a partir do

qual a criança desenvolveu sua gramática). Este autor conclui:

(20) "structures are eliminated due to parametric change only. Steps can and frequently do make certain constructions rarer, but they do not eliminate them totally, in the sense that the grammatical system still permits them. DRs [Diachronic Reanalysis] make act in such a way as to radically reduce frequency of certain construction-types in the data, but nevertheless the constructions in question are not eliminated (...). With parametric change, however, one or several constructions may be eliminated altogether from the grammar."

(Roberts, 1990: 202-3)

Ainda de acordo com Roberts, uma mudança paramétrica poderia eliminar estruturas já obsoletas, mas também estruturas perfeitamente viáveis, ou ainda fazer com que estruturas altamente viáveis fossem objeto de reanálise.

Tendo-se em conta estas três etapas do processo de mudança, o perfil gradual mostrado pelos levantamentos estatísticos conteria informações de três tipos: 'steps' e reanálises diacrônicas. Não representariam alterações paramétricas propriamente ditas. Os pontos inicial e final

desse perfil, indicadores de completaco de uma mudança,  que registrariam ter havido uma nova parametrizaco.

Como se pode ver, o diagnóstico para identificar a presença de MUDANÇA seriam as manifestaes superficiais. Em consequência, s haveria MUDANÇA quando um conjunto de formas cessasse de ocorrer.

Acontece, entretanto, que Roberts ressalta que reanálises podem não só preceder alteraces paramétricas como também podem ser, elas mesmas, um resultado de uma alteraco deste tipo. Tal colocaco impede que a queda de frequência seja tomada como diagnóstico de que uma possível variao paramétrica, uma vez que tal queda poderia já ser o resultado de outra variao.

Vejamos agora, com base na definio dos contudos dos valores de um parâmetro proposta por Berwick (1982), uma outra tentativa de compatibilizar o perfil gradual da mudança e a noo de variao paramétrica.

De acordo com este autor, conforme vimos, a marcao [-] em relao a um parâmetro leva a que se realize na língua apenas um subconjunto das sentenças apresentadas quando o valor [+]  selecionado. Desse modo, seriam dois os períodos identificados no percurso diacrônico: (a) coocorrência de duas formas; e (b) desaparecimento de uma das formas em questão. O período (a) indicaria a seleo do valor [+] em relao a um determinado parâmetro; o período (b) indicaria a seleo do valor [-] em relao a este parâmetro.

O perfil gradual da mudança, que aparece no período (a), indicaria que ambas as formas seriam gramaticalmente disponíveis. A chegada à frequência zero (ou quase zero) seria, então, uma evidência do valor [-]. Haver um perfil gradual seria algo essencial, uma vez que permitiria distinguir entre um par de formas cuja ocorrência é esporádica e um par de formas que, depois de um período de uso sistemático, teria tido um de seus membros suprimido, por ter-se tornado inicialmente um resíduo histórico e, depois uma construção agramatical, devido a uma alteração paramétrica.

Os estudos quantitativos têm mostrado que certas formas sintáticas tornam-se muito marcadas estilisticamente e só depois desaparecem (Rissanen(1986:97)). Neste percurso, tornam-se pouco frequentes. Certamente este fator faz com que as gerações mais novas não tenham como 'input' tais formas. Como a definição de valor de um parâmetro dá-se com base na experiência linguística, a pouca frequência contribui para que a antiga parametrização se torne cada vez menos frequente (cf. Adams,op.cit.).

Uma questão relevante aqui diz respeito a o que tornaria certas formas linguísticas estilisticamente marcadas. Os estudos quantitativos mostram que certas formas se mantêm em variação e não entram em processo de mudança, ao passo que outras entram. Como os fatores sociais atuam de modo a fazer com que certas formas adquiram estratificação estilística, e como nem toda variação estilisticamete

estratificada entra em mudança, logo não seriam os fatores sociais aqueles que permitiriam uma criança, em fase de aquisição da linguagem, distinguir dentre o imenso conjunto de formas linguísticas em variação aquelas que fazem parte um processo de mudança em progresso e aquelas que não fazem parte.

Nos estudos variacionistas há vários exemplos de variações dos dois tipos. Certamente apenas aqueles que podem ser reconhecidos como mudança em progresso ou mudança já completada interessariam à gramática gerativa.

Passemos agora à respostas às questões gerais sobre mudança.

1.2.4 Questões gerais sobre mudança

1.2.4.1 Limites da mudança: Que mudanças são possíveis?

O pressuposto de que as gramáticas apresentam propriedades invariantes, geneticamente transmitidas, implica que as mudanças que ocorrem numa língua não sejam arbitrárias. Dentre o conjunto de alternativas matematicamente possíveis, apenas um subconjunto está presente nas línguas naturais, devido aos limites impostos pelas propriedades invariantes (Adams, 1987).

1.2.4.2 Origem: O que faz com que uma mudança se inicie?

Tanto fatores gramaticais quanto fatores não-gramaticais ou casuais podem desencadear mudanças, perfazendo o seguinte percurso.

As línguas sempre apresentam recursos para chamar a atenção sobre partes das sentenças, e as pessoas podem falar mais expressivamente, adotando uma construção nova ou pouco usual, talvez uma nova ordem de palavras. Quando isto ocorre pela primeira vez, estas formas novas podem não ser parte do 'output' de uma gramática mas podem ser quase irregulares, acréscimos especialmente aprendidos, tais como expressões formulaicas como bon dia, por exemplo. Embora haja limites, não se pode prever que novas formas serão introduzidas nem

quando. Num estágio posterior as formas originalmente introduzidas podem tornar-se "gramaticalizadas" e têm uma distribuição geral predizível e regida por regra. Gramáticas neste estágio poderiam ter uma transformação ou algum outro mecanismo que tivesse como efeito permitir serem geradas estas formas. Em estágios posteriores o novo padrão pode tornar-se básico. Por exemplo, a ordem SVO, no inglês antigo, era uma ordem derivada e atendia a razões de ordem estilística; depois tornou-se a ordem básica (cf. Lightfoot, 1987).

1.2.4.3 O processo da mudança: Como uma língua muda?

O percurso de uma mudança no sistema depende de fatores diversos, o que faz com que novos direcionamentos possam ser tomados a qualquer momento.

Uma mudança é uma função do acaso e da necessidade. É algumas vezes uma questão de acaso o fato de ambientes linguísticos mudarem de um modo particular, talvez incorporando um novo tipo de expressão para efeitos de focalização ou mesmo incorporando uma expressão estrangeira. É uma questão de necessidade biológica que a gramática seja passível de ser aprendida e usada, que os enunciados sejam processáveis com um mínimo de dificuldade perceptual, e que gerações possam manter mútua compreensibilidade. Tais necessidades forçam reanálises em certos pontos, propiciam

certos tipos de regras e restringem as possibilidades de mudanças numa determinada gramática (Lightfoot, 1989).

Desde que a Gramática Universal especifica o que constitui uma gramática possível, isto faz com que os padrões que foram objeto de reanálises na história da língua sejam vistos como partes de uma antiga gramática que deixaram de ser "viáveis". A identificação dos exatos padrões que foram objeto de reanálise poderá, por sua vez, contribuir para uma formulação mais adequada do que definir, como parâmetro (Lightfoot, 1989).

1.2.4.4 As causas: Por que uma determinada mudança ocorre num momento e local determinados?

O modo pelo qual a língua evolui poderia ser descrito através das seguintes etapas:

(a) o primeiro estágio da reanálise encontra estruturas superficiais compatíveis com mais de uma gramática;

(b) a maior parte dos aprendizes neste estágio opta pela gramática corrente, mas poucos podem "errar" e escolher uma segunda gramática;

(c) a população é agora mista, uns apresentando uma gramática e outros apresentando outra gramática, mas desde que nem todo 'input' é compatível com uma delas, ninguém, exceto os observadores cuidadosos, poderão perceber a mudança;

(d) pelo fato de cada reanálise aumentar a probabilidade de haver outras mais, a nova gramática é implementada no decorrer do tempo; e

(e) eventualmente uma nova uniformidade será obtida (cf. Adams, 1987:235).

Uma consequência desse processo é que certos padrões sintáticos tornam-se obsoletos em certas comunidades de fala em certos momentos. Isto significa que, em certos momentos da história da língua, os falantes ouvem uma forma linguística que não serve como elemento desencadeador.

Embora esta construção faça parte da experiência linguística do falante, ele não a realiza em sua fala. Tal construção tende, portanto, a se tornar cada vez menos frequente e a ser reconhecida como agramatical pelos falantes de estágios posteriores.

O antigo padrão e o novo padrão representariam gramáticas distintas. Pode-se dizer que uma gramática foi substituída por outra, o que significa que algum parâmetro da antiga gramática teria sido agora fixado de modo diferente.

Seria portanto, crucial a identificação do que teria sido reanalisado (cf. Adams, 1987:233-4).

1.2.4.5 Direcções: Como os falantes avaliam uma mudança?

Essa questão não é respondida porque a GG não busca explicações em aspectos sociais da língua.

Interessaria à GG os rearranjos desencadeados por uma inovação, mas não as informações concernentes às razões pelas quais certas inovações foram seleccionadas, ie. preferidas.

Adams explicita do seguinte modo o limite entre os interesses da GG e de abordagens que lidam com o aspecto social:

(21) "Extragrammatical factors are so what less of a problem for us than they are under other approaches. While it is crucial to our account that factors capable of triggering reanalysis be in the data, how and why they came to be there is on a sense outside the point."

(Adams, 1987:233-4)

Tendo esta distinção em conta, passemos à próxima secção, em que respostas às perguntas (1-5) serão buscadas no quadro da SÔ e, em seguida, comparadas a estas apresentadas aqui.

1.3.0 Mudança Linguística e Sociolinguística Quantitativa

Vou-me referir à Sociolinguística Quantitativa Variacionista (daqui para frente, SQ) como um programa de pesquisa, tendo em vista uma evolução, que procurarei descrever a seguir, sustentada por um conjunto de pressupostos básicos que nortearam e continuam norteando a formulação de hipóteses que, por sua vez, têm sido reformuladas com base em pesquisas empíricas. Outra razão para essa referência é possibilitar um tratamento paralelo àquele dispensado à Gramática Gerativa, que aparece na seção (1.2), conforme vimos.

Os pressupostos da SQ podem ser resumidos como:

- (22) (i) a heterogeneidade da língua em situações reais de uso é estruturada;
- (ii) a linguagem, tal como se apresenta em situações reais de uso, pode ser objeto de investigação;

1.3.1 Teoria da Mudança

Na SQ o fenômeno da mudança linguística ocupa posição central, sendo tratado como um processo e não como produto ou resultado. Importa à SQ "o movimento e a propagação de regularidades que emergem a partir da análise de um corpus,

tendo como ponto de referência a frequência relativa de ocorrências ou coocorrência de estruturas, e não sua existência ou gramaticalidade" (Sankoff, 1987:141).

O reconhecimento da dinamicidade da mudança e sua presença como elemento constitutivo da língua permitem integrar a história diacrônica à análise sincrônica. Esta integração é interessantemente formulada através do seguinte princípio:

(23) Princípio da Uniformidade

"the forces which operated to produce the historical record are the same as those which can be seen operating today"

(Labov, 1975:829)

De acordo com este princípio, o estudo de uma língua no presente pode fornecer explicações sobre o passado e vice-versa. Assim, a própria mudança é vista como evidência de que a heterogeneidade da língua não é algo caótico. Possuir uma estruturação, seria, portanto um pré-requisito para que uma língua possa ser usada (cf. Weinreich, Labov e Herzog, 1968).

(24) "If a language has to be structured in order to function efficiently, how do people continue to talk while the language changes? (...) The solution, we will argue, lies in the direction of breaking down the identification of structuredness with

homogeneity. The key to a rational conception of language change - indeed, of language itself - is the possibility of describing orderly differentiation in a language serving a community*.

(Weinreich, Labov e Herzog, 1968:100)

De acordo com Weinreich et alii, estar em mudança seria o estado normal da língua.

É oportuno ressaltar que a exigência de sistematicidade seria um pré-requisito^{so} para o uso mas também para a ^{sv}aquisição. Apesar e além de estar sempre em mudança, uma língua está sempre sendo aprendida ("adquirida") por crianças. A aquisição é reconhecida como a primeira e a mais importante fonte de transmissão da língua entre indivíduos numa comunidade: apenas o que está altamente sistematizado na fala dos pais é transmitido à criança (Labov, 1982:69).

A aproximação entre análises sincrônica e diacrônica abre espaço para o estudo da mudança com base no tempo aparente. Isto significa que um fenômeno variável, analisado quantitativamente com base em grupos de pessoas de faixas etárias diferentes, num mesmo período de tempo, pode espelhar uma mudança no tempo real. Neste caso seu perfil apresentaria um padrão curvilíneo (indicando mudança em progresso), ou um padrão não-curvilíneo (indicando uma mudança já completada) (Labov, 1975:475).

Cabe à teoria geral da mudança linguística determinar o início, a velocidade, a direção e a implementação de uma mudança e, eventualmente, do conjunto das condições de mudanças em geral (Labov, 1982). Estes objetivos aparecem formulados como cinco problemas no artigo "Empirical Foundations for a Theory of Language Change", de Weinreich, Labov e Herzog (1968).

(25)a. Restrição

Quais são as restrições gerais sobre a mudança (se é que existem) que determinam que mudanças são possíveis e quais não são?

b. Transição

Como e por que caminhos uma língua muda? Como uma língua pode ir de um estado a outro sem interferir na comunicação entre os membros da comunidade?

c. Encaixamento

Como uma dada mudança se encaixa nos sistemas linguístico e social circundantes?

d. Avaliação

Como os membros de uma comunidade de fala avaliam uma dada mudança? Qual o efeito dessa avaliação sobre o processo de mudança?

e. Implementação

Por que uma dada mudança ocorre num momento e num lugar particulares?

Num artigo posterior, Labov(1982) retoma estas questões e busca dar-lhes respostas com base nos resultados de um período de quase quinze anos de pesquisas empíricas. As respostas são, de fato, um balanço do alcance das propostas teóricas apresentadas no artigo de 1968. Este balanço representa, a meu ver, um marco no programa da SÔ. Com ele inicia-se uma fase em que os fatores linguísticos passam a ocupar uma posição cada vez mais central, posição essa que era ocupada pelos fatores extra-linguísticos na fase inicial. Um breve resumo da avaliação por Labov do modo como a SÔ tem lidado com as questões (25a-e) segue abaixo. Antes, porém, vejamos as definições de variação e de mudança, por serem estas noções de importância central aqui.

De acordo com WLH (1966), a condição normal de uma comunidade linguística é a heterogeneidade, o que é resultado de uma vasta gama de estilos, dialetos e línguas usados por seus membros. O caráter heterogêneo da comunidade leva a que ocorram variações, isto é,

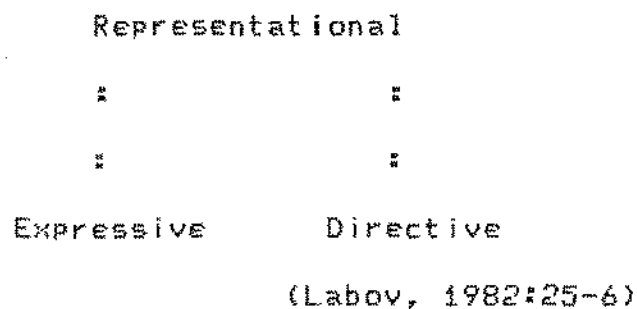
(26) "many alternate, semantically equivalent ways
of saying "the same thing"."

(citado por Labov, 1982:18)

Buscando explicitar a termo "same thing", Labov acrescenta:

(27) "One tendency in current semantic theory is to
expand the range of meaningful distinctions to

include degrees of emphasis, focus and style (Chafe 1970, Bolinger 1973, Lakoff 1970). The direction of WLH is the opposite: to restrict the term "meaning" more narrowly and preserve the fundamental concept of referential or representational "same" (Weinreich 1980:270-271). Thus the variants available to members of the community are free to carry out the other functions in the three-membered configuration set out by Buehler (1934):



Várias têm sido as críticas à definição de "mesmo significado" (Lavandera, 1974; Sankoff, 1987; e outros). Mas em relação à mudança sintática, o problema torna-se mais simples.

(28) "the delimitation of the variant fields of the past stages of language is, even at best, somewhat arbitrary and determined by the character of the syntactic detail under scrutiny. For instance, the different forms of the relative link (who, which, what,

forms of the relative link (who, which, what, that, zero) can be treated as variants of one and the same field even though who must be equipped with the feature 'minus impersonal'."

(Rissanen, 1986:98)

Passemos ao conceito de mudança linguística. Uma mudança se define como uma variação que, no decorrer do tempo, teve uma resolução, isto é, uma das variantes deixou de ocorrer, sendo substituída pela outra. As mudanças, portanto, ocorreriam sem interferir na comunicação da informação representacional da comunidade (Labov, 1982:26).

1.3.2 Questões gerais sobre mudança

Nesta seção apresentarei as respostas fornecidas por Labov (1982) aos problemas (26a-e) com o propósito de mostrar o modo como a SQ lida com o fenômeno da mudança e ainda fornecer subsídios para a comparação entre as respostas fornecidas pela SQ e pela GG às questões gerais sobre mudança.

1.3.2.1 Restrição: Que mudanças são possíveis?

Labov sustenta que uma resposta satisfatória a este problema implicaria a busca de universais linguísticos, algo

que se restringiria à teoria sincrônica e que iria de encontro a uma concepção do que se constituiria uma língua humana possível.

A suposição de que um universal seria "uma estrutura presente em todas as línguas" leva Labov a distinguir, por um lado, os estudos que assumem o inatismo e, por outro, os estudos que lidam com a estrutura social. Entretanto, sua noção de universal não coincide com aquela da GG (ver seção a seguir).

1.3.2.2 Transição: Como uma língua muda?

O problema relativo ao modo como uma língua muda é tratado com bases nas diferentes subdivisões da gramática: (a) o modo pelo qual um som se move de uma posição fonética à outra; (b) o modo como uma mudança fonológica afeta uma classe de palavra ou o vocabulário como um todo; (c) o movimento de uma mudança de uma parte da gramática à outra, por exemplo, da fonologia para a morfologia; e ainda (d) o modo como uma mudança passa de uma geração à outra.

Quanto a (d), transição de uma geração a outra, a aquisição da língua materna é descrita como a primeira e a mais importante transmissão (cf. vimos em (1.3.1)). A influência do grupo de iguais ('peer groups') na pré-adolescência também representa um fator importante.

(29) "Changes in rules and underlying forms through the acquisition of superposed dialects later in life are normally irregular". (Labov,1982:69)

1.3.2.3 Encaixamento: Como uma mudança se encaixa nos sistemas linguístico e social circundantes?

Labov distingue três pontos de vista a partir dos quais se pode captar a interrelação entre o fenômeno em mudança e os sistemas linguístico e social circundantes: o estrutural, o social e o fisiológico.

Em relação ao primeiro, relata que muitas das discussões da causa da mudança linguística ressaltam a força de "pressões estruturais" e outras de "pressões funcionais". Ambas, segundo Labov, não seriam capazes de fornecer explicações independentemente. Os problemas críticos de uma teoria da mudança muitas vezes apareceriam como oposição entre dois conjuntos de restrições internas com diferentes tipos de força explanatória. Fatores estruturais e fatores funcionais muitas vezes têm-se mostrado atuando em direções contrárias. Todas as indicações apontariam, em vista disso, para fatores fora da intrincada estrutura das relações internas como alternativas possíveis para responder sobre o que desencadearia mudanças. Estes fatores externos seriam os fatores referentes às relações sociais (Labov,1982:76).

Em relação às causas da mudança, isto é, o que faz com que mudanças ocorram, Labov observa que:

(30) "Structural explanations form a recursive series: no matter what factor we advance as cause, we must find its cause in turn(...). No matter what functional explanations we give, we must locate other causes that are strong enough to move in a direction contrary to representational needs and occasionally override them altogether."

(Labov, op.cit.:74)

Em (30) fica claro que o fenômeno da mudança, isto é, as alterações superficiais que são descritas como resultado de escolha entre duas formas, é tratado na SQ não como um processo global, mas como uma sequência de pequenas mudanças. Cada uma é analisada como uma consequência da anterior e como causa de outra subsequente no eixo do tempo.

1.3.2.4 Avaliação: Como os membros de uma comunidade avaliam uma mudança?

Labov distingue dois níveis: avaliação social e a avaliação linguística. A primeira diz respeito ao comportamento dos membros da comunidade em relação à mudança linguística. A segunda diz respeito à eficiência do sistema

47

para efetivar sua função de comunicar informação referencial.

Em relação à avaliação social, uma mudança linguística estaria, inicialmente, abaixo do nível de atenção social. Em estágios posteriores, alterações estilísticas começam a aparecer, bem como a estratificação social. Nos últimos estágios, há um reconhecimento social explícito e estereótipos começam a aparecer. Com extraordinária consistência, estas últimas reações seriam negativas. A atitude da comunidade, neste estágio, contribuiria para a completção da mudança, i.e. para o desaparecimento de uma das formas, antes em variação (Labov, 1982:80).

Quanto à avaliação linguística, Labov comenta que a perda de eficiência, inicialmente prevista em WLH, não se confirmou. Os estudos empíricos mostraram que o processo de mudança em si não parece impedir a comunicação dentro da comunidade (Rickford, sobre alteração do sistema de pronominal guianense). Labov então conclui que a estrutura linguística é capaz de acomodar diferenciações locais e a habilidade de falar e compreender inclui o conhecimento da variação linguística (Ver também Labov, 1989b).

A meu ver, ficam obscurecidas na argumentação de Labov a diferença entre uma mudança recém ocorrida na língua e uma mudança ocorrida há vários séculos, e a diferença entre tipos de mudança (mudança no sistema pronominal vs. mudança do padrão OV/VO, por exemplo). Se levadas em conta,

tais diferenças levariam à reconsiderar a conclusão de Labov sobre a predição feita em WLH.

1.3.2.5 Implementação: Por que uma dada mudança ocorre num momento e local determinados?

No que diz respeito às razões pelas quais uma mudança foi iniciada ou implementada num tempo e local determinados, os resultados mostram tratar-se de uma questão recalcitrante. Tem-se observado que grupos de recém chegados não participam das mudanças linguísticas de um vernáculo local até que este grupo comece a obter direitos e privilégios, o que ocorre mais lentamente ou mais rapidamente, conforme o grupo.

Por outro lado, tem sido sugerido que grupos externos desempenham um papel na iniciação ou aceleração de uma mudança linguística, ainda que estejam fora do sistema de direitos e privilégios, pois haveria por parte daqueles que possuem recursos uma tendência a criar distância entre os recém chegados e os que desejam manter seu domínio (Fischer, 1958). A observação de movimento inverso àquele tomado inicialmente por uma mudança tem sido por vezes observado, por exemplo a mudança envolvendo /iy/ e /ey/ na Filadélfia (Tucker, 1944; Labov et al 1980).

Um caminho para uma buscar explicações seria investigar redes sociais mais amplas (Labov, 1982:83).

1.3.2.6 Um balanço das conclusões

Tendo sido resumidas as respostas fornecidas por Labov aos problemas inicialmente colocados, passemos à avaliação deste autor sobre os resultados alcançados até então.

Dos cinco problemas inicialmente colocados em (1968), Labov (1982) conclui que a S@ só tem conseguido lidar satisfatoriamente com três.

A busca de resposta ao primeiro problema leva a enfrentar uma questão de delimitação do escopo de interesse. Embora uma resposta à questão da restrição tenha sido considerada um dos objetivos que a teoria da variação visa a alcançar, a suposição de que tal resposta implica a aceitação de universais e estes, por sua vez, implicam a adoção da hipótese do inatismo revela dois pontos interessantes: a busca de uma definição do que seja um universal e a própria referência por Labov da hipótese do inatismo como alternativa teórica (embora sem muita convicção). Vejamos:

(30) "The data bases to search [for universals] are not the kinds of socially located, accountable studies of speech communities that we have been discussing here(..). The search for absolute universals is often motivated by the assertion that the important language structures are

innate.(...)The search for strictly "universal" constraint is therefore a search for an isolated faculty of language, one that is not embedded in the larger matrix of linguistic and social structure. Nothing that we have found out up till now about language suggests the existence of such totally isolated structures*.

(Labov, 1982:55-60)

O primeiro ponto a ressaltar é a conceituação de universais como "uma estrutura (=construção) comum a diferentes línguas" não coincide com a noção desenvolvida no âmbito da gramática gerativa. A gramática gerativa não se interessa por construções, pois estas seriam parte da língua-E (Chomsky, 1986a). O segundo ponto a comentar é a afirmação de Labov de que os universais possam ser definidos/apontados por aqueles que assumem o inatismo é, em si, uma manifestação de que o instrumental da S0 não é adequado para fornecer uma resposta satisfatória.

As respostas aos problemas de transição, encaixamento e implementação têm sido aceitas com restrições nos estágios mais recentes da S0. Os novos direcionamentos tomados indicam haver uma crise. Uma breve resenha dos textos mais recentes de Labov segue abaixo.

Antes de passar adiante, é oportuno ressaltar que a S0 não se contenta apenas em fornecer respostas aos referidos problemas. Interessa-se também por explicitar a razão das

respostas apresentadas. Por exemplo, em relação à implementação, interessa não apenas saber onde uma dada mudança teve início; interessa também saber por que o início se deu no espaço/tempo apontados. Na S0 dos anos setenta, as indicações apontavam sempre para o social como fonte de explicação. Mais recentemente, novos caminhos foram buscados. Esta evolução se manifesta através da reavaliação da importância dos fatores extra-linguísticos como fonte de explicação do processo de mudança linguística.

1.3.3 Novos rumos

Nos anos 80 a S0 abandonou o estudo dos 'peer groups' e tomou outros caminhos. Assistiu-se inicialmente a uma forte tendência à busca de explicações de ordem funcionalista, traduzidas, por exemplo, em afirmações como: elementos que carregam maior carga informacional tendem menos a sofrer apagamento.

Labov (1987), num artigo intitulado "The Overestimation of Functionalism", chama a atenção para dois problemas decorrentes da confiança nas explicações funcionalistas. O primeiro, de ordem teórica, seria o de que tais explicações se baseariam em hipóteses psicolinguísticas, sendo que tais hipóteses, na maioria dos casos, careceriam de confirmação no próprio âmbito da psicolinguística. O segundo problema diz respeito ao fato de a necessidade de comunicar informações ser constante e

comum a todas as línguas e o sistema sempre se ajustar para evitar perdas: se os enunciados da fala cotidiana não fossem controlados pela necessidade de preservar informação, como então ajustamentos sistemáticos ocorreriam (p.330)?

Labov (1989a) toma como objeto variações dialetais, comparando as alterações das vogais em relação ao processo descrito em (30), na fala de pessoas de grandes cidades do norte e de cidades do sul dos Estados Unidos.

(3/)*I. tense nuclei rise

II. lax nuclei fall

III. back vowels move to the front*.

(Labov, 1989a:5)

Seu objetivo não mais é detectar a força de atuação de fatores sociais, mas sim identificar a força dos efeitos mecânicos sobre o caminho que uma mudança toma. Cada vez mais os fatores internos tornam-se o objeto central da investigação.

Nesta fase mais recente, o que se observa é uma ênfase na investigação da força dos fatores internos para explicar as mudanças, mais exatamente, na busca de princípios que expliquem a uniformidade entre variação e mudança, entre sincronia e diacronia, sem dar relevância a fatores externos. Neste cenário a mudança sintática tem-se tornado, cada vez mais, um objeto de interesse. O número crescente de artigos sobre variação sintática comprova isso.

1.4.0 Tratamento multidisciplinar(?) da mudança

A comparação dos dois conjuntos de respostas fornecidas às questões (1-5), abaixo, mostra certa complementaridade e não percursos paralelos sem qualquer ponto de contato. Este resultado é surpreendente na medida em que as respostas de Labov e Adams desenvolvem-se dentro de quadros teóricos que assumem pressupostos distintos em relação à concepção de linguagem.

Um resumo das respostas apresentadas por Adams e por Labov às perguntas (5a-e) aparece abaixo, com nova numeração. Estas respostas serão comentadas a seguir.

(32)a. Que mudanças são possíveis?

Adams: Aquelas que não violam os limites estabelecidos pelos princípios da gramática universal.

Labov: Não temos respostas. Estas talvez sejam alcançadas por aqueles que assumem o inatismo.

(32)b. Por que uma mudança ocorre num local e tempo determinados?

Adams: Porque havia estruturas compatíveis com mais de uma gramática.

Labov: Os resultados são contraditórios; uma explicação estaria na investigação do aspecto social.

(32)c. Como uma língua muda?

Adams: Através de reanálises.

Só mudanças que desencadeiam reanálises interessam à GB.

Labov: Há manifestações na sintaxe, na morfologia, na fonologia. Qualquer mudança interessa à SG.

(32)d. Qual a atitude do falante em relação à uma mudança?

Adams: A GB não se interessa por esta questão. O fator social não é levado em conta.

Labov: A atitude dos falantes interfere numa mudança.

(32)e. Por que caminhos uma língua muda?

Adams: Pressões estruturais, formais e funcionais guiam uma mudança. A gramática, entretanto, não pode deixar de ser "viável", isto é, processável com facilidade.

Labov: Algumas mudanças começam na fonologia e caminham para sintaxe e outros percorrem um caminho inverso.

Em (32a) não há como comparar porque a noção de universal é diferente em cada uma.

Entretanto, a colocação do problema da restrição é, em si, uma busca de explicação que exige que se vá além da identificação de que fatores linguísticos e extra-linguísticos atuam sobre um processo de substituição de uma forma linguística por outra. Tendo em conta essa busca de uma explicação mais ampla, pode-se interpretar o Princípio de Uniformidade como a explicitação de um dos objetivos centrais da SQ: o que é relevante saber sobre uma mudança, ie. o processo das mudanças em geral, é algo que é constante: algo que atuou no passado e que continua e continuará atuando no futuro. A busca de fatores e sua quantificação seriam instrumentos para desmascarar estas "forças" mais gerais. O real problema seria identificar a causa de mudanças e ^{su}sua renovação constante.

¹ Em (32b) há uma coincidência parcial de enfoque. A GG trata a mudança como um processo gramatical, ^{(e) (2004)} por isso nem toda mudança interessaria à GG. A SQ, por tratar a mudança não só como resultado de fatores linguísticos/gramaticais, interessar-se-ia por qualquer mudança.

Em (32c) observa-se algo como uma divisão de trabalho. Enquanto a GG se interessa por uma descrição "interna" da mudança, a SQ interessa-se por uma descrição mais ampla.

Enquanto a primeira se preocupa com as alterações gramaticais (o que se modificou na gramática); a segunda preocupa-se em descrever que fatores externos propiciam a

presença de uma nova forma linguística e qual a pressão social, funcional e "mecânica" sobre a frequência das diferentes formas e também busca apontar os fatores internos e sua força de atuação.

A noção de mudança como processo, referida na SQ, diz respeito à sequência de mudanças, formando uma cadeia. A dinâmica apontada pela SQ diz respeito à sequência de pares de variantes, em que a resolução de cada par é entendida como causa da implementação de um par subsequente. Trata-se da substituição de uma forma por outra(s). O processo de mudança tem como fonte uma manifestação superficial (outra mudança ocorrida na língua); ambas visando a atender, por sua vez, a princípios abstratos, referidos como "razões de ordem funcional, estrutural e mecânica".

O processo de mudança, do ponto de vista da GG, tem como fonte uma alteração de parâmetro e como resultado manifestações superficiais (desaparecimento de padrões, reanálises e aparecimento de novos padrões).

Em (32d) mostra-se uma divisão de interesses. A questão da avaliação interessa à SQ, não à GG.

Em (32e) pode-se observar novamente uma divisão quanto aos interesses, mas não contradições. Ambos reconhecem que fatores casuais e gramaticais atuam. A GG preocupa-se em definir os últimos e a SQ preocupa-se em definir ambos. Para tanto, precisa contar com noções que se desenvolvem no âmbito de teorias sociais e teorias gramaticais.

No paralelo apresentado acima, pode-se observar a existência de interesse por parte da GG e SQ sobre o fenômeno global da mudança, por razões diversas. Importa à SQ captar a sistematicidade subjacente à heterogeneidade linguística e descrever a correlação entre a alteração de

frequência de duas formas e sua conseqüente completção .
Um ponto de interesse comum é identificar os rearranjos que
tal completção acarretam à gramática da língua.

Importa à GG identificar os pontos em que houve MUDANÇA
e assim obter evidência empírica a favor do princípios da
gramática universal.

1.5.0 Uma nota sobre questões metodológicas

Em relação à metodologia para tratar de dados diacrônicos, a GG tem utilizado um expediente curioso: a submissão ao julgamento de um falante contemporâneo de ambos os dados (os sincrônicos e os diacrônicos). Veja-se, por exemplo, Kayne(1987), a propósito do par abaixo.

- (33) (i)*Jean a promis de les bien faire
 (ii)Jean a promis de bien les faire

- (34) "Although ungrammatical in contemporary French this construction in which the clitic 'les' is separated from the following infinitive by an adverb or quantifier is rather widespread in Romance: It existed on earlier stages of French (cf. Galet, 1971)(...) and is attested in numerous dialects all of which have clitic climbing of the sort (i) as did earlier in French."

(Kayne, 1987a, grifo meu)

Pode-se observar nesta em (34) que o autor, sem ressalvas, assume que o dado diacrônico é bem formado, embora não mais o seja no período atual. Pergunta-se: Qual seria o critério para se chegar a tal conclusão? Kayne parece basear-se na simples presença da construção nos textos antigos. O que importa registrar aqui é que os dados documentados não são de

modo algum considerados "mera performance", mas sim dados bem formados. De fato, não é a simples presença de uma estrutura é que leva a esta avaliação por parte do pesquisador, mas a sua ocorrência em outros dialetos e sua presença sistemática nos textos antigos. A verificação destes dois requisitos tem como base a frequência (quer avaliada com base na quantificação quer com base especulativa).

A medida da frequência seria importante não só nesta etapa da análise mas também como indicador de reanálises (Adams, 1987:227; Roberts, 1990), além de poder informar também sobre variações de estilo.

A GG não tem se preocupado com uma metodologia adequada para alcançar informações relativas à frequência. Seu procedimento tem sido o de buscar tais informações em levantamentos numéricos e estatísticos realizados com diferentes propósitos (Ver Roberts, 1990), e reanalisar os resultados obtidos.

Uma fonte disponível, embora pouco utilizada, para se obter informações quantitativas são os estudos variacionistas, pois além informar sobre o perfil de mudanças, informam também sobre variações estilísticas, o que, por sua vez, tem-se tido significativa importância nas argumentações gerativistas.

Em resumo, é importante ressaltar que no estudo da mudança informações de ordem quantitativa se mostram importantes tanto para a SQ quanto para a GG como

instrumento para se alcançar os propósitos comuns de identificar quando uma mudança ocorre, qual a sua causa e que efeito ela acarreta na língua. Através destas respostas, tanto a SÔ quanto a GG buscam explicar as mudanças em geral (ie, o próprio fenômeno da mudança em si).

1.6.0 Conclusão

Neste capítulo buscou-se delinear um quadro geral do que seja uma mudança linguística, tendo sido apresentadas duas concepções de mudança, com o objetivo de fornecer uma base para o tratamento das formas aNP/NE na posição de complemento verbal. Nos capítulos II e III, a seguir, a mudança representada por este par é tratada, respectivamente, como uma mudança sociolinguística e como uma variação paramétrica, conforme mencionei na introdução.

Ao se tentar utilizar a noção de variação paramétrica para descrever fenômenos de mudança sintática (analisados e tratados como fenômenos sociolinguísticos), vários problemas se colocam. Dentre eles, dois podem imediatamente apontados:

- (35)a. Como explicar a coocorrência de formas representativas de valores diferentes de um mesmo parâmetro num mesmo período de tempo?
- b. Como compatibilizar a noção de gramática universal e mudança/variação sociolinguística?

Uma resposta à primeira pergunta pode ser encontrada se aceitarmos que os gráficos de mudanças registram alteração de valor [+] para valor [-]. O valor [+] inclui a forma representativa do valor [-] e também outra(a) forma(s).

Como o número das outras formas vai-se tornando cada vez menor, a frequência das formas não-representativas da parametrização [-] diminui e tende a desaparecer.

Quanto a (35b), para se buscar uma resposta, é necessário reconhecer que num processo de mudança há gramaticalização de ambas as formas variantes. Na S0 tal etapa é descrita como encaixamento linguístico da mudança. É importante ressaltar que a simples ocorrência de um par de formas não configura uma variação/mudança, do ponto de vista da sociolinguística. É essencial que alternância das formas em questão apresente uma sistematização (social/estilística/gramatical). Como se dispensa às formas em análise um tratamento quantitativo, é possível distinguir um par de formas que ocorreu esporadicamente na língua e um par de formas que seja uma variação e ainda faça parte de um processo de mudança. Apenas o terceiro seria capaz de informar sobre o sistema e seus rearranjos.

Como o percurso de uma mudança não é aleatório mas, sim, guiado por diferentes forças (linguísticas e extra-linguísticas), parece razoável supor que princípios gerais orientariam as mudanças. Supondo-se que os fatores extra-linguísticos atuam apenas dentro dos limites permitidos pela gramática da língua, os princípios que determinam estes limites poderiam ser descritos como princípios universais. Esta última conclusão, embora explícita e enfaticamente rejeitada por Labov (1989:85), é coerente com as seguintes suposições aceitas na S0: (a) informações sobre uma mudança

podem fornecer informações sobre mudanças em geral (Labov, 1982:); e (b) as forças que atuaram no passado são as mesmas forças que atuam no presente* . Por forças entende-se a atuação de fatores gramaticais, extra-gramaticais (funcionais e sociais).

Dada a grande diversidade que os diferentes sistemas linguísticos e sociais apresentam, a suposição de que , ainda assim, o princípio de uniformidade atuará, acarreta a aceitação de que sob a diversidade estaria presente uma certa uniformidade.

Tendo-se em conta que os fatores extra-linguísticos só atuam dentro dos limites definidos por fatores linguísticos, apenas a uniformidade subjacente aos diferentes sistemas linguísticos seriam relevantes para sustentar a suposição de que o Princípio de Uniformidade é válido. A uniformidade subjacente às diferentes línguas poderia ser atribuída à especificidades da mente humana, o que poderia, por sua vez, ser escrita em termos de princípios universais e parâmetros, tal como o faz a gramática gerativa.

Passemos agora ao capítulo II.

"I will be assigning a different status to such data [syntactic variation] because they need further interpretation; they do not in themselves constitute a definitive analysis".

(Lavandera, 1978:171)

Capítulo II: Análise variacionista

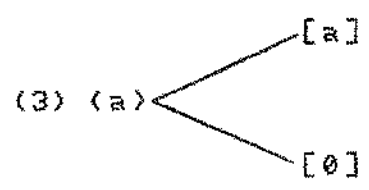
2.0 Introdução

Neste capítulo descrevo a pesquisa em que se considerou a presença/ausência da preposição a em complementos verbais como variação sintática. Por exemplo,

- (1) Eles teriam credibilidade para agradar a empresariado (F.10.2.91)
- (2) Plínio agradou a um eleitorado que não é o seu (F.29.9.90)

Esta alternância não implica alteração do papel temático⁴ atribuído ao SN e ambos SNs sublinhados são substituíveis por clítico acusativo.

As variantes consideradas foram, portanto, a e zero (respectivamente representadas por [+a] e [-a], daqui para frente, por motivo de clareza na exposição). Tem-se portanto o seguinte esquema:



Na seção (2.1.0) retomo alguns pontos básicos da teoria da variação com o objetivo de explicitar os pressupostos

teóricos e metodológicos adotados. Na seção (2.2.0) apresento a análise quantitativa dos dados síncronicos. Na seção (2.3.0) apresento a análise dos dados diacrônicos. Na seção (2.4.0) comento os resultados obtidos em (2.2.0) e (2.3.0), avaliando as hipóteses formuladas.

2.1.0 A abordagem sociolinguística variacionista

Por definição, uma variável são diferentes maneiras de se dizer a mesma coisa, sendo cada uma das "maneiras" identificadas como "uma variante". A ocorrência de uma ou outra variante, entretanto, não é aleatória, mas sim condicionada por fatores linguísticos e extra-linguísticos. Estes fatores, por sua vez, apresentam um padrão elevado de sistematicidade, passível de quantificação e conseqüente previsão em relação à história da língua (Labov, 1972a).

2.1.1 A seleção da variável

Labov (1972a) enumera algumas exigências a serem atendidas, a fim de que duas formas linguísticas sejam consideradas como variantes:

- (4)a. as formas devem ser frequentes em contextos não estruturados e em entrevistas breves;
- b. o item deve ser integrado no sistema mais amplo

de unidades funcionais;

- c. a distribuição das formas tem de ser estratificada por idade e grupo social

No estudo que apresento aqui, um levantamento preliminar mostrou que a frequência da variante [+a] em dados do Português do Brasil contemporâneo, em entrevistas com falantes da cidade de São Paulo, era de 0.4%, enquanto que em cartas do século XVIII chegava a 18%. O corpus, analisado era constituído de cartas pessoais e documentos (ver anexo I). Estes resultados sugeriam tratar-se de uma mudança linguística, o que por si só implicava o atendimento às exigências (b) e (c), senão agora, pelo menos em estágios anteriores, momento em que a frequência de ambas as formas era maior.

Por definição, uma variação, ao tornar-se uma mudança linguística, constitui parte de um conjunto mais amplo de alterações e consequentes reajustes do sistema linguístico, sendo, portanto, uma alternância entre "formas integradas num sistema".

Quanto à exigência (1a), esta teria sido atendida em estágios anteriores da língua, conforme comprovam a presença das formas [+a] e [-a] em cartas e peças de teatro, apesar do número relativamente baixo de ocorrências.

Via de regra, mesmo quando se lida com variação fonológica - que geralmente é mais numerosa que a variação

sintática - , busca-se compensar a pouca frequência de dados através de testes e outros mecanismos.

Em relação às formas [+a] e [-a], cuja variação configura uma mudança sintática, os seguintes mecanismos foram utilizados para enriquecer o corpus: O primeiro foi uma descrição sintática, mais exatamente, gerativista das formas em variação, o que permitiu agrupar construções aparentemente independentes, conforme mencionamos na introdução. Outro expediente foi fazer diferentes recortes no corpus: o primeiro inclui o total de verbos transitivos; o segundo inclui apenas uma subclasse desses verbos. Desse modo a frequência de [+a] no PB atual elevou-se a 32.2% em textos de jornal e 4.0% em peças de teatro (Na seção 2.1.3 justifico esse procedimento).

2.1.2 Critérios para seleção dos dados

Para efeito de levantamento estatístico, foram computados os sintagmas nominais que exerciam a função de objeto de verbos que apresentavam apenas um complemento, sem se levar em conta os critérios da gramática tradicional para definir "objeto direto" e "objeto indireto".

O critério adotado por mim foi o seguinte. Somente os sintagmas nominais que podiam ser parafraseados por clítico acusativo foram considerados "N^o acusativos".

Em

(5)a. Ele renunciou ao cargo

b. *ele lhe/o renunciou

(6)a. Ele obedece ao chefe

b. Ele lhe/o obedece

apenas o enunciado (6a) foi considerado para efeito de quantificação. Os enunciados (5a) foi excluído por não aceitar paráfrase através de clítico. Foram também excluídos os complementos verbais sentencias.

2.1.3 Algumas considerações de ordem metodológica

No levantamento preliminar, ao qual me referi no seção (2.1.1), analisei 50 ocorrências com verbos transitivos em textos dos séculos XVI a XIX no PB, obtive os seguintes resultados: a frequência da variante [+a] foi de 12% no século XVI chegando a 18% no século XVIII e caindo para 6% no século XIX. No PB do século XX, em entrevistas gravadas, observei uma frequência de apenas 0.4% dessa variante. Com base nestes resultados, ampliei os dados diacrônicos, multiplicando por seis o conjunto de dados inicial. Como a porcentagem oscilava muito pouco (chegando a 14.8% onde inicialmente havia 12%), decidi limitar o conjunto de dados em 304 por século.

A frequência da variante [+a] em entrevistas no PB atual indicava uma mudança já completada ou em vias de completção. Mas essa interpretação, quando contraposta a certos fatos da língua hoje, parece carecer de maior sustentação. O primeiro fato é o seguinte: na língua escrita e no estilo cuidado, verbos como agradar e atender apresentam uma frequência relativamente alta da variante [+a] (ver seção 2.3). Outro fato é que as gramáticas normativas do português, mesmo as mais recentes, recomendam a forma [+a] com verbos visar, assistir e obedecer, e apresentam construções em que se observam usos obrigatórios de "objeto direto preposicionado". Mesmo considerando o quanto as gramáticas são conservadoras, a ênfase dada aos "problemas de regência" chama a atenção. Acrescente-se ainda a menção desse problema em obras como a de Lessa (1976), sendo tratado como "presença da língua brasileira".

Se a mudança já se completou, por que ainda haveria referências ao fenômeno nas gramáticas e sua obrigatoriedade em certas construções (como coordenação com clítico) e a recomendação de seu uso no estilo formal?

Um modo de compatibilizar as conclusões conflitantes, advindas destes diferentes fatos, era ter em conta o critério para se definir o que se considerar como 'corpus' de análise: Que tipos de textos escolher? Que tipos de construções coletar?

No que diz respeito ao presente estudo, duas possibilidades, a princípio, se colocaram, quanto aos tipos

de construção. A primeira seria investigar a variação em um conjunto restrito de verbos, o que acarretaria o aumento substancial das duas variantes no corpus. A segunda alternativa seria não selecionar os verbos em análise, o que implicaria a não-adoção, a priori, da suposição de que a variação em estudo seria um fenômeno lexical (mais exatamente, alteração de traços de subcategorização verbal). Ambas alternativas conduziriam à conclusão de que estaria havendo mudança na língua; entretanto, as implicações de cada uma seriam diferentes.

A primeira implicava deixar escapar um conjunto relativamente grande de correlações, mais exatamente, a frequência da variante [+a] e frequência de: ordem diferente de SVO; causativas sem reconstrução; mini-orações com ordem predicado-sujeito. Além disso, a decisão de considerar só um subconjunto de verbos poderia levar a explicações para a mudança em termos de "cada palavra possui sua história", ou mais exatamente, os traços de subcategorização de certos verbos alteram-se no eixo do tempo.

A segunda alternativa apresentava a vantagem de não deixar escapar as correlações acima, mas, ao mesmo tempo, implicava num "empobrecimento" do 'corpus' relativo ao PB atual, visto que hoje as construções acima apontadas ou ocorrem raramente ou não mais ocorrem. Assim, o número de ocorrências da variante [+a] seria, e de fato foi, muito baixo: 1.7% no conjunto total de verbos transitivos em cartas.

Há, entretanto, um meio de compatibilizar as vantagens das duas alternativas, evitando-se, ainda assim, as respectivas desvantagens. É através da realização de dois recortes no 'corpus' do PB atual. Isto significa quantificar as ocorrências das variantes no conjunto total de verbos transitivos num primeiro momento, chegando-se assim a um percentual comparável àquele apresentado em relação ao PB de estágios anteriores.

Uma vez identificado este percentual, toma-se apenas uma subparte do corpus, composto de um subgrupo dos verbos transitivos, mais exatamente, daqueles apresentados por Lessa (1976), e calcula-se um outro percentual. Desse modo, tem-se dois percentuais. O primeiro, que retrata um 'corpus mais amplo', indica a presença da mudança no estágio atual da língua. O segundo, que retrata uma variação num 'corpus mais restrito', possibilita uma "fotografia" mais detalhada do mesmo fenômeno no PB atual. Este último percentual não pode ser comparado ao de estágios anteriores, devido à alteração do recorte empregado.

Em resumo, foi formado um corpus composto de 5 subconjuntos de dados. O primeiro inclui entrevistas com falantes da cidade de São Paulo; o segundo, ocorrências extraídas de cartas dos séculos XVI a XX; o terceiro, ocorrências em entrevistas livres; o quarto, ocorrências com alguns verbos transitivos, extraídas de textos de jornais de grande circulação; e finalmente, o quinto subconjunto é formado de dados extraídos de peças de teatro dos séculos XVI e XX.

2.1.4 O Corpus

Foram analisados textos falados e escritos, de dois dialetos do Português: o Português de Brasil e o Português Europeu.

O textos falados foram utilizados no levantamento preliminar e como fonte de dados em entrevistas livres. Para efeito de análise quantitativa, foram considerados apenas os dados de textos escritos. Esta restrição tem por objetivo a obtenção de dados sincrônicos de natureza semelhante à de dados diacrônicos. Isto é, buscou-se evitar conclusões baseadas em dados escritos e orais, tomados conjuntamente.

2.1.4.1 Português do Brasil

Cartas dos séculos XVI, XVII, XVIII, XIX e XX.....	1508
Peças de teatro do século XVI e XX.....	600
Jornal do século XX.....	314
Entrevistas.....	300
Entrevista livre.....	78
TOTAL.....	2792

2.1.4.2 Português Europeu

Cartas dos séculos XIV, XV, XIX e XX.....	1255
Peças do século XIX e XX	604
Jornal do século XX.....	300
Entrevistas.....	300
Entrevistas livres.....	78
Total.....	2537

O item cartas inclui cartas pessoais e relatos de viagem.

O item jornal inclui as ocorrências das variantes em estudo apenas quando coocorrem com um conjunto restrito de verbos. Uma lista destes verbos aparece no anexo III. Os jornais utilizados foram: "Folha de São Paulo" de 1989-91 e "Diário Popular" e "Diário de Notícias", de 1988. Estes últimos são de Lisboa.

O item entrevistas inclui entrevistas realizadas por Tarallo (1983) e Duarte (1986), dados do Projeto NURC e do Projeto Português Fundamental. Foram consideradas as ocorrências em que ambas variantes ocorrem com os verbos referidos acima.

O item entrevistas livres engloba as sentenças com a variante [+a] que foram coletadas em noticiários de TV, conversas com amigos, aulas, filmes de TV dublados em

português e textos veiculados em horário político eleitoral, além de entrevistas (pertencentes ao Projeto NURC, pertencentes ao Projeto Português Fundamental e ainda entrevistas realizadas pela profa. Dra. Isabel Hub Faria).

O total dos dados analisados aparece na tabela (1), a seguir.

Tabela 1

 Total de ocorrências analisado

Tipo de texto	PB	PE	Total
	No.	No.	No.
cartas	1508	1255	2763
peças	600	604	904
jornal	314	300	614
entrevistas	300	300	600
entrevistas livres	78	78	156
TOTAL	2782	2537	5319

A lista dos textos diacrônicos que formaram o corpus analisado aparece no anexo I.

2.1.5. As hipóteses

Foram formuladas cinco hipóteses, delineando-se assim um caminho a ser percorrido no decorrer da pesquisa. Cada

hipótese constitui uma resposta aos cinco passos da pesquisa, apresentados no capítulo (I).

2.1.5.1 O problema do encaixamento

2.1.5.1.1 Encaixamento linguístico

As variantes [+a] e [-a] podem ser descritas como realizações de Caso acusativo do NP objeto²⁹. Tal descrição permite inserir as referidas variantes no conjunto das diferentes realizações do NP objeto, conforme aparece no quadro I, abaixo.

Quadro 2.1: as formas do SN objeto no PB

- (a)prônimo lexical
 - (b)clítico
 - (c)categoria vazia
 - (d)NP pleno
 - (e)a+prônimo lexical
 - (f)a+NP pleno
-

Estas formas aparecem, respectivamente, exemplificadas a seguir.

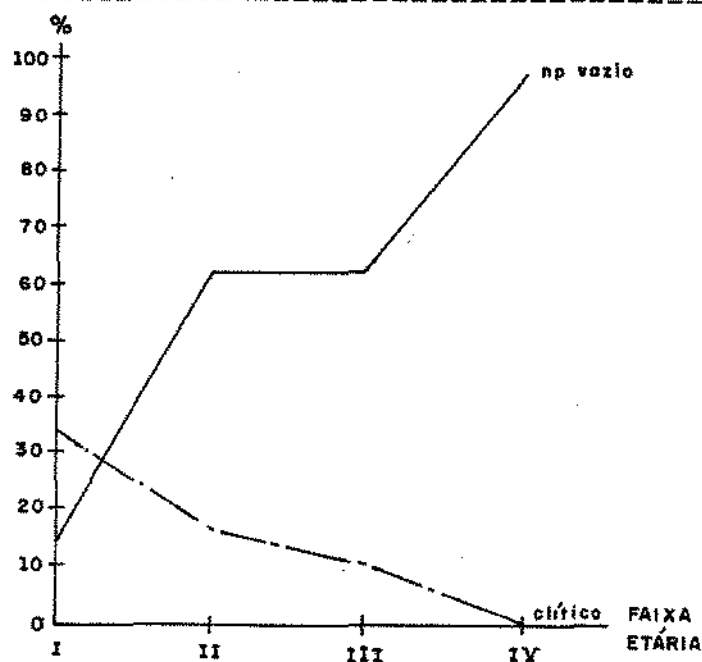
- (8) Encontrei ela ontem
- (9) Eu q vi
- (10) Eu vi
- (11) Encontrei Maria ontem
- (12) Abraçamos a eles todos ontem
- (13) Oh Santa Clara que seguiste a Cristo

Estudos quantitativos permitem estabelecer uma hierarquia entre as formas (a)-(d), do quadro I. A forma anafórica (c) é a mais preferida, enquanto (b) é a menos preferida (Duarte,1986).

(14) c > a > d > b

Esta hierarquia reflete um processo de mudança que está ocorrendo no PB. A forma (b) está em processo de desaparecimento na língua oral, estando ausente na fala de jovens de 15 a 17 anos, residentes na cidade de São Paulo. As formas (a) e (d) têm apresentado uma frequência crescente, podendo ser apontadas como formas que suprem o lugar de (b) no sistema da língua (cf. Duarte, op.cit.). Este processo fica visível no diagrama abaixo.

Diagrama 1: Distribuição das variantes clítico e NP vazio no PB falado



(Duarte, 1986:41)

Estes perfis foram definidos com base no tempo aparente. Os dados resultam do cruzamento dos fatores idade e escolaridade em situação de teste. O estágio I refere-se à frequência das variantes na fala de informantes com mais de 46 anos; o estágio II reflete a fala de informantes de 34 a 46 anos; o estágio III, de 25 a 30 anos; e o estágio IV, de 15 a 17 anos. Todos os informantes têm escolaridade de segundo grau, exceto os mais jovens. Este gráfico mostra que a variante NP vazio está tomando o lugar da variante representada pelo clítico (cf. Duarte, 1986).

Diante deste quadro, duas questões se colocam: (a) qual a posição das variantes [+a] e [-a] na hierarquia (14)? Do

ponto de vista sintático, que correlação há entre [+a], [clítico] e [SN vazio]?

A suposição de que *a* é uma marca de Caso leva a prever que a presença desta preposição ocorrerá quando o SN objeto estiver não adjacente ao verbo e quando houver coincidência de traço animacidade entre o SN sujeito e o SN objeto.

A primeira suposição decorre da análise de Stowell (1981) que, tendo em conta dados do inglês, propõe a Condição de Adjacência para atribuição de Caso. Grosso modo, esta condição prediz que um SN, para receber Caso do verbo, precisa estar adjacente e ser regido pelo verbo⁴. As correlações entre as ordens VXO/VO; VS/SV; e OV/VO deverão ser avaliadas.

A segunda suposição tem como base a análise de Lois (1982). Explorando a correlação observada por Rouveret (1980), segundo a qual SNs acusativos ocorreriam preposicionados no espanhol quando o SN sujeito e o SN objeto são ambos ou [+animados] ou [-animados], Lois apresenta uma explicação funcional: a preposição permitiria distinguir o argumento interno do argumento externo da sentença (Ver análise destas propostas no capítulo III).

Tendo em conta esta análise, a correlação entre a presença/ausência de *a* e os traços do SN objeto poderão fornecer informações relevantes.

A variante [+a] ocorre também em construções com reduplicação de clítico. Matos e Duarte (1984) chamam a atenção para o fato de que apenas a preposição *a*, mas não a

preposição para, podem ocorrer nestas construções. O seguinte exemplo é apontado pelas autoras:

(15)a..Isso é-me útil a mim (Matos e Duarte,1984:501)

b.*Isso é-me útil para mim (idem)

Esta especificidade de a em relação às outras preposições, conjugada à especificidade da construção de reduplicação de clíticos em contraposição a outras construções, permite formular a seguinte hipótese: a alteração no sistema de clíticos, já observada no PB, parece contribuir para levar a aumentar a frequência de para e diminuir a frequência de a com SNs dativos e desse modo contribuir para a implementação de uma nova mudança.

2.1.5.1.2 Encaixamento estilístico e social

As formas ele/ela, na posição objeto, "substituem" o clítico, e são estigmatizadas no PB atual. Se [+a] pertence ao quadro I, esta poderia estar presente no sistema como uma forma compensatória. Portanto, a aplicação de uma estratégia de esquiva poderia ser o fator responsável pela ocorrência de [+a] no estágio atual da língua.

A recomendação explícita, presente em algumas gramáticas normativas, a favor do uso de a ele em detrimento de ele reforça a hipótese acima.

(16) "Não devemos pensar que é errado dizer leve a ele, escolheu a nós em vez de levei-o, escolheu-nos. O que é errado, erradíssimo, é dizer leve ele, escolheu-nós. O que não devemos é abusar dessa construção."

(Almeida, 1950:327)

Ainda nas gramáticas normativas, encontram-se frequentes referências a contrastes entre "língua culta" e "língua coloquial brasileira". Leia-se o seguinte comentário a propósito do verbo visar :

(17) "Uma longa tradição gramatical ensina que este verbo é transitivo indireto (...). Na linguagem coloquial brasileira, o verbo constrói-se (...) de preferência com objeto direto."

(Cunha, 1975:355-6)

Nesta passagem a variante [+a] é identificada como forma padrão.

Outras considerações relativas a divergências entre o que aconselha a tradição gramatical e o que está presente na linguagem brasileira contemporânea são encontradas numa

listagem de exemplos coletados por Lessa (1976) em textos de autores modernistas brasileiros.

Lessa chama a atenção para

(18) "a facilidade que os verbos manifestam de, conservando o mesmo sentido, evoluírem quanto à regência (...), passando de transitivos diretos a transitivos indiretos e vice-versa."

(Lessa, 1976:145)

Em sua lista, verbos que, segundo gramáticos tradicionais e filólogos "regem preposição a", aparecem com ou sem preposição na prosa modernista. Informações quanto ao tipo de "regência" mais frequente são oferecidas por Lessa, utilizando um critério especulativo. Um resumo dessas informações aparece abaixo.

 Quadro 2 : Frequência estimativa das variantes [+a] e [-a] na prosa de autores modernistas brasileiros

Verbos	Formas recomendadas	Formas em textos modernistas
agradar	+a	+a > -a
ajudar	+a*	+a < -a
assistir	+a	+a -a
atingir	+a*	+a < -a
avisar	+a*	+a -a
convencer	+a*	+a -a
informar	+a*	+a -a
obedecer	+a	+a > -a
perdoar	+a*	+a -a
presidir	+a -a	+a -a
responder	+a^	+a > -a

O sinal (*) indica que o SN objeto nestes casos é [+animado], já (^) indica a construção responder à pergunta. Os sinais (<) e (>) indica que Lessa afirma ser [+a] maior/menor que [-a]; a ausência de sinal indica que Lessa não apresenta estimativa quanto à frequência.

Nos exemplos arrolados por Lessa, a variante [+a] é a que aparece no rol das formas recomendadas. A variante [-a] aparece uma só vez, e mesmo assim ao lado de outra [+a], conforme mostra o quadro II.

É interessante observar que Lessa não inclui, em sua lista, verbos cuja "regência" recomendada é [-a], embora ocorram com a nos textos modernistas. Esse tipo de fenômeno é referido por Lessa como "verbos transitivos diretos que se tornaram transitivos indiretos". Um exemplo seria (23) (exemplo esse coletado por mim numa crônica de Carlos Drummond de Andrade).

(19) O Rei Malcom agasalhou a todos

Essa omissão, a meu ver, poderia ser interpretada como uma indicação de que as formas [+a] sejam "sentidas" pelo falante contemporâneo como marca de estilo formal, mais cuidado.

As seguintes hipóteses poderiam então ser formuladas:

(20) a variante [+a] seria mais frequente no
estilo mais formal; e

(21) esta variante seria preferida nos testes à variante [-a] no contexto [V ele].

(22) em outro dialeto do português a variante [+a] deveria ser mais frequente, uma vez que a forma [-a] é sentida como traço da "linguagem coloquial brasileira".

cont/

2.1.5.2 Transição

A variação em estudo aqui, em descrições do Português, é tratada como uma reminiscência do Português de estágios anteriores. Leia-se:

(23) "A construção com objeto direto de pessoa [isto é, sem a], frequente no português antigo e médio, é predominante na linguagem coloquial brasileira."

(Cunha, 1975:363, nota 1, grifo meu)

Por português antigo e médio, alguns filólogos, segundo Silva Júnior (1878), referem-se aos períodos correspondentes aos séculos XIII-XIV e XV, respectivamente.

A reconstituição do caminho pelo qual esta mudança operou exige, portanto, a investigação de textos destes séculos, a fim de que se possa investigar seu caminho, buscando definir em que contextos a variação teria ocorrido inicialmente, tendo como critério a frequência.

O percurso da mudança vai desde o século XIV ao século XX. Para descrevê-lo é preciso ter em conta que as alterações sofridas não interferiram na comunicação.

O fator tempo seria, portanto, relevante para se buscar definir os estágios da mudança.

2.1.5.3 Implementação

Por que uma dada mudança ocorre num momento e local particulares? Quais são as pressões sociais e gramaticais que são responsáveis pelo começo de uma mudança? E que pressões levam uma mudança adiante?

O perfil da mudança delineado com base no levantamento preliminar mostrou que sua frequência se mantém em torno de 12 a 18% nos séculos XVI, XVII e XVIII, desce para 0.4% em textos falados no século XX.

Do ponto de vista político-social algumas hipóteses podem ser formuladas, tendo-se em conta alguns fatos históricos. Dois momentos parecem ser importantes: o século XVI, momento em que a mudança se inicia e o século XIX, momento em que a mudança tende a se resolver.

No período de 1580 a 1640 Portugal fica sob domínio espanhol. Os documentos oficiais nesta época apresentam um frequência maior de [+a] do que peças de teatro. Este dado parece indicar que o aumento de frequência no uso de uma construção (e. os acusativos preposicionados) possa ter sido resultado da ocupação espanhola. Pode-se prever que haja maior frequência desse fenômeno no português europeu do que no português do Brasil.

Já no século XIX se observa uma queda na frequência de [+a] no PB. Pode-se supor que tal fato estivesse refletindo a emancipação política do Brasil em relação à Portugal;

neste século o Brasil torna-se uma nação politicamente independente. É também neste século que tipografias são autorizadas a se instalarem no Brasil, o que certamente vai influenciar num maior distanciamento entre o padrão de língua escrita do Brasil e de Portugal.

Outra uma questão concernente à implementação é a seguinte: Que consequências a variação em estudo aqui acarretou (ou está acarretando) ao sistema do Português do Brasil?

Pereira (1981:144) registra a ocorrência de estruturas do tipo [Sintagma nominal-Sintagma sentencial] na fala de informantes não escolarizados, residentes no Rio de Janeiro. Os exemplos abaixo são citados por Pereira.

(24) Queria perguntar ele que (...)

(25) Tentei explicar a ele que a professora (...)

(26) A senhora pede o santo para ajudar

(27) A senhora pede ao santo para ajudar

A presença de preposição com dativos tem sido analisada como marca de Caso, tal como a que precede NPs acusativos (cf. Matos e Duarte, op. cit.). Até que ponto as construções que aparecem em (24) e (26) não seriam um desdobramento do processo que afetou os chamados "objetos diretos preposicionados"? Tal como ocorre no quadro I, as formas com preposição ou sem preposição não conduzem à alteração do papel temático atribuído ao NP objeto, podendo por isso ser tratada como variação.

Em situações de teste estas construções deverão encontrar um índice de aceitação maior entre os jovens do que entre os idosos.

A hipótese de que um mesmo processo é responsável pela presença variável de [a], introduzindo complementos de verbos chamados "transitivos diretos" e "transitivos indiretos", foi responsável pelos diferentes recortes no corpus (cf. seção 2.1.3) e ainda motivou um levantamento preliminar da variação [+a], [-a] e [para] em construções com verbos transitivos indiretos (ver capítulo IV).

2.1.5.4 Avaliação

2.1.5.4.1 Atitude do falante

Como a atitude do falante pode afetar uma mudança linguística? Em que momento da história da língua esta variante entra em desuso?

A julgar pelas recomendações presentes nas gramáticas normativas, conforme vimos, a atitude do falante do PB contemporâneo em relação à forma [+a] não deve ser negativa.

A realização de testes de atitude poderá informar a este respeito.

2.1.5.4.2 O aspecto semântico-funcional

Na literatura linguística há um conjunto substancial de hipóteses sobre o modo como as formas preposicionadas "evitam ambiguidade", facilitando assim a interpretação dos enunciados (Borer, 1984; Lois, 1983; etc).

Não explorarei estas hipóteses, uma vez que (a) não procedi à aplicação de testes psicolinguísticos para avaliar o grau de dificuldade das diferentes construções; e (b) buscarei descrever em termos de condições de licenciamento os casos considerados ambíguos.

Em resumo, as predições formuladas foram as seguintes:

- A. Em testes de atitude a forma [+a] será utilizada como estratégia da esquiva em relação a [V ele];
- B. a deve ocupar uma posição não *final* na hierarquia (14) no PB atual;
- C: a é mais frequente no estilo formal, e mais frequente no PE do que no PB atual;
- D: Dativo sem a é forma inovadora no PB atual.
- E: Condicionamento sintático: Como a é marca de Caso, os fatores internos que devem favorecer sua presença são: não-adjacência e coincidência de traço animacidade entre o NP sujeito e o NP objeto.
- F: O aumento de frequência de [+a] no século XVI é favorecido pelo falar da corte.
- G: O aumento da frequência de [-a] no século XIX resulta da independência entre os padrões de escrita brasileiros em relação aos padrões lusitanos.

2.1.6.1 Fatores internos

A partir do conjunto de contextos apresentados em estudos descritivos, selecionei aqueles em que preposição a poderia ser descrita como marca de Caso.

Para definir os fatores internos a serem testados na análise variacionista, parti de uma noção central da Teoria de Caso: a Condição de Adjacência (Stowell, 1981). Grosso modo, esta condição prediz que um NP, para receber Caso de V, precisa estar adjacente a V e ser regido por esta categoria.

Outra fonte para a definição dos fatores internos foram as conclusões de Lois (1982) sobre o espanhol (cf. capítulo III). Haveria nesta língua uma correlação entre presença de a e coincidência do traço animacidade entre o NP que é argumento externo e o NP que é argumento interno.

Os fatores selecionados aparecem abaixo, acompanhados de uma breve justificacão.

Fator I: Posição do NP em relação ao verbo: à esquerda de V ou à direita de V.

Este fator visa a detectar uma alteracão na ordem canônica VO em contraposição à ordem não-canônica OV. Essa distincão é relevante na medida em que a ocorrência de OV permite avaliar a adequacão da generalizacão observada em várias línguas, segundo a qual NPs preposicionados seriam mais livres que NPs não preposicionados. Se a ordem OV favorece a variante [+a], esta generalizacão mostrar-se-á

adequada aos dados do PB. Além disso, a explicação para a presença de [+a] deverá também mostrar-se adequada para outros PPs em diferentes línguas (Pressupõe-se aqui que a ordem básica seja VO).

A relevância do favorecimento deste fator para a teoria de Caso é algo que será discutido no capítulo IV.

Fator II: Distância entre V e o NP objeto: adjacente a V ou não adjacente a V.

Este fator reflete uma hipótese que pode ser caracterizada como uma interpretação restrita da condição de adjacência,

Este fator avalia se no PB o nível em questão é o da Forma Fonológica.

Fator III: Material que se interpõe entre V o NP objeto: ADV de modo, ADV de tempo e frequência, ADJ ou particípio, NP sujeito ou outros.

Através deste fator visa-se identificar que elemento pode ocorrer entre V e o NP objeto, sem afetar a atribuição de Caso por V.

Fator IV: Realização lexical do NP objeto: NP

quantificado; NP pronominal; Nome próprio,
outros.

Através deste fator visa-se distinguir NPs que só sofrem movimento na Forma Lógica e NPs que sofrem movimento noutra nível. Por esta razão, os NPs quantificados foram distinguidos dos demais. Dentre estes últimos, foram agrupados separadamente os NPs pronominais e outros NPs plenos.

Fator V: Animacidade do NP objeto (+animado/-
animado)

Fator VI: Animacidade do NP sujeito

Estes fatores visam a avaliar se generalizações depreendidas com base em dados do espanhol mostram-se adequadas ao PB. No espanhol, NPs [+animados] exigem preposição *a*. tal exigência tem sido descrita como uma idiosincrasia dessa língua (Chomsky, 1988:110). De acordo com Lois (*op.cit.*), acompanhando Rouveret (1982), a coincidência de traços entre NPs sujeito e NPs objeto seria o fator responsável pela inserção de *a* (ver capítulo III). A verificação dessa através de análise quantitativa visa a captar se haveria semelhança entre os processos de inserção de *a* no espanhol e no PB.

Fator VII: Posição do NP sujeito em relação ao verbo: à esquerda de V ou à direita de V.

Este fator indica a presença de uma estrutura onde não haveria adjacência, mais exatamente, uma estrutura do tipo [V NP_{SUJEITO} NP].

Fator VIII: Tipo de oração (subordinada ou principal)

Este fator visa a verificar se uma generalização presente em diferentes línguas se verificaria no PB. Trata-se da generalização segundo a qual uma mudança afeta inicialmente as orações principais e só mais tarde afeta as subordinadas. Este fator visa também a verificar se o preenchimento da posição Spec de CP favorece a presença de [+a].

Fator IX: Tipo de verbo

Este fator refina ainda mais a hipótese da adjacência. Quatro tipos ou classes de verbos foram apontados, tendo em conta a configuração sintática que determinam na sentença. Uma análise de cada classe será apresentada no capítulo IV. Apenas uma caracterização de cada uma será feita aqui.

O primeiro tipo de verbo são os que atribuem papel temático tema, opcionalmente (cf. Borer, 1984). São verbos que admitem um NP complemento entre o NP preposicionado por a e o verbo. Por exemplo,

(28)a. Afinal, (...) não deu tempo para

avisar todos os deputados (F.27.6.91)

b. Ele já avisou ao pai (novela)

A presença de a com estes verbos indica que o NP [+humano] recebe papel temático beneficiário.

O segundo tipo de verbo são os verbos psicológicos. Estes verbos seriam os que atribuem papel temático experenciador a seu sujeito (por exemplo, amar) ou a seu complemento (por exemplo, preocupar).

O terceiro tipo de verbo são os que "mudam de sentido", por exemplo, visar, assistir, etc. À primeira vista, parece inadequado tratar estes casos como variação, uma vez que duas variantes seriam "duas maneiras de se dizer a mesma coisa", o que significa que não haveria alteração na interpretação semântica.

Entretanto, o rótulo acima é apenas uma maneira já corrente de referência a este conjunto de verbos e não uma descrição dos mesmos. De fato, não há alteração de sentido quando a forma com a ou sem a é utilizada no PB. Vejamos.

(29) e as esqueceram visando o início de
determinada atividade (F.16.7.91)

(30) no momento em que [a Rússia] está tomando
posições visando à abertura de sua economia
(F.22.6.91)

Nos dicionários estes verbos vêm acompanhados de várias acepções, sendo a cada uma recomendada uma "regência". Entretanto, o seguinte comentário segue, via de regra, no final do verbete:

(31)* A regência primária é TI [Transitivo Indireto] visar a. (...) Passou a aceitar tb. a transitividade direta, dispensando a preposição."

(Luft, 1987:534)

A quarta classe de verbos é composta por aqueles que não se enquadram em nenhuma das classes acima.

Um resumo do conjunto total de fatores aparece abaixo.

2.1.7.1 Fatores internos

- i. Posição do NP em relação ao verbo:
à esquerda de V / à direita de V
- ii. Distância entre o verbo e o NP objeto:
adjacente a V / não adjacente a V
- iii. Tipo de material que se interpõe entre o verbo e o NP objeto:
Advérbio;
SN sujeito;
Sintagma preposicional;
Adjetivos;
Outros.
- iv. Realização lexical do SN objeto:
NP pleno (diferente de Nome próprio);
NP pronominal;
NP quantificado;
PN Nome próprio
- v. Animacidade do NP objeto:
NP [+animado]/ NP [-animado]
- vi. Animacidade do NP sujeito
NP [+animado]/[-animado]
- vii. Realização lexical do NP sujeito:
NP pleno
Categoria vazia
- viii. Posição do NP sujeito em relação ao verbo
à direita de V / à esquerda de V

ix. Tipo de oração em que a variante ocorre:

oração principal/oração subordinada

x. Tipo de verbo:

Verbo com tema opcional;

Verbo psicológico;

Verbo que muda de sentido;

Outros.

2.1. .2 Fatores externos

x. Tipo de texto:

crônica

carta

jornal

televisão

entrevista

entrevista livre

xi. Tempo

séculos XIV

XV

XVI

XVII

XVIII

XIX

XX

Passemos agora à análise do corpus sincrônico.

2.2.0 Análise do corpus sincrônico

Nesta etapa serão apresentados os resultados da análise quantitativa de três corpora. O primeiro constitui-se de textos do PB, reunindo 314 ocorrências extraídas do jornal Folha de São Paulo; 314 ocorrências extraídas de peças de teatro brasileiras e 78 ocorrências de a coletadas em entrevistas livres.

O segundo corpus constitui-se, por sua vez, de textos do PE, reunindo 300 ocorrências extraídas dos Jornais Diário de Notícias e Diário Popular, 300 ocorrências extraídas de peças de teatro e ainda 78 ocorrências coletadas em entrevistas livres.

Nos textos de jornais apenas as ocorrências de complementos de verbos transitivos pertencentes a um subgrupo foram consideradas. Este subgrupo foi definido com base no seguinte critério: a ocorrência do verbo transitivo nos enunciados coletados em entrevistas livres e no levantamento realizado por Lessa (1986). Uma lista destes verbos aparece no anexo II.

O objetivo desta seção é fornecer uma descrição do estágio atual do processo de mudança, apontado no levantamento preliminar.

2.2.1 A análise quantitativa

Nesta etapa foram analisados textos de jornais e cartas em dois dialetos do português. A tabela abaixo mostra os resultados.

Tabela 2

Distribuição da variante [+a], segundo estilo e dialeto no português do século XX

	No.	%
Jornal PB	314	32.2
Jornal PE	300	50.2
Teatro PB	300	20.
Teatro PE	300	46.
total	1196	

Esta tabela mostra que no PB [+a] é mais frequente nos jornais do que nas peças de teatro. Estes dados indicam haver uma estratificação estilística.

Apenas os dados extraídos de jornais serão objeto de análise aqui.

2.2.1.1 Linguagem dos jornais no PB

Vejamos a força dos fatores internos. Consideremos inicialmente a distância entre o NP objeto e o verbo.

Tabela 3

Distribuição de [+a] de acordo com a distância entre NP objeto e Verbo

	No.	Total	%
Adjacente	77	274	28.3
Não adjacente	23	40	59.2
Total	100	314	

O fator não-adjacência mostrou-se significativo. Este resultado confirma a hipótese inicial de que a seria preferencial quando o NP objeto não pudesse receber Caso diretamente do verbo. Entretanto, a presença de 40.8% de casos em que não há adjacência e nem por isso a ocorre mostra que o tipo de material que se interpõe entre o verbo e o NP objeto deve ser qualitativamente diferente.

Antes, porém, de examinar que tipo de material é este, retomemos o fator não-adjacência. Este inclui dois outros: ordem OV e estrutura VXO. Consideremos inicialmente a ordem OV.

Tabela 4

Distribuição da variante [+a], segundo a ordem OV/VO

	No.	Total	%
OV	3	3	100
VO	311	98	31.5

Esta tabela mostra que a ordem OV é um fator que favorece [+a]. Um fato importante que esta tabela também mostra é que apenas 0.9% das orações apresenta a ordem OV. Isto indica uma tendência do PB a evitar ordem diferente de VO (o que ficará mais claro no levantamento diacrônico).

Consideremos agora a estrutura VXO. Vejamos que tipo de material se interpõe entre o verbo e o NP.

A tabela abaixo mostra a distribuição de [+a] em relação ao tipo do material X.

Tabela 5

Distribuição da variante [+a], segundo o tipo de material que se interpõe entre V e NP objeto

	Total	No.	%
Advérbio	9	8	88.8
Síntagma preposicional	7	1	14.2
Síntagma adjetival	-	-	-
Doutros	4	2	50.0
Total	20	11	

A tabela mostra que o material que mais favorece [+a] são os advérbios e o item outros. Neste último incluem os itens também e muito. Os advérbios que ocorreram nesta posição foram basicamente, apenas, negativamente e somente.

O advérbio amanhã e outros de tempo ocorreram entre o verbo e o NP objeto, mas não desencadearam a inserção de a. A distinção advérbio de tempo e advérbio de modo é relevante em relação à variação em estudo aqui. Apenas os advérbios de modo favorecem [+a].

Consideremos, a seguir, o fator animacidade do NP objeto. A tabela abaixo mostra a distribuição da variante [+a] em relação a este traço.

Tabela 6

Distribuição das variantes segundo o traço animacidade do NP objeto no PB atual

	No.	Total	%
[+animado]	58	97	59.7
[-animado]	42	217	19.3
Total		314	

Este fator se mostra significativo. Este resultado confirma as conclusões das análises de base especulativa, que apontam o fator [+animado] como um fator que favoreceria [+a].

Passemos agora ao fator tipo de realização do NP objeto. A tabela abaixo mostra os resultados.

Tabela 7

Distribuição das variantes, segundo a realização lexical do NP objeto no PB atual

	No.	Total	%
Nome próprio	8	18	44.4
NP diferente de nome próprio	68	280	24.2
NP quantificado	12	16	75
Total	88	314	

O fator que mais favorece [+a] é o traço quantificação do NP. Do ponto de vista sintático, a quantificação indica que o NP tem um comportamento diverso daquele de outros NPs. A razão pela qual este traço favorece [+a] é uma questão que cabe à teoria gramatical responder.

Vejamos agora o fator tipo de verbo. Para efeito de levantamento considereí apenas as ocorrências de NPs [+animados] junto a verbos psicológicos e a verbos que atribuem tema opcionalmente. A aceção em que normalmente ocorreria a foi a única a ser considerada com os verbos que "mudam de sentido".

Tabela 8

Distribuição das variantes segundo o tipo de verbo no PB

	Total	No.	%
Verbo psicológico	50	12	24.
Verbo com tema opcional	115	59	51.3
Verbos que "mudam de sentido"	54	6	11.1
Outros	95	23	24.2

A tabela mostra que os verbos de "tema opcional" e outros favorecem mais a variante [+a]. É de certo modo surpreendente a porcentagem da classe outros. Vejamos que verbos se incluem aí: atender, ajudar, obedecer, conhecer, etc. Diferentemente dos verbos da primeira e da segunda classe, estes apresentariam o NP objeto adjacente ao verbo. Um ponto comum entre a maior parte destes verbos é que podem apresentar um NP tema como sujeito. Por exemplo,

(32) Isto atende ao seu interesse?

(33) Isto ajudaria a você em alguma coisa?

Esta característica sintática faz com que estes verbos possam ser aproximados dos verbos psicológicos do tipo agradar. É certamente esta semelhança que faz com que estes verbos apresentem complemento com [+a] no PB atual.

Tendo-se em conta que as 314 ocorrências deste corpus foram selecionadas com base no verbo (mais exatamente, na

presença de um dos verbos de uma listagem fechada), uma melhor avaliação deste fator requer que se observe a variação com cada item lexical. Uma lista exhaustiva dos verbos, acompanhada da porcentagem da frequência de [+a] aparece no anexo III.

Tabela 9

Distribuição da variante [+a] de acordo com o verbo no PB atual

Verbos	total	%
Des/agradar	7	57.1
acusar	4	24.
ajudar	22	0.0
assistir	29	6.8
atender	32	34.3
atingir	16	0.0
convencer	4	25.
presidir	4	0.0
resistir	2	50.
responder	16	81.2
servir	4	75.
visar	8	12.5

Chama a atenção nesta tabela a alta variação com os verbos agradar, assistir, atender e visar. Os jornais, por serem meios de comunicação representativos da linguagem padrão, apresentam complementos sem a, embora a forma [+a] seja a que é recomendada pelas gramáticas normativas.

Vejam-se alguns exemplos.

(34) [a creche] que atendia até filhos de pessoas
não vinculadas ao Itamaraty (F.31.5.90)

(35) A indicação de L.P. (...) desagradou PCB,
PSB e PC do B. (F.31.5.90)

(36) Eles assistiram boa parte da elaboração e
acompanhamento dos planos (F.8.4.90)

Passemos agora ao outro fator: o tipo de oração, o que
aparece na tabela 10.

Tabela 10

Distribuição das variantes de acordo com o tipo de oração no
PB atual

	No.	total	%
Principal	45	157	28.6
Subordinada	55	157	35.
Total	110	314	

A frequência de [+a] é maior nas orações subordinadas, o que
indica ser esta variante mais conservadora.

Em resumo, os seguintes fatores favorecem [+a] no PB
atual, na linguagem dos jornais: ordem OV, presença de
advérbios de modo, NP quantificado, verbos com categoria
vazia em posição objeto e oração subordinada. Todos estes
fatores indicam não adjacência entre o NP e o verbo, com
exceção do NP quantificado.

2.2.1.3. Conclusões

Nos textos de jornais do PB ocorreram enunciados com [+a] cujas estruturas manifestam construções representativas de estágios menos recentes língua. Embora tais enunciados não tenham sido considerados para efeito de quantificação, sua ocorrência chamou a atenção porque, tal como [+a], são reconhecidas como peculiar a estágios menos recentes da língua. Os enunciados acima referidos foram objeto de teste de atitude.

Passemos a eles.

(33) Eu fiz ver a ele a enorme responsabilidade
que ele tem como trabalhador (F.16.6.91)

(34) O estado a que deve servir (F.29.5.91)

Construções causativas como (33) não são preferidas no PB. As causativas preferidas são do tipo (35) cuja ordem é [V NP V_{infinitivo}] (nos termos de Baker, 1988, seriam causativas sem incorporação).

(35) Chego à conclusão de que deixar as crianças
assistirem esses programas significa dar-lhes
condições de chegar ao ponto de retorno
(29.5..91)

Como se pode ver, a frequência de [+a] no PB é relativamente menor do que no PE. Neste último o índice de [+a] chega a 100% com alguns verbos, mas não no primeiro.

Se interpretamos estes dados como manifestação de especificidades de cada verbo (ie. traços de subcategorização), torna-se um problema a ocorrência variável de [+a] com os verbos atingir, ajudar, visar, presidir e seguir. Como a presença categórica da preposição ocorre com um número restrito de verbos, pode-se formular a hipótese de que estes últimos seriam resíduos históricos, o que significa dizer que o processo de mudança estaria atingindo tais verbos mais tarde.

Uma observação feita a propósito dos verbos que retêm preposição é que estes poderiam ter como sujeito um NP com papel temático tema, o que por sua vez levaria a atribuir a presença de [+a] à formação de uma estrutura do tipo VS (ver capítulo III).

A hipótese de que certos verbos fariam parte de um conjunto de verbos que apenas mais tardiamente seria afetado pela mudança leva a que se faça a seguinte previsão: numa análise com base no tempo aparente, os mais jovens deverão apresentar uma frequência variável de [+a] com estes verbos. Uma análise variacionista para testar esta previsão não será realizada aqui, devido a limites de escopo do presente estudo.

(38)a. Estrela (...) decide explicar suas razões,
agredindo-nos a nós nortistas e nordestinos
(F.7.6.90)

b. mas estas diferenças nunca chegaram a nos
separar, a nos fazer estranhos a nós mesmos
(F.7.6.90)

Com NPs quantificados em geral a é variável no PB.

(39)a. Parlamentares governistas dizem que C.
recebe a todos de cara fechada (F.27.3.91)

b. não deu tempo para avisar todos os deputa-
dos governistas (F.27.6.91)

A variação ^{parece In. associada} no sistema, um status de variação inerente. Tal status parece confirmar-se pela baixa frequência de [+a] com verbos transitivos em geral no estágio atual e também pela força que o fator representado pelo traço [+quantificado] do NP objeto adquiriu no PB atual.

(40) "uma variação inerente ocorre quando o condicionamento das formas alternantes é, ao menos parcialmente, atribuível a fatores dentro da própria língua, isto é, a variação é condicionada pelo ambiente linguístico do item em questão."
(Downes, 1981:208, tradução minha)

Toda a variação, que configura uma etapa de um processo de mudança, apresentaria, a meu ver, essa característica.

Downes faz as seguintes considerações a propósito destas variações.

(41) "Perhaps the most pervasive and the most significant variability in the linguistic system is termed sentence relatedness, or sometimes stylistic variation. This occurs when two or more stable grammatical structures can be used to "say the same thing"(...). Variables of this kind are difficult to study using quantitative methodology, primarily due to low frequencies of occurrence (Labov, 1972; Romaine, 1982:229f.; Sankoff, 1974). However, explanation of such variant's potential for use in contexts of speech is an important part of the study of the pervasive variability of

language. Some syntactic structures also form implicational scales. Thus suggest that variation on this level also plays a part in linguistic change.

(Downes, 1981:1981:210, grifo meu)

As variantes em estudo aqui parecem poder ser caracterizadas, no estágio atual da língua, como "variação inerente". Seu papel na mudança linguística, ou mais exatamente, o papel desempenhado por esta variação no processo de mudança é algo que se mostra de modo, até certo ponto, claro nos dados, conforme veremos a seguir. Além disso, esta variação é estilisticamente estratificada no PB atual, o que permitiria que escalas implicacionais pudessem ser projetadas. Por exemplo:

(42) a. Se há clítico, há maior produtividade da variante [+a];

b. Se há relativas e interrogativas com sujeito nulo, então haverá maior frequência de [+a].

Para verificar o alcance das escalas implicacionais (42a) e (42b), duas alternativas se colocam: a investigação do PE contemporâneo e a investigação de dados diacrônicos do PB.

A decisão de incluir dados do PE deve-se às especificidades do PE em contraposição ao PB, observadas por Galves, 1984. Segundo esta autora, o PE distingue-se do PB

quanto a um conjunto relativamente grande de traços. Um resumo destes traços aparece abaixo.

Quadro 2

Diferenças gramaticais entre o PB e PE no século XX

	PB	PE
1. Preenchimento de <u>posição</u> sujeito	+	-
2. Preenchimento da <u>posição</u> objeto	-	+
3. Uso de clíticos	-	+
4. <u>ele</u> em <u>posição</u> objeto	+	-
5. Topicalização	-	+
6. Relativa com movimento	-	+
7. Pronome lembrete	+	-
8. Infinitivo flexionado	-	+

O sinal (+) indica maior frequência e o sinal (-) menor frequência. As correlações apresentadas têm uma base especulativa, visto que Galves não explicita ter realizado uma análise quantitativa.

A primeira alternativa constituirá o objeto em análise nas seções (2.3.0) e (2.4.0). A segunda alternativa será objeto da seção (2.2.0).

2.2.2 Análise qualitativa

Nesta etapa do trabalho, reuni 156 ocorrências da variante [+a] em entrevistas livres, isto é, dados coletados em diversas fontes, de modo assistemático. Meu objetivo foi arrolar um maior número de dados para que se pudesse identificar em que contextos esta variante se realiza no português atual, enriquecendo assim o corpus sincrônico.

Dos fatores inicialmente previstos, tomei apenas um subgrupo, mais exatamente, aqueles fatores que, do ponto de vista sintático, mostraram-se significativos na análise de textos jornalísticos.

Consideremos inicialmente apenas os dados do PB.

2.2.1.1. Os dados do PB

O tipo de realização do NP objeto foi o primeiro fator testado. A tabela abaixo mostra os resultados.

Tabela 11

Distribuição da variante [+a] segundo o traço [+quantificado] do NP objeto no PB *atual*

	no.	%
[+quantificado]	19	24%
[-quantificado]	59	76%
Total	78	100

Em 24% dos casos a presença da variante [+a] pode ser atribuída ao fator quantificação do NP. Do ponto de vista sintático, os NPs quantificados se comportam diferentemente dos demais. No nível da Forma Lógica, estes NPs movem-se para uma posição de adjunção a IP ou VP (May, 1985). O fato de estes NPs favorecerem a variante [+a] parece indicar que haveria uma correlação entre presença do marcador a e a propriedade sintática de "sofrer movimento" (ver capítulo III).

Vejamos as ocorrências restantes do corpus, o que equivale a 76% do total. Investiguemos o fator tipo de verbo, identificando quatro tipos de verbos.

Tabela 12

Distribuição da variante [+a] segundo o tipo de verbo no PB		
	No.	%
Verbo com tema opcional	24	40.7
Verbo psicológico	8	13.5
Verbo que muda de sentido	14	23.8
Outros verbos	18	22.0
Total	59	100

Os verbos do primeiro tipo, presentes no corpus, foram servir, ensinar, responder, perguntar, etc. Os verbos do segundo tipo, os psicológicos, foram agradar, preocupar, etc.

As ocorrências do tipo C somam um total de 23 casos. São verbos onde a presença da preposição é descrita como "um fator que altera a interpretação semântica da sentença". Os verbos que ocorreram foram visar, assistir, e atender.

(45) Vieram assistir ao espetáculo?(novela TV)

(46) A iniciativa visa à promoção partidária(Folha)

(47) Os colégios particulares atendem basicamente à de maior renda da população (Folha)

Os verbos do tipo D perfazem 22.0% dos casos, somando um total de 13 ocorrências. Oito destas ocorrências podem ser agrupadas conforme o tipo de construção: (a) mini-orações, (b) interrogativas, (c) topicalizações e (d) NPs com acento contrastivo (cf.(41)).

Do ponto de vista sintático, as três últimas assemelham-se às construções com NP quantificado e por esta razão apresentam preposição a (ver capítulo III).

(48) Ele a quer como quis a tantas outras (novela de TV)

(49) A quem devo convidar? (novela de TV)

(50) O grande felino ataca antes à cabra do que ao homem (documentário de TV)

A ocorrência onde se registrou uma mini-oração foi:

(51) Ele tratava mal a ela (conversa)
de TV)

No PB coloquial, ocorrências do tipo (38) também ocorrem:

(52) Ele trata ela mal

Neste caso a preposição não está presente e o NP aparece adjacente ao verbo.

As seis ocorrências que não se enquadram nos fatores assinalados até aqui aparecem abaixo.

(53) Oh Santa Clara que seguiste a Cristo
(Anúncio de agradecimento em jornal)

(54) Ela [a pena de morte] ainda não atingiu aos
deputados (Comício)

(55) Estou acompanhando ao Delegado Regional do
Trabalho (Entrevista de TV)

(56) Tal revisão (...) sucederá a um plebiscito
sobre o sistema de governo
(Folha de São Paulo)

(57) As pessoas condenam aos empresários
(...) (conversa)

Em Faria (1878) encontrei a expressão acompanhar a como exemplo de uma das "regências" desse verbo. Tais

ocorrências poderiam ser caracterizadas como resíduo histórico.

Vejam os dados do PE.

2.2.1.2 Os dados do PE

Foram analisadas 78 ocorrências da variante [+a] num corpus formado a partir de entrevistas livres, conforme já afirmei. As estruturas com reduplicação de clíticos, somando um total de 31 ocorrências, não foram inseridas aqui. Os fatores selecionados foram os mesmos apontados na análise do PB.

Três ocorrências de NPs quantificados foram verificadas. Os NPs topicalizados, interrogados e com acento contrastivo, juntos, somam um total de 6 ocorrências. Um exemplo de cada tipo aparece abaixo.

- (58) é provável que o Ministério venha a prescindir da acusação a alguns arguídos (Jornal)
- (59) Conheço a quem? À senhora? (E147)
- (60) (...) nem a eles assistir, sempre que isso possa afectar a sua dignidade (Jornal)

Observemos agora a força de atuação do fator tipo de verbo.

Os verbos que atribuem tema opcionalmente são: pagar, responder, servir e obrigar, perfazendo 28 ocorrências.

Ainda na tabela (14) chama a atenção a alta porcentagem de verbos onde ocorre alteração de sentido. São eles: querer, olhar, assistir e puxar. O verbo querer no sentido de amar apresenta preposição, mas no sentido de desejar já não apresenta.

(61) Tanto quero a uma como quero à outra (E.243)

Em textos desde o século XIV encontram-se ocorrências com querer a no sentido de amar. Num poema encontrei este verbo acompanhado de um objeto direto.

(62) porque a donzela nuca verrey/ meus amigos,
emquãt'eu iã uiuer,/ por esso quer'eu muy
grã ben querer/ a esta dona (NN,152)

Parece adequado tratar o verbo querer como um verbo cujo objeto direto apenas opcionalmente se realiza morfofonologicamente. Este verbo não seria, de fato, uma verbo "que muda de sentido" quando a preposição ocorre. A preposição apenas torna claro o lugar sintático de uma NP não fonologicamente realizado.

Consideremos agora o verbo olhar, no sentido de dar importância a.

(63) Uma civilização que já não olha a certos
preconceitos (E 99)

(64) E geralmente nas contribuições não olham
a isso (E 1268)

No PB estas sentenças podem ocorrer sem a ou com a preposição para.

A sentença (65) foi considerada boa em testes com falantes do PB.

(65) Não se preocupe com a organização da casa;
eles não olham estas coisas.

Em (65) olhar está empregado na mesma acepção de olhar a e nem por isso o informante lhe atribui outra interpretação semântica.

A ocorrência de olhar a no PE pode ser vista como um índice de que a presença de preposição é relevante para que o NP não seja interpretado como tema. Se assim for, a presença/ausência de a não poderá ser tratada como variação neste dialeto (ou pelo menos com alguns dos verbos transitivos).

Um outro exemplo semelhante é assistir. No PE usa-se assistir com dois sentidos: prestar socorro e estar presente a como em (66) e (67), respectivamente:

(66) Agentes do PSP vão comparecer para assistir-
rem ao debate (Jornal)

(67) Para assistir os sinistrados no local (...)

(Jornal)

O uso de assistir no sentido de prestar assistência foi observado no PB, mas apresentava preposição a.

(68) (...)mais de quarenta instituições que só assistem a essa faixa etária como treinam profissionais da área de saúde (Revista Veja)

O último verbo deste tipo, que apareceu no corpus, foi puxar. O exemplo segue abaixo:

(69) Há um refúgio na parte decorativa que não puxa à decoração (E474)

Os falantes do PB, consultados por mim, sentiram dificuldade de interpretar este enunciado. Nos testes, a resposta que obtive foi "esta sentença é esquisita" ou "ninguém fala assim".

Em relação ao verbo puxar, tal como querer, a presença da preposição indica a presença de um NP objeto não fonologicamente realizado.

(70) ele puxou ao pai

(71) ele puxou o pai

117

A presença da preposição parece impedir que o papel temático tema seja atribuído ao NP o pai. A estrutura de (59) seria (61).

(72) [NP V e aNP]

Tem-se hoje no PB coloquial o uso do verbo puxar sem preposição, mesmo quando indica herdar as características de alguém.

Esta construção parece ser o resultado não do simples apagamento da preposição, mas a elipse de um sintagma nominal ou preposicional em (73b).

- (73)a. Ele puxou o jeito de sorrir do pai
b. Ele puxou o pai no jeito de sorrir

Nestas paráfrases houve uma alteração nas estruturas. Esta alteração seria:

(74) [V e a NP[^]]

(75) V [NP de NP[^]]

(76) V [NP[^] em NP]

O NP marcado com o sinal (^) é o NP preposicionado com a em (71a). Nas estruturas acima pode-se observar que em (74) NP[^] é dativo. Em (75) NP[^] passa a ocupar a posição adjacente ao verbo.

Este mesmo processo ocorre com o verbo chamar. Como se sabe, no PE diz-se chamar Maria à moça e no PB, chamar a moça de Maria.

Seja qual for a estrutura em questão, um ponto comum entre elas é a presença de NP[^] adjacente a V, quando a não está presente.

Passemos agora aos verbos de tipo B. Os verbos psicológicos encontrados foram: agradar e beneficiar, perfazendo um total de 4 casos.

Um ponto comum ao conjunto das 10 ocorrências restantes é a presença de NPs cujo papel temático é o de locativo.

(77) Visitaram ao Pedrogão (E1108)

(78) Tocam à campanha (AP:201)

(79) E conseguir ensiná-los a ajudar à missa
(E1287)

(80) Ele tinha que ir consultar ao dicionário
(E479)

(81) J.S. irá presidir à sessão de encerramento
dos trabalhos (Jornal)

No PB a forma preferencial é sem preposição, como se pode ver nas sentenças abaixo, formuladas por mim e consideradas boas por falantes do PB por mim consultados.

(82)a. Visitaram o Pedrogão

b. É a primeira pessoa que vai na casa
tocar a campainha

c. E conseguir ensiná-los a ajudar missa

d. Ele tinha de ir consultar o dicionário

e. J.S. vai presidir a sessão de encerramento
dos trabalhos

Encontrei no corpus mais amplo do PE outras ocorrências com estes verbos e nelas a preposição não estava presente, o que mostra que a presença da preposição em (77-81) não se explica como uma idiossincrasia do verbo.

(83)a. Se o primeiro ministro não se dignar a

visitar aquela edilidade (Jornal)

b. Comecei a tocar um pequeno clarinete
(Jornal)

c. V.O. presidiu a sessão de abertura (Jornal)

Diferentemente do que ocorre no PB, é muito frequente no PE o uso de *a* para introduzir NPs locativos (tempo ou espaço). Alguns exemplos seguem abaixo.

(84)a. E tu não fostes deitar a arma

ao rio? (novela de TV)

b. Venho ajudar aos almocos (E363)

c. Uma casa muito antiga à parte baixa do
castelo (E206)

d. Eu ia lá fazer limpeza ao quarto (novela de TV)

A comparação de (77-81) e (82) parece indicar que certos NPs locativos podem ocupar a posição de complemento do verbo em ambos os dialetos, só que no PB este processo estaria mais acelerado.

As 4 ocorrências restantes aparecem listadas abaixo.

(85) (...)o que permite ter elementos para aferir com rigor à sua fiabilidade (Jornal)

(86) e a gente vai procurar a seus lavradores (E171)

(87) A seguir aos escriturários, há (...) (E.M.)

(88) E lá joga-se à bola (E1287)

Estes enunciados formam apenas 5.1% do corpus total e podem ser classificados como dados que escapam aos fatores acima testados. Nos dicionários estes verbos são considerados transitivos diretos, com complemento não preposicionado.

Comparemos agora os dados dos dois dialetos.

2.2.1.4 Comparação dos resultados do PB e PB

Supondo-se que estes corpora retratam uma distribuição geral das construções com a nos dois dialetos, a frequência relativa de cada grupo forneceria uma pista sobre os

contextos em que *a* ocorre no estágio atual da língua e em que proporção.

Retomemos o número de ocorrências de cada fator analisado, fazendo-o acompanhar da respectiva porcentagem.

Tabela 13

Distribuição da variante [+a] no PB e no PE segundo fatores de ordem sintática em entrevistas livres

	PB		PE	
	No.	%	No.	%
NPs quantificados	19	24.4	03	3.8
NPs topicalizados	2	2.6	02	2.6
NPs com acento contrastivo	1	1.2	01	1.2
NPs interrogados	1	1.2	03	3.8
Verbo com tema opcional	19	24.4	33	42.4
Verbo psicológico	7	9.0	04	5.2
Verbo cujo sentido altera-se	7	9.0	28	35.8
Mini-orações	4	5.1	00	00
Outros	6	7.8	04	5.2
Total	78	100	78	100

Uma conclusão geral que se pode tirar das diferenças de frequência dos dados analisados nesta seção é que os contextos em que [+a] ocorre no português contemporâneo podem ser descritos num restrito número de tipos. O uso de *a* no PE é mais frequente com verbos que atribuem tema opcionalmente e verbos que apresentam mudança de sentido. Além disso, *a* é usado para indicar locativos, como em

Tocaram à campanha e na reduplicação. No PB ambos os usos não se apresentam (ou melhor, são esporádicos).

Por outro lado, a é menos frequente do que no PB quando introduz NPs quantificados.

A comparação dos resultados deve, entretanto, ser feita com cuidado especial. Embora a preposição a ocorra nos mesmos contextos nos dois dialetos, a investigação da alternância a/zero exige uma seleção de contextos mais refinada.

Os contextos selecionados por mim, assim como os dados referentes à frequência, servem apenas como contraparte aos dados do PB. Meu critério para selecionar as ocorrências do PE, a serem quantificadas, foi utilizar os padrões adequados ao PB. Isto é, todas as ocorrências em que [+a] e [-a] seriam "duas maneiras de se dizer a mesma coisa".

Em outras palavras, meu procedimento foi o seguinte. Ao considerar as formas agradar a e agradar, por exemplo, tomei-as como sinônimas, visto que para os informantes brasileiros consultados, ambas podiam indicar causar prazer a. Uma informante do PE, testada por mim, não identificou estas duas formas como "duas maneiras de se dizer a mesma coisa". Para ela, as sentenças "tinham significado diferente".

Em resumo, o tratamento dos dados do PE requer uma investigação mais detalhada, mas, quanto ao PB, a presença de variação é clara.

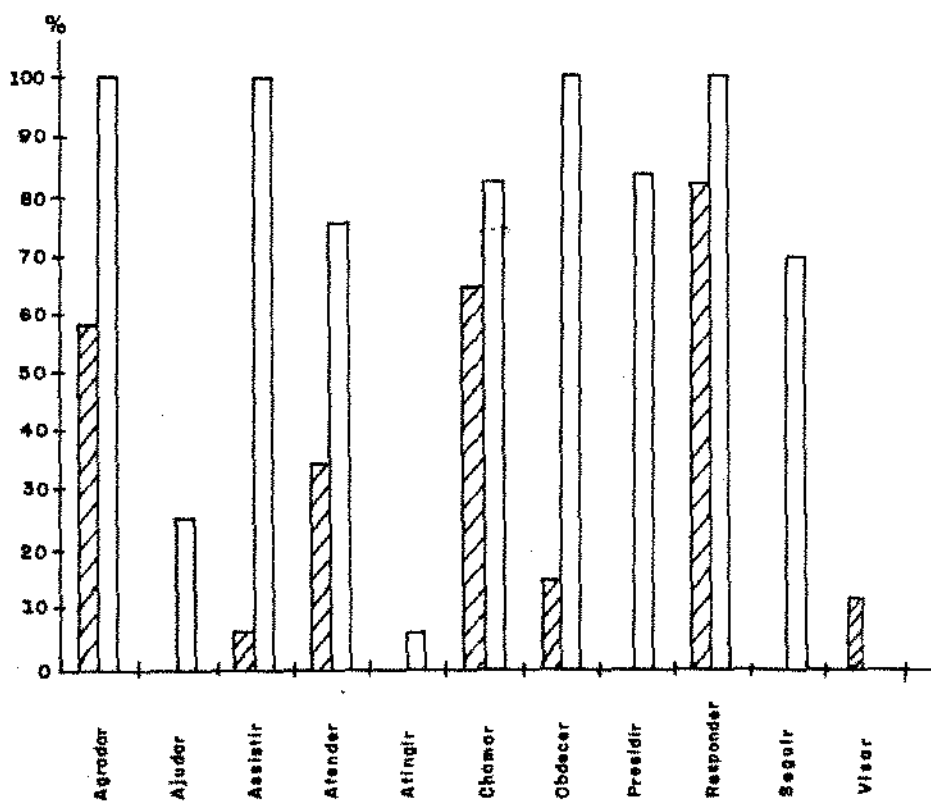
Em relação à reduplicação especificamente, um dado curioso deve ser colocado. Os falantes do PE, consultados por mim, manifestaram uma atitude negativa em relação às construções com reduplicação. Afirmaram que apenas na fala de pessoas sem instrução seriam encontradas tais construções. Observei, entretanto, a ocorrência de tais construções em peças de teatro, que retratavam a fala de pessoas de classe média. A frequência de reduplicação foi, entretanto, muito baixa (apenas 2% dos clíticos são reduplicados) em relação aos acusativos. Em relação aos dativos a frequência é mais alta.

2.3.0. Linguagem dos Jornais no PE

Devido às restrições apontadas na conclusão da seção anterior, os dados do PE não serão analisados em detalhe. Passarei à listagem da frequência de *a* com verbos que incluídos na tabela 9. O diagrama 4 apresenta um quadro comparativo da frequência de [+a] com estes verbos nos dois dialetos.

Diagrama 2

Distribuição das variantes de acordo com o verbo no PB e no PE no século XX



Como se pode ver, a frequência de [+a] no PB é relativamente menor do que no PE. Neste último o índice de [+a] chega a 100% com alguns verbos, mas não no primeiro.

Se interpretamos estes dados como manifestação de especificidades de cada verbo (ie. traços de subcategorização), torna-se um problema a ocorrência variável de [+a] com os verbos atingir, ajudar, visar, presidir e seguir. Como a presença categórica da preposição ocorre com um número restrito de verbos, pode-se formular a hipótese de que estes últimos seriam resíduos históricos, o que significa dizer que o processo de mudança estaria atingindo tais verbos mais tarde.

Uma observação feita a propósito dos verbos que retêm preposição é que estes poderiam ter como sujeito um NP com papel temático tema, o que por sua vez levaria a atribuir a presença de [+a] à formação de uma estrutura do tipo VS (ver capítulo III).

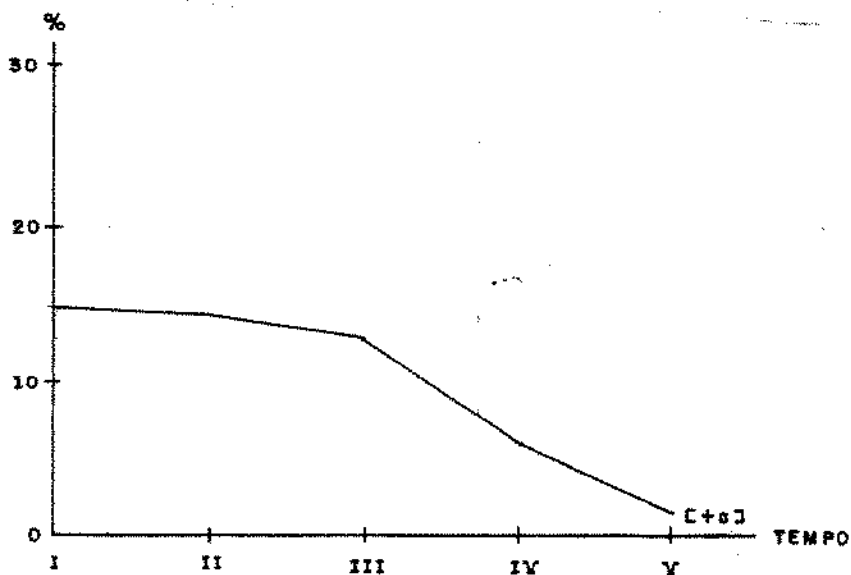
A hipótese de que certos verbos fariam parte de um conjunto de verbos que apenas mais tardiamente seria afetado pela mudança leva a que se faça a seguinte previsão: numa análise com base no tempo aparente, os mais jovens deverão apresentar uma frequência variável de [+a] com estes verbos. Uma análise variacionista para testar esta previsão não será realizada aqui, devido a limites de escopo do presente estudo.

2.3.0 A análise quantitativa: corpus diacrônico

2.3.1 Introdução

A análise quantitativa mostrou que o fenômeno de variação [+a]/[-a] configura uma mudança linguística. Seu perfil aparece no diagrama (2), abaixo.

Diagrama 3. : Distribuição das variantes [+a] e [-a] por período de tempo no PB em relação ao conjunto total dos verbos transitivos



A variante [-a] concorre com a variante [+a] em todos os períodos de tempo e é preferida.

A tabela 14 apresenta o resultado numérico e percentual dos dados analisados.

Tabela 14

Distribuição das variantes por período de tempo no PB

Tempo	I		II		III		IV		V		Total
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	
[+a]	045	14.8	044	14.4	039	12.7	018	5.9	05	1.7	151
[-a]	257		261		266		284		298		1357
Total	302		305		305		302		294		1508

O percurso que a variante [+a] descreve mostra que sua frequência foi mais alta nos séculos XVI, XVII e XVIII e decresceu acentuadamente no século XIX.

Farei a seguir uma análise do corpus diacrônico, com o objetivo de verificar que fatores atuam e qual a força de cada um em termos de favorecimento ou não favorecimento da variante [+a].

2.2.2 Os fatores internos

A tabela (15) apresenta os resultados relativos ao fator adjacência.

Tabela 15

Porcentagem da variante [+a] quanto à adjacência entre V e NP objeto no PB nos cinco períodos de tempo no PB

Fator	No.	Total	%
Adjacência	083	1211	6.8
Não adjacência	068	297	22.8
Total	151	1508	

A não adjacência favorece a ocorrência de [+a]. Este resultado reforça a hipótese inicial de que a seria marca de Caso?

O fator não-adjacência engloba dois outros, representados respectivamente pelas estruturas VXO e OV. Na primeira, a presença de um elemento se interpõe entre o verbo e seu complemento. Na segunda, o próprio SN objeto se coloca à esquerda de V. Em ambos os casos tem-se como resultado a não adjacência à direita.

Para verificar qual das duas estruturas favorece [+a], procedemos à quantificação, separadamente, de cada uma das estruturas. Os resultados aparecem nas tabelas (16) e (17), a seguir.

Tabela 16

Distribuição da variante [+a] em relação às estruturas VXO e VO nos cinco períodos de tempo no PB

	No.	Total.	%
VXO	41	242	16.9
VO	92	1187	7.7
Total	133	1429	

A frequência da variante [+a] é maior na estrutura VXO do que na estrutura VO, respectivamente, 16.9 e 7.7.

Vejamos agora o fator relativo à ordem verbo e objeto.

Tabela 17

Distribuição da variante [+a] em relação às estruturas OV e VO através do tempo no PB.

Fator	No.	Total	%
OV	24	79	30.3
VO	92	1187	7.7
Total	116	1266	

A estrutura OV favorece significativamente a variante [+a] em relação à ordem VO, mas ainda aqui a variante preferida é [-a].

Encontrei no corpus enunciados como (31), em que um SN sujeito se interpõe entre o verbo e o objeto.

(31) não se admire de assinalar eu o cidadão e o poeta (XIX,JA)

A ordem VS com verbos transitivos, tal como em (31), tem sido apontada como um fenômeno de mudança. Tais estruturas são raras no PB atual (Lira, 1983; Berlinck, 1987). Vejamos se a estrutura VS favorece as variantes em estudo aqui. A tabela 18 mostra os resultados.

Tabela 18

Distribuição das variantes segundo a ordem SV e VS nos cinco períodos de tempo no PB

	No.	Total	%
VS	05	24	20.8
SV	146	1484	9.8
Total	151	1508	

A ordem VS favorece a variante [+a]. Como a ordem VS é não básica no PB atual, comparemos, no eixo de tempo, as ocorrências desta ordem com outra também não básica no PB atual: a ordem OV.

A tabela 19 mostra a frequência das ordens VS, OV e também da estrutura VXO.

Tabela 19

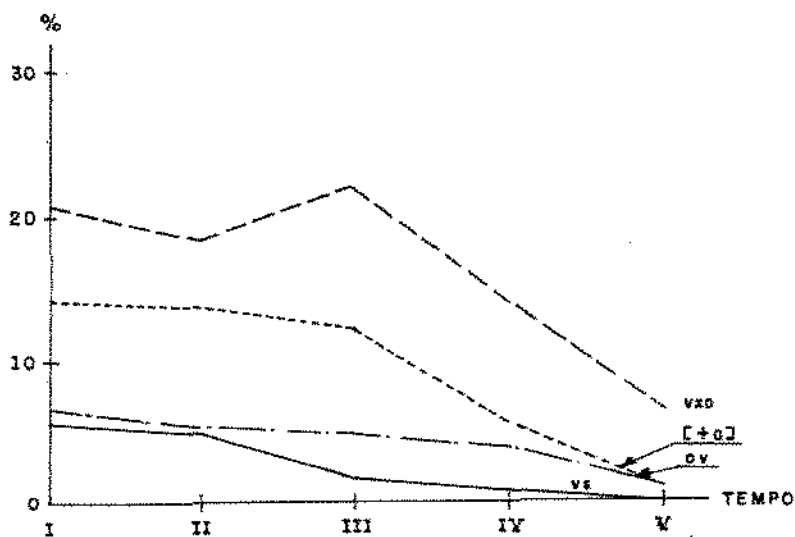
Número e porcentagem das ocorrências de VS, OV e VXO em cinco períodos de tempo no PB

	I		II		III		IV		V	
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%
VS	21	6.9	13	4.2	06	1.9	02	0.6	00	-
OV	24	7.9	20	6.5	16	5.2	13	4.3	05	1.7
VXO	62	20.5	55	18.	68	22.2	45	14.9	22	7.4

Observa-se uma frequência decrescente nas três ordens que favorecem [+a]. No século XIX quando a queda da frequência de [+a] é acentuada, o mesmo acontece com as três ordens acima. Essa tendência comum fica mais clara no diagrama 5, onde a variação [+a]/[-a] aparece também representada.

Diagrama

Distribuição da construção VXO, ordem VS, ordem OV e variantes [+a] e [-a] em cinco períodos de tempo no PB



O diagrama 4 mostra haver certa concomitância na diminuição das frequências das estruturas [OV], [VS] e [+a] no eixo do tempo. Esse processo atuou de forma mais acelerada em relação à ordem VS. Esse conjunto de alterações sugere estar havendo um rearranjo no sistema, detectado no nível da ordem dos constituintes em estruturas com verbo transitivo.

Essa parece indicar ser adequado um tratamento da variação [+a] / [-a] como fenômeno sintático, afastando-a de considerações de ordem lexical, mais exatamente, de "problemas de regência", para inseri-la num quadro onde se circunscrevem problemas relativos à configuração estrutural da sentença.

Uma evidência a mais a favor desta análise pode ser encontrada, se retomarmos com mais detalhe os séculos VXII e XVIII no PB, observando um tipo de sequência em que apenas um verbo ocorre. Desse modo, poderão ser visualizadas outras alterações diferentes de (a). O verbo ao qual me refiro é o verbo guardar.

Durante a análise dos dados, observei uma alta frequência do verbo guardar na despedida das cartas. Dentre as normas a ser seguidas na redação das cartas ao rei, o padrão sugerido era "Guarde Deus a V.Mgde".

Dado o número alto de ocorrências, optei por não incluí-las no levantamento global, mas tratá-las à parte. Reuni 300 ocorrências, distribuídas do seguinte modo: 150 do século XVII, coletadas em cartas escritas pelo Padre Vieira, correspondendo a três períodos de sua vida. Outras 150 ocorrências foram extraídas de cartas escritas por brasileiros no século XVIII. Os resultados foram reveladores, conforme veremos a seguir.

Através da análise das ocorrências nas cartas de Vieira, pôde-se observar uma tendência ao uso de SV, substituindo VS. Um exemplo de cada uma das ordens aparece abaixo.

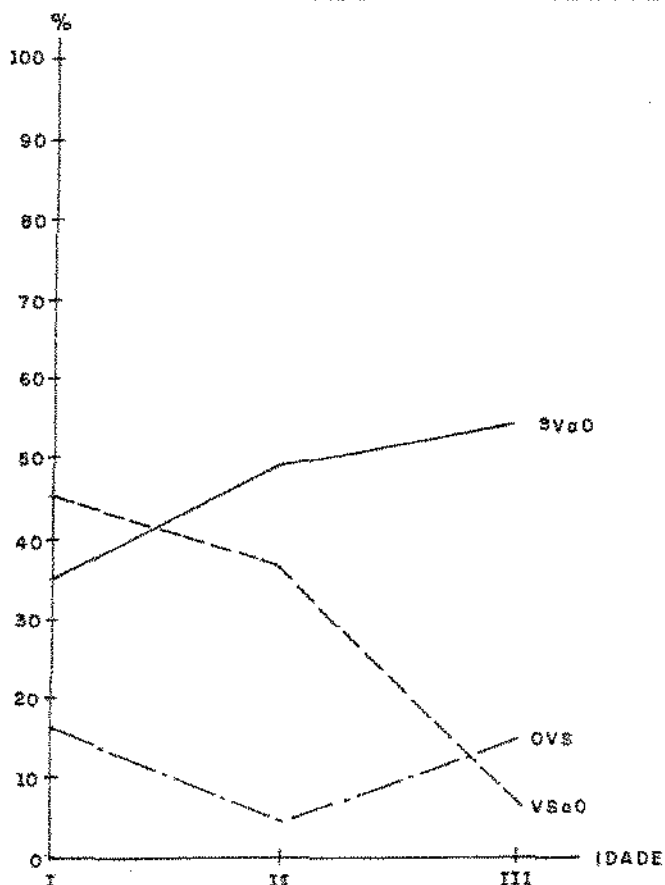
(94) Guarde Deos a V.Exa. muitos anos (AV)

(95) Deus guarde a V.Exa. muitos anos como
desejo (AV)

Como três períodos da vida de Vieira haviam sido retratados, o diagrama abaixo mostra uma análise do século XVII com base no tempo aparente.

Diagrama 5

Distribuição da variante [+a] em três períodos de tempo no século XVII

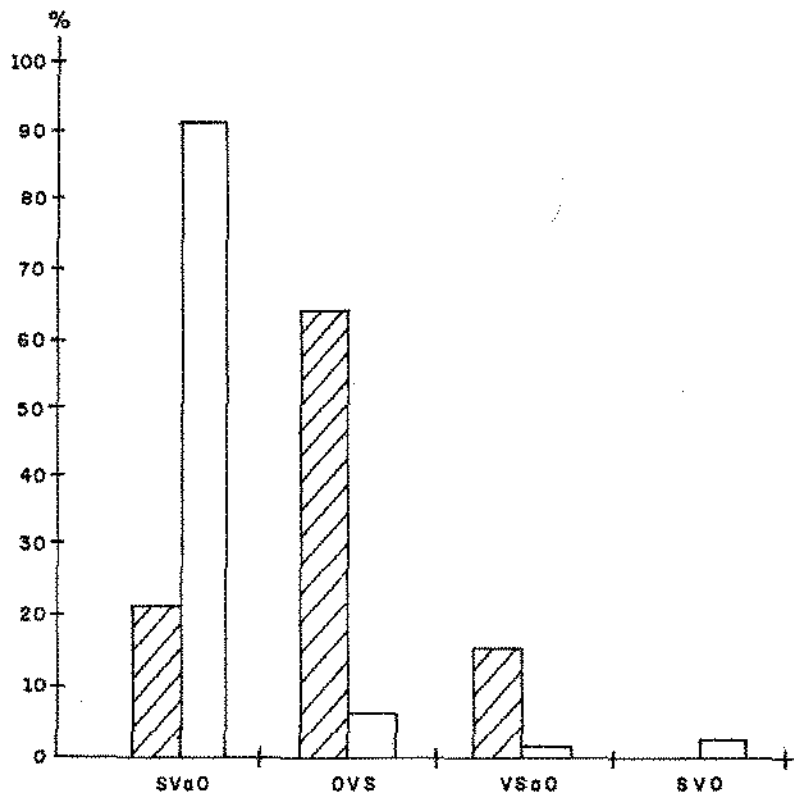


O diagrama mostra três tipos de construção. A frequência de SV é crescente e de VS é decrescente. A ordem OVS apresenta também um pequeno crescimento, entretanto, bastante inferior a SV.

Consideremos agora o diagrama abaixo, onde estão representadas as porcentagens da frequência das diferentes ordens nas cartas dos séculos XVII (barra hachurada) e século XVIII (barra lisa) no PB.

Diagrama 6

Distribuição das ordens VSO, OVS e SVO em cartas dos séculos XVII e XVIII do PB



Este diagrama confirma, com base no tempo real, a tendência à ordem SV, depreendida com base no tempo aparente no diagrama 6. Mostra também que estruturas do tipo SVO sem a ocorrem nestas construções só no século XVIII, isto é, depois que SV alcança mais de 90%.

A análise das sentenças com verbo guardar mostrou um outro fato interessante, que seria oportuno ressaltar aqui. Trata-se das seguintes alternâncias na forma do complemento:

- (96) (=94) Deus guarde a V. Mage. (AV)
 (97) Guarde Deus a Real Pessoa de V. Mage. como desejo e havemos mister (AV)
 (98) A muito alta pessoa de V.A. guarde Deus (AV)

Em (93) parece ter havido o preenchimento da posição objeto. Seria algo semelhante a $[[V_ NP] > [V NP aNP]]$ e o uso da preposição de ao invés de a. Ambos os processos podem ser observados no PB atual, quando se comparam dados do PB e do PE. Vejam-se:

- (99) Se dói a cabeça à uma, dói logo tudo à outra (PE, E)
 (100) Se dói a cabeça de uma, dói logo tudo da outra (PB, paráfrase)

Outros enunciados reveladores do processo $[a > de]$ aparecem nas cartas do século XVIII, com o verbo beijar.

- (101) Beijo as mãos à V. Exa. (PE)
 (102) Beijo as mãos de V. Exa. (PB) (GPG)

A partir destes dados, algumas correlações parecem poder ser apontadas.

Vejam os agora a força do fator tipo de realização lexical do NP objeto. São quatro as possibilidades consideradas: nome próprio, "pronome de tratamento", NPs quantificados, como alguns meninos e outros nomes. Por pronome aqui refiro-me a formas de tratamento do tipo Vossa Excelência, Senhor/Senhora etc. As corências do tipo a ti, a mim não foram consideradas, já que a presença de a é categórica nestes casos, a partir do século XVI.

A tabela 20¹⁰ mostra o número e a porcentagem de ocorrências dos tipos de NP no corpus em relação às variantes.

Tabela 20

Distribuição da variante [+a] por tipo de NP nos cinco períodos de tempo

	I		II		III		IV		V	
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%
pronome	19	36.8	15	46.6	08	37.5	14	64.2	13	00
nome próprio	10	90.0	07	42.8	19	63.1	12	8.2	15	4.2
quantificado	38	10.5	20	35.0	31	9.6	24	4.1	11	9.0
outros	235	10.6	263	10.3	247	6.4	251	2.7	256	1.1
Total	302		305		305		302		294	

Esta tabela mostra uma alta frequência de "pronomes" no século XIX. Um fato interessante é que muitos destes "pronomes" entraram em desuso. A forma V. Exa., por exemplo, só aparece em cartas, hoje, em condições muito específicas. No século

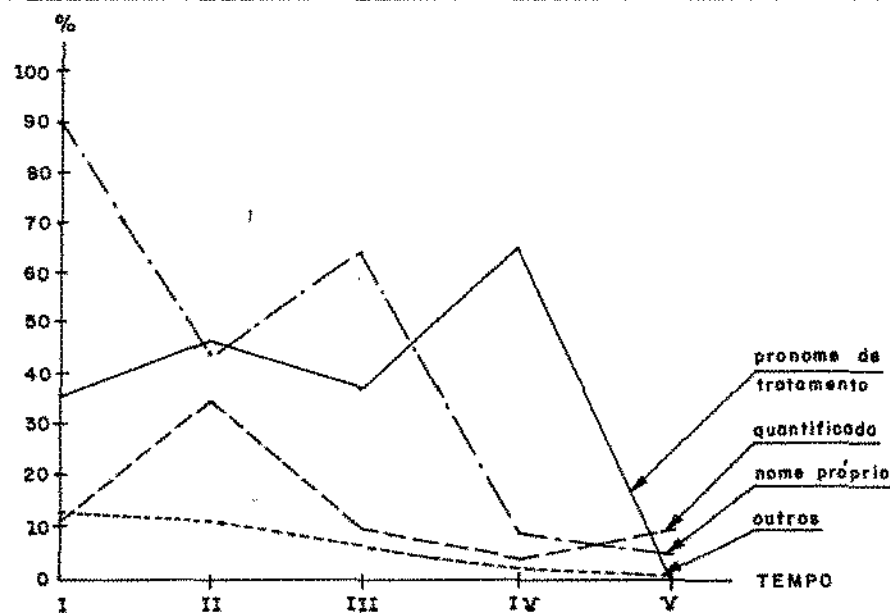
XIX este era o tratamento dispensado por um compadre a outro. Vejamos um exemplo:

(104) Parece-me que estou vendo a V.Exa. já enfadado
(CAA, XIX)

Em relação aos quatro tipos de realização lexical, pode-se observar a presença de uma tendência ao uso cada vez menor de [+a]. A única exceção é com NPs quantificados. O diagrama 4 mostra isso.

Diagrama 4

Distribuição das variantes de acordo com o tipo de realização do NP em cinco períodos de tempo no PB



O perfil da frequência dos diferentes tipos de NPs mostra que inicialmente os nomes próprios eram preferencialmente marcados por a, no século seguinte esta preferência recai

sobre os "pronomes de tratamento", no século seguinte recai sobre os nomes próprios novamente e no século XIX sobre os "pronomes de tratamento". Uma distinção entre nomes [+animados] e [-animados] poderá captar mais adequadamente os fatos retratados neste diagrama. Vejamos então o traço animacidade.

A tabela abaixo mostra a atuação deste fator no cinco períodos de tempo.

Tabela 21

Porcentagem da variante [+a] em relação ao traço animacidade do NP objeto em cinco períodos de tempo no PB

Fator	No.	Total	%
[+animado]	110	324	33.9
[-animado]	046	1184	3.4
Total	151	1508	

Este fator mostra-se significativo. Vejamos agora a distribuição das variantes, tendo em conta apenas os NPs [+animados], nos cinco períodos de tempo.

Tabela 22

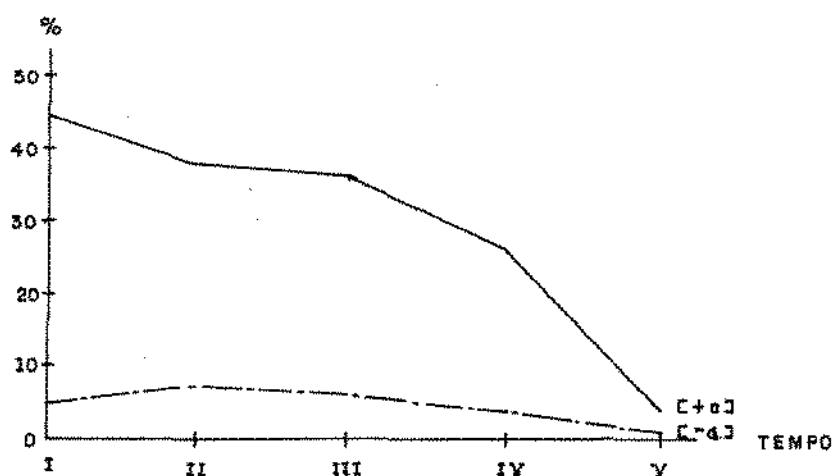
Distribuição das variantes em relação ao traço [+animados] por período de tempo no PB

	I		II		III		IV		V	
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%
[+animado]	77	44.1	70	38.5	65	36.9	38	26.3	62	3.2
[-animado]	225	4.8	235	7.2	240	6.2	264	3.0	232	1.0
Total	302		305		305		302		294	

O diagrama abaixo mostra a distribuição das variantes, levando-se em conta apenas os NPs [+animados].

Diagrama 8

Distribuição das variantes com NPs [+animados] em cinco períodos de tempo no PB



Como se pode ver, a frequência da variante aumenta significativamente.

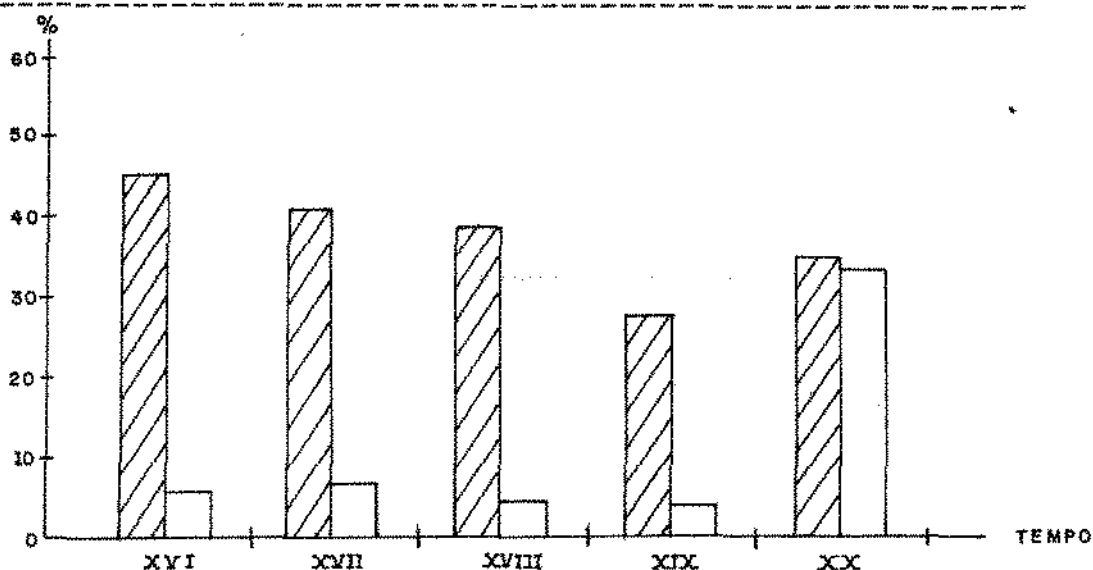
Inicialmente correlacionamos a preferência pelo traço [+animado] à frequência com que NPs [+animados] ocorrem como dativos. Como NPs acusativos [+animados] são preferencialmente marcados por [+a], a hipótese de que um mesmo processo seria responsável pela presença de [+a] com dativos e com acusativos parece ser procedente.

Comparemos agora a força do fator animacidade, quando o NP sujeito e o NP objeto apresentam ambos o traço [+animado].

O diagrama abaixo mostra a distribuição das variantes quando há coincidência de traços (barra hachurada) e quando não há coincidência de traços (barra lisa).

Diagrama 9

Distribuição das variantes em relação ao traço animacidade do NP sujeito e do NP objeto no PB em cinco períodos de tempo



Quando há coincidência de traços entre o NP sujeito e o NP objeto, a frequência de [+a] aumenta significativamente.

É importante ressaltar que tal favorecimento tende a ser menor no século XX, quando a variação se restringe apenas a alguns verbos.

A hipótese de que algum tipo de processo compara os traços do NP objeto e do NP sujeito parece procedente. Tal processo entretanto deixa de atuar no século XX: apenas neste século a coincidência de traço [+animado] entre os dois NPs não favorece [+a].

dois NPs não favorece [+a]. Esta correlação é observada por Rouveret (1982) em dados do espanhol. Lois (1983) atribui uma interpretação funcional a este mecanismo: sua função seria distinguir o argumento interno (ie. objeto direto, no caso) e o argumento externo (ie. o sujeito) da sentença; tanto restrições seletivas quanto estruturais atuariam (ver capítulo III).

Como esta correlação se mostra quantitativamente significativa no tratamento de [+a] no PB, os fatores estruturais que atuariam no espanhol, segundo Lois, também poderiam estar atuando no PB. Este fato é importante porque permite, por sua vez, correlacionar a variação <a> com alterações na estrutura da sentença, reforçando assim as conclusões referentes à análise do diagrama 5.

Passemos agora ao fator tipo de verbo. Duas classes serão definidas: verbos tipo (A), que inclui verbos com tema opcional, verbo psicológico e verbo que "muda de sentido"; verbos tipo (B), que inclui os demais.

Tabela 25

Distribuição das variantes segundo o tipo de verbo por período de tempo no PB

Fator	No.	Total	%
Verbos tipo A	81	184	44.0
Verbos tipo B	70	1324	5.3
Total	151	1508	

Este fator mostrou-se quantitativamente significativo. Os verbos de tipo A favorecem a variante [+a], embora [-a] seja a preferida.

Observemos, a seguir, a tabela 26 onde aparece a distribuição das variantes por tipo de verbo, nos quatro períodos de tempo.

Tabela 26

Distribuição das variantes [+a] e [-a] por tipo de verbo nos cinco períodos de tempo no PB

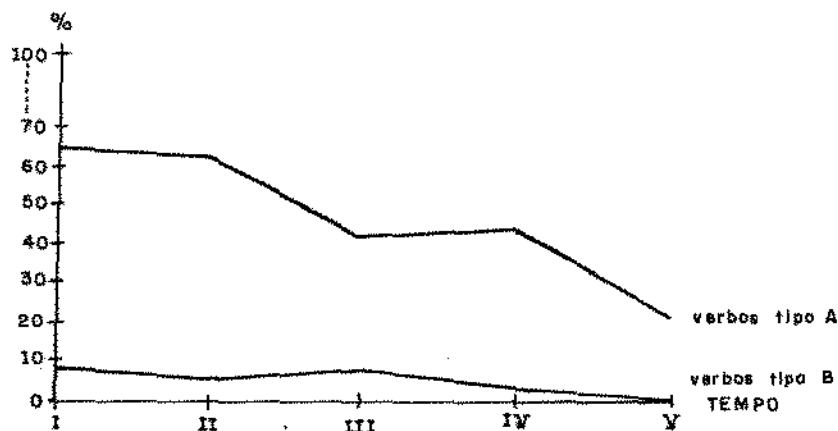
	I		II		III		IV		V	
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%
Verbos tipo A	36	66.6	37	64.8	42	40.4	40	15	29	20.6
Verbos tipo B	266	9.3	268	7.4	263	8.3	262	4.5	265	0.0
Total	302		305		305		302		294	

A tabela 21 mostra que a variante [+a] supera a variante [-a] com verbos do tipo A até o século XVII. Com os dois tipos de verbo, a variante [+a] vai-se tornando cada vez menos frequente. A diferença entre a frequência das variantes com verbos do tipo B chega a alcançar 9% nos cinco estágios.

A distribuição das duas variantes aparece no diagrama abaixo.

Diagrama II

Distribuição das variantes segundo o tipo de verbo em cinco períodos de tempo.



Observa-se aqui que o tipo de verbo é um fator que favorece significativamente a variante [+a].

Os resultados apresentados na tabela 26 e no diagrama II sugerem que o tipo de verbo seria o fator responsável

pela variação, o que reforçaria a tese dos gramáticos tradicionais de que o problema em discussão é um problema de "regência" verbal, diferentemente da hipótese central sustentada aqui. Entretanto, a presença de mudança mesmo com verbos do tipo B confirma haver um condicionamento sintático, o que reforça nossa hipótese. Além disso, o fato de [-a] ser preferida por todos os verbos nos estágios mais recentes da língua poderá não ser visto como mera coincidência.

Consideremos mais de perto os verbos do tipo A. Cada uma das subclasses definidas aparece quantificada separadamente.

Tabela 25

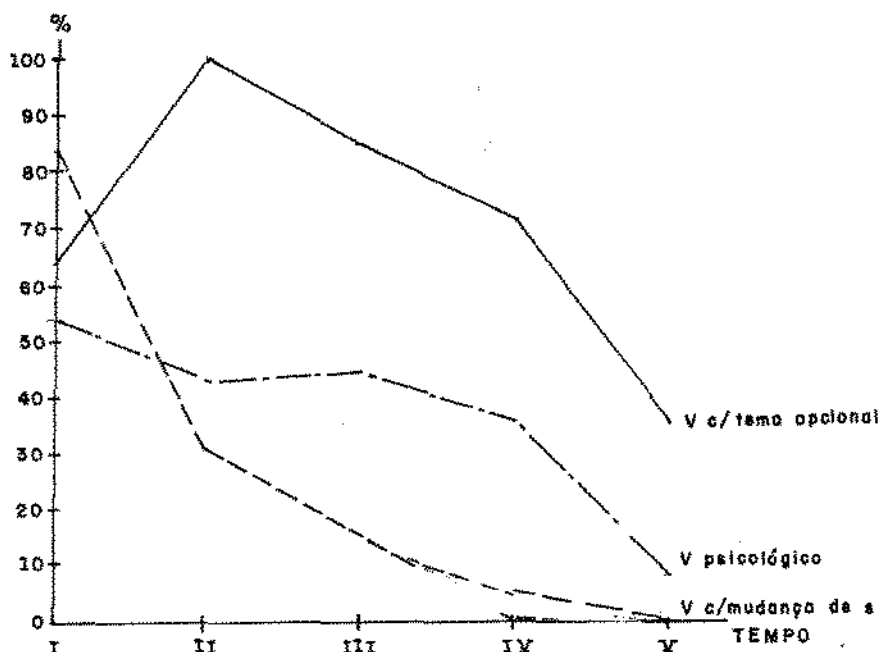
Distribuição das ocorrências de [+a] com verbos do tipo A em cinco períodos de tempo no PB

	I		II		III		IV		V	
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%
V c/tema opcional	11	63.6	4	100	13	84.6	7	71.4	11	36.6
V psicológico	13	53.8	14	42	16	43.7	16	37.7	12	8.3
V c/mudança de s.	6	83.3	13	30.7	6	16.6	17	5.8	09	00.
Total	30		31		35		23		23	

é nos verbos com tema opcional é que a variante [+a] é mais frequente, embora se possa observar a atuação da mudança também aí. Com verbos psicológicos a frequência permanece mais estável até o século XVIII, mas logo em seguida

Diagrama 11

Perfil da frequência das variantes em relação às três subclasses de verbos do tipo A no PB em cinco períodos de tempo



Um fato interessante é o padrão do perfil nas três classes. Há uma queda acentuada em todos, só que em períodos distintos. A mudança atuou mais aceleradamente com os verbos de mudança de sentido, e menos aceleradamente com verbos de tema opcional e de modo ainda menos acentuada com os psicológicos. O período em que há queda acentuada com os diferentes tipos são, respectivamente, I, II e III. O perfil dos verbos psicológicos é relativamente mais constante nos três primeiros períodos.

Supondo-se que uma categoria vazia se coloca entre o NP preposicionado e o verbo, nos verbos psicológicos haveria

uma categoria vazia coindexada com o NP sujeito (no período de tema opcional), esta categoria vazia seria aquela que possui papel temático tema. A mudança teria sido mais gradativa quando a categoria vazia seria coindexada com o NP sujeito, o que indica uma ordem subjacente VS.

Vejam os a seguir a força do fator: tipo de oração, investigando se o NP objeto [+a] ocorre com mais frequência na oração principal ou na subordinada. Pode-se prever que haverá maior frequência de [+a] nas subordinadas, já que esta variante apresentou um perfil descendente nas demais tabelas.

Tabela 26

Frequência da variante [+a] de acordo com o tipo de oração, por período de tempo no PB

	I		II		III		IV		V	
	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%
Subordinada	79	15.1	62	10.1	86	15.1	63	12.6	79	31.7
Principal	223	14.7	242	12.3	218	11.9	239	4.1	215	1.3
Total	302		305		305		302		294	

No período I a frequência da variante [+a] nos dois tipos de oração não é significativa. No período II, a frequência é maior nas orações principais. No período III a frequência começa a tornar-se maior nas subordinadas. Esta tendência acentua-se no período subsequente. No século XX a frequência da variante decresce em ambos os tipos de oração.

Estudos sobre mudança sintática têm mostrado que as inovações afetam inicialmente as orações principais e por último as subordinadas, conforme já mencionamos. Esta correlação pode ser observada na tabela (26). Esta distribuição parece indicar que os séculos XVI e XVII foram o período de implementação de [+a].

A variante [-a], preferida no PB, é sempre apontada como uma reminiscência do português dos séculos XV e XVI. É nos textos quinhentistas que se apresentam construções do tipo obedecer ele (Dias, 1917). A análise de cartas escritas no Brasil mostrou que é a partir de meados do século XVI é que [+a] cresce. Essa divergência faz supor que haveria neste século uma estratificação estilística significativa. Para avaliar essa hipótese, procedi à análise de peças de teatro do século XVI em Portugal. O resultado aparece na tabela abaixo.

Tabela 27

Distribuição das variantes em cartas e em peças de teatro do século XVI

	No.	total	%
Cartas	22	150	14.8
Peças	15	154	9.7
Total		304	

A tabela mostra que em peças de teatro a frequência de [+a] é menor, o que faz supor que [-a] seja a variante preferida.

na linguagem popular, ou melhor, [+a] resulta de uma imposição normativa. A recomendação de que as cartas tivessem como despedida a expressão Guarde Deus a V. Mage parece ser uma evidência desse caráter impositivo.

2.4.0 O Português dos séculos XIV e XV

Observemos agora a frequência das variantes em dois períodos de tempo: século XIV e XV. Estes períodos da língua não podem ser referidos como Português do Brasil, dado que este país só começou a ser colonizado por portugueses a partir de 1500. Entretanto, o português destes séculos constitui um estágio da língua falada no Brasil hoje. A investigação destes períodos de tempo visa a permitir recompor o caminho pelo qual a língua mudou.

Vejamos a frequência das variantes nos períodos I e II, representando, respectivamente, meados do séculos XIV e XV.

Tabela 28

Distribuição das variantes [+a] e [-a] nos séculos XIV e XV no português

	I		II	
	No.	%	No.	%
[+a]	04	1.3	09	2.9
[-a]	299		292	
Total	303		301	

Estes resultados mostram o perfil de uma mudança, onde se pode identificar o momento de seu aparecimento na língua.

O corpus dessa etapa não se constituiu apenas de cartas mas também de crônicas, devido à dificuldade de se encontrar textos de cartas não revisados.

As ocorrências que encontrei em textos do século XIV foram:

(103) e seer monje de Jesu Christo e nom servir
ao mundo e as cousas misquinhas del (NN,73)

(104) poreu te digo que todo homem que de coraçom
e voontade prometer e quiser servir a Deus
pode gardar e cumprir e fazer estes manda-
mentos (NNRL,73)

(105) muitos que alli estavam, cada hum para servir
a seu senhor (NN,31)

(106) a min em culpa non deue[des] poer (NN,190)

Os três primeiros enunciados são casos de papel temático tema opcional; o último é uma mini-oração, complemento do verbo poer, como em (106').

(106') poer [a min em culpa]

Observa-se em (106) a presença de um pronome tônico. Embora ocorrências com pronomes tônicos tenham sido excluídas no corpus correspondente aos séculos XVI-XX, sua inclusão aqui

se justifica por representar o início de processo de marcação preposicional de pronomes acusativos. Nos séculos XIV e XV há uso do pronome tônico sem *a*, como (107), embora a ocorrência de *a* como pronomes dativos seja categórica.

(107) Fremosa pnceia. /queredes uós min por
entendedor? (NN, 234).

A inclusão do exemplo (107) no rol acima deve-se a esta especificidade.

Outra dado importante dessa época é o uso de reduplicação de clítico com NPs dativos.

No século XV [+a] atinge os contextos em que com verbos psicológicos e com mini-orações.

(108)a. ensinar-vos como av[ees] de temer a Deus
(AA, séc.XV)
b. e fizeram bispo a dom bermes (NN, séc.XV)

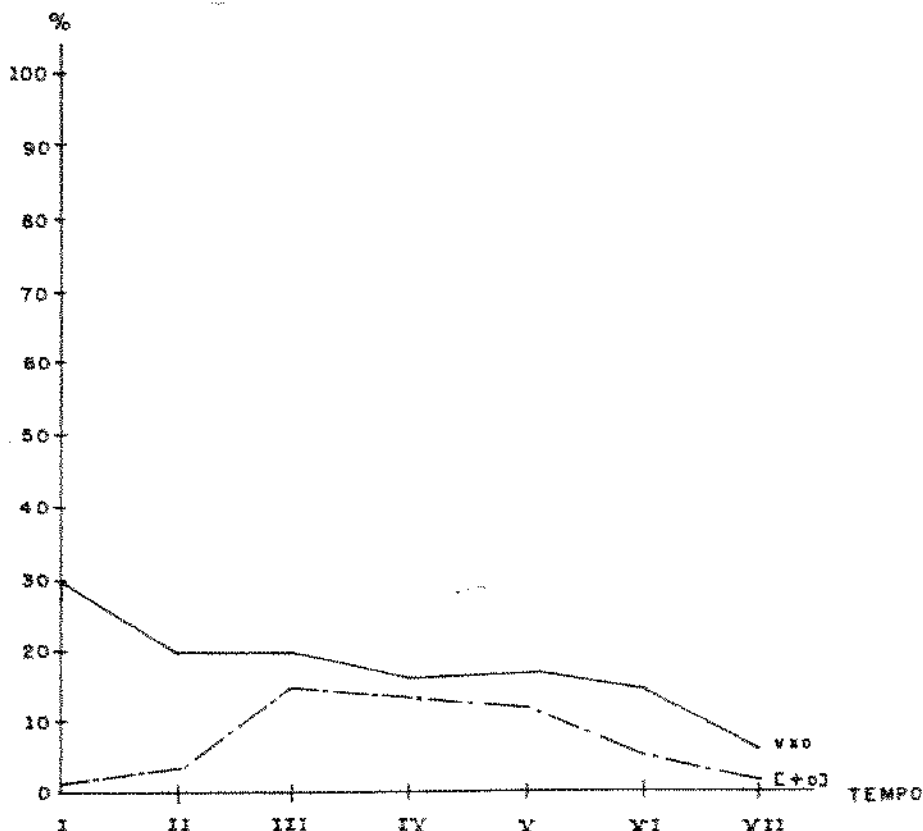
A partir deste conjunto de fatos, pode-se concluir que [+a] no século XVI tornou-se mais frequente em contextos em que ocorria esporadicamente no século XIV. O recurso de utilizar *a* para atribuir Caso já estava presente na língua.

Pode-se supor que o fator que levava a que *a* ocorresse com dativos passa a ser identificado quando *a* ocorre com acusativos. Que fator seria este?

Para buscar uma resposta, examinemos os perfis da frequência das construções VXO e [+a], sendo X um sintagma fonologicamente realizado.

Diagrama 12

Distribuição das variantes [+a] e [-a] e da construção VXO em sete períodos de tempo no português



Este diagrama mostra que a correlação presença de [+a] e frequência de VXO apresenta dois períodos. O primeiro, em que não há correlação entre VXO e [+a], corresponde a meados do séculos XIV e XV (ie. I e II do diagrama). O segundo período, em que há uma concomitância entre maior frequência de VXO e maior frequência de [+a], o que vai de meados do século XVI a meados do século XIX.

Nos períodos I e II, de acordo com Pádua (1960), a ordem verbo+sujeito+complemento era uma das mais frequentes (p.90). Nos séculos subsequentes esta ordem dá lugar à ordem sujeito+verbo+complemento. Em outras palavras, à medida que no português esta última ordem vai se tornando mais frequente, maior é a correlação entre ordem VXO e [+a].

2.4.0 Conclusão

Neste capítulo, seis hipóteses sobre a variação <a> foram formuladas. Através da análise quantitativa, buscou-se testar as várias hipóteses. Os resultados aparecem abaixo.

No PB atual a é variável com pronomes, independentemente do verbo. A forma a ele, ao contrário do que se supôs inicialmente, não constitui uma estratégia de esquiva em relação à forma estigmatizada V ele. No corpus, composto de peças de teatro do século XX, o total de ocorrências de V+pronome de terceira pessoa nenhuma ocorrência de a ele foi encontrada. Nos testes de atitude, a ele foi considerada "artificial" junto a verbos transitivos típicos.

No conjunto total das realizações de objeto (NP pleno, pronome de terceira pessoa, aNP, clítico e NP vazio), a realização aNP é a menos preferida. Tal como o clítico, ocupa as posições mais inferiores na hierarquia (14). A suposição de que a seria uma marca morfológica de Caso faz com que sua semelhança de comportamento com os clíticos seja de certo modo previsível; os clíticos também podem ser descritos como elementos que realizam os traços de Caso morfofonologicamente. Ambos, portanto, estariam ligados à Teoria de Caso.

Quanto à ocorrência de objeto duplo como um rearranjo decorrente de mudança em estudo aqui, as conclusões são as seguintes. Embora um estudo detalhado da variável <a> com NPs dativos não tenha sido realizado aqui, foi observada a

presença de variação em textos de jornais (nas seções em que o estilo é menos tenso, ie. nas seções de humor, embora raras.

Alguma incidência foi também observada na língua oral (cf. anexo III). Um estudo detalhado destas construções certamente contribuirá para uma melhor compreensão da variável <a>. Fica aqui a sugestão deste tópico como objeto para uma pesquisa posterior. Por enquanto as correlações entre não ter a e ser adjacente, ter a e ser [+animado], ter a e cocorrer com NP com papel temático tema explicitam a presença de fatores linguísticos comuns à variação com NPs acusativos. O fato de haver variação na linguagem espontânea e a incidência (mesmo que mínima) na escrita reforça a hipótese de que a presença de a com dativos e com acusativos possa fazer parte de um processo único. Esta suposição é reforçada quando se observa que os registros de construções de objeto duplo, em estudos tradicionais, são de complementos formados não por dois NPs mais por um NP e um complemento sentencial (Dentro dos princípios de uma teoria de Caso, esta preferência por complementos sentenciais seria previsível pois as sentenças não precisam receber Caso e este traço estaria disponível para o outro NP (cf. Stowell, 1981)). Uma justificativa sintática para esta correlação aparece nos capítulos III e IV, a seguir.

A frequência de 32.2% de [+a] em jornais e 4% em peças de teatro do PB, em contextos definidos com base na ocorrência de um número restrito de verbos, indica que [+a]

pode ser considerada mais formal, e estratificada estilisticamente.

No percurso histórico, os fatores linguísticos que se mostraram significativos foram: ordem OV, ordem VS, estrutura VXD, traço [+animado] dos NPs sujeito e objeto e tipo de verbo.

Observou-se que a diminuição na frequência de [+a] é concomitante com a diminuição na frequência de VXD, onde X é um predicado de mini-oração, ou uma categoria vazia que recebe papel temático tema ou ainda uma categoria vazia coindexada com o NP sujeito. Isto permite correlacionar a presença de a a três processos: ordem predicado+sujeito de mini-orações; ordem VS; e presença de NP com papel temático tema.

Em relação ao tipo de verbo, a queda abrupta de frequência de [+a] se manifesta mais imediatamente com verbos que "mudam de sentido", depois com verbos de "papel temático tema opcional" e por último com verbos psicológicos. No século XX alguns verbos mantêm ainda a. Um ponto comum entre eles é podem apresentar um NP com papel temático tema na posição sujeito.

Como os três processos acima podem ser aproximados, de modo a encontrar um ponto comum? e como este ponto em comum pode dar conta da diferença de perfil entre os tipos de verbos? Para se buscar uma resposta a estas perguntas, é importante observar dois dados: (a) a força da não-adjacência quando o elemento responsável pela não adjacência

é uma categoria vazia coindexada com o NP sujeito; (b) a frequência de ordem predicado+sujeito com mini-orações em estágios mais anteriores da língua.

A tendência à ordem [sujeito+predicado] no nível da sentença teve como resultado a mudança VS>SV (Lira, 1982; Berlink, 1988). A suposição de que o NP sujeito era antes gerado sob VP e que depois passa a ser gerado na posição à esquerda de VP permite reunir pelo menos dois dos três processos acima mencionados. Desse modo, a mudança em análise aqui poderia ser descrita como resultado de tendência à ordem sujeito+predicado no nível do complemento verbal. Mais exatamente, a mesma tendência observada no nível da sentença (VS/SV) estaria atuando agora num nível estrutural hierarquicamente mais baixo.

Tendo em conta esta hipótese geral, as hipóteses parciais mencionadas no início deste capítulo e os respectivos resultados quantitativos, pode-se descrever a mudança em estudo aqui como um processo que apresenta dois momentos: o primeiro vai do século XV a meados do século XVII, sendo este o período de implementação de [+a]. A partir do século XIX, a frequência de [+a] decresce abruptamente e tende a desaparecer no século XX, quando introduz NPs substituíveis por clítico acusativo. E parece estar começando a afetar NPs não substituíveis por clítico acusativo (ie. as construções de objeto duplo).

No percurso da mudança, a variante [+a] é inovadora a partir de meados do século XVI. No século XIX esta variante

cede lugar a [-a]. No PB do século XX a forma [-a] tem tomado o "espaço" da variante concorrente.

Quanto às explicações de ordem político-sociais responsáveis pela mudança, duas foram mencionadas. A primeira atuando no século XVI, que seria a influência da linguagem da corte num momento em que os reinos de Espanha e Portugal estão unidos. A maior frequência de [+a] em documentos do que em peças de teatro parece corroborar esta hipótese.

Outro fator político-social poderia ter afetado a mudança, atuando no século XIX. Este fator seria a independência entre Brasil e Portugal, favorecendo um maior distanciamento entre os padrões da escrita lusitanos e brasileiros. Esta explicação para a mudança implicaria um dado quantitativo: a dialeto lusitano deveria apresentar no século XIX uma frequência muito superior à do PB em relação à variável <a>. A quantificação, entretanto, mostrou que em ambos os dialetos há uma queda abrupta de [+a] com verbos transitivos em geral (de 12.7% no PB e 12.8% no PE no século XVIII para 5.9% no PB e 6% no PE, em cartas pessoais), o que faz descartar esta explicação.

No século XX, embora de uso restrito, [+a] aparece num conjunto maior de contextos no PE do que no PB. A suposição de que esta variante teria se tornado inerente permite dar conta desta diferença.

Passemos agora ao capítulo III, em que se busca justificar, do ponto de vista sintático, a interpretação do

processo de mudança no PB como tendência à ordem
sujeito+predicado no nível do complemento de V.

"A language does not even enter into the domain of discussion unless very substantial work [fieldwork] has been done."

(Chomsky, 1982:111)

Capítulo III: Estrutura de complementação

3.0 Introdução

O propósito deste capítulo é buscar correlacionar, sintaticamente, os seguintes pares de construções: NP acusativo preposicionado/NP acusativo não preposicionado; e NP dativo típico/objeto duplo, tomando-os como etapas de um processo que pode ser descrito como [realização de Caso através de \bar{a}] > [realização de Caso através de adjacência]⁴.

Para tanto sugere-se que a posição em que o Caso acusativo é atribuído não é a posição irmã de V mas sim a posição Spec de V'. Esta última seria uma posição regida e não-tematicamente marcada, que recebe Caso de AGR e não de V. A categoria V, por ser uma categoria lexical, não atribuiria Caso.

Assumindo-se que as categorias funcionais tomam como complemento constituintes formados por sujeito e predicado, já que não têm papel temático a atribuir. O predicado da 'mini-oração' precisaria atender à seguinte condição de boa formação na Forma Lógica:

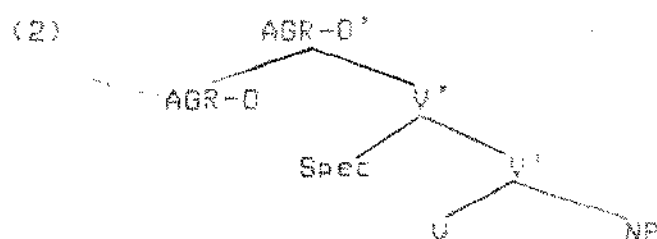
(1) *The Predicate Reference Condition (PRC)

A predicate head must be governed by a referential category*

(Stowell, 1989:39)

Esta condição seria parametrizável: em algumas línguas seria atendida na estrutura-S e em outras apenas no nível da Forma Lógica. Tratar-se-ia de um movimento núcleo-a-núcleo, uma incorporação (nos termos de Baker, 1985).

Stowell propõe (1), tendo em conta mini-orações que têm adjetivos como predicados. Neste capítulo busco estender esta condição aos predicados em geral, assumindo que I (=AGR-D) tem como complemento uma mini-oração cujo predicado é V, conforme se vê no diagrama abaixo².



Tal como qualquer outro núcleo de predicado, V precisa mover-se para AGR-D e assim L-marcar o VP (=V'). Em consequência a posição Spec de V' ficaria acessível à atribuição de Caso pela categoria funcional. Tal como Chomsky (1986b: 28, 73), assumo que o movimento de V para I (=AGR-D) retira de VP (=V') o status de barreira.

Na seção (3.1), faço um resumo do sistema proposto por Fukui (1986), por ser o quadro dentro do qual desenvolverei minha hipótese. Algumas anotações serão então sugeridas.

A seguir, discute a proposta de Koopman e Sportiche (1988) sobre o status da posição Spec de V', e com base nos

dados do PB, mostro que o NP objeto de V pode ocupar esta posição.

Na seção (3.2) apresento argumentos a favor de que V não é uma categoria atribuidora de Caso. Retomo análises que assumem que V atribui Caso objetivo, mostrando os problemas que enfrentam quando lidam com expletivos em posição objeto. Por fim, apresento a revisão de L-marcação proposta por Stowell (*op.cit*) para as mini-oracões e justifico a análise de V' como mini-oração.

Na seção (3.3) argumento a favor de que AGR atribui Caso objetivo, mostrando as consequências dessa hipótese no tratamento de objeto nulo, objeto duplo e acusativo preposicionado.

Na seção (3.4) apresento, com base em dados de mudança linguística no PB, evidências empíricas a favor da hipótese de que V, uma categoria lexical, pode mover-se para AGR opcionalmente na estrutura-S, o que levaria a diferentes realizações lexicais do objeto. Argumento que o NP sujeito não é gerado sob V', no estágio atual do PB, em sentenças em que V possui dois argumentos.

3.1 O quadro teórico

3.1.1 Noções básicas

Nesta seção introduzo o quadro dentro do qual serão discutidas as análises das seções subsequentes. Tomarei como quadro o sistema proposto por Fukui (1986) que apresenta uma versão da teoria X' que se diferencia em alguns pontos daquela apresentada por Chomsky (1986b), mais exatamente é que apenas categorias funcionais projetariam no nível de duas barras, mas não as categorias funcionais.

Seguem-se aqui as noções básicas.

(3) Dominância

'a is dominated by b only if it is dominated by every segment of b.'

(May, 1985)

(4) C-comando

'a c-command b iff a does not dominate b and every y that dominates a dominates b.'

(Chomsky, 1985:6-7)

(5) M-Comando

"a m-command b iff a does not dominate b
and every y, y a maximal projection, that
dominates a dominates b."

(Chomsky, 1985:6-7)

(6) Regência

"a governs b iff a m-commands b and there
is no y, y a barrier for b, such that y
excludes a."

(Chomsky, 1985:6-7)

(7) Exclusão

"a excludes b if no segment of a dominates b."

(Chomsky, 1985:7)

(8) Posições O/O' // A/A'

"A-positions are equivalent to O-positions,
and consequently A'-positions are equivalent
to O'-positions."

(Fukui, 1986:67)

(9) Teoria de Vinculação

*Suppose that we have an expression E with the indexing I , where an indexing is an association of indices with phrases of E . Let a be a category, b be a local domain, and y be a lexical category that governs a , then:

- a. I is BT-compatible with (a, b) if:
- (A) a is an anaphor and is bound in b under I
 - (B) a is a pronominal and is free in b under I
 - (C) a is an r -expression and is free in b under I

b. Licensing Condition For a

For some a such that (i) or (ii),

I is BT-compatible with (a, b) :

- (i) a is an r -expression and (a) if a heads its chain or (b) otherwise

(a) $b = E$

(b) b is the domain of the head of the chain of a

(ii) a is an anaphor or pronominal and b is the least CFC (= "Complete Functional Complex") containing y for which there is an indexing J BT-compatible with (a, b) "

(adapted from Chomsky, 1986:171-172)

(Fukui, 1986:19)

(10) Princípio das Categorias Vazias

"A nonpronominal empty category must be properly governed."

(Chomsky, 1985:13-14)

(11) Regência Estrita

" A properly governs b iff a \emptyset -governs or antecedent governs b ."

(Chomsky, 1985:13-14)

(12) Condições Sobre Cadeias

"Given a chain (a_1, \dots, a_n) :

if (a_i, a_{i+1}) is a link of a chain, then

a_{i+1} is i -subjacent to a_1 ."

(Chomsky, 1985:24)

(13) N-Subjacência

"b is n-subjacent to a iff there are less than $n+1$ barriers for b that excludes a.

(Chomsky, 1985:24)

(14) Categorias Lexicais

"Lexical Categories project up to a single bar level, X', allowing free recursion (...) at that level, limited only by the Projection Principle and other independent licensing conditions."

(Fukui, 1986:26)

(15) Categorias Funcionais

"Functional Categories (COMP, INFL, etc.) project up to X', and are limited to a unique specifier position."

(Fukui, 1986:26)

(16) Condição de Unicidade

"If Σ , a Functional head, agrees with Y , then there is no Z such that $Z = Y$ and Σ agrees with Z .

(Fukui, 1986:83)

3.1.2 A estrutura sintagmática da sentença

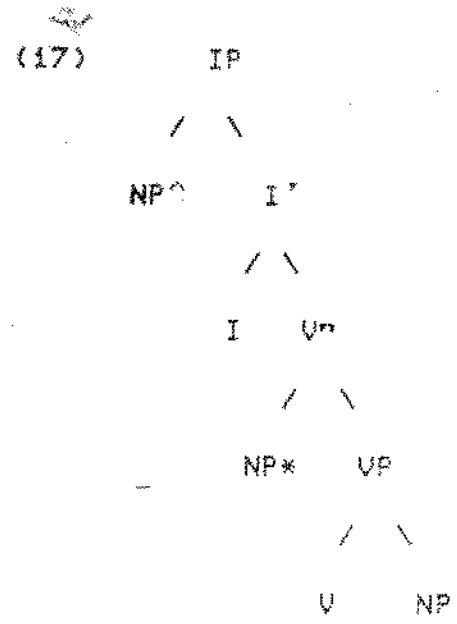
3.1.2.1 Introdução

Nesta seção apresento um resumo da análise de Koopman e Sportiche (1988) (daqui para frente K&S) sobre o status de I como elemento de alçamento. Meu objetivo é investigar a adequação dessa análise aos dados do português.

K&S propõem que a posição Spec de VP (=Vⁿ) seja a posição ocupada pelo NP sujeito na sentença com verbos intransitivos e transitivos⁴. Diferentemente de K&S, sustento que apenas os verbos intransitivos (mais exatamente inacusativos) apresentam tal configuração.

3.1.2.2 Licenciamento de Spec de V'

Tendo como base a sugestão de Fukui (1986), de que o argumento externo de uma categoria lexical é gerado sob a projeção dessa categoria e só depois é movido para uma posição de especificador de uma categoria funcional, K&S propõem a estrutura sintagmática (17).



Em (17) NP* seria a posição canônica de sujeito ou a posição do NP sujeito na estrutura-D; NP^ (=Spec,I) seria a posição do sujeito na estrutura-S nas orações declarativas, e V^n seria uma mini-oração cujo predicado é VP (=V'). Na estrutura S o verbo move-se para I.

A posição NP* não seria obrigatória; seria projectada se o VP exigisse papel temático externo. O NP na posição NP* receberia Caso sob regência; e o NP na posição NP^ receberia Caso através de concordância; ambos atribuídos por Infl.

(18) *If X^n governs YP, it governs the specifier of YP. Since I governs V^n, it should, by this definition, govern its

specifier, namely NP*. (...) NP* can receive Case from I under government. NP⁰ can receive Case from I by agreement."

(Koopman e Sportiche, 1988:16)

Esta dupla possibilidade de o NP objeto receber Caso é problemática para o inglês, conforme assinalam K&S. Nesta língua NP* não é uma posição marcada com Caso, apenas NP⁰ o é.

A solução de K&S é sustentar que I pode atribuir um só Caso, embora possa atribuí-lo sob regência ou concordância. Se I marca com Caso a posição NP⁰, então I não poderia também marcar com Caso a posição NP*.

As sentenças abaixo mostram que I no PB, diferentemente do que se verifica no inglês, possui a propriedade de atribuir Caso sob regência e sob concordância.

- (19) a. Faltaram dois alunos nesta sala
 b. Faltou dois alunos nesta sala
 (20) a. Dois alunos faltaram nesta sala
 b. *Dois alunos faltou nesta sala^P

Em (19ab) o NP ocupa a posição NP*, isto é, a posição SPEC de VP; em (20ab) o NP ocupa a posição NP⁰, por

isso a concordância é obrigatória apenas em (20), mas não em (19). Este comportamento do PB exige que I nesta língua seja de um tipo especial, pelo menos em relação ao inglês: I pode reger NP[^] e também NP*. Esta excepcionalidade leva a prever que o NP sujeito pode ocupar tanto a posição NP[^] como NP* tanto com verbos transitivos quanto com verbos intransitivos.

O NP sujeito no PB, gerado em NP*, poderia portanto ou ser movido para NP[^] ou permanecer em NP*, visto que I no PB rege NP* e NP[^]. Em consequência, pode-se prever que a ordem VS deveria resultar estruturas bem formadas em (21) e (22) abaixo:

(21) a. Chegaram duas pessoas

b. Duas pessoas chegaram

(22) a. As meninas viram[?] muitas fotografias

b. *Viram as meninas muitas fotografias

A má formação de (22b) é, de certo modo, surpreendente. Com verbos transitivos, a ordem VS não ocorre no PB (Lira, 1982; Nascimento (1984) e outros).

Por que a presença de NF objeto impede a ordem VS, se o I no PB pode atribuir Caso sob regência?

Pelo menos preliminarmente, a má formação de (22b) poderia ser descrita como: a presença de objeto direto faz com que I no PB não atribua Caso sob regência.

Esta descrição causa estranhamento por duas razões: a primeira é que o Caso atribuído ao objeto direto é acusativo e o Caso atribuído à posição NP* é nominativo. A segunda razão é que o complemento de V, diferente de NP*, recebe Caso de V e não de I. E ainda: Se V atribui Caso objetivo, por que um Caso atribuído por V afetaria a atribuição de um Caso por I, sob regência?

Outra hipótese seria a de que o NP as meninas recebe Caso de I e o NP as fotografias não recebe Caso por não estar adjacente a V. Mesmo aceitando-se que a adjacência seja uma condição para a atribuição de Caso no PB, a suposição de que a ordem VS impede o NP de receber Caso acusativo é problemática porque o movimento de V para Infl formaria uma cadeia. O vestígio de V atribuiria Caso ao NP objeto e, por isso, a adjacência na Forma Fonológica não seria necessária.

Em resumo, a má formação de (22b) constitui um problema para a análise de que I no PB pode atribuir Caso sob regência.

Nascimento (1984) argumenta que a má formação de (22d) se deve à presença do NP sujeito as meninas na posição de complemento de V (i.e. V___), conforme veremos a seguir.

Aceitando-se que sujeitos "pospostos" e objeto direto ocupam a mesma posição, a má formação de (22d) poderia ser atribuída a um conflito de Caso: tanto o verbo quanto AGK estariam atribuindo Caso ao mesmo NP.

Se, por outro lado assumirmos que o NP sujeito em (22d) é gerado na posição NP*, pode-se atribuir a má formação desta sentença ao Filtro de Caso: apenas o NP as meninas receberia Caso, por ser regido por I e o outro NP ficaria sem Caso.

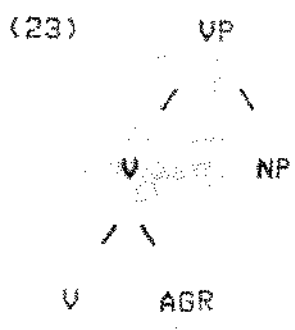
Para assegurar que o segundo NP não contém Caso é necessário assumir que V não atribui Caso Acusativo, mas apenas I é capaz de atribuir este Caso estrutural. Como resultado, a posição NP* não receberia Caso Nominativo.

3.1.3 O Caso Nominativo em NP*

Para K&S, NP* recebe nominativo embora reconheçam que pode haver ausência de concordância entre NP* e I, e que o mesmo Caso poderia ser atribuído a duas posições, o que seria consistente com a definição de Nominativo como Caso atribuído por I, sob regência (Chomsky, 1980).

A suposição de que o NP sujeito pós-verbal receba nominativo ainda que não estabeleça uma relação de concordância com Infl leva a contradições, conforme veremos a seguir.

Nascimento (1984) argumenta a favor de que o Caso atribuído ao NP pós-verbal é nominativo, apresentando a seguinte estrutura.



Se o NP em (23) ocupasse uma posição A-barra, formaria uma cadeia do tipo [AGR, NP,] ou [e, AGR, NP,]. A primeira não possui quaisquer dos elementos em posição-A, e por isso seria considerada mal formada. A segunda cadeia contém um elemento e, associado a uma posição-A, mas, apesar disso, é excluída pela Condição de Conectividade (Kayne, 1983:47), por que o primeiro par da cadeia [e AGR] não é propriamente conectado e e não será resido e será excluído pelo Critério Temático: a coindexação de e com AGR no interior de [e AGR NP] fará com que e compartilhe de sua cadeia temática e será definido como argumento, devendo ser interpretado como pronome definido (tal como ele). Em consequência, o Critério Temático excluiria a cadeia, porque haveria dois argumentos: pro (e) e o NP pós-verbal (p.258).

(24) Condição de Conectividade

Se A e B são elementos de uma cadeia C qualquer, onde A é um argumento, então B comporta os mesmos traços de número, gênero e de pessoa que A.

(Kayne, 1983:54, tradução minha)

Com base nestes argumentos, Nascimento conclui que o NP em (23) está em posição-A, já que não poderia estar em A' pelas razões acima apontadas.

Na estrutura (23) teria havido movimento de Agr para V, deixando um vestígio não c-comandado pelo núcleo da cadeia. Para evitar violação de ECP (Princípio das Categorias Vazias um movimento de V+AGR na Forma Lógica seria requerido (Chomsky, 1986b)).

Esta análise levaria a excluir como agramatical a sentença (19b), devido à violação da Condição de Conectividade, se o Caso atribuído fosse Nominativo. Isto porque, estando em posição A, o NP estaria conectado com AGR, o que levaria necessariamente a haver concordância entre AGR(V) e o NP. Como (19b) é uma sentença bem formada, tem-se que o Caso atribuído em (19b) não é Nominativo.

3.1.4 NP* Caso objetivo (?)

Consideremos agora a questão concernente ao tipo de Caso atribuído a NP* quando não há concordância, tendo-se em conta que:

- (25)a. Infl atribui Nominativo através de concordância;
- b. Infl atribui Caso não Nominativo
- c. V atribui Caso Objetivo

Suponhamos então que o Caso atribuído seja Objetivo. Isto, entretanto, suscita imediatamente um problema. NPs objetivos no português podem ser parafraseados por clíticos, mas verbos do tipo faltar não aceitam clíticos.

- (26)a. Faltou um menino
- b.*Faltou-o

A má formação de (26b) parece constituir uma evidência contra a hipótese de que o Caso atribuído à posição pós-verbal é objetivo (Kato, 1981).

A utilização do clítico como diagnóstico está longe de ser um teste adequado. Primeiro porque verbos de alcance, que são considerados como não atribuidores de Caso, podem ocorrer com clíticos.

- (27) As crianças parecem ansiosas por partir
e tu também o pareces (Matos, 1985:129)

Além disso, verbos reconhecidos como transitivos diretos não podem ter seu complemento cliticizado.

- (28)a. Este homem pesa cem quilos
b.*Este homem os pesa

As estruturas (27) e (28) constituem um problema para a suposição de que o tipo de Caso atribuído por um verbo seja um traço lexical (Ver por exemplo Baker, 1988:111-119).

Outro problema pode ser ainda apontado em relação à classificação de certos verbos como inacusativos. Em sentenças do tipo

- (29)a. Esta casa bate muito sol (Pontes, 1980:25)
b.*Esta casa bate-o

A concordância entre o NP e Infl constitui uma evidência de sua função gramatical de sujeito. O NP pós-verbal, portanto, não pode ser analisado como NP nominativo, ainda que não possa ser cliticizado e o verbo seja do tipo inacusativo.

Em resumo, o Caso atribuído à posição Spec de V', por não desencadear concordância com Infl, não poderia ser

adequadamente tratado como Nominativo. Como este Caso é estrutural, parece mais adequado tratá-lo como Objetivo.

O Caso Objetivo seria atribuído por Infl, sob regência, à posição NP*, mais exatamente, à posição Spec de VP. Esta posição seria regida, uma vez que se X rege alguma projeção P, então a regência de X percola até Spec de YP e Y (Chomsky, 1986a).

Em resumo, o Caso atribuído à posição NP* seria Objetivo, e não Nominativo, tal como propõem K&S. A justificativa é que apenas no Nominativo a concordância entre Infl e o NP é obrigatória.

3.1.5 Preenchimento da posição NP^o

K&S sustentam que NP^o é uma posição preenchida por movimento e que NP* é uma posição temática. A seguinte restrição é formulada, em relação a que NP pode ocupar NP^o: como NP^o é uma posição argumental, só poderá haver movimento para NP^o a partir de uma posição sem Caso. Tal posição seria NP*, pois o movimento de um NP a partir de outra posição qualquer violaria a teoria da vinculação (um efeito da Condição de Sujeito Especificado), desde que haveria cruzamento sobre um sujeito. Em resumo, apenas um NP gerado em NP* poderia mover-se para NP^o.

Essa restrição não parece adequada aos dados do PB. Diferentemente do inglês, é no PB atribuído Caso a NP* sob

regência. Isto levaria à má formação da cadeia [NP t] em sentenças como (30a). Vejamos.

- (30)a. (=19a) Dois alunos faltaram
 b. (19b) Faltou dois alunos (PB coloquial)
 c. [[I^{NP} e [I^V [NP NP V]]]

A sentença (30a) teria (30a) como estrutura-D, uma vez que segundo K&S o NP sujeito seria gerado em NP*. Com o movimento do NP sujeito da posição NP* para NP⁰ a seguinte cadeia resultaria: [NP, t,]. Como I atribui Caso à posição NP*, o vestígio t na cadeia acima teria Caso e ainda assim teria se movido para outra posição também marcada com Caso. Em outras palavras, a cadeia [NP t] teria mais de um Caso, o que violaria a condição geral sobre cadeias (Sportiche, 1983). É importante ressaltar que os Casos atribuídos às duas posições seriam diferentes, conforme vimos.

Como (30a) é bem formada, é forçoso admitir que o NP dois alunos é gerado fora da posição NP*. Isto parece indicar que a posição NP⁰ pode ser preenchida por outros NPs, exceto aqueles que ocupam NP* no PB. Em outras palavras, o movimento de um NP para a posição NP* ou para a posição NP⁰ visaria a razões decorrentes da Teoria de Caso (ver seção 3.3.1).

Antes de passar adiante, é necessário retomar a questão da distribuição complementar entre sujeitos pospostos e NPs objetos no PB. Se se assume que ambos NPs recebem Caso na

mesma posição, então tem-se uma das seguintes opções: ou ambos os NPs recebem Caso na posição NP* ou ambos recebem Caso na posição [V___]. Outra alternativa de análise seria atribuir essa distribuição complementar à impossibilidade de V mover-se para Comp. Esta última alternativa só será considerada na seção (3.3.2). Retomemos por enquanto as duas outras opções.

Se a primeira opção for escolhida, então os únicos Casos estruturais (nominativo e objetivo) terão como elemento atribuidor uma categoria funcional. Isto é importante porque estes Casos são, por definição, independentes de papel temático (Chomsky, 1986a:193).

Se a segunda opção for escolhida, a atribuição de Caso a um NP na posição pós-verbal poderá ser efetivada por duas categorias diferentes: I, se o NP estiver em NP*, ou V, se o NP estiver à direita de V'.

Em resumo, as hipóteses apresentadas sobre a boa formação de (19b) foram:

(31)a. O NP os alunos recebe Caso nominativo na posição NP*, embora não haja concordância entre NP e Infl (K&S).

b. O NP os alunos está na posição NP*, que é regida, recebe Caso Objetivo.

Em relação à distribuição complementar entre sujeito posposto e objeto direto no PB, duas hipóteses foram apresentadas:

- (32)a. Ambos ocupam posição [V -];
- b. Ambos ocupam posição NP*.

A discussão destas hipóteses exige, por sua vez, a aceitação dos seguintes pressupostos:

- (33)a. V não atribui Caso;
- b. A posição NP*, onde um Caso estrutural é atribuído, é sempre preenchida através de uma regra de movimento.

Se (32a) e (32b) estiverem corretos, será possível captar uma maior simetria entre as categorias lexicais: estas não atribuiriam Caso, mas apenas papel temático.

Na seção a seguir, discuto o caráter excepcional de V em contraposição às demais categorias lexicais, com o propósito de buscar evidências a favor de (32a) e (32b).

3.1.6 Simetrias e Assimetrias

3.1.6.1 Introdução

Nesta seção argumento a favor de que V , tal como outras categorias lexicais, não atribui Caso. Inicialmente resumo a proposta de Fukui sob as condições de licenciamento da categoria Spec de categorias funcionais e a condição de unicidade. Em seguida, comparo a descrição estrutural proposta para categorias funcionais e lexicais e comento a extensão da condição de unicidade à posição complemento.

3.1.6.2 Categoria funcional: Spec único

Chomsky (1986b) sustenta que tanto categorias lexicais como categorias funcionais projetam no nível de duas barras. Fukui (p.32) assume que apenas categorias funcionais projetam neste nível, já que categorias funcionais só apresentam um especificador e as categorias lexicais podem apresentar vários.

(34) a. the very very old man (p.32)

b. *the the old man

(35) a. Mary's big red book

b. *Yesterday's Chomsky's book (p.32)

Os elementos que interagem em (34a) não seriam, de fato, especificadores pois não saturariam suas projeções (p.35).

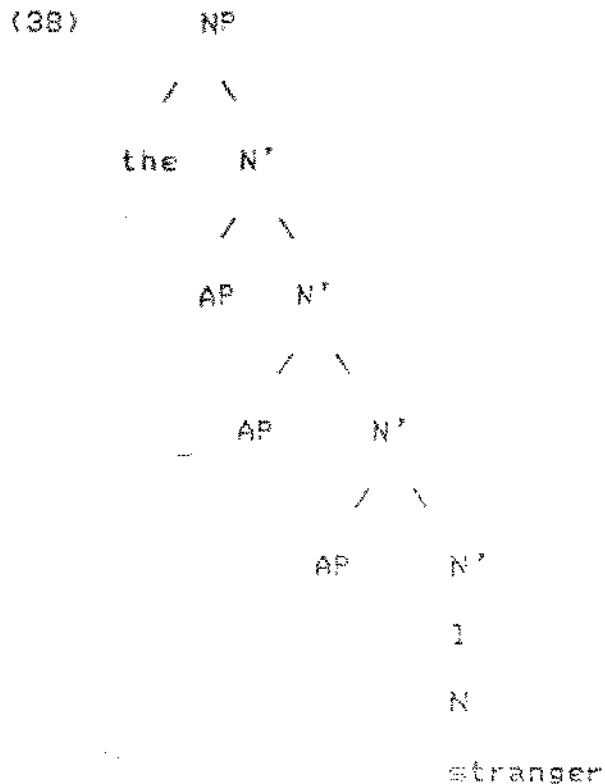
Tendo em conta a distribuição de the e adjetivos à esquerda de X' no inglês e a impossibilidade de alteração na ordem artigo-adjetivo, Radford (1981:104) ressaltava que artigo e adjetivo estariam lado a lado. E Fukui coloca-os juntos dentro do esquema X'.

(36) "there is a grammatical (formal) requirement that a determiner such as the precede (or in hierarchical terms - 'be outside of the c-domain of') all the pronominal modifier. (...) The difference between determiners and other pronominal elements must be syntactically represented".

(Fukui, 1986:40-6)

A estrutura sugerida por Fukui para a sentença (37) é (38).

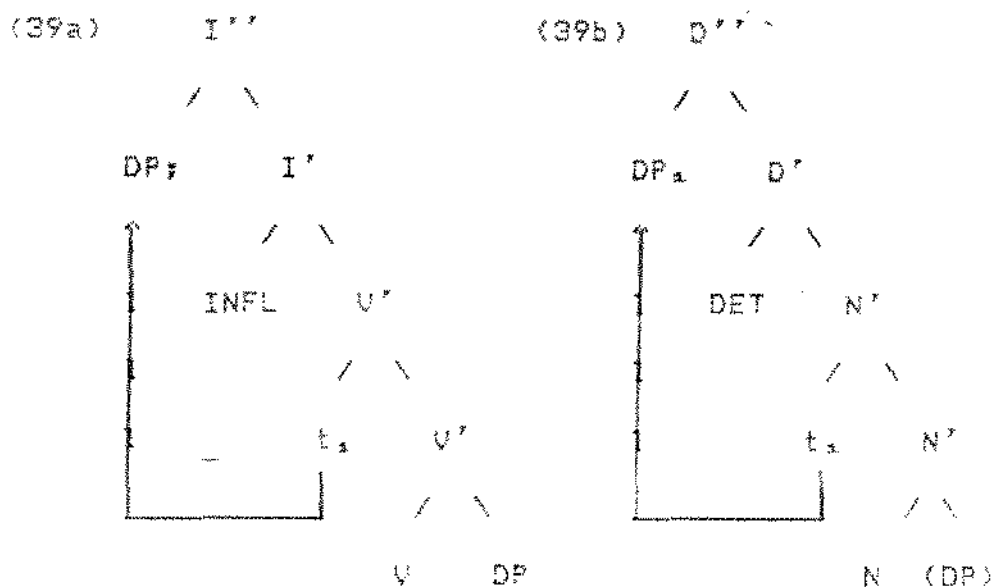
(37) The tall dark handsome stranger



A ramificação à esquerda reflete a ordem que a sentença apresenta na Forma Fonológica.

A mesma direção de ramificação (isto é, à esquerda) é apresentada para V, o que dá à proposta de Fukui maior sistematicidade e coerência interna. Vejamos.

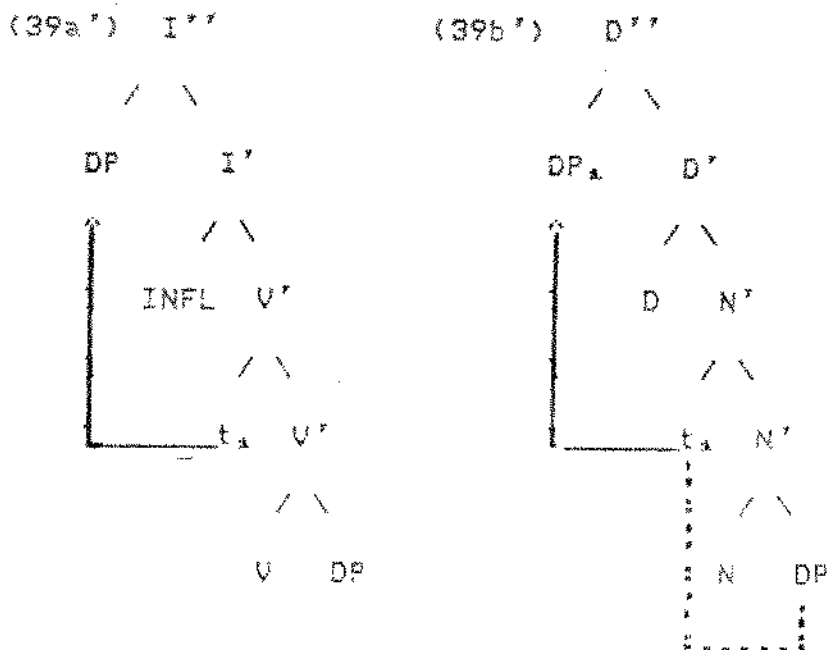
Para este autor, a ordem Spec-I' e Spec-D' é obtida através de um processo semelhante. A posição Spec da categoria funcional é preenchida por movimento. Um sintagma nominal é para ali conduzido a fim de que possa receber Caso sob concordância (isto é, regência à esquerda (p.60)). Os esquemas abaixo representam este processo.



A meu ver, o total paralelismo entre (39a) e (39b) resulta mais da parcialidade com que o processo de (39b) é representado do que da própria estrutura do DP. O vestígio t_i que aparece em (39b) pode ter sido resultado de um movimento a partir da posição de complemento de N (Fukui, 1986:61; Chomsky, 1986), mas esta etapa não fica explicitada em (39b).

Já o vestígio que aparece em (39a), segundo Fukui, seria a posição em que o DP foi gerado, pois o complemento de V, diferentemente do complemento de N, recebe caso temático e Caso nesta posição e, por isso, não poderia ser movido para a posição Spec de IP (p.61).

A linha pontilhada em (39a') e (39b') mostra a etapa anterior do processo. Retomemos os diagramas acima, acrescentando a etapa que ficou omissa.



Como se pode ver, o paralelismo não se mantém. A etapa representada pela linha pontilhada deixa clara a diferença. O complemento de V seria impedido de se mover, por ser gerado numa posição que contém Caso.

Se, diferentemente de Fukui, supusermos que V não atribui Caso, o total paralelismo poderá ser alcançado: um DP que ocorrer à direita de N/V poderá também ser movido para Spec da categoria funcional que tem N'/V' como complemento.⁶

3.1.6.3 V: Complemento único

A suposição de que V atribui Caso a seu complemento implica várias exceções às generalizações apresentadas por Fukui. A primeira generalização é a seguinte:

(40) "Lexical heads may govern and Case-mark into their complements, while Functional heads may not". (Fukui, 1986:62, grifo meu)

Sendo N uma categoria lexical, a suposição de que N não atribui Caso a seu complemento (p.61) implica uma exceção em relação a V. Como Adj e Adv também não atribuem Caso, a exceção à (40) é, de fato, V e não N.

Outra generalização de Fukui é a seguinte:

(41) "Lexical categories assign Case rightward;
functional categories assign Case leftward
under government".

(Fukui, 1986:60)

Esta generalização decorre de outra onde se assume que categorias funcionais só atribuem Caso sob concordância.

Fukui, entretanto, admite que I pode reger posição à direita de I em sentenças passivas.

(42) "The only possibility of government of the position occupied by PRO [in (1)] is government by I from outside of projection of V. Let's suppose the government of the

position of PRO by I is indeed possible.

(...) Now PRO is governed by I [but PRO is not lexically governed].*

(i) John_i was PRO killed t_i

(Fukui, 1986:127-8)

De acordo com (42), I, que é uma categoria funcional, pode reger à esquerda, embora a categoria vazia nesta posição não seja seu complemento.

Outro problema em relação a (42) é que nem N, nem A atribuem Caso à direita (Isto se P for considerada categoria funcional. Tal possibilidade é sustentada por Abney, 1985).

Outra generalização de Fukui diz respeito à correlação entre Condição de Unicidade e atribuição de traços-F.

(43) "The uniqueness of Kase per Functional head should be a reflection of more general phenomenon, ie. the one-to-one status of agreement phenomenon. (...) Note, however, that it might be possible to extend this "uniqueness" requirement to Kase-assignment (including Object Case assignment) in general".¹⁴

(Fukui, 1986:84)

A relação especificador-de é condicionada pela disponibilidade de traços-F. Como cada categoria funcional

atribui apenas um traço-F, a condição de unicidade segue-se naturalmente.

A relação complemento-de, por outro lado, é relacionada com papel temático, e se um núcleo pode atribuir diferentes papéis temáticos, não há razão para estender a condição de unicidade aos complementos. Entretanto, apenas um complemento, e apenas um, é licenciado por um Caso estrutural.

A suposição de que V não atribui Caso, mas sim I, permite que a condição de unicidade seja depreendida naturalmente: o traço-F, que é único, licencia o NP objeto.

Um obstáculo imediato a esta suposição é que I poderia atribuir, simultaneamente, Caso nominativo ao NP sujeito e Caso objetivo ao objeto, o que contrariaria a hipótese geral de que categorias funcionais atribuem apenas um traço-F.

Um meio de superar este obstáculo é, entretanto, disponível. Chomsky (1988), por razões independentes, sugere que a categoria INFL seja subdividida em "tense", "AGR-S" e "AGR-O". Esta "segmentação" permite que AGR-S atribua Caso ao NP sujeito e AGR-O ao NP objeto. Em consequência, cada uma das categorias estará atribuindo um só Caso. A condição de unicidade, também em relação ao complemento, seguir-se-ia naturalmente.

A condição de unicidade daria conta ainda do contraste abaixo:

- (44) a. Eu o vi
- b. *Eu o vi ele

Dois NPs não poderiam receber Caso estrutural de I (=AGR-0) simultaneamente.

Desse modo, o atendimento à condição de unicidade, em relação aos complementos verbais, mas não ao complemento de Nomes, poderia ser atribuída à propriedade de V de se incorporar a I (=AGR), propriedade essa ausente em N no português.

Para tanto, é forçoso concluir que V não atribui Caso. De acordo com tal análise, um paralelismo maior entre as categorias lexicais poderia ser visualizado porque:

(45a) Um NP gerado à direita de V poderia ser movido para a posição Spec de V' tal como o NP complemento de N é movido para a posição Spec de N'.

(45b) apenas as categorias funcionais atribuiriam Caso às posições Spec (em consequência os NPs marcados tematicamente seriam gerados à direita da categoria Xⁿ).

(45c) As categorias funcionais, e apenas elas, atribuiriam Caso, enquanto que as categorias lexicais, e apenas elas, atribuiriam papel temático;

(45d) A distinção entre Caso estrutural e Caso inerente seria uma decorrência do tipo de categoria atribuidora: apenas AGR atribui Caso estrutural; Nas posições acessíveis à atribuição de Caso por AGR, NPs preposicionados seriam excluídos. O contraste no par abaixo seria resultante de conflito de Caso.

- (46) a. Os Jardins estão cheios de flores
 b. *Nos Jardins estão cheios de flores

Um problema para esta generalização é a boa formação de sentenças com NPs preposicionados na posição objeto.

- (47) Ele consegue ver a todos daqui

Este problema será tratado na seção (3.3.1).

(45e) No quadro atual, N e A exigem um elemento que realize o Caso de seu complemento; apenas os verbos dispensam tal elemento. O comportamento aparentemente diferente de V seria atribuído à sua propriedade de incorporar-se a AGR, propriedade essa vetada a outras categorias (no PB).

(45f) O complemento de N é opcional, mas não o complemento de V. Apenas a omissão do complemento de V implica violação do Princípio de Projeção.

Se a propriedade de V atribuir Caso a seu complemento decorre da propriedade de incorporar-se a AGR, então a violação decorreria da não absorção de um traço de Caso disponível de um categoria funcional e não de razões decorrentes da Teoria Temática.

A suposição de que um "Princípio de Projeção Extendido" seria responsável pela obrigatoriedade do preenchimento da posição sujeito, ainda que o NP sujeito seja não temático, mostra também a independência entre a obrigatoriedade de preenchimento de posições que recebem Caso estrutural e Teoria Temática.

Nesta seção busquei mostrar as vantagens da suposição de que a posição Spec de V' seria a posição em que um Caso estrutural é atribuído.

Se tal posição é não temática e se seu preenchimento se dá através de regra de movimento, então um expletivo poderia ocupá-la, uma vez que a aplicação da regra mover-alfa é sempre opcional. Construções com expletivo na posição

objeto tem sido observadas no inglês e no português. Tais construções serão tratadas a seguir.

3.2.0 Posição objeto: posição subcategorizada?

Nesta seção trato de expletivos no inglês. Inicialmente apresento um resumo da análise de Postal e Pullum (1988) (daqui para frente P&P) sobre a presença de expletivo em posição objeto no inglês.

Estes autores assumem que V atribui Caso e papel temático ao NP objeto na posição em que este NP aparece na estrutura-D.

Meu propósito, ao retomar esta análise, é mostrar quais consequências são trazidas por estas ocorrências de expletivos para a hipótese assumida por P&P em relação ao verbo. Em segundo lugar, pretendo mostrar que a hipótese, segundo a qual V só atribui papel temático, mas não Caso, traz consequências mais interessantes.

3.2.1 Expletivo em posição Spec

Postal e Pullum definem expletivo como elementos que são morfologicamente idênticos a pro-formas (it, there, no inglês); não são referenciais (nem anafóricos, nem catafóricos, nem exofóricos); não contêm papel temático; não coocorrem com reflexivos enfáticos; não podem ser

coordenados; não aparecem em nominalizações e não aparecem em construções "tough movement".

P&P argumentam que nas sentenças (46-47), o elemento it seria um expletivo.

(46) I mentioned it to the candidate that the job
was poorly paid (p.643)

(47) I take it that you will pay (p.642)

Com base na distribuição de advérbios, parentéticos e na ausência de um sujeito em (46), descartam que os complementos verbais acima formam uma mini-oração, em que o sintagma to the candidate em (46) seria o sujeito, e that the job was poorly paid seria o predicado.

Ao mostrar que um expletivo pode ocorrer nos contextos acima, P&P rejeitam dois princípios assumidos na gramática gerativa:

(48)* Se a subcategoriza a posição b ,
então a marca tematicamente b.*

(Chomsky,1981:37)

(49) Expletivos não podem ocorrer em posições
temáticas (P&P,1988: 655)

A presença de expletivos em posição subcategorizada por V seria uma evidência de que (49) não é adequado. Como (48) é

derivado de (49), então (49), que é parte do Princípio de Projeção, fica enfraquecido.

Os autores concluem que:

(50)*It is notable that [56] is introduced in Chomsky (1981:37-8) with no factual Justification.(...) Principle [56] must then be eliminated not because it is false but because it is itself excrement and requires the recognition of otherwise excrement theoretical entities such as the theta-role "pleonastic-argument".

(Postal e Pullum,1988:644)

3.2.1.2 Hipótese alternativa

A força do argumento de P&P contra (48) repousa na suposição de que a posição onde Caso objetivo é atribuído é uma posição marcada com Caso e papel tematico por V. Se, diferentemente de P&P, assumirmos que a posição de it é Spec de V', tal como ocorre no português, a presença de um expletivo nesta posição não seria um problema para (49), nem para o Princípio de Projeção. E (48) permaneceria como uma descrição adequada dos dados.

A posição Spec de V' poderia também ser ocupada por outro NP, quando o complemento verbal for sentencial. Nestes casos estruturas como (51) seriam previsíveis.

(51) Sue convinced Ted that the government was
lying (P&P, p.641)

A estrutura (51), que apresenta um complemento NP e um complemento sentencial, foi analisada por Stowell (1981:160). Segundo este autor, haveria movimento do complemento sentencial para uma posição de adjunção ao VP, com o propósito de atender ao Princípio de Resistência de Caso.

(52)* The Case-Resistance Principle

Case may not be assigned to a category
bearing a Case-assigning feature.*

(Stowell, 1981:146)

Stowell argumenta a favor de que haveria movimento de S' (=CP), deixando uma categoria vazia como variável. O exemplo abaixo é de Stowell.

(53) Jenny forgot to mention [e], [that the water
is bad], (Stowell, 1981:160)

O verbo precisa atribuir Caso ao vestígio de S' em V'.

(54) "In active sentences, the verb must assign Case to the trace of S' in V', which is bound as a variable by the extraposed clause."

(Stowell, 1981:212)

A impossibilidade de "preposition stranding" fornece evidência de que a categoria vazia seria um vestígio da sentença.

(55) *Who_i did you say to [e]_j, that I_i would buy the guitar? (ex.178 de Stowell)

A impossibilidade de vinculação entre o sintagma WH e a variável pode ser atribuída à presença de uma categoria vazia, coindexada com S' (=CP), numa posição adjacente a V. Em outras palavras, S' é irmã de V na estrutura-D.

A suposição de que uma sentença pode não receber Caso, de acordo com nossa análise, implica que esta não precisa ser movida para Spec de V'. Assim, a posição Spec de V' estaria disponível. E por ser uma posição marcada com Caso, mas não-temática, poderia ser ocupada por um expletivo. Assim, a presença um expletivo, quer lexicalmente realizado ou não, seguiria naturalmente. Não seria preciso falar em movimento do complemento sentencial e, ainda assim, seria possível dar conta a impossibilidade

de "preposition stranding", já que S' é irmã de V na estrutura-D.

A proposta de Stowell, por outro lado, encontraria problemas para dar conta de sentenças com expletivo.

3.2.1.3 Expletivos no PB

No português sentenças com expletivo, tal como (46), não ocorrem. Entretanto, nesta língua observa-se a ocorrência de clíticos não temáticos. Os primeiros seriam os clíticos se que acompanham verbos que indicam mudança de estado: afundar, amarelar-se, etc.

(56) As folhas amarelam-se no outono

De acordo com Nascimento (1984:190), estes clíticos receberiam Caso acusativo, mas não receberiam papel temático; o NP sujeito receberia papel temático tema.

Cegala (1985:284) apresenta um teste, mostrando que nestas construções o se não indica reciprocidade.

(57)* As folhas amarelam-se a si mesmas

Este teste poderia ser interpretado como evidência de que o papel temático do NP sujeito não é agente e que o clítico acusativo não possui papel temático.

Os clíticos do segundo tipo seriam os chamados "clíticos demonstrativos" (cf. Matos, 1985). Embora considerados temáticos (pois receberiam papel temático proposicional¹⁹), tais clíticos apresentam um comportamento semelhante a *it*, no inglês.

(58) Você disse que Pedro viria hoje?

Sim, disse-q.

Este uso do clítico apresenta o seguinte conjunto de propriedades, segundo Matos (op.cit.): (a) é invariável; (b) não é compatível com construção de reduplicação; (c) admite diferentes antecedentes e não apenas NP; (d) só pode ser acusativo; (e) pode ter como antecedente o complemento de verbos *ser* e *estar*, que são verbos que não atribuem papel temático.

Estes clíticos, tal como os expletivos do inglês, poderiam ser descritos como pro-formas (só pode ser *q* mas não *lhe* ou *qs*, por exemplo), por apresentarem as propriedades acima e por não poderem ser coordenados.

Em resumo, a suposição de que o objeto direto é uma posição temática não é capaz de dar conta de ocorrências do tipo (46), (47), (56) e (58). Se, por outro lado, a posição em que o Caso Objetivo é atribuído for uma posição não temática, a análise destas sentenças com clítico em posição objeto poderão ser tratadas naturalmente.

Passemos agora à seção seguinte em que se busca explorar outras consequências da hipótese de que V seria uma categoria que não atribui Caso, tendo-se em conta a obrigatoriedade de reestruturação entre predicados de mini-oracões e categoria referencial, proposta por Stowell (1989).

3.2.2 Regência de predicados de mini-oracão por categoria referencial

Stowell (1989) propõe que o predicado de mini-oracões precisa ser regido por uma categoria referencial (INFL). O seguinte princípio é formulado.

(59) Predicate Reference Condition (PRC)

A predicate head must be governed by
a referential category"

(Stowell, 1989:139)

O movimento núcleo a núcleo do predicado (por exemplo, movimento de ADJ para V), seria um tipo de incorporação (Baker, 1985). Tal processo seria parametrizável (cf. (60), abaixo.

Nesta seção comparo o comportamento de V+complemento ao comportamento de Adj+complemento. Meu propósito é mostrar que V, assim como Adj, pode ser analisado como predicado de uma mini-oracão e, como tal, precisa ser regido por uma

categoria referencial(=funcional) na Forma Lógica. Em outras palavras, apresento aqui uma extensão da proposta elaborada por Stowell para tratar de mini-orações cujo núcleo é um adjetivo.

Stowell não define que propriedades seriam responsáveis pela reestruturação na estrutura-S.

(60) "the restructuring operation must apply in every grammar in the mapping from D-structure to LF. This allows for grammars to parametrize according to whether the restructuring takes place "in syntax"(...) or LF (...), analogous to the parameter that allows for WH-movement to apply in the syntax in some languages and LF in others."

(Stowell, 1989:7)

Neste capítulo, busco atribuir a propriedade de reestruturação ao caráter da categoria funcional AGR.

3.2.2.1 Mini-orações no inglês e no PB

Nesta subsecção apresento as propriedades gramaticais de mini-orações que são complemento no inglês. Em seguida mostro que tais propriedades apenas opcionalmente se apresentam em mini-orações do PB.

Com base em dados do inglês, Stowell, assumindo que V rege e atribui Caso ao NP sujeito da mini-oracão, mostra que as propriedades abaixo se apresentam em mini-oracões complemento mas não em mini-oracões adjunto. As propriedades são: o NP sujeito da mini-oracão pode ser um reflexivo, pode sofrer movimento na passiva e não pode ser vazio.

Observemos a presença destas propriedades em mini-oracões do PB. As sentenças (a) são do PB padrão e as sentenças (b) são do PB coloquial.

- (61)a. João se considera [t honesto]
 b. João_i é muito vaidoso. Ele_i considera ele_i o mais bonito de todos
- (62)a. João foi considerado [t culpado]
 b. O João eles consideram culpado
- (63)a. Todos consideram o João honesto
 b. Todos consideram honesto
- (64)a. Eu acho isso interessante
 b. Eu acho interessante

Em (61a), o sujeito da mini-oracão é um reflexivo, mas em (61b) é um pronome, e ainda assim a vinculação com o sujeito sentencial é possível. Em (62a) o NP sujeito da mini-oracão sofre movimento na passiva, mas em (62b) uma construção com tópico permite que o NP desempenhe a função discursiva de sujeito, sem que uma passiva se efetive. No PB

coloquial o uso de ele para indicar indeterminação é um recurso frequente.

Em (63a) e (64a) o sujeito da mini-oracão se realiza morfofonologicamente, o que indicaria, segundo Stowell, que o NP nesta posição recebe Caso e é regido por V. A presença de um sujeito vazio em (63b) e (64b) mostra que a mini-oracão complemento pode também exibir um comportamento de mini-oracão adjunto. Se a atribuição de Caso e a regência por V forçam que o NP se realize morfofonologicamente, a boa formação de (63b) e (64b) indicaria que ambas propriedades sintáticas estariam ausentes ali.

Em outras palavras, o constituinte XP cujo NP sujeito aparece vazio em (63b)-(64b) não seria L-marcado.

Vamos supor que V' seja uma mini-oracão e o NP sujeito seja o chamado "objeto direto". O comportamento exibido pelo sujeito da mini-oracão AP deverá também ser exibido pelo sujeito da mini-oracão. Isto é, as propriedades das mini-oracões complemento estariam também presentes mesmo quando um adjetivo não está. A boa formação das sentenças abaixo mostra isso.

- (65a)a. O João é muito narcisista. ele se admira
o tempo todo
- b. O João é muito narcisista. Ele admira ele
o tempo todo
- (66)a. O João viu a notícia
- b. O João viu

Tendo-se em conta as propriedades, acima apontadas, a boa formação de (65b) e (66b) leva a concluir que o complemento de V no PB pode se comportar como um adjunto, sob certas condições.

Como a diferença entre complementos e adjuntos é, em parte, atribuído à L-marcação, pode-se concluir que, tal como AP adjunto, o VP pode não ser L-marcado.

Antes de passar à definição de L-marcação, comparemos o comportamento do NP sujeito de mini-oração e o "sujeito" de VP.

Stowell argumenta que a sequência [sujeito-predicado] forma uma mini-oração, com base na constituência. Nenhum advérbio poderia se interpor entre o sujeito e o predicado da mini-oração. Esta restrição pode ser observada no inglês e no PB.

(67)a. John sincerely considers Bill foolish

b. *John considers Bill sincerely foolish

(68)a. João sinceramente considera Bill tolo

b. *João considera Bill sinceramente tolo

Stowell acrescenta que um advérbio também não pode se colocar entre o verbo e o sujeito da mini-oração, devido à condição de adjacência, o que seria uma evidência de que V atribui Caso ao NP.

(69)* John lost caressly his book

Outros dois argumentos a favor de que [NP A] forma um constituinte são apresentados por Stowell. O segundo vem da teoria da vinculação: uma anáfora é vinculada dentro da própria mini-orção (Stowell, 1980).

(70)a. Mary considers Bill kind to himself

b.*Mary considers Bill kind to herself

Se V' apresenta um sujeito, formando uma mini-orção, então pode-se ter uma anáfora vinculada ao sujeito de V' e não ao sujeito da sentença. Esta possibilidade se efetiva quando há um clítico no PB. Vejamos (71).

(71)a. Ele apresentou-as umas às outras

b.*Ele apresentou umas às outras

De acordo com Matos e Duarte (1984), a má formação de (71b) pode ser atribuída à teoria da vinculação. Haveria em (71b) uma anáfora não ligada. Para os falantes do português europeu (71b) é mal formada.

Sem o clítico, o item anafórico umas às outras teria a sentença como categoria governante. Através do clítico, o antecedente da anáfora torna-se visível. Este antecedente não é o sujeito sentencial, mas o sujeito de V'.

A presença de um clítico reflexivo fornece outra evidência de que V' é uma mini-oração.

(72)a. Pedro viu-se a si (mesmo) [PE]

b. Pedro viu a si

No português europeu a presença de um clítico reflexivo é obrigatória em (72b). Sem clítico, a sequência a si é entendida como não anafórica. À si estaria indicando a pessoa com quem se fala. Sem clítico, a coindexação entre si e o NP sujeito violaria o Princípio B, da Teoria da Vinculação.

Stowell sugere que toda projeção não máxima seja barreira*.

(73)*a governs b iff a c-commands b and
for all d, d a non-head category, if
d dominates a or b, then
(a) d dominates a and b, or
(b) d is L-marked.*

(Stowell, 1989:20)

Desde que somente projeções máximas seriam L-marcadas, (73) teria o efeito de tratar projeções não máximas como barreira intrínsecas à regência.

Supondo-se que este mesmo processo se efetiva em relação à mini-oração V' , então tem-se que: (a) sem

reestruturação com I, V' é barreira; e comporta-se como Complexo Funcional Completo^{1*}. O complemento de V vai comportar-se como adjunto. (b) Se há reestruturação, V' só será CFC, se houver um sujeito especificado. A predição (a) se confirma pelo comportamento de adjunto do objeto no PB (cf. sentenças (65b) e (66b)). A predição (b) se confirma através do contraste entre presença/ausência de clítico em (71-72).

Retomemos as sentenças (65b-66b) em que o NP complemento se comporta como um adjunto. Este comportamento pode ser atribuído à não-L-marcação de XP na configuração (74).

(74) [_{XP} sujeito-predicado]

Nas sentenças (65b) e (66a), XP é V'. Estou supondo aqui que o segmento mais alto de V' seria uma projeção máxima^{1*}.

3.2.2.2. A' como barreira para o licenciamento de clíticos

Rizzi (1986), citado por Stowell (p21), apresenta uma evidência de que o licenciamento do clítico complemento de A depende de reanálise na estrutura-S no italiano. Se há um sujeito na mini-oracão, o clítico não é licenciado; caso contrário pode haver clítico.

(75)a. Gianni gli e [t affezionato [e]]

"João lhe é afeiçãoado"

b.? I nostri amici gli hanno reso

[[Maria piu affezionata [e]]

"nossos amigos lhe mostraram

Maria muito afeiçãoada"

c.?? Gli ritenevo [tua sorella

affezionata [e]]

"Acho-lhe a tua irmã muito

afeiçãoada"

Para Rizzi o vestígio do clítico são anáforas submetidas à condição A de LGB Binding Theory. Assim, a presença de sujeito faz a mini-oracão contar como categoria governante para o complemento do adjetivo. A presença de um sujeito faz com que nem V nem o clítico sejam capazes de reger o vestígio interno ao ADJP. Embora AP seja L-marcada por V, a regência de V é bloqueada: nada L-marca A' (cf. 30) e também a condição de Minimalidade de Chomsky (1986b) é violada.

Segundo Rizzi, o alicamento de clítico é possível se um certo tipo de regra de reanálise se aplica (cf. Rouveret e Vergnaud (1978), formando um predicado complexo).

Rizzi surge que a reanálise seja sujeita à condição de adjacência.

Stowell sugere que a reanálise acima apontada seja descrita como movimento de alfa núcleo-a-núcleo, análogo a

incorporação, de Baker (1985). Stowell propõe a definição de L-marcação (76).

(76) i. x L-marks y iff x governs y and y
is directly dependent on x .

ii. y is directly dependent on x iff:

(a) x theta-marks y , or

(b) y is the head of x

(Stowell, 1989:25)

Stowell acrescenta que quando um núcleo X de uma categoria não máxima permanece in situ, X deixa de c-comandar X' , desde que X permanece dominado por X' . Portanto, de acordo com (76), x deixa de reger X' , e por (76a) X não pode L-marcar X' . Desde que nenhuma outra categoria domina ou marca X' tematicamente, nada L-marca X' , e assim X' torna-se uma barreira.

Desse modo, em (76b-c) A' seria uma barreira para regência da categoria vazia por A e para a regência por V ou pelo clítico a partir de uma posição externa a A' . Mas se A se incorpora a V , como em (76a), nem AP nem A' seriam barreira para A . AP seria L-marcado por ambos: V , que rege e marca AP tematicamente; e por A (que rege e domina AP). Portanto, A L-marca A' , já que é o núcleo de A' e rege A' como resultado de um movimento. Assim, V e o clítico a ele atado regem o 'trace' do clítico em (76a) (cf. Stowell, 1989:25-26).

é importante ressaltar que a suposição de que o próprio núcleo X^o marca tematicamente a projeção máxima XP constitui uma alternativa mais interessante do que aquela proposta por Chomsky (1986b:69) para retirar o status de barreira de VP. Chomsky argumenta que I rege tematicamente ("theta-govern") VP.

Do mesmo modo que o movimento de Adj para V licencia clíticos em posição complemento de Adj, o movimento de V para I poderia também ser visto como condição para licenciamento de clíticos em posição complemento de V. Se V não se move para I na estrutura-S, V' não seria L-marcada e por isso não admitiria extrações (e nem a regência pelo clítico da categoria vazia com ele coindexada). Se o movimento de V para I se desse ou na estrutura-S ou na Forma Fonológica, esta dupla possibilidade levaria à presença ou à ausência de clíticos.

Tal como ocorre com adjetivos, a presença de um NP na posição sujeito de mini-oração V' impediria a ocorrência do clítico. Se em construções com objeto duplo o NP com papel temático beneficiário ocupa a posição de sujeito do VP, pode-se prever que não haverá cliticização.

(77)a. Eu entreguei João uma encomenda ontem

b.*Eu o entreguei uma encomenda ontem

No PB o clítico está se tornando cada vez menos frequente. Se o movimento de V para I na estrutura-S no PB

atual é opcional, o uso cada vez mais restrito do clítico poderia ser atribuído ao movimento cada vez mais restrito de V para I.

Em resumo, a suposição de que V se move para I opcionalmente na estrutura-S, perfazendo um processo de reestruturação, tem consequências interessantes no tratamento de outros fatos diacrônicos do PB, além da diminuição de frequência de clíticos: a diminuição de frequência de acusativos preposicionados, o aumento da frequência de objeto duplo e de objeto nulo.

Consideremos inicialmente os acusativos preposicionados.

3.3.1 Acusativos preposicionados

A ocorrência de acusativos preposicionados constitui um traço que retrata uma diferença entre línguas como espanhol, romeno e português em contraposição ao francês, conforme mostram as sentenças abaixo:

(76) Vimos a Juan

(79) Uazut pe Popescu

(80) Ela amava a Deus

(81)*Je aime à Marie

As condições sob as quais estas preposições são inseridas continuam obscuras, não tendo recebido até agora uma análise satisfatória, conforme assinala Sorin (1987:25).

O mecanismo responsável pela inserção de *a* tem sido atribuído a propriedades semânticas do NP, à propriedade de subcategorização do verbo e à atribuição casual, conforme veremos a seguir, ao retomar as análises correntes.

A presença de preposição, introduzindo NPs acusativos, tem sido analisada como um fenômeno de periferia. Trata-se-ia de um assunto que seria relevante para o estudo da teoria de marcação (Chomsky, 1988a).

Nesta seção busca-se correlacionar a presença da preposição à propriedade de certas línguas de permitir que o NP sujeito seja gerado sob o VP (=V').

Esta seção subdivide-se em três subseções. Na primeira

são descritas as propriedades dos acusativos preposicionados no PB. Na segunda parte são apresentadas as análises correntes sobre a marcação de objeto através de preposição, tendo-se em conta dados do espanhol e do romeno. Na terceira apresento um nova proposta de análise.

3.3.1.1 Acusativos preposicionados no PB

Nesta subsecção vou me referir como acusativo preposicionado aos sintagmas nominais formados por preposição a e NP, que podem ser parafraseados através de clíticos acusativos (o/os, a/as). Por exemplo,

(82) Convidamos a todos para a festa

Uma descrição dos contextos em que a preposição ocorre aparece abaixo (Retomo aqui os dados apresentados na introdução desta tese.).

A preposição é obrigatória quando há coordenação com clítico.

(83)a. Ele me convidou e a você também

b.*Ele me convidou e você também

A preposição é também obrigatória em construções interrogativas, relativas e topicalizadas quando o sujeito é vazio.

(84)a. [A quantos de vocês], viram na
 festa e,?

b. [Quantos de vocês], viram [e], na
 festa?

(85)a. Os homens, a que(m) viram [e], ontem são os
 novos hóspedes

b. *Os homens, que viram [e], ontem são os
 novos hóspedes

(86)a. A estes homens,, já assaltaram [e], ontem

b. *Estes homens,, já despediram [e], ontem

A preposição é opcional quanto o NP é quantificado ou é um
 quantificador universal.

(87)a. Encontrei (a) todos os alunos

b. Não encontrei (a) ninguém

A preposição é excluída quando o NP não é quantificado.

(88)a. ?* Eu encontrei ao João

b. * Eu vi ao João

As seguintes questões deverão ser respondidas nesta seção:

(89)a. Por que há contraste entre (88a) e (88b)?

b. Por que a preposição é obrigatória em (83)?

Antes de fornecer respostas a estas perguntas, passarei às análises de acusativos preposicionados em línguas em que tais construções apresentam uso menos restrito. Estas línguas são o espanhol e o romeno.

Inicialmente faço um breve resumo das propostas de Jaeggli (1982) e Borer (1984) e algumas breves referências a Sorin (1987). Em seguida, faço um comentário geral das propostas, tendo em conta as críticas de Rouveret (1987) sobre as análises citadas. Em seguida resenho a análise de Lois (1983) sobre o acusativo preposicionado no espanhol e de Matos e Duarte (1984) sobre o português europeu.

3.3.1.2 As análises correntes

As análises de preposições que introduzem NPs objeto têm estado quase sempre atreladas à análise das construções com reduplicação de clítico.

Jaeggli (1982) atribui à preposição *a* em (90) a função de atribuir Caso ao Np correferente do clítico. Tratar-se-ia de um "mecanismo extra de atribuição de Caso".

(90) Lo vimos a el ('Vimo-lo a ele')

A não inserção de *a* conduziria à exclusão da sentença pelo Filtro de Caso. Seguindo Vergnaud (1979), Jaeggli assume que

o Filtro de Caso seria uma exigência ou requisito de boa formação morfológica.

(91) Filtro de Caso

*N, where N has no Case

(Chomsky, 1978)

Jaeggli assume que os traços de Caso seriam membros opcionais da matriz de traços sintáticos que formam o NP^{1*}. As regras de (92) seriam, então, interpretadas como regras que especificam em que contextos um NP com um traço particular de especificação poderia ocorrer. Se um SN marcado com nominativo ocorresse em uma posição não regida por tense, a sentença seria excluída.

(92) NP --> nominative / if governed by Tense

NP --> objective / if governed by verb

NP --> oblique / if governed by P and certain verbs

(Chomsky, 1978)

Jaeggli reconhece que a preposição a, no espanhol está presente mesmo em contextos onde um clítico é opcional ou mesmo excluído e acrescenta:

(93) This *a* appears preferably before animate specific direct objects. Although the derivational origin of this particle is rather unclear, we can assume that it is introduced immediately after the base by a rule roughly as follows:

[93i] $\emptyset \rightarrow a / \text{---} \text{NP}_{+animate}$

(Jaeggli, 1982:23-4)

A regra (93i) aplicar-se-ia livremente. Entretanto, ressalta Jaeggli, a presença da preposição contribui enormemente para a interpretação semântica da sentença. Sua contribuição seria parcialmente descrita por traços como animacidade e especificidade, mas não só estes. A presença da preposição acarretaria um conjunto complexo de aspectos semânticos que não poderiam ser completamente descritos a partir de um ponto de vista puramente sintático (p.24).

Jaeggli assinala que em certos casos em que *a* introduz um NP, *a* poderia ser omitida e o NP seria então entendido como [-animado] (cf. se vê em (94a)). Com verbos que exigem NPs [+animados] como complemento, a preposição não poderia ser omitida (cf. se vê em (94b)).

(94)a. Llevaron (a) los heridos a un hospital cercano (p.24)

b. El sheriff quiere convencer *(a) los prisioneros a devolver lo robado (p.24)

A sentença abaixo coloca um problema para Jaeggli. Ela é bem formada no espanhol do Rio da Prata e mal formada no espanhol padrão.

(95) Lo vimos a Juan

Para dar conta deste contraste, Jaeggli sustenta que apenas no dialeto do Rio da Prata *a* seria capaz de atribuir Caso. Esta diferença entre os dialetos seria condicionada pela possibilidade de *a* s-reger ("subcategorization governing") seu complemento. (Uma crítica pormenorizada da aplicação desta análise aos dados do português é feita por Matos e Duarte (1984)).

Na análise de Jaeggli, dois pontos interessa-nos mais diretamente. O primeiro é apontar a correlação entre presença de *a* e o traço [+animado] do NP objeto. O segundo é admitir que nem em todos dialetos *a* é marcador de Caso¹⁹, o que constitui um problema para a definição de *a* como marcador extra de Caso. Tendo isto em conta, passemos à análise de Borer.

Borer (1984), embora sustente que a inserção da preposição seja um mecanismo extra de atribuição de Caso, assume que o Filtro de Caso é localizado no componente fonológico. Esta suposição é consistente com a visão do Filtro de Caso como condição de boa formação morfológica, que não interage com considerações semânticas determinadas

no componente da Forma Lógica (p.13). A atribuição de Caso é então vista como transferência de um traço flexional. Em

(96)a. Vimos una casa

b. Lo vimos

c. Lo vimos a Juan

d. Vimos a Juan

o traço de Caso é transferido do verbo para o NP em (96a); é incorporado ao clítico em (96b) e (96c). O marcador *a* transfere o traço de Caso para o NP (ou talvez seja ele mesmo o Caso) (p.19). Em (96d) o traço de Caso do verbo não é atribuído, e *a* atribui dativo ao NP (p.186).

Borer propõe a regra (97) para inserir *a* marcador de dativo e de acusativo. Esta regra não especificaria o tipo de argumento que desencadearia sua aplicação. Além disso, (97) seria independentemente necessária para inserir *a* antes de objeto direto em ambientes semânticos específicos. Nestes ambientes o NP objeto apresentaria uma propriedade semântica *P* (p.191) (Borer não explicita que propriedade seria essa).

(97)a Insertion

$\emptyset \rightarrow a / \text{NP } [P]$

Na análise de Borer, os pontos que nos interessam mais de perto são: a caracterização de *a* como traço flexional

(funcional) e a conclusão de que a que marca dativo e a que marca acusativo seriam da mesma natureza. Como NPs dativos [+humanos] e [-humanos] recebem a sempre, a suposição de que estes traços seriam responsáveis pela inserção de a, tal como Jaeggli sugere (principalmente com base na contribuição semântica que a daria), fica sensivelmente prejudicada.

Vejamos a seguir um breve comentário feito por Sorin a propósito da presença de a em construções com reduplicação de clítico.

Sorin (1987) analisa *pe* no romeno como marcador de Caso. Ressalta que esta análise acarreta uma consequência: é necessário rejeitar que Caso seja atribuído à cadeia. Só assim pode-se aceitar que numa cadeia clítica o NP reduplicado pelo clítico recebe Caso de um elemento extra.

Do ponto de vista descritivo, o emprego de *pe* dependeria do tipo do NP objeto, sendo particularmente pertinente a oposição pronominal/não pronominal, humano/não humano. Retomando observações da gramática tradicional, Sorin assinala que a presença de *pe* permitiria distinguir Caso Acusativo de Caso Nominativo. Entretanto, afirma não ser nem um pouco clara a razão por que nomes próprios e expressões definidas exigem obrigatoriamente *pe*, já nomes comuns exigem *pe* opcionalmente (p.27).

Rouveret (1987) rejeita a análise de preposição como marcador de Caso em contextos como (96c-d). Esta análise

implicaria a hipótese de que a preposição não estaria presente a não ser que o clítico estivesse. Outra dificuldade dessa análise seria a de admitir que em (96d) ou o NP seria casualmente marcado pelo verbo ou seria marcado pela preposição. A primeira alternativa implicaria a aceitação de que a atribuição de Caso pelo verbo é facultativa.

O mecanismo responsável pela inserção de *a* não seria uma propriedade de subcategorização nem de atribuição casual, pois se assim fosse, um mesmo verbo não poderia apresentar como objeto um NP um aNP, tal como (96a) e (96d). Este mecanismo também não se deveria exclusivamente à marcação temática, já que tanto NP como aNP atenderiam às propriedades lexicais do verbo em (97).

Rouveret acrescenta que as propriedades lexicais da posição sujeito devem ser levadas em conta, uma vez que *a* é exigido quando o verbo marca tematicamente a posição sujeito, e *a* tem comportamento variável com objetos inanimados.

(98) "a est inséré devant la position objet si les traits lexicaux de l'item occupant cette position sont non distincts des traits grammaticaux de la matrice sélectionnelle correspondant à la position sujet"

(Rouveret, 1982 cf. Rouveret, 1987:256)

Na sentença (99), por exemplo, a preposição poderia ocorrer porque os NPs sujeito e objeto são [-animados]. Já na sentença (100) a preposição seria excluída.

(99) Los ácidos atacan a los metales (p.253)

(100) *Vimos a la casa de Mafalda (p.253)

A generalização (98) é recolocada por Lois (1982) de um modo bastante interessante: a preposição é descrita como um mecanismo de recuperabilidade de papéis temáticos.

(101) "l'insertion obligatoire (au facultative) de a dans certains contextes structuraux et lexicaux à la nécessité d'éviter une indétermination quant au contenu argumental supportant le th-rôle indirect dans les énonces contenant un prédicat à deux arguments."

(cf. Rouveret, 1987:257)

Lois observa que há ausência sistemática de a antes de NPs sem determinante.

(102)a. Busco (a) uma criada

b.*Busco a criados

Observa também que verbos que não atribuem papel temático a seu sujeito não admitem acusativo preposicionado:

(103) Hay (*a)alguién

Tendo em conta que tanto NPs [+animados] como NPs [animados] podem vir preposicionados, Lois sugere que a inserção de a esteja ligada à possibilidade de o papel temático do NP sujeito ser atribuído ao NP objeto (p.48). Verbos transitivos têm, em geral, sujeito agente. Este papel temático, conforme assinala Jackendoff (1972), é estritamente ligado ao traço [+animado]. Assim, um sintagma que poderia estar em posição sujeito e recebendo papel temático de agente seria aquele marcado com preposição (p.48).

As condições para inserção de a seriam, segundo Lois, as seguintes:

- (104)a. Inserir a obrigatoriamente se:
 - (i) o objeto puder ser inserido em posição de sujeito ; e
 - (ii) o objeto for um agente em potencial
- b. Inserir a opcionalmente se somente a condição (i) for satisfeita (Lois, 1982:55)

Em resumo, Lois propõe que a inserção de a visa a distinguir os argumentos interno e externo, e que razões independentes de Caso seriam responsáveis presença de a no espanhol.

Um ponto comum entre as análises acima resumidas é que o NP preposicionado aparece na estrutura-D e na estrutura-S na posição irmã de V. Sua configuração seria a seguinte.



Outro ponto comum às três primeiras análises é relacionar a presença da preposição a uma propriedade semântica do NP objeto. Se, de fato, a inserção de *a* é condicionada por alguma propriedade semântica do NP, então seria possível prever que SNs, contendo tal propriedade, aparecessem preposicionados, mesmo quando não ocorressem na posição objeto.

Entretanto, nenhum NP é precedido de *a* se ocorre na posição sujeito. Tal fato permite formular duas hipóteses:

- (106) i. Ou a inserção de *a* não depende de propriedades semânticas do NP; ou
- ii. A posição de Especificador de IP torna visível a propriedade semântica que fica obscurecida quando o NP ocupa posição de objeto e não recebe *a*. (Em outras palavras, *a* é um traço funcional).

Antes de comentar as hipóteses de (106), seria oportuno

lembrar que o Caso dativo também se realiza através da preposição *a* e que, independentemente das propriedades semânticas do NP, o Caso dativo sempre se realiza através de *a*. Isto permite acrescentar um novo item à hipótese *a* (106):

- (106)iii. A presença de *a* indica sempre uma posição estrutural em que o NP em questão não pode receber Caso de V.

Antes de passar à discussão das hipóteses, consideremos a análise de Matos e Duarte (1964) sobre a partícula *a* no português europeu.

Matos e Duarte argumentam que *a* é uma marca de Caso porque, diferentemente de *para*, pode ocorrer em reduplicação de clítico. Como no português não há clíticos que recuperam sintagmas preposicionais, então o sintagma introduzido por *a* é nominal. Logo, *a* não rege seu complemento, ao passo que *para* o faz. Esta diferença fica clara no contraste:

- (107)a. Esse livro é-me útil *a* mim (p.501)
 b.*Esse livro é-me útil *para* mim (p.501)

Outra evidência de que *a* não rege seu complemento é que *a* introduz o NP em (108), embora este NP seja regido por Adj.

(108) Esse livro é útil ao Pedro

Matos e Duarte concluem que:

(109) Do mesmo modo que Adj, um V^o que subcategorize, reja e atribua Caso a um SN objeto indireto, usa o marcador casual *a* como materialização do dativo. Em estágios anteriores da evolução do Português está igualmente atestada a utilização deste mesmo marcador Casual como "realização" do acusativo atribuído pelo verbo a SNs objectos directos [+HUM] (cf. Silva Dias 17).

(Matos e Duarte, 1984:502)

Em resumo, no PE a partícula *a* seria um marcador de Caso, mais exatamente uma realização de Caso, uma vez que não regeria seu complemento, tal como as outras preposições (por exemplo, *para*).

Passemos à discussão destas hipóteses.

3.3.1.3 Objeto em posição Spec de V' e presença de preposição

Na secção (3.1.0) argumentei a favor de que a estrutura de complemento verbal apresentaria o NP objeto em posição Spec de V'. O movimento do NP objeto para tal posição visaria a atender ao Filtro de Caso. Em outras

palavras, a posição Spec de V' seria marcada com Caso e não temática.

De acordo com esta hipótese, os acusativos preposicionados seriam NPs que permaneceram na posição em que foram gerados na estrutura-D. Como esta posição é temática, mas não contém Caso, a inserção da preposição *a* evitaria a violação do Filtro de Caso.

Ainda de acordo com esta hipótese, a inserção de *a* ocorreria ou para "salvar" estruturas com Spec não disponível (tal como nas estruturas com clítico) ou para evitar o movimento do NP, quando tal movimento fosse implicar em violação de outros princípios da gramática. Desse modo, ainda que Spec estivesse disponível, o movimento poderia não ocorrer para que outras exigências gramaticais fossem atendidas.

Que razões impediriam, então, o movimento do NP, marcado tematicamente por V, de ocupar a posição Spec de V'?

Consideremos inicialmente uma correlação apontada por Rouveret: a coincidência de traço [+animado] entre NP sujeito e NP objeto em sentenças afirmativas no espanhol levaria à inserção de *a*. Esta mesma correlação pode ser observada no PB, só que em estruturas que envolvem movimento na estrutura-S. As sentenças (110) exemplificam tais casos.

- (110)a. A quantos jogadores iniciantes derrotaram
nas olimpíadas?

(110)b. Quantos jogadores iniciantes, derrotaram
e, nas olimpíadas?

A má formação de de (110b) parece poder ser atribuída ao Princípio das Categorias Vazias; AGR, sendo fraco no PB, não seria capaz de identificar o conteúdo da categoria vazia em posição objeto. Esta hipótese, entretanto, mostra-se inadequada, por duas razões. A primeira é que (111) é bem formada, embora apresente sujeito vazio. A segunda razão é que no PB o verbo na terceira pessoa do plural é usado para indicar indeterminação. A boa formação de (112) deve-se a esta propriedade.

(111) Derrotaram (a) quantos jogadores iniciantes
nas olimpíadas?

- (112)a. Chegaram cedo.
b. Compraram tudo.
c. Derrotaram todos.

A má formação de (110b), portanto, não pode ser atribuída ao Princípio de Categorias Vazias.

Suponhamos que a má formação de (110b) se deva à coincidência de traços (número, pessoa e animacidade) entre o NP sujeito e o NP objeto. Se esta hipótese for adequada, então numa cujo NP objeto contiver traços distintos do NP sujeito, a preposição deixará de ser obrigatória.

(113) Quantos jogadores iniciantes derrotamos
nas olimpíadas?

A boa formação (113) constitui uma evidência favorável.

Retomemos a sentença (110b). A razão para sua má formação pode ser descrita como uma consequência de o sintagma WH- poder ser o antecedente tanto de e_j como de e_k . Nesta estrutura a Condição de Superioridade, tal como formulada por Chomsky (1973), estaria sendo violada.

(114) "No rule can involve X,Y in the structure
...X...[...Z...-WYZ]... where the rule
applies ambiguously to Z and Y, and Z is
superior to Y."

(Chomsky, 1973:246, nota 246, citado por
Jaeggli, 1982:155).

Em (110b) o sintagma WH poderia ser o antecedente do NP sujeito ou do NP objeto vazios.

Um ponto importante aqui é que a sugestão de Chomsky (1981), de reduzir a Condição de Superioridade ao Princípio de Categorias Vazias, levaria a consequências indesejáveis por que este princípio seria incapaz de dar conta do contraste entre (110a) e (110b). Embora a categoria vazia esteja em posição objeto (o que seria suficiente para licenciar esta categoria), a vinculação com o sintagma interrogado é ainda assim impossível.

Uma questão relevante que se coloca a propósito de (110) é: por que um fenômeno que se manifesta em interrogativas no PB se manifestaria em afirmativas no espanhol?

Vamos supor que no espanhol, diferentemente do que se dá no PB, o sujeito é gerado sob VP (ie. V'). Esta diferença decorre da possibilidade de V mover-se para AGR-O na estrutura-S e assim L-marcá-lo VP, fazendo com que este nó não seja uma barreira para extração a partir do interior do VP. Conforme vimos argumentando, no PB o verbo não se move para AGR-O na estrutura-S (ou melhor, move-se apenas opcionalmente neste nível). Em decorrência disso, VP é barreira. Tal fato leva a que o sujeito não seja movido a partir do interior de VP e nem outras extrações sejam possíveis, esta análise poderia fornecer explicação para fatos observados no PB, relativos à raridade com que construções com movimento ocorrem neste dialeto, no estágio atual (cf. quadro 2.3).

A sentença (115) do espanhol teria (116) como estrutura-D e (117) como estruturas-S.

(115) Pedro vio a Juan

(116) [_{AGR-S} [_{AGR-O} [V NP₁ V NP₂]]]

(117)a. [_{AGR-S} NP₁ [_{AGR-O} V [t, t_v NP₂]]]

Em (119), t_1 é a posição onde NP_1 foi gerado e NP_2 a posição onde o NP objeto foi gerado, t_2 é um vestígio deixado pelo movimento do verbo.

Em (119) o NP objeto aparece in situ, apenas t_2 coloca-se como vestígio de NP_1 . Portanto, (119) é não ambígua e o único elemento que pode ter NP_2 como antecedente é t_1 .

Como o NP objeto permanece in situ, uma preposição deverá ser inserida a fim de que este NP adquira Caso. Isto faz com que apenas a estrutura (119) apresente preposição a.

De acordo com esta análise, a presença de NPs objeto sem a no espanhol levaria sempre à agramaticalidade porque levaria sempre a uma configuração do tipo $[NP t_1 t_2]$, em que o NP poderia ser identificado como antecedente de t_1 ou t_2 . Poranto, (120) deveria ser mal formada.

(120) Vimos la casa de Mafalda (Jaeggli, 1982)

Uma explicação nos termos acima não se mostra adequada, já que (120) é bem formada. Esta inadequação é, entretanto, apenas aparente, uma vez que o NP sujeito se distingue do NP objeto em relação ao traço [+animado], não haveria ambiguidade e a Condição de Superioridade não seria violada²⁹.

3.3.1.4 Acusativo preposicionado no PB do século XVIII

Conforme mencionamos, a obrigatoriedade de *a* no PB em orações interrogativas obedece às mesmas restrições de *a* em afirmativas no espanhol. Um fato curioso é que nas afirmativas, o PB comporta-se de modo diverso: a preposição é excluída nas orações afirmativas, a não ser quando o NP objeto é quantificado. Qual seria a razão desta diferença?

Para responder a esta questão, é oportuno ter em conta que o contraste abaixo não se apresentava em estágio anteriores da língua, isto é, no século XVIII a presença de acusativo preposicionado não implicava em má formação de sentenças do tipo (121).

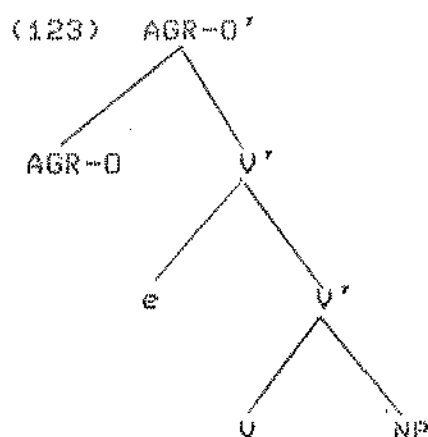
(121)a. Achei Martin Afonso em Olinda

b. *Achei a Martin Afonso em Olinda

De acordo com nossa hipótese geral, a ordem VS seria a ordem básica no século XVIII e a estrutura de (121a) seria [NP₁ V t, a NP]. No período atual, quando a ordem básica é SV, não haveria vestígio do NP sujeito sob V' e Spec estaria livre para que o NP objeto fosse para ali movido. Como Spec de V' recebe Caso estruturalmente, *a* não mais precisa ser inserido. A estrutura da sentença (121a) seria (122).

(122) [_{NP}-_S NP₁ [_{NP}-_O [e V NP₂]]]

A categoria vazia e preencheria a posição Spec de V' . A configuração de (122) seria (123) (com simplificações).



Sendo e é uma posição marcada com Caso, o movimento de NP para e visa a atender ao Filtro de Caso.

Em (123) tem-se uma categoria funcional que tem como complemento um constituinte que apresenta uma posição sujeito e um predicado. A categoria I (=AGR-O) rege a posição Spec de V' e atribui Caso a esta posição. A noção de regência é a de Chomsky (1986b).

Há, entretanto, um problema. Se o NP na posição irmã de V pode receber Caso de e , por que o movimento para Spec de V' teria se tornado obrigatório no PB atual?

Vamos assumir que a posição normal (ie. não marcada) de NP_2 na estrutura-S seja Spec de V' . A forma marcada é NP_2 fora de Spec. Isto posto, pode-se derivar a má formação de (121a) da seguinte condição:

(124) NP_{spec} permanece fora de Spec apenas quando este movimento implicar violação de princípios da gramática.

(124) parece dar conta satisfatoriamente de (121a-b).

Uma implicação de (124) é que Spec de V' precisa ser preenchido. Seria interessante derivar esta "necessidade" do Princípio de Predicação. A suposição de que V' forma uma mini-orção permite alcançar esse resultado: as mini-orções no PB atual tendem a ocorrer na ordem [sujeito+predicado] e ater sujeito lexicalmente preenchido (ver quadro 4.3).

3.3.1.5 Acusativos preposicionados no PB atual

Consideremos agora os casos no PB atual onde a é opcional.

(125)a. Nós abraçamos (a) todos

b. Eles finalmente encontraram (a) ambos

(126)a.* Nós abraçamos ao João

b.* Nós finalmente encontramos ao Pedro

Quando o NP é quantificado, a preposição é opcional, como mostra a boa formação de (125a-b) em contraposição a (126).

De acordo com a análise desenvolvida até aqui, as duas sentenças seriam mal formadas na estrutura-S porque a posição de "sujeito" de V' estaria não preenchida. Entretanto, o contraste de gramaticalidade leva a ver que a sentença (126) pode ser "salva".

Como os NPs objeto em (125) e (126) se apresentam em posições diferentes apenas no nível da Forma Lógica, pode-se concluir que é neste nível que a diferença entre estas sentenças se estabelece.

De acordo com May (1977, 1985) os NPs quantificados submetem-se à regra de Movimento do Quantificador ("Quantifier Raising") no nível da Forma Lógica. Esta regra faz com que os NPs em questão sejam movidos para uma posição de adjunção a CP ou a IP.

Os quantificadores do tipo ninguém, tudo, etc. movem-se para CP e os NPs quantificados, como todos os meninos, movem-se para IP (Sorin, 1989: 366; Cinque, 1986).

Na Forma Lógica, a sentença (125) teria a seguinte estrutura:

- (125') a. [, todos e] [nós abraçamos.]
 b. para todo x, x é uma pessoa, nós
 vimos x

O NP todos, estando em adjunção a IP, poderia vincular uma categoria vazia na posição complemento de V.

Como NPs ^{pr}quantificados não sofrem movimento na Forma Lógica, a estrutura (126) seria mal formada porque o NP preposicionado não seria identificado como complemento do verbo.

A posição de objeto direto, conforme vínhamos argumentando, é uma posição do tipo [+Caso, -temática]. De acordo com Chomsky (1986b), tais posições aparecem preenchidas na Forma Lógica por um NP temático. Se a sequência [e_1 a NP_1] formasse uma cadeia, o NP estaria na posição de [e_1] na Forma Lógica e a sentença (126) seria bem formada. A má formação de (126) leva a concluir que de fato não há movimento de aNP para [e]. Se [e] está na posição Spec, esta impossibilidade de movimento é clara. A boa formação de (125) indica que aNP tem de c-comandar [e] para salvar a sentença. Parece que [e] e aNP estabelecem uma relação anafórica.

Como no PB, V' é barreira à extração aNP, não pode c-comandar [e]. Em línguas como o espanhol, em que sentenças como (126) são bem formadas, tem-se que o NP preposicionado pode ser adjungido ao VP (ou melhor, AGR-O). Na Forma Lógica, sentenças do espanhol teriam a estrutura (127a) e a do PB (127b).

(127)a. NP_1 a $NP_2 V[e]_2 [e]_1$

b. $NP_1 V[e] a NP_2$

3.3.1.6 Conclusão

A análise que busca atribuir a presença de *a* como um mecanismo para evitar violação da Condição de Superioridade, quando comparada às análises precedentes, apresenta vantagens. Inicialmente, ela escapa às críticas feitas por Rouveret, apresentadas em (3.5.2). Para aquele autor, não seria adequado sustentar que haveria uma relação intrínseca entre clítico e *a*. De acordo com a análise aqui proposta, a inserção de *a* é independentemente motivada. O clítico seria apenas um dos fatores, e não o único, que impediria o movimento do NP para a posição Spec de V'. O clítico, ao absorver o traço de Caso, impediria o movimento.

A segunda crítica de Rouveret diz respeito à concomitância de atribuição de Caso por V e por *a* a um mesmo NP. Minha proposta, ao assumir que V não atribui Caso, evita esse problema.

A terceira crítica refere-se à disponibilidade de Caso em V quando *a* ocorre. Esta crítica parece pertinente porque AGR-O permaneceria com um traço de Caso disponível. Acontece que isto não chega, de fato, a ser um problema.

Mesmo supondo que V atribua Caso, o uso intransitivo de certos verbos levaria necessariamente a admitir a disponibilidade do traço de Caso, a não ser que a não projecção do argumento interno implicasse na não atribuição do traço de Caso. Esse atrelamento entre atribuição de Caso e atribuição de papel temático é, entretanto, problemática.

Na passiva, por exemplo, a não atribuição de Caso não implica a não atribuição de papel temático. Verbos que atribuem Caso excepcionalmente não atribuem papel temático.

Consideremos agora as correlações apontadas por Rouveret e desenvolvidas por Lois (1982). São elas: (a) propriedades lexicais do NP sujeito são levadas em conta para a inserção de *a*; (b) coincidência de traços lexicais entre NP sujeito e NP objeto; (c) NPs sem determinante rejeitam *a*; e (d) verbos que atribuem papel temático a seu sujeito não apresentam NP objeto com *a*.

Conforme vimos, os traços relevantes do NP sujeito são traços ϕ ' , de fato, traços de concordância. No espanhol o sintagma-Wh sempre traz em si a marca de concordância [+animado]/[-animado] morfofonologicamente realizada. As formas quién/que mostram essa distinção. Desse modo, as correlações (a) e (b) seriam indistinguíveis e ambas decorreriam então não de propriedades estritamente semânticas do NP mas sim de traços ϕ ' do NP.

Uma análise que assume que V atribui Caso terá que introduzir um mecanismo capaz de condicionar a atribuição de Caso por V aos traços ϕ ' do NP objeto. Uma análise que assume que I (=AGR) atribui Caso acusativo pode lidar com isto sem quaisquer inovações. Por definição, AGR contém a propriedade de "ver" os traços ϕ ' do NP ao qual rege. Distinções sutis como a do romeno, isto é, nome próprio recebe Caso através de pe mas não nome comum, poderiam facilmente ser tratadas.

Quanto a (c), a ausência de *a* NPs sem determinante no espanhol pode ser atribuída ao seguinte fato: NPs sem determinante nesta língua não ocupam a posição sujeito.

(127)* *Espanol se habla con fluidez* (Lois, 1982:45)

Como estes NPs não ocupam posição sujeito, não haveria ambiguidade quanto à categoria vazia que teria como antecedente o NP em Spec de V'. A Condição de Superioridade não seria violada, se o NP sem determinante ocupar a posição Spec de V.

Quanto a (d), esta poderia ser atribuída à própria ausência de movimento do interior de V' para a posição Spec de IP. Se não há movimento, não há violação da Condição de Superioridade. Logo, o recurso disponível para "salvar" a estrutura não precisa ser "acionado".

Retomemos agora as hipóteses formuladas em (112a-c). A primeira diz respeito à independência entre inserção de *a* e propriedades semânticas do NP objeto. Como os traços em questão são (também) traços de concordância, esta hipótese seria apenas parcialmente correta.

A segunda hipótese diz respeito à distribuição complementar entre ter preposição e estar em Spec. Esta hipótese capta a diferença relativa à configuração estrutural entre NPs com *a* e NPs sem *a*.

A terceira hipótese assume que V atribui Caso. Esta hipótese mostra-se inadequada porque não seria capaz de dar

conta da distinção entre as sentenças (102a) e (102d) do espanhol.

Em resumo a suposição de que V não atribui Caso parece permitir tratar adequadamente as construções de acusativo preposicionado.

3.3.2 Construções de objeto duplo

Nesta seção tratarei das análises de construções com objeto duplo, como em:

(132) Ele já explicou o povo a situação (PB
coloquial)

(133) A União explica os professores como seria
a festa (noticiário de TV)

Inicialmente discuto análises de Kayne (1982), Larson (1987) e Aoun e Li (1989). Argumento que a estrutura proposta em (3.1.0) é adequada para descrever as construções de objeto duplo, assim como para dar conta da correlação entre tais construções e as de dativo típico. Ambas teriam a mesma representação subjacente e as diferenças na estrutura-S seriam decorrentes da atuação de diferentes princípios.

As análises de construções com objeto duplo interessam-nos aqui porque informam sobre um processo que associa duas construções onde a presença da preposição, além da alteração da ordem de constituintes, constitui o traço que as diferencia. Comparem-se as sentenças abaixo:

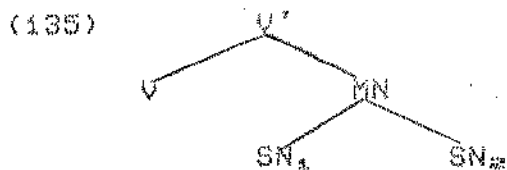
(134)a. Ele já explicou o povo a situação

b. Ele já explicou a situação ao povo

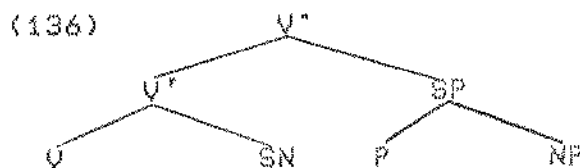
Passemos inicialmente à proposta de Kayne (1982), que assume que NP₁ e NP₂ em sentenças como (134) formam uma mini-oração. Esta proposta mostra-se inadequada aos dados, conforme veremos a seguir.

3.3.2.1 Objeto duplo como mini-oração

Kayne (1982) observa que em construções com objeto duplo, cuja estrutura é [NP NP], o primeiro NP é interpretado como possuidor de NP₂. O autor não deixa claro o sentido do termo possuidor. Apenas subdivide os dativos em duas categorias: os predicativos e os possessivos. Para captar essa correlação, propõe uma estrutura de mini-oração, como em (135).



Para os dativos propõe (136)



Em (135) os dois NPs se c-comandariam mutuamente; já em (136) nenhum c-comandaria o outro .A definição de c-commando é a de Reinhart,1976.

(137) Definição de c-comando

x c-comanda y sse o primeiro nó ramificado que que domina x dominar y ou se for imediatamente x_2 for do mesmo tipo categorial que x_1 .

(Reinhart,1976)

Estas configurações não seriam adequadas porque não dariam conta de uma relação de dominância manifestada entre NP_1 e NP_2 , como se vê em (138a-e).

Os contrastes abaixo foram apontados por Bares e Lasnik(1986).

(138a) Vinculação anaférica

(139)a. I showed Mary herself

"Eu mostrei Maria ela mesma"

b.*I showed herself Mary

"Eu mostrei ela mesma Maria"

(138b) Cruzamento fraco

(140)a. I gave every worker his paycheck

"Eu dei cada trabalhador seu cheque"

b.*I gave its owner every paycheck

"Eu dei seu ganhador cada cheque"

(138c) Vinculação de quantificador

(141)a. Which man did you send his paycheck?

"Que homem você enviou seu cheque?"

b.*Whose pay did you send his mother?

"Que homem você pagou sua mãe?"

(138d) Condição de superioridade

(142)a. Who did you give which paycheck?

"Quem você deu que cheque?"

b.*Which paycheck did you give who?

"Que cheque você deu quem?"

v. 'each other'

(143)a. I showed each man the other's socks

"Eu mostrei cada homem as meias um do outro"

b.*I showed the other's friend each man

"Eu mostrei os amigos um do outro cada homem"

(138e) Itens de polaridade negativa

(144)a. I showed no one anything

"Eu mostrei nenhuma pessoa coisa alguma"

b.*I showed anyone nothing

"Eu mostrei pessoa alguma nada"

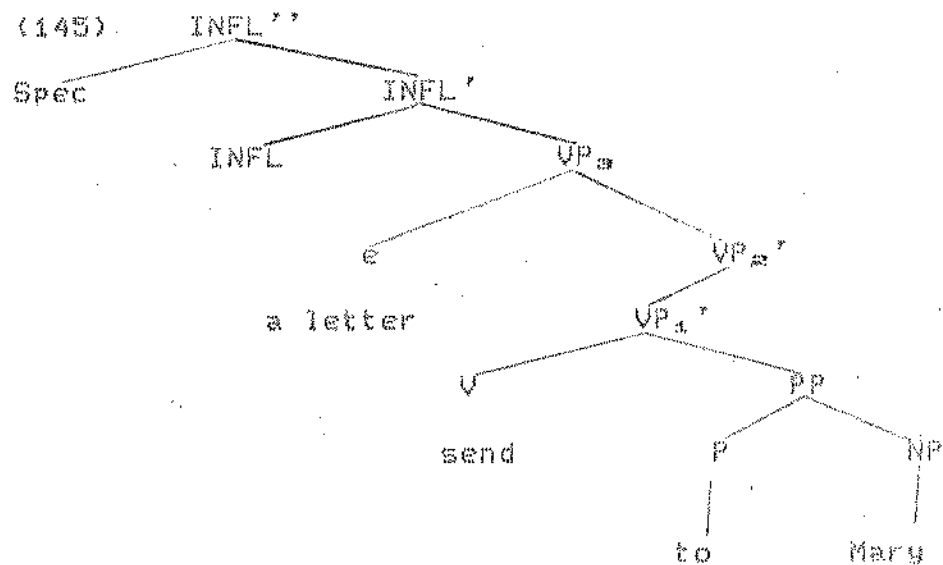
Como se pode ver nas sentenças entre aspas, os mesmos contrastes se manifestam no inglês e no PB.

A proposta de Kayne, por não dar conta dos contrastes acima, deve ser descartada, conforme assinala Larson (1987).

Consideremos a seguir a análise proposta por Larson (1987).

3.3.2.2 Hipótese da passivização

Adotando a análise de alocamento de V, proposta por Chomsky (1955/1975), Larson descreve a relação de dominância em termos de c-comando (Reinhart, 1976), e propõe a estrutura (145), que é uma estrutura de dativo típico.



(145) seria 'input' para a formação de construções com objeto duplo. As construções com dativo sofreriam um processo semelhante ao da passiva, o que resultaria numa construção com objeto duplo.

O movimento de V para V_i seria do tipo núcleo a núcleo, visando a atender ao mapeamento das estruturas categorial e temática: cada argumento precisaria ser regido por seu núcleo em algum estágio da derivação (p.384, nota 49).

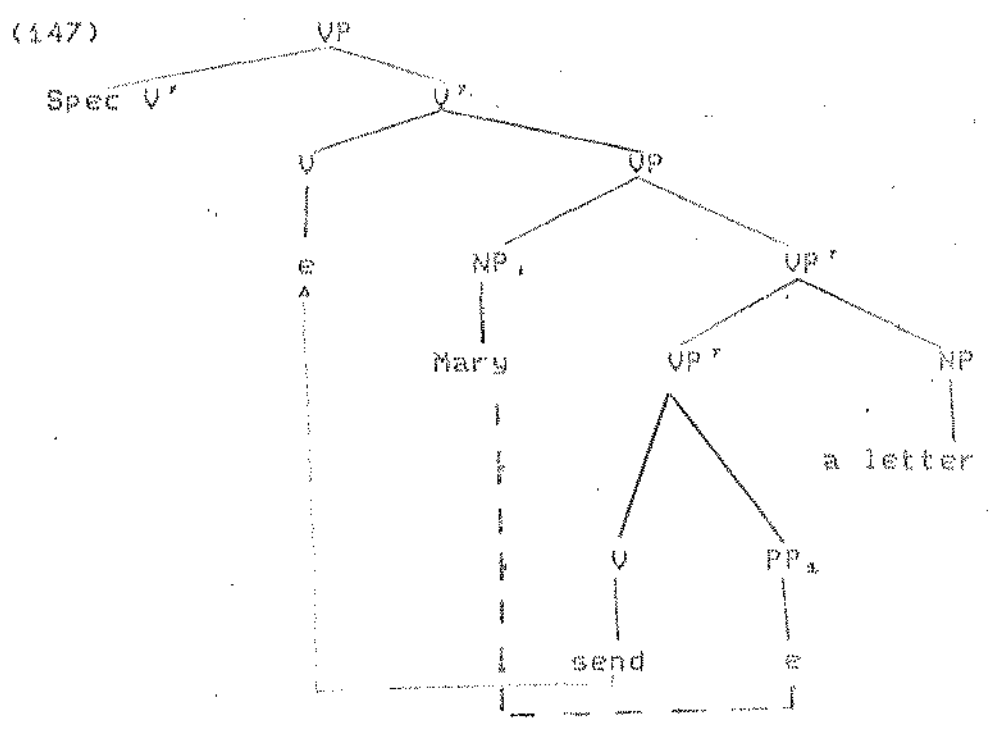
Seguindo proposta de Roberts (1985), Larson argumenta que V precisa chegar até à projeção regida por INFL para poder receber informação de Tempo e concordância. Além disso, supõe (tal como Stowell (1981), Travis (1985) e Koopman (1985)) que Caso é atribuído sob regência. Isto faria com que V fosse movido para uma posição onde pudesse ser regido por INFL.

Com o alçamento de send em (145), o VP encabeçado por este verbo torna-se regido por INFL. Além disso, V pode ser plausivelmente analisado como regente de a letter: V estaria à direita do NP e o NP seria especificador de uma projeção máxima irmã de VP. Assim, send poderia atribuir Caso Objetivo a a letter.

(146) *once V raises to e_v, the lower VP will
be L-marked and no barrier to movement
or Case assignment. (Larson, 1988:343, nota 9)

Larson argumenta que há semelhanças entre a formação de passivas e construção de objeto duplo. Primeiro porque as propriedades (138a-e), apontadas por Barss e Lasnik, são também observadas entre o SN sujeito e o SN introduzido por by nas passivas ; onde a preposição não interfere na relação estabelecida entre os dois SNs.

Tal como nas passivas, a estrutura (145) o papel temático atribuído ao SN a letter teria sido demovido. Desse modo a posição de objeto direto teria sido reduzida a uma posição não temática. Desde que o objeto direto recebe papel temático de V', este papel temático seria atribuído ao adjunto de V'. Assim, o objeto direto realizaria-se como adjunto de V' e nesta posição receberia Caso. O SN Mary ficaria sem Caso na posição mais encaixada e por isso precisaria ser movido para a posição de sujeito de VP, que seria agora não temática e estaria vazia. Finalmente, o verbo send seria alçado para a posição de núcleo de V, atribuindo Caso ao sujeito de VP, à direita (p.352). Este processo aparece representado em (147).



A proposta de Larson é interessante porque permite identificar sujeitos no nível de IP e VP, ambos especificadores das respectivas projeções X". Além disso, conforme mostra Larson, o processo de passivização não seria restrito a uma única construção. Entretanto, sua proposta apresenta uma série de problemas. Os quatro primeiros da lista abaixo foram apontados e comentados pelo próprio Larson, sendo considerados apenas como problemas aparentes. Os outros são apontados por mim e serão comentados nas seções subsequentes.

Problema 1: Na passiva, o verbo apresenta marca morfológica, mas nenhuma marca aparece nas construções de objeto duplo.

Para Larson, a ausência de marca morfológica no verbo em construções como objeto duplo dever-se-ia ao seguinte: o papel temático atribuído à posição sujeito é, nas passivas, atribuído ao sufixo -en. Isto é possível porque um SN sujeito é um elemento não subcategorizado. Nas construções com objeto duplo, o "sujeito", sendo subcategorizado, dispensaria a marcação morfológica.

Problema 2: O sintagma adjunto demovido pode ser suprimido na passiva, mas não nas construções com objeto duplo. Por exemplo,

- (148)a. A letter was sent to John by Mary
 b. A letter was sent to John

(149)a. Mary sent John a letter

b. *Mary sent John

Para Larson, a possibilidade de by phrase ser suprimido mas não NP₂ ocorre porque o verbo na passiva tem dois Casos suprimidos (o inerente e o estrutural), já nas construções com objeto duplo, apenas o Caso inerente é afetado. É exatamente a presença de Caso inerente o que faz com que NP₂ possa ser movido.

Conforme argumenta Larson, em construções com objeto duplo *ej* atribui Caso inerente e INFL atribui Caso estrutural. O afixo morfológico *-en* absorveria o Caso estrutural de INFL e a própria operação de movimento faria com que o Caso inerente fosse suprimido. Já o NP movido na construção de objeto duplo não poderia ser suprimido devido à presença do Caso estrutural (ausência de marca morfológica).

Problema 310 sintagma adjunto apresenta preposição na passiva mas não na construção de objeto duplo.

A obrigatoriedade da preposição na passiva deve-se, segundo Larson, ao domínio da regra de movimento, que inclui IP e VP. Desse modo o Caso estrutural é suprimido em ambos. Nas construções com objeto duplo, o domínio é só VP. O Caso estrutural de INFL continua disponível e este Caso é atribuído ao NP na posição de "sujeito" (p.362). Em (149a) Infl não pode atribuir caso a John porque o Caso estrutural

também não estaria disponível. Em (149b) o Caso estrutural seria atribuído a Mary.

Problema 41 A relação ativa/passiva é muito mais produtiva que a relação dativo/objeto duplo.

Quanto à pouca produtividade das construções de objeto duplo, Larson argumenta que esta se deve à restrição à aplicação da regra a estruturas onde a preposição é redundante em termos de contribuição semântica. Por exemplo, *to* em (150) não contribuiria semanticamente, mas já em (151) contribuiria (p.371).

(150)a. John sent a letter to Mary

b. John sent Mary a letter

(151)a. I donated money to charity

b. *I donated charity to money

Problema 51 Na passiva o NP em A' apresenta preposição, já nas construções com dativo, o NP em A é que apresenta preposição.

Problema 61 Na passiva o Caso do NP em A' é morfologicamente realizado através de preposição, na construção com objeto duplo, o Caso do NP em A não é morfologicamente realizado.

Problema 71 A seguinte diferença deixa de ser captada:

Dos NPs em A' (by phrase e a letter em (147)), apenas aquele precedido por preposição poderia ser omitido sem que isto implicasse em violação do Princípio de Projeção.

Problema 8: Na construção com objeto duplo o 'input' é uma construção com dativo, nas passivas o 'input' não é a construção ativa.

Problema 9: Na relação ativa/passiva, não há absorção de preposição vazia, na relação dativo/objeto duplo há.

Problema 10: O NP a letter, na construção com dativo, recebe Caso de V movido. Este SN, mesmo estando numa posição onde pode receber Caso, é movido para uma outra posição, a de adjunção, onde também receberá Caso da preposição. Na construção de dativo, portanto, o NP passaria de uma posição marcada com Caso para outra posição também marcada com Caso.

Problema 11: A estrutura (147), se tomada como 'output' de (145), apresenta um movimento para uma posição que é c-comandada pela primeira.

Problema 12: Nas construções de objeto duplo, mas não nas passivas, um verbo auxiliar não aparece.

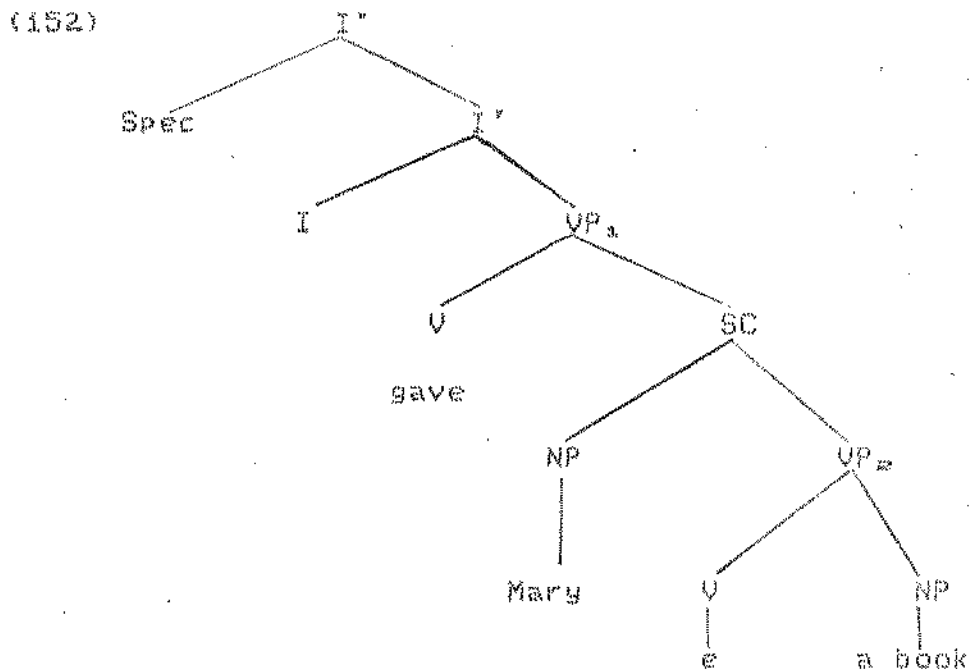
Problema 19: O argumento de que o SN "sujeito" nas construções de dativo seja subcategorizado por V contradiz sua hipótese inicial de que este NP receberia papel temático composicionalmente (p.342). Como um NP subcategorizado poderia ter seu papel temático atribuído composicionalmente?

A proposta de Larson, em resumo, constitui uma nova alternativa à hipótese da mini-oração. Entretanto, coloca vários problemas, conforme vimos.

Aoun e Li (1989) retomam a aproximação entre passiva e dativo e apresentam uma nova análise, o que contribui para a solução de alguns dos problemas apontados. A proposta de Aoun e Li será objeto da próxima seção.

3.3.2.2 Hipótese da passivização revisada

Aoun e Li (1989) propõe que a construção com objeto duplo é 'input' para a construção com dativo. A estrutura básica seria (152).



O verbo (e) seria capaz de expressar a relação de possuidor entre *Mary* e *a_book*, apontada por Kayne (1982). Este verbo atribuiria Caso ao SN *a_book*, e *gave* atribuiria Caso a *Mary*.

Assumindo a aproximação sugerida por Larson, de que haveria correlação entre construções com objeto duplo e passivas, propõem que:

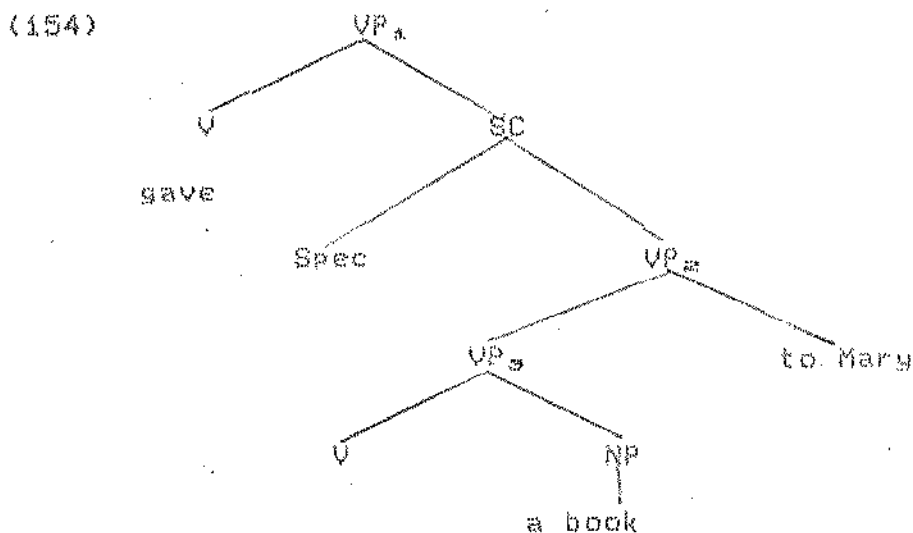
(153)a. A passivização se aplica no interior da mini-oração, e o verbo (e) deixa de atribuir Caso *a_book*.

b. O SN *Mary* é adjungido a *SV2*.

c. O SN a book, agora sem Caso, é movido para a posição de Especificador da mini-orção: essa posição conteria Caso mas não conteria papel temático, tal como nas passivas.

d. O SN Mary recebe caso através de inserção de preposição to.

A estrutura com dativo, resultante desse processo, seria (154).



A proposta de Aoun e Li resolve alguns dos problemas apontados no trabalho de Larson, na medida em que capta simetrias entre passivas e dativos, mais exatamente (5,6,7,8, 10,11 e 12). Entretanto, faz permanecerem os problemas (9 e 13), repetidos abaixo, e ainda cria um novo:

- (155) Por que o NP *Mary* precisaria se mover da posição *Espec* para uma posição de adjunção, se ambas posições são marcadas com *Caso*?
- (156) Na relação ativa/passiva não haveria 'absorção' da preposição.
- (157) Se há movimento, por que este movimento não deixa vestígio? E se deixa, que tipo de categoria vazia ocupa a posição sujeito da mini-oracão, quando o SN *Mary* vai para uma posição de adjunção?

O problema (155) coloca uma questão de ordem estrutural: ter-se-ia a aplicação da regra 'mover alfa', sem que esta estivesse sendo requerida por outros módulos da gramática. Isto violaria uma condição geral sobre movimento. Conforme assinala Chomsky (1986:143-158), a regra mover alfa aplica-se apenas a estruturas que ou violariam o Filtro de *Caso*, ou exigiriam não-regência de *PRO*.

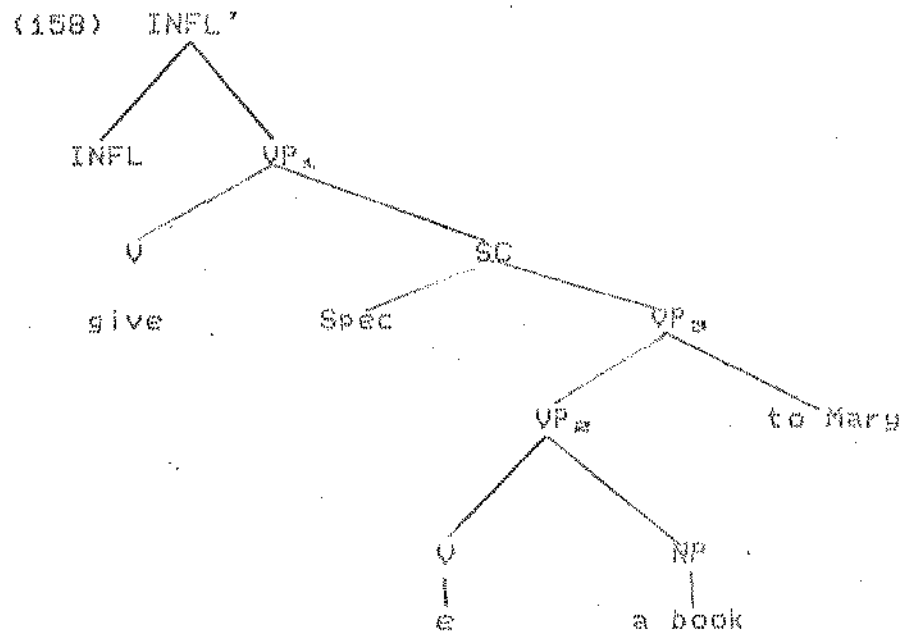
O problema (157), por sua vez, explicita o caráter ad hoc de regra de movimento de NP "sujeito" para a posição de adjunção, pois seria um movimento que não deixaria vestígio.

3.3.2.3 Em busca de uma proposta alternativa

Uma saída para os problemas (155-157) pode ser buscada se se avançar no paralelo entre dativos e passiva.

Suponhamos inicialmente que as construções com dativo não seriam 'input' para construções com objeto duplo, assim como as construções ativas não são 'input' para passivas. Em outras palavras, teríamos como estrutura-D para as duas construções uma estrutura com a posição Spec não preenchida. Esta posição seria sempre opcional e dependeria de outros módulos da gramática (Fukui, 1980, Chomsky, 1986).

Suponhamos que a estrutura subjacente seja (158), a estrutura proposta por Aoun e Li para dativos.



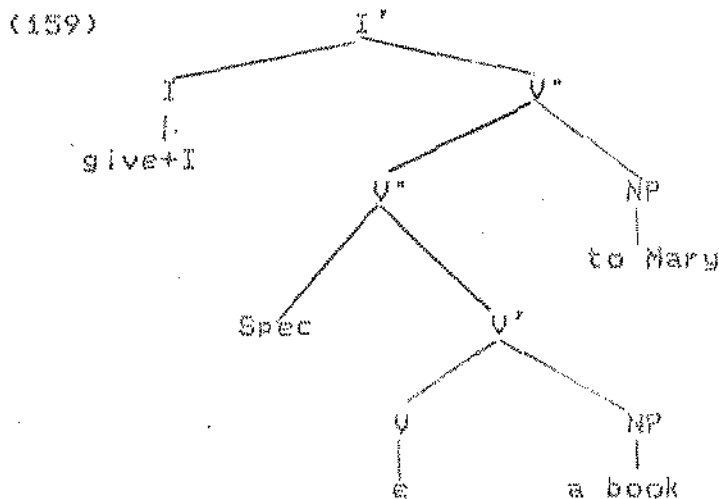
Aoun e Li assumem, acompanhando Larson, que V (e) sofreu passivização e que por isso o NP a book precisa ser movido para receber Caso, e que a posição Spec, marcada com Caso, é não temática.

O NP em Spec de V' comandaria o NP irmão de V e o NP irmão de V'.

Quanto à atribuição de Caso, tem-se que o NP, irmão de V, não recebe Caso e por isso só pode ser licenciado por predicção. Assim, a impossibilidade de o segundo NP ser suprimido, em construções de objeto duplo, seria uma decorrência da não atribuição de Caso. De fato, este NP se comporta como um predicado, conforme veremos a seguir.

Em resumo, essa análise, mesmo sem assumir a passivização opcional de [e,] em (159), é capaz de dar conta da correlação entre dativos e objeto duplo.

Diferentemente desses autores, vamos supor que a posição Spec seria o "sujeito" de um V' e não de uma mini-oracão. Esta posição é gerada porque V, movendo-se para núcleo de IP, licencia a posição Spec. Assim, não teríamos V numa posição intermediária entre o vestígio de V e núcleo de IP como em (158), mas teríamos V movendo-se diretamente para o núcleo de IP, como em (159).

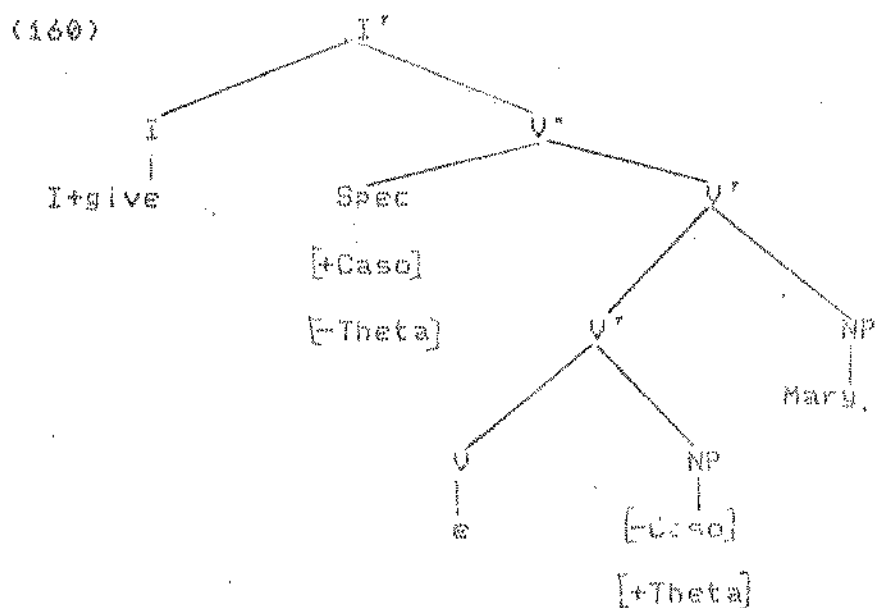


Em (159) a categoria que atribuiria Caso à posição Spec de VP não seria V, mas sim INFL (tal como propõe Larson, 1987:360).

A posição Spec seria sempre preenchida por movimento. Se o NP_i a book é movido, a construção resultante é de dativo. Se, por outro lado, o NP Mary é movido para Spec, a construção resultante é a de objeto duplo. A posição Spec de V' receberia Caso estrutural de I (=AGR-O).

Há, entretanto, um problema. A suposição de que o NP irmão de V se move para Spec de V, parece acarretar o mesmo problema apontado na proposta de Aoun e Li: um NP com Caso (Mary) seria movido para outra posição com Caso. Acontece, entretanto, que o movimento deste NP teria como justificativa atender a exigências de uma teoria da predicção. O NP estaria sendo movido para preencher a posição de sujeito de um predicado.

Por outro lado, o movimento de a book, nas construções com dativo, visaria ao atendimento do Filtro de Caso. Tal como nas passivas, a posição objeto de [e_v] seria [-Caso] e [+temática], o que obrigaria o movimento do NP para uma posição [+Caso] e [-temática], que seria Spec de V' . A estrutura (160) mostra este movimento.



Os traços da categoria em posição Spec correspondem aos de um sujeito na oração passiva: contém Caso mas não contém papel temático.

Vejam agora o caráter de predicado do segundo NP nas construções de objeto duplo.

3.3.2.4 NP₂ como predicado

Na seção precedente argumentei a favor de que NP₁ na construção de objeto duplo seria "sujeito" e que NP₂, estando fora da posição Spec de V', não receberia Caso. Nesta seção busco mostrar que NP₂ se comporta como predicado.

Consideremos os dados do PB. Os seguintes contrastes podem ser observados em construções com objeto duplo.

(161)a. Avisei meu vizinho do apartamento ao lado
meu novo endereço

b.*Avisei meu vizinho do apartamento ao
lado isso

(162)a. A mãe entregou Pedro uma criança

b.*A mãe entregou Pedro o João

A má formação de (161b) parece indicar que NP₂ precisa ser mais "pesado" que NP₁; a má formação de (162b) parece indicar que este NP não pode ser um nome próprio.

A primeira exigência está também presente no inglês, conforme assinala Oehrle (1976).

(163)a.*I gave that man it/them

b. I gave it them

Segundo este autor, uma condição geral de 'output' requerida pelo NP mais à direita é que este NP teria que ser mais pesado ou mais proeminente que o SN à esquerda.

Como sugestão de um meio de medir a proeminência, as seguintes condições são apresentadas:

(164) *Proeminence is defined with respect to the following hierarchy: a lower number reflects lower proeminence

1. cliticized pronouns
2. me, it
3. us, you
4. other third person pronouns
5. everything else".

(Dehrle, 1976)

A exigência de que o segundo SN seja mais pesado decorreria do caráter de predicado deste NP.

A segunda exigência destes NPs, conforme se observa em (162b) no PB, é que não seja um nome próprio.

Um NP nome próprio é caracterizado sintaticamente como [-genérico]. Segundo Stowell (1987:30), os nomes próprios, embora sejam geralmente tratados como nomes em termos de processos morfológicos, seriam claramente diferentes na medida em que seriam sempre referenciais e nunca categorias predicativas. Já os SNs genéricos seriam categorias tipicamente predicativas e por isso não ocorreriam em posições onde só expressões referenciais são permitidas (Stowell, op.cit, p.34).

A boa formação de sentenças com NP [+genéricos] constitui uma evidência a mais do caráter de predicado do NP mais à direita.

(165) Entreguei João cartas da Europa

(166) Mostrei Maria quadros cubistas dos mais
famosos pintores

De acordo com nossa hipótese, o caráter de predicado derivaria da não atribuição de Caso ao NP irmão de V'.

3.3.2.5 Conclusão

O propósito desta foi buscar uma explicação para a correlação entre as sentenças (124-125), repetidas abaixo com nova numeração.

- (167)a. Ele já explicou a situação ao povo
- b. Ele já explicou o povo a situação

Do ponto de vista descritivo, tem-se que o NP dativo em (167a) aparece em (167b) adjacente a V, sem preposição.

De acordo com a análise apresentada em (3.3.2.3) o NP em (167b) ocupa a posição Spec de V', posição esta que recebe Caso estrutural de AGR-D. A ausência de preposição decorre da posição estrutural que o NP ocupa: NPs em posição Spec não são preposicionados.

Argumentamos que o NP mais à direita não recebe Caso e se comporta como predicado. E atribuímos a impossibilidade de omissão do NP à exigência de que a relação sujeito-predicado seja mantida na estrutura-S.

No PB, diferentemente do que ocorre no inglês, o NP à direita pode ser omitido.

- (168)a. I sent John a letter
- b.*I sent John

- (169)a. Eu perguntei João o preço
- b. Eu perguntei João

- (170)a. Eu entreguei João uma carta
b.*Eu entreguei João
c. A carta de ontem, eu já entreguei
João

A boa formação de (169) pode ser atribuída à possibilidade de o PB apresentar objeto nulo.

O contraste entre (169b) e (170c) mostra que a "omissão" é possível quando o NP complemento não aceita o papel temático tema. Isto é, quando o NP tem traços suficientes para ter seu papel temático identificado como meta, mesmo quando não apresenta preposição.

A diferença entre inglês e PB em relação a estas sentenças deve-se à propriedade do PB de licenciar objeto nulo, propriedade essa ausente no inglês.

Na próxima seção apresento uma análise das construções com objeto nulo.

3.3.3 Objeto Nulo

Nesta seção tratarei das construções com objeto nulo, buscando a ocorrência destas construções no PB à opcionalidade de movimento de V para AGR-O na estrutura-S. Acompanhando Raposo (1986b), sustento que o objeto nulo resulta do movimento de PRO da posição complemento de V para uma posição A'. Diferentemente de Raposo, assumo que a posição A' em questão é a de Spec de V', e não Spec de CP (ou mesmo adjunção a IP ou CP, tal como sugere Duarte, 1987). As consequências desta proposta em relação ao Teorema de PRO e às propriedades do objeto nulo no PB serão exploradas no final desta seção.

3.3.3.1 Propriedades do Objeto no PB

As propriedades (a-f) do objeto nulo no PB, que aparecem abaixo, são apontadas por Galves (1984-1990). Os exemplos, assim como os juízos de gramaticalidade, são também de Galves.

(a) O objeto nulo não pode ser correferente de outro NP na sentença (Huang, 1984).

(111) *João_i disse que Pedro viu e_i.

(112) *João_i sabe que Maria gostaria de conhecer

e_i

(113)

(b) O objeto nulo deve remeter a um NP cuja referência é fixada no discurso (Huang, 1984);

(c) A categoria vazia objeto não é vinculada pela posição ocupada pelo NP que lhe atribui referência;

(174) Outro aspecto são as fibras inseridas nas células verdadeiras e as falsas não têm (Galves, 1984).

(d) Não se observam efeitos de subjacência (cf. Galves, 1988:2). Os exemplos abaixo são de Raposo (1986b).

(d.1) Efeito de cruzamento forte (Raposo, 1986: 379)

(175) ele, pensa que eu recomendei e, ao professor

(d.2) NP complexo

(176) eu informei a polícia da possibilidade de o Manuel ter guardado e no cofre da sala de jantar

(d.3) Sujeito sentencial

(177) que a IBM venda a particulares surpreende-me

(d.4) Extração de adjuntos

(178) o pirata partiu para as Caraíbas depois de
ter guardado e_1 cuidadosamente no cofre

(e) Licença vazios parasíticos

(179) vi e_1 na TV sem reconhecer e_1

(f) Natureza pronominal: as sentenças (172-175) são bem formadas se inseridas em contextos adequados (Farrell, 1987):

(172') Todo mundo diz que Maria beijou Pedro
depois do baile, mas ele insiste que
ninguém beijou (Galves, 1988)

As propriedades (a-f) mostram que a categoria vazia em posição objeto pode apresentar um comportamento que se assemelha a diferentes tipos de categorias. Galves (1989) sintetiza essa complexidade de modo bastante interessante:

(PRO) "Tentar defini-lo [o objeto nulo] como uma das quatro categorias previstas parece sempre ao mesmo tempo adequado e redutor demais, como se ele fosse, de uma certa maneira, ao mesmo tempo pro (ele é livre no domínio de sujeito temático), anáfora (seja qual for a análise, ele depende de algum outro elemento), e variável (de um predicado)."

(Galves, 1989:77)

Tendo em conta estas propriedades, consideremos as análises de objeto nulo no português europeu.

3.3.3.2 Objeto nulo como PRO

Raposo (1986) propõe que o objeto nulo seria PRO na estrutura-D, e na estrutura-S seria uma variável. O status de variável é justificado com base nas seguintes propriedades: (a) manifesta efeito de subjacência (as sentenças (142)-(145) são consideradas mal formadas pelos falantes do português europeu); (b) apresenta efeito de COMP duplamente preenchido; e (c) licencia vazios parasíticos.

Quanto à propriedade (b), Raposo exemplifica com as seguintes sentenças:

(181)a.* Quando é que o Manuel vai oferecer ao
Antônio? (Raposo, 1986b:383)

b.* Para qual dos filhos é que ela comprou?
(ID:383)

Acompanhando Jaeggli (1982), Raposo assume que o objeto
nulo seria PRO na estrutura-D:

(182)* By assumption, then, at D-structure the
null object is PRO. (...) the fact that
at S-structure it is an $\alpha\bar{c}$ created by
a movement rule falls out naturally
without stipulation." (Raposo, 1986b:387)

Dois argumentos são apresentados por Raposo a favor da
hipótese do movimento para COMP: (a) o movimento de PRO
seria obrigatório pela teoria da regência, da vinculação e
teoria theta; e (b) o único lugar disponível seria COMP.

(183)* Note first that null object sentences are
always active, transitive structures. Then,
movement to subject position is excluded
since this a theta-position. The only
available position is therefore the COMP
position, where PRO became as null operator."

A afirmação de que COMP seria o único lugar disponível para onde PRO possa ser movido é contestada por Duarte (1987), que argumenta haver outra posição disponível: adjunção a IP ou CP. A atribuição de agramaticalidade às sentenças (181) é rejeitada por Duarte.

(184)* Creio que os juízos de Raposo 86a sobre as frases acima são forçados. Na realidade, num contexto apropriado, os falantes que consultei não consideraram agramaticais a frase [181a] nem a frase [181b].

(Duarte, 1987:390)

Com base na boa formação de (181), Duarte argumenta que o lugar de pouso de PRO não seria Spec de CP, tal como propõe Raposo, mas sim uma posição de adjunção a IP ou CP. Mais exatamente, o objeto nulo seria um subtipo das construções de topicalização.

A correlação apontada por Duarte entre topicalização e objeto nulo é interessante porque capta um conjunto de diferenças entre português europeu e o PB, que podem ser descritos nos seguintes: efeitos de subjacência não são observados pelos falantes do PB.

3.3.3.3 Objeto nulo: adjunção a V'

De acordo com análise desenvolvida nas seções precedentes, uma outra posição estaria disponível como local de pouso de PRO: a posição de adjunção a V'. Desse modo, o objeto nulo seria PRO na estrutura-D e na estrutura-S teria sido movido para uma posição não lexicalmente regida, para atender ao teorema de PRO.

No sistema proposto por Fukui (1986), o movimento de PRO para uma posição de adjunção a V' é sugerido, acompanhado do seguinte comentário.

(185)* Note that this movement of

PRO₀ is a "licit" movement in that it does not violate any principles of grammar, in particular ECP/subjacency."

(Fukui, 1986:142)

De acordo com Fukui, a posição Spec de V' não contém Caso por isso um PRO poderia ser licenciado naquela posição.

Diferentemente de Fukui, propusemos que a posição Spec de V' seria uma posição marcada com Caso, já que V seria uma categoria lexical e, por isso, não atribuiria Caso. Esta proposta acarreta então um problema: PRO estaria numa posição marcada com Caso.

Para evitar este problema, é preciso assegurar que Spec de V' possa não receber Caso sob certas condições. A

comparação entre o comportamento de V e outras categorias lexicais parece fornecer uma alternativa de solução.

A posição Spec de N' é uma posição que pode ser ocupada por PRO. A possibilidade de uma anáfora em (186) confirma isso.

- (186)a. the children heard [PRO stories about
each other]. (Chomsky, 1986a:170)
- b. they told my stories about each other.
(ID:220)

Esta posição não é acessível a um Caso atribuído por uma categoria exterior a N'. O contraste entre (187) e (188) mostra essa diferença.

- (187)a.* [_{IP} Bill to be intelligent]
b. I believe [Bill to be intelligent] (p.80)
- (188)a.* [_{DP} John book] last night
b.* I read [_{DP} John book] last night
c. I read John's book last night

O contraste entre (187b) e (188b) é apontado por Fukui (1986:80), e descrito do seguinte modo: a má formação de (188b) deve-se à propriedade de I' não poder receber Caso, enquanto que D' não somente seria um receptor de Caso como também seria obrigatoriamente marcado com Caso (p.82). Entretanto Fukui reconhece que:

(189) "while the problem (...) still remains unanswered, I tentatively adopted the above account of the impossibility of the ECM into the Specifier of DP, leaving the principled explanation for the asymmetry between IP (and CP) and DP in this regard for future research." (Fukui, 1986:82)

Vamos supor que a possibilidade de um elemento em Spec de V' receber Caso esteja condicionada à possibilidade de V' tornar-se transparente. Tal possibilidade é vetada a N' porque apenas V, mas não N, pode mover-se para I (=AGR) e desse modo L-marcá-lo a projeção máxima. Em outras palavras, a L-marcacão seria o fator que tornaria a projeção máxima transparente para atribuição de Caso, porque levaria V' a não se comportar como barreira.

(190) "Movement from V to I crosses VP, which should be a barrier to antecedent government of t by V_i. But the fact that this movement is legitimate shows that V_i must L-mark VP in (158), voiding barrierhood."

(Chomsky, 1986:69)

Desse modo, V' seria L-marcada e por isso a posição Spec de V' poderia receber Caso, mas N', não sendo L-marcada, seria inacessível à atribuição de Caso.

É oportuno ressaltar que o comportamento CP, tal como IP, constitui um lugar onde para o qual V pode se mover. Conforme sugere Fukui, CP se assemelharia mais a IP do que DP em relação à ECM.

Se, de fato, a L-marcação é um fator relevante para que Spec possa receber Caso, então PRO poderia ocupar a posição Spec de V' em estruturas onde V não se move para I.

De acordo com Chomsky (1986:20), se VP (=V') não for L-marcado, VP seria uma barreira à regência e à regência estrita. Tais características seriam suficientes para possibilitar a presença de PRO.

Se, por outro lado, V move-se para I, a posição Spec de V' recebe Caso. Em consequência, um clítico seria licenciado ou mesmo um NP pleno, mas não um objeto nulo. Tendo sido removido o caráter de barreira de V'.

PRO poderia se mover para Spec de IP/CP, o que resultaria o comportamento do objeto nulo do português europeu.

Em outras palavras, a presença de objeto nulo estaria condicionada pela Teoria de Caso, o que por sua vez dependeria da categoria funcional AGR, responsável pela possibilidade de incorporar V ou não.

Passemos então ao segundo problema: como evitar que PRO em Spec de V' seja controlado pelo NP sujeito?

Uma saída é assumir que a teoria de controle precisa se referir somente à estrutura temática e não à configuração sintática (cf. Williams, 1985, citado por Speas e Fukui, 1986:150).

3.3.3.4 Conclusão

A análise de objeto nulo como PRO sob V' coincide com a descrição de argumento implícito de Fukui (1986).

A proposta de Duarte (1987), ao analisar o objeto nulo como um subtipo de topicalização, capta um ponto comum entre estas construções nos dois dialetos do português: os efeitos de subjacência que são notados pelos falantes do português europeu não são notados pelos falantes do PE. Uma evidência disso é que as sentenças abaixo são consideradas mal formadas pelos falantes do PE.

- (191)a. Essa primeira parte é interessante a
crítica (Pontes, 1980:8)
- b. Repelex, precisa? (ID:8)

Duarte assinala que:

- (192)*Em Pontes (80) surgem abundantes exemplos de uma outra construção de tópicos marcados que não existe no Português europeu. (...)
- A ausência de propriedades de conectividade (...) leva qualquer falante do Português euro-

peu não só a considerar tais frases mal-formadas como também a ter dificuldade de lhes atribuir uma interpretação a algumas delas."

(Duarte, 1987:89)

Tal como os objetos nulos, as construções com tópico também manifestam diferenças entre estes dois dialetos do português.

A suposição de que V' comporta-se como barreira à atribuição de Caso à posição Spec. de V' no PB, mas não no PE, tornaria previsíveis tais diferenças.

Retomemos as seis propriedades (a-f) do objeto nulo, arroladas no início desta seção, tendo em conta que o movimento de V para I no PB é opcional na estrutura-S.

De acordo com a propriedade (c), que diz respeito ao licenciamento de vazios parasíticos, a proposta de que o objeto nulo seria [PRO_i e_i] parece inadequada, já que um 'trace' não licencia vazios parasíticos. A má formação da sentença (194) do português europeu mostra isso.

(193)* Estas cartas foram postas no correio

pelo João sem te mostrar (Duarte, 1987:228)

Um fato curioso em relação ao PB é que a sentença (161) é considerada bem formada. Portanto, a propriedade de licenciar vazios parasíticos no PB não é um teste suficiente para mostrar que a categoria vazia da qual o vazio parasítico é correferente seja uma variável. Isto fica mais

claro se se considera que mesmo objetos plenos e clíticos podem licenciar vazios parasíticos no PB. No PE a sentença (195b) é agramatical, segundo Duarte (1987).

- (194)a. O João guardou as cartas_i sem ler e_i
 b. Essas cartas_i o João pô-las no correio
 sem te mostrar_i. (Duarte, 1987:229)

Para os falantes do PB, (194b) e também (194a) são bem formadas. Em resumo, o licenciamento de vazios em (194) não se mostra um teste adequado no PB.

Retomemos agora a propriedade (a), isto é, a impossibilidade de correferência entre o objeto nulo e o sujeito da oração principal, o que levaria a considerar o objeto nulo como variável. A propriedade (f), isto é, possibilidade de correferência com o sujeito, dependendo do contexto, levaria a considerar o objeto nulo como pronominal. Conforme conclui Galves (1989:74), o objeto nulo teria natureza pronominal, uma vez que que "as opções interpretativas bloqueadas pela sintaxe não podem ser restabelecidas pelo discurso" (cf. Chomsky, 1975). Se fosse uma variável, o discurso não seria suficiente para explicar seu comportamento pronominal.

Tendo em vista este comportamento pronominal do objeto nulo, a hipótese de considerá-lo PRO parece adequada por que daria conta da contradição que envolve as propriedades (a)-(f): ter-se-ia um elemento pronominal cuja referência

poderia ser pragmaticamente controlada, sob certas condições. Essa última possibilidade é sustentada por Bouchard (1984).

Bouchard argumenta que PRO (sujeito da oração infinitiva) seria pronominal quando não fosse regido por um antecedente. A regência seria impedida quando a categoria XP, que contém PRO, não fosse "transparente". As seguintes condições tornariam XP não transparente: (a) um elemento WH em COMP bloqueasse o apagamento do nó CP; (b) se a oração infinitiva não fosse um complemento de V, como nos casos de "nonbrigde verbs"; (c) se a oração infinitiva é um sujeito sentencial; ou se (d) PRO estiver numa oração gerundiva que não seja objeto direto da sentença. Estas possibilidades são, respectivamente, exemplificadas pelas sentenças abaixo.

- (195)a. They don't know [_{CP} what [_{CP} PRO to do]]
- b. John shouted [PRO to arrest Bill]
- c. John thinks that [PRO to feed himself/
oneself] will be difficult
- d. John said it is important [PRO to leave
early]
- e. Mary argued with John about [PRO getting
married in a church] (Postal, 1970)

Consideremos particularmente a sentença (145e). A condição explicitada aqui é "não ser objeto". Isto significa "não

receber Caso" e, ainda, não ser regida. Em outras palavras, PRO seria licenciado se XP não for "transparente", o que aqui significa não ser "regido por V" nem receber Caso.

Se XP não é "transparente", então PRO é pronominal. A suposição de V' possa ser barreira sob certas condições possibilitaria tal contexto e assim PRO poderia ser pronominal.

ent |

3.4.0 Mudança linguística no PB

Reinterpreto aqui a mudança linguística descrita no capítulo II desta tese e mencionada no decorrer deste capítulo.

Quatro pares de construções podem ser apontados. Em todos aparece um marcador de Caso *a*. Em apenas dois dos pares a estrutura contendo *a* é analisada como agramatical pelo falante do PB contemporâneo. Isto exige que se dispense a estes um tratamento diferenciado.

A suposição de que *a* é uma marca de Caso permite identificar os diferentes estágios do PB domínio propício para fornecer informações sobre conceitos substantivos, conforme assinalam Huybrets e Riemsdijk.

(197) "Case theory might be precisely [the] domain in syntax that is most likely rooted in substantive concepts such as Location, Direction, or Proximity. Hence case theory might be the ideal starting point in syntax for developing a theory of markedness."
(H&R in Chomsky, 1982:111)

HeR questionam se as noções de núcleo e periferia assim como a de marcação seriam termos eufemísticos para se referir a fenômenos não compreendidos ou não alocados no núcleo ('core'). Chomsky responde que estas distinções seriam em

parte internas à teoria e que os fenômenos periféricos ('periphems') e a teoria da marcação teriam estrutura, mas que ele não teria idéias precisas como isto poderia ser. Acredita, entretanto, que

(198)*learning of exceptions is a highly structured matter, you cannot learn just any class of exceptions.(...) There seem to be all kinds of subregularities and it is not just random nonsense.(...) Vowel Shift [for example](...) provide[s] a kind of organization of non-core areas, where core-areas might be the productive rules. And these would have to do with ways of imposing a tight and interesting organization on systems.*

(Chomsky,1982:108)

A utilização de um fenômeno fonológico como exemplo justifica-se, segundo Chomsky, porque trabalhos de campo nesta área oferecem um conjunto rico de dados, o que já não se dá em relação à sintaxe. Chomsky ressalta que

(199)* A language does not even enter into the domain of discussion unless very substantial work [fieldwork] has been done*.

(Chomsky,1982:111)

Chomsky concorda com H & R em que a teoria de Caso seria um domínio propício para a investigação da teoria da marcação e sugere que línguas ricas em marcação 'overt' de Caso deveriam ser investigadas.

Acompanhando essa sugestão, o estudo da mudança a ser investigada aqui toma como ponto de partida um estágio da língua em que havia realização de Caso mais 'overt' e leva em conta os resultados de um estudo quantitativo do fenômeno, onde foram coletados e classificados dados relativos ao período de 4 séculos, somando um total de aproximadamente 5.000 dados.

Um resumo das conclusões desse estudo aparece abaixo, com base na estrutura (simplificada) de cada sentença, em dois estágios. Pode-se observar que, em todas as estruturas que representam o segundo estágio, o NP, que aparecia preposicionado, perde a preposição e torna-se adjacente ao verbo.

(A) Dativos de Causativas

[V+Vinf NP₁ aNP₂] > [V NP₂ Vinf NP₁]

- (200)a. ao passo que fazem derramar tantas lágrimas às mães (MA) [XIX]
- b. ao passo que fazem as mães derramarem tantas lágrimas [XX]

(B) Acusativos preposicionados

[V e aNP] > [V NP_a e_a]

(201)a. Ele (...) tirando da aldeia a outro

Padre (AV) [XVII]

b. Ele (...) tirando outro Padre da aldeia

(C) Mini-orações

[V X aNP] > [V NP X]

(202)a. Achei preso ao tronco a João Costa

(ML) [XVIII]

b. Eu achei João da Costa preso ao/no tronco

(D) Verbos Psicológicos

[NP_a [V e t_a aNP]] > [NP [V NP]]

(203)a. desconsolando e desanimando aos demais

(PV) [XVII]

b. desconsolando e desanimando os demais

(E) Verbos com papel temático opcional

[V e_a aNP] > [V NP_a]

(204)a. e avisar, como fiz, a Vossa Paterni-
dade (PV) [XVII]

b. e avisar Vossa Paterni-
dade, como fiz

O quadro abaixo mostra o estado atual das sentenças do tipo (a) das estruturas (A-E).

Quadro 3.1

Forma	Gramaticalidade
Dativo de Causativa	*
Acusativos preposicionados	*
Mini-orações	?*
Verbos psicológicos	?
Verbos com tema opcional	aceitável

A má formação das causativas resulta da impossibilidade de haver reestruturação entre o verbo causativo o verbo infinitivo no PB atual. Em consequência a ordem SVO começa a ocorrer nas sentenças infinitivas, que são complemento dos verbos causativos. Em outras palavras, a ordem VS dá lugar à ordem SV nas infinitivas.

A correlação entre não reestruturação e ordem SV fornece um quadro interessante onde analisar outras construções quadro I.

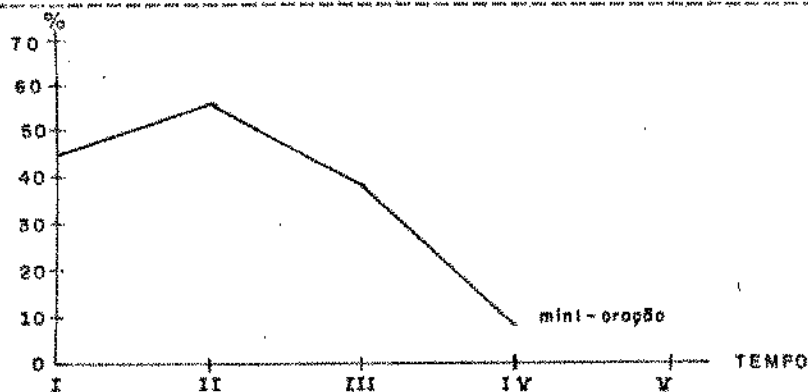
Consideremos os acusativos preposicionados. De acordo com a análise apresentada em (3.3.0), estes NPs seriam preposicionados por terem sido impedidos de ocupar a posição Spec de V' , posição essa marcada com Caso estrutural. Este NP não teria sido movido para Spec de V' , de modo a evitar a violação da Condição de Superioridade. Este comportamento apenas se efetiva nos estágios da língua em que o NP sujeito é gerado sob VP (=V'). Em consequência, a má formação da sentença (20a) no PB atual seria uma indicação de que o sujeito não é gerado sob V' no PB atual.

Vejamos agora as mini-orações. A reestruturação entre V e o predicado da mini-oração leva à inserção de *a*. Em estágios mais recentes, quando a reestruturação tende a ser menos frequente, a inserção de *a* também tende a ser menos frequente.

No corpus diacrônico, estas estruturas correspondem a uma parte significativa do total de ocorrências com *a*. O diagrama abaixo mostra o percentual em quatro séculos.

Diagrama 3.1

Perfil da frequência de mini-orações no conjunto de ocorrências em que a preposição ocorreu, em quatro períodos de tempo



Como se pode ver, no século XVII a frequência de mini-orações chega a quase 60% do total de ocorrências que apresentam a. No século XIX este percentual passa para 10%.

Consideremos agora os verbos psicológicos. No capítulo I argumentei a favor de que o perfil gradual da mudança poderia indicar uma alteração do valor [+] para o valor [-], de um parâmetro. Isto significa que as construções ambíguas são as que primeiro apresentam o "novo" padrão e as não ambíguas seriam as últimas. Depois da reanálise, são as não ambíguas as que figuram resíduo histórico.

Diante da quantificação, a presença de construções não-ambíguas leva a um problema de indeterminação: elas podem estar indicando que o percurso $[[+] > [-]]$ já se completou ou podem estar indicando que o processo ainda está em andamento. De qualquer modo, a investigação da presença de estruturas não-ambíguas poderá informar sobre a gramática.

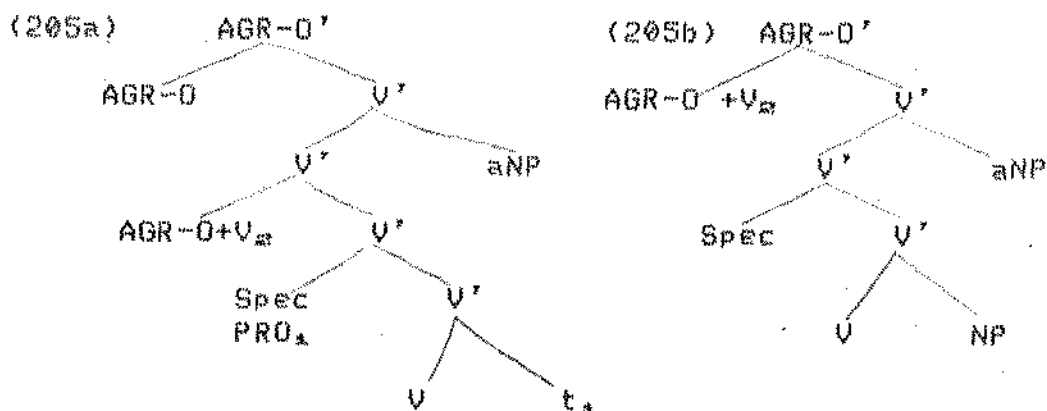
No caso em estudo aqui, a inserção de a em sentenças com verbos que "não atribuem papel temático opcionalmente" e em estruturas que não formam mini-orações, seria desencadeada se a seguinte configuração fosse verificada: $[NP_1 \text{ sujeito } V \text{ e } NP_{\text{objeto}}]$. Esta é a configuração dos verbos psicológicos, isto é, dos verbos cujo perfil se apresenta mais estável no eixo diacrônico. Em outras palavras, a queda de frequência de [+a] é paulatina por um período mais longo de tempo. Enquanto os demais sofrem uma

alteração abrupta em séculos anteriores, os verbos psicológicos só sofrem tal queda no século XIX (Ver diagrama 11). É exatamente no século XIX que o padrão VS sofre uma queda abrupta de frequência (cf. Berlinck, 1988). Esta concomitância pode ser vista como uma evidência da correlação estabelecida entre VS e presença de a.

Consideremos por último a estrutura em que aparecem verbos que "atribuem papel temático tema opcionalmente". Esta estrutura receberia a por razões independentes do padrão VS/SV. É devido a esta independência que sua ocorrência estaria ainda presente na língua no estágio atual, sendo considerada bem formada.

A presença de um novo complemento é que levaria à inserção de a. Tal complemento pode realizar-se de duas maneiras: pleno ou vazio. Quando vazio, duas possibilidades se colocam: poderia receber Caso, o que forçaria a inserção de a; poderia não receber Caso, configurando um argumento implícito, mas não um argumento não projetado lexicalmente.

As seguintes configurações visam a representar cada um dos complementos vazios.



Em (205a) a categoria vazia não contém Caso. Em (205b), a categoria vazia contém Caso. A estrutura (205a) é a preferida no PB atual por se tratar de uma estrutura em que o Caso de AGR não é capaz de alcançar o Spec de V', devido à não reestruturação de V e AGR na estrutura-S.

3.5.0 Conclusão

No início deste capítulo foram formuladas duas questões sobre a: qual seu status gramatical e o que a teoria de Caso poderia informar sobre o processo de mudança no PB, relativo à diminuição de frequência desta partícula.

Concluiu-se que a é um marcador de Caso, mas não só isso. Trata-se de uma preposição que é inserida na estrutura-D antes de NPs [+animados] tematicamente marcados por V. Se este NP passa a ocupar a posição Spec de V', esta partícula é suprimida. Então, não seria adequado falar-se em inserção de a, mas sim de apagamento de a. Desse modo, a teria um comportamento semelhante ao das demais preposições quanto ao nível de inserção. Diferentemente das demais

preposições, a não é suficiente para definir como sintagma preposicional, o sintagma por ela introduzido.

Em relação à mudança, a ausência de a indicaria sempre um NP "sujeito de uma mini-oração" que se encontra à direita de seu predicado. Este predicado pode ser V', Adj', um P' ou mesmo V' de uma oração infinitiva, que seja complemento de verbo causativo.

3.5.0 Conclusão

Neste capítulo buscou-se justificar a hipótese aventada no capítulo II de que o processo de mudança ali descrito manifestaria uma tendência de presença de ordem [sujeito+predicado] no nível de complemento do verbo.

A suposição de que haveria distinção entre a posição que recebe papel temático de V e a posição que recebe Caso acusativo estruturalmente permitiu atribuir uma estrutura de mini-oração aos diferentes complementos de AGR-O. Assim, tanto as mini-orações propriamente ditas como os demais complementos que apresentam a puderam ser identificados como "sujeitos", em estruturas do tipo [e_1 X a NP $_1$], onde X é um predicado.

Outra consequência dessa suposição foi buscar atribuir o licenciamento de clíticos (mais exatamente o movimento de clíticos) ao movimento de V para AGR. Acompanhando a análise de Kayne (1987), segundo a qual há alçamento de clíticos, buscou-se atribuir a presença de clíticos à propriedade de AGR de obter reestruturação com V na estrutura-S e assim marcar VP e não impedir movimentos a partir do interior do VP. Seria interessante investigar se a extração de NPs em geral a partir do interior do VP(=V') não poderia ser atribuída a tal propriedade.

Outra consequência dessa hipótese seria o licenciamento de objeto nulos. De acordo com as conclusões da seção (3.3.3) as construções de objeto nulo estariam indicando

ausência de atribuição de Caso, uma vez que V não se moveria para AGR-O e por isso Spec de V' não seria lexicalmente marcado, embora regido por categoria funcional.

Esta conclusão parece trazer uma contradição quando contraposta às conclusões da seção (3.3.2), segundo a qual a presença de objeto duplo estaria indicando que a posição Spec de V' recebe Caso.

Uma conclusão mais coerente com os dados seria supor que em ambas construções há atribuição de Caso, sob regência. Com objeto nulo o PRO interno ao VP seria regido, mas não lexicalmente regido (CF. Fukui, 1986).

Se há L-marcação um clítico é licenciado ou mesmo um objeto nulo como o do PE (uma espécie de tópico gerado por movimento e sensível a restrições de ilha).

Em resumo, buscou-se neste capítulo captar as semelhanças estruturais entre as diferentes construções sintáticas que, no eixo do tempo, deixaram de apresentar marcação de Caso através de a.

Capítulo IV: Por uma proposta interdisciplinar de análise

4.0 Considerações iniciais

Este capítulo poderia ter como subtítulo o seguinte: nos bastidores de uma abordagem variacionista de um caso de mudança sintática. Isto porque nele apresento o percurso que levou às análises apresentadas nos capítulos II e III. Descrevo aqui o modo como lidei com as informações provenientes de dois programas de pesquisa distintos.

A noção de programa de pesquisa referida aqui é a de Lakatos, cuja definição segue abaixo:

(1) Numa sucessão de teorias (...) os elementos de uma série costumam estar ligados por notável continuidade, que os solda em Programas de Pesquisa. (...) O programa consiste em regras metodológicas; algumas nos dizem quais são os caminhos que devem ser evitados (heurística negativa), outras nos dizem quais são os caminhos que devem ser palmilhados (heurística positiva). (...) Todos os programas de pesquisa podem ser caracterizados pelo "núcleo". A heurística negativa proíbe dirigir o modo tollens para este núcleo."

(Lakatos, 198. 163)

De acordo com esta concepção de programa de pesquisa, tanto na Sociolinguística Variacionista quanto na Gramática Gerativa poderiam ser referidas como programas de pesquisa, por oferecerem regras metodológicas e conterem, cada uma, um núcleo ao redor do qual hipóteses têm sido propostas e reformuladas com base em testes empíricos.

Inicialmente seria oportuno comentar o tratamento dispensado aqui à Sociolinguística Variacionista como quadro teórico.

Na bibliografia linguística tem sido sistematicamente negado à S0 o status de modelo teórico. Conforme afirma Fasold,

(2) No vigorous variation theory or
sociolinguistic theory has yet appeared.*

(Fasold, L&L:363)

Para este autor a pesquisa na área da S0 é quase completamente atórica; sendo que, nos anos recentes, a regra variável, enquanto um construto teórico, ter-se-ia confundido com o programa de computador VARBRUL, que é, por sua vez, instrumento de manipulação de dados.

Fasold acrescenta, a estes comentários, a seguinte afirmação de Naro:

(3) "one of the most unattractive aspects of variationist studies is their lack of explanatory orientation".

(Naro, 1980, citado por Fasold p. 362)

E conclui fazendo referência a trabalhos recentes em variação sintática sobre afixos e clíticos. Para Fasold,

(4) "it is far from clear that syntactic variants at this level can be understood as related to units of some linguistic theory. Lefebvre (...) has demonstrated that a typical case of syntactic variation cannot be treated in a unified manner, at least in transformational theory, in the way that phonological variation is treated by phonological variable rule."

(Fasold, 19..:363, grifo meu)

A partir do argumento de Fasold, parece razoável concluir que: (a) tendo sido definido um conjunto de variantes sintáticas; (b) tendo sido dado um tratamento unificado, do ponto de vista sintático, ao conjunto de variantes, chegando-se a uma interpretação teórica/gramatical dos fatos apontados com base na quantificação; (c) poder-se-ia rever o status da S0 como campo de pesquisa atórica.

Se esta é uma interpretação razoável do ponto de vista defendido por Fasold, e se os itens (a)-(c) são procedentes, então o tratamento da variável (a) apresentado nos capítulos II e III desta tese estaria contribuindo para reconhecer a SQ como uma pesquisa teórica.

Passemos agora aos "bastidores" da análise realizada aqui.

4.1 Notas sobre uma questão terminológica

A descrição do objetivo desta tese como "investigar como mudança linguística uma tendência do PB à não-realização morfológica de Caso" apresenta o termo realização numa acepção que se assemelha à que aparece na GG.

Este termo, contraposto a atribuição, foi utilizado por Chomsky (1986a), para distinguir a correlação estabelecida entre Nome e seu complemento na estrutura-D, e entre a preposição e o referido complemento na estrutura-S, em contextos como *destruction of the city*. O uso que faço do termo realização aqui assemelha-se ao de Chomsky na medida em que identifica uma preposição como uma forma de realização de Caso; entretanto, distingue-se do uso que faz Chomsky, ao admitir que não só elementos que recebem Caso inerente possam também apresentar essa distinção, já que o Caso Acusativo é estrutural.

Esta última diferença é, entretanto, apenas aparente. A suposição de que a ausência de preposição *a* indica

movimento para Spec permite tratar esta preposição como realização de Caso inerente, porque ocorre num NP que recebe papel temático do verbo.

Por Caso inerente entende-se o Caso atribuído na estrutura-D, associado à marcação temática, e inclui Caso Oblíquo e Caso Genitivo. Por Caso estrutural, entende-se o Caso atribuído em termos da posição estrutural que o NP ocupa na estrutura-S, não é associado à atribuição temática, e inclui Caso Acusativo e Caso Nominativo (cf. Chomsky, 1986a:193).

Por "formas de realização de Caso", refiro-me aqui à realização morfológica através de preposição a e à realização zero.

4.2 O procedimento de coleta de dados

Com base nesta definição sintática de a, passei à listagem dos contextos em que a preposição a ocorre no PB, buscando descrever cada um, tendo como quadro teórico a GG (Chomsky, 1981-1988).

Para a listagem preliminar dos contextos, foram anotados enunciados com a ocorridos em situações formais e informais de uso, na língua oral e escrita. Foram consultadas gramáticas normativas, dicionários e outros estudos sobre a no português.

Definidos os contextos, e quantificadas as ocorrências, observou-se um perfil de mudança. Foram então analisadas as explicações sintáticas atribuídas à presença/ausência da

preposição, tendo em conta a noção de processo captada através da quantificação.

A definição da preposição que ocorre com NPs acusativo como "recurso extra de atribuição de Caso" (Jaeggli (1982)) era interessante porque permitia buscar, nas diferentes análises, uma resposta à seguinte pergunta: por que um recurso extra de marcação (=realização) de Caso teria se tornado necessário?

Com base nas diferentes análises, selecionei os fatores internos seriam testados no estudo variacionista.

A seguir, enumero os contextos em que a ocorre e apresento uma análise de cada um, de modo sucinto, com o objetivo de explicitar a hipótese geral que orientou a investigação.

4.3 Descrição preliminar

Os contextos arrolados inicialmente configuram 13 tipos, subdivididos em 3 classes. Passemos a eles.

Antes, porém, é necessário deixar claro que, nos exemplos abaixo, aparecem enunciados de dois tipos. Os primeiros tiveram como fonte textos reais e os demais são sentenças formuladas por mim e submetidas à avaliação introspectiva. Na exposição abaixo apenas os primeiros vêm acompanhados da menção do século.

Classe I: complemento de NP

(1)a. a crítica ao homem (XX)

b.*a crítica o homem

No corpus a presença de a neste contexto é categórica. A agramaticalidade do exemplo potencial (1b) confirma que não há variação quando um nome atribui papel temático ao NP preposicionado.

Estes contextos não foram considerados para efeito de quantificação.

Classe II: complementos de V

Subclasse 1: Trata-se de verbos que apresentam dois complementos e que apresentam uma alternância entre a, zero e para, para introduzir seus complementos.

(6)a. Ela entregou uma carta ao João

b. Ela entregou ao João uma carta

c. Ela entregou João uma carta

d. Ela entregou uma carta para o João.

Tendo em conta dados do inglês, Aoun e Li (1989) sustentam que o NP preposicionado em (6a) está numa posição de adjunção a V' e em (6c) este NP ocupa a posição de

restrito de clíticos (acusativos e dativos).

Passemos agora à próxima subclasse.

Subclasse 2: Trata-se de complementos de verbos em que o NP com papel temático meta pode ocorrer com ou sem preposição.

(8)a. Ela serve ao João

b. Ela serve o João

Borer (1984:162) analisa o verbo servir do espanhol como um verbo que apenas opcionalmente atribui papel temático tema. Desse modo, Borer explica a boa formação de sentenças em que o objeto de servir se realiza como clítico acusativo reduplicado por um NP preposicionando, como em (9a), e a má formação de sentenças em que ocorre um clítico dativo reduplicado, como em (9b).

(9)a. Pedro (loí) sirvió a Juaní

b.*Pedro leí sirvió a Juaní

formação de sentenças onde ocorre um clítico dativo reduplicado, como em (9b).

(9)a. Pedro (io_1) sirvió a Juan₁.

b. *Pedro le_1 sirvió a Juan₁.

Quando um NP acusativo está presente na sentença, o clítico dativo pode ser reduplicado pelo NP a Juan.

(10)a. Pedro (le_1) sirvió la comida a Juan

b. Pedro se_1 la_1 sirvió [e_1] a Juan₁.

c. *Pedro (lo_1) sirvió la comida a Juan

Para Borer, o verbo *servir* subcategoriza obrigatoriamente um complemento com papel temático *meta* e este complemento aparece em (9) e (10). Além disso, este verbo subcategoriza opcionalmente um complemento adicional - *tema* - que aparece em (10) mas não em (9). Quando este último complemento aparece ele se coloca entre o verbo e o complemento *meta*, e recebe Caso acusativo por uma regra como (11).

(11) Atribuição de Caso Acusativo

[$_ V$, acusativo] $\rightarrow V$ NP_{acusativo}.

A atribuição de dativo seria, por outro lado, independente do verbo. A atribuição de Caso seria divorciada da atribuição de papel temático (p.162-163).

A sentença sem *a* no espanhol é agramatical, embora não o seja nem no português nem no francês.

(12)a.*Jean a servi à Pierre (p.197)

b. Jean a servi Pierre (p.197)

(13)a. Jean l'a servi (p.197)

b.*Jean lui a servi (p.197)

(14)a. Pedro servio a Juan

b.*Pedro servio Juan

Para Borer, o contraste entre (12) e (13), apontado por Wehrli(1981), mostra que no francês o verbo servir atribui complemento *meta* obrigatoriamente e o NP em (12b) é acusativo, o que é confirmado pela má formação de (13b). Entretanto, se um complemento *tema* está presente, o complemento com papel temático *meta* recebe dativo.

(15)Marie a servi la soupe à Pierre(p.197)

A mesma restrição a NPs *tema* não lexicalmente realizados opera no francês tal como no espanhol: somente se este papel temático for atribuído, o NP [+animado] pode receber Caso dativo.

No PB, diferentemente do que ocorre no espanhol, tanto a sentença (9) quanto (10) seriam mal formadas, isto porque o português não admite reduplicação com NP não-pronominal.

(16)a.*Pedro o serviu ao João

b.*Pedro lhe serviu ao João

Assim, a reduplicação não pode ser utilizada como critério para identificar o Caso do NP preposicionado. Entretanto, a boa formação de (17) mostra que o NP João pode receber acusativo ou dativo, o que não ocorre no espanhol: (cf. (14b)).

(17)a. Pedro serviu o João / Pedro o serviu

b. Pedro serviu ao João / Pedro lhe serviu

No PB sentenças quer com NP preposicionado quer com clítico dativo são bem formadas, o que permite concluir que, diferentemente do que ocorre no francês, o papel temático meta não é obrigatório. O Caso dativo é atribuído mesmo quando um complemento acusativo não se realiza morfológicamente. A sentença (17b) mostra isso.

De acordo com as análises acima, pode-se concluir que o verbo *servir* no PB não atribui nem papel temático tema nem papel temático meta obrigatoriamente. Em outras palavras, há

atribuição de ambos, opcionalmente. O comportamento deste verbo no PB seria atípico em relação às outras línguas.

A boa formação de (17a) e (17b) mostra que um complemento com papel temático meta pode receber Caso acusativo ou Caso dativo no PB. A atribuição de dativo independe da presença de um complemento tema lexicalmente realizado, o que diferencia o PB de línguas como o espanhol e o francês.

A distinção entre "não ser lexicalmente realizado" e "não ser atribuído" leva a que se observem certas peculiaridades no PB. Por exemplo, em (18), onde há um NP preposicionado, um NP tema está sintaticamente presente. Uma evidência disso é a boa formação de sentenças em que o objeto nulo controla o sujeito da mini-oracão adjunto.

(18) As pizzas já acabaram. Ela serviu
ainda quentes ao general

Tais estruturas são agramaticais no espanhol se ocorrem sem clítico (Campos, 1986). Em outras palavras, o PB, mas não o espanhol, licencia objeto nulo.

Se a preposição não está presente, ainda assim o NP tema pode controlar o sujeito da mini-oracão, mas não o NP meta.

(19) a. ela serviu as serviram ainda quentes ao
general

b. ?As pizzas que ela serviu o general ainda
quentes

(20) a. Ela serviu pizzas ao general bêbado

b. *O general que ela serviu pizzas bêbado

A sentença (19b) é melhor que (20b). Embora (19b) seja pior que (18), ela mostra que o NP tema está sintaticamente presente ainda que o NP meta apareça sem preposição.

No PB há um conjunto de verbos que acompanha o paradigma representado pelo verbo *servir*. São eles: *perdoar*, *ensinar*, *perguntar*, *responder*, *agradecer*, etc. Estes são verbos classificados nas gramáticas normativas como "transitivos direto de coisa e indireto de pessoa", embora o complemento de "pessoa" ocorra preferencialmente sem preposição.

A análise quantitativa desse conjunto de verbos em textos de jornais de grande circulação no Brasil mostrou ser preferencial a forma sem preposição, sendo a frequência de 55%. Em cartas do século XX é de 36.3%; e em cartas do século XIX é de 71.4%.

Que alteração gramatical estes dados apontam? A adoção da hipótese de Borer, em termos de atribuição opcional de papel temático, levaria a interpretar o perfil diacrônico como tendência do PB a não atribuição de papel temático tema.

A hipótese alternativa, que descreve o contraste entre espanhol e português em termos de licenciamento de objeto nulo, permite interpretar os dados diacrônicos como um "reflexo" da propriedade do PB de licenciar objetos nulos. No PB o Caso dativo pode ocorrer mesmo quando o NP tema não se realiza morfologicamente, conforme vimos.

No que diz respeito à mudança [a>zero] a variante que deveria ser mais frequente seria [V aNP] por ser um caso claro de objeto nulo. Entretanto, o levantamento mostrou que a tendência do PB é para [V NP], resultando um contexto semelhante ao do francês, que é uma língua que não apresenta objeto nulo.

Outro verbo de comportamento semelhante a *servir* é *pardoner*. Veremos sua análise na subclasse 6, mais adiante. Por enquanto, fica a análise em suspenso.

Subclasse 3: Trata-se dos verbos psicológicos em cujo complemento a alternância entre a e zero se apresenta.

(23)a. Isto agrada ao João

b. Isto agrada o João

A princípio, pode-se aventar a hipótese de que a ausência de a em (23b) resultaria de um processo fonológico, uma crase. Se assim fosse, este se verificaria também quando um NP, e não apenas um V, ocupasse a posição à esquerda do NP preposicionado. Na sequência a crítica ao homem e a procura ao homem, por exemplo, a supressão do segmento fonológico a não deveria resultar uma sequência mal formada.

(24) a. a crítica ao homem

b. *[akricikuomey]

(25) a. a procura ao homem

b. *[aprokuruomey]

Como (25b) e (26c) são mal formadas, pode-se concluir que a alternância a/zero não é um fenômeno apenas fonológico.

Do ponto de vista sintático, sentenças do tipo (23a-b) receberiam a seguinte estrutura, conforme propõem Belletti e Rizzi (1986), tendo em conta dados do italiano.

(27) Isto_i agrada e_i ao João

O NP tema teria sido gerado na posição pós-verbal e em seguida movido para a posição sujeito.

Sentenças do tipo (26b) não ocorrem com *arradar* ("piacere") no italiano, mas apenas com verbo *preoccupare* ("preoccupare"). A alternância entre presença/ausência de preposição é atribuída à uma propriedade lexical do verbo. Vejamos com mais detalhe a análise de Belletti e Rizzi (daqui para a frente B&R).

B&R sustentam que sentenças com verbos psicológicos apresentariam sujeito não temático. Assumindo que verbos que apresentam sujeito não temático não podem atribuir Caso estrutural, concluem que o Caso atribuído ao NP complemento por verbos psicológicos seria inerente. No italiano, as sentenças (28) e (29) teriam uma estrutura-D como (30).

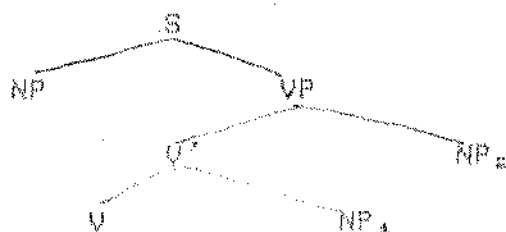
(28)a. *Questo piace Gianni

b. Questo piace a Gianni

(29)a. Questo preoccupa Gianni

b. *Questo preoccupa a Gianni

(30)



NP₁ seria tematicamente marcado com *tema* por V, e V, juntamente com NP₁, atribuiria papel temático experienciador.

a NP₁. O NP experienciador comandaria assimetricamente o NP tema na estrutura-D. Em ambos o NP experienciador receberia Caso inerente. Se o Caso inerente é dativo, o NP aparece preposicionado; se o Caso é acusativo, o NP aparece sem preposição (p.53).

A aplicação dessa hipótese aos dados do PB será efetivada a seguir. Meu propósito é mostrar que uma explicação em termos de tipos de Caso não é adequada para dar conta da presença/ausência de preposição em (23).

A presença da preposição em (28b) e sua ausência em (29a) é atribuída a um traço idiossincrático do verbo: *preoccupare* atribuiria Caso Acusativo Inerente; já *piacere* atribuiria Dativo Inerente a NP₁, cujo papel temático é experienciador. Cada verbo possuiria uma grade temática e uma grade de Caso (p.63). A distinção entre classes de verbos seria derivada da correlação entre grade de Caso e grade temática na matriz lexical dos verbos. A especificação de uma grade de Caso seria o único parâmetro diferenciador (p.66). A matriz lexical para cada verbo seria:

(31) <i>tenere</i>	theta grid:	agent theme experiencer
	Case grid:	- - -
<i>preoccupare</i>	theta grid	theme experiencer
	Case grid	Accusative
<i>piacere</i>	theta grid	theme experiencer
	Case grid	Dative"

(Belletti e Rizzi, 1986:63)

Embora todos verbos atribuam Caso inerente, seus NPs se comportariam de modo diverso: apenas piacere admitiria a ordem NP experienciador/Verbo/NP tema, como se vê abaixo.

(32)A Gianni piace questo

(33)* Gianni preoccupa questo

Este contraste recebe de B&R a seguinte explicação:

(34) *The contrast in permutability (...) seems to be a simple consequence of the nature of the inherent Case assigned: the dative preposition-Case marker frees its object from any further Case-theoretic constraint, hence movement is free, whereas an accusative marked NP cannot be extracted from the VP if the Case realization requirement is to be met.

(Belletti & Rizzi, 1986:53, grifo meu.)

Para B&R haveria, portanto, dois tipos de Caso inerente: um com preposição, que seria livre; outro, sem preposição, que é subordinado à condição de subjacência.

A proposta de B&R apresenta alguns problemas. O primeiro é observado quando se tem em conta o si não temático.

Para estes autores, apenas verbos que atribuem dativo inerente admitiriam a ordem NP experienciador/verbo/NP tema. Em (35) tal ordem ocorre, embora o verbo não seja da classe de elicere, isto se adotarmos a hipótese de B&R segundo a qual si é não temático e Gianni é experienciador.

(35) Gianni si commuove/preoccupa per/di questo

B&R dividem os verbos psicológicos em três classes, respectivamente, temere, preoccupare e elicere. Na classe I, o NP, que receberia papel temático de experienciador, seria externalizado, já que nenhum Caso seria selecionado na representação lexical. Nas outras classes, o NP experienciador seria marcado, respectivamente, acusativo inerente e dativo inerente na grade de Caso. Por esta razão é que o NP tema seria externalizado.

Em (35), onde o NP experienciador é argumento de um verbo da classe preoccupare, este NP conteria Acusativo Inerente e Nominativo simultaneamente. Tal fato constitui outro problema à classificação proposta por B&R.

B&R mencionam que Benincà (1984) correlaciona a sentença (36) à construção de deslocamento à esquerda marcada com dativo. Como o objeto acusativo pronominal da classe de preoccupare comporta-se diferentemente de acusativos comuns no italiano padrão, B&R argumentam que isso decorre do fato de que preoccupare não atribui Caso estrutural, mas sim inerente.

(36) A Giorgio, questi argomenti non l'ò hanno
convinto ("a Giorgio, estes argumentos não o
convencem")

(37)*A Giorgio, la gente non lo conosce
("A Giorgio, toda gente o conhece")

A boa formação de (36), entretanto, constitui não só um argumento a favor de que o Caso atribuído é inerente, como também constitui um argumento contra a suposição de que apenas Caso dativo inerente leva à inserção de marcador de Caso. A preposição *a*, embora seja um marcador de Caso, aparece à esquerda de um NP coindexado com o clítico complemento de *preoccupare/convincere*, um clítico acusativo. Como explicar a boa formação de uma construção de deslocamento à esquerda com clítico, onde não haveria conectividade? (De acordo com Cinque (1984), a conectividade é condição necessária).

Disso se conclui que *convincere* ou atribui dativo e acusativo simultaneamente ao mesmo NP ou a presença de marcador de Caso não seria um traço que distingue dativo de acusativo inerentes.

Retornemos a matriz lexical apresentada em (31), tendo em conta o contraste entre os verbos *agradare* e *preoccupare* no PB. Tal como no italiano, o verbo *preoccupare* ocorre sem preposição e *agradare* ocorre com *a*. Diferentemente do que

ocorre no italiano, o contraste no PB não se define em termos de gramatical vs. agramatical.

- (39)a. Isto preocupa o chefe
 b. ?Isto preocupa ao chefe

- (40)a. Isto agrada o chefe¹
 b. Isto agrada ao chefe

A matriz lexical dos verbos seria:

- (41) temer (experienciador tema)
 (- -)
preocupar (experienciador tema)
 (Acusativo -)
agradar (experienciador tema)
 (dativo -)

De acordo com (41) pode-se prever que do conjunto de sentenças abaixo, apenas (a) seria bem formada.

- (42)a. Isto agrada ao João
 b. O João agradou desse aqui
 c. O João se agrada com presentes caros
 d. Sem dúvida, isto vai agradá-lo

A boa formação de (42b-d) é surpreendente. Em (42b) tem-se uma ordem experienciador/tema com verbo cujo NP possui

papel temático experenciador e recebe dativo inerente sem preposição. Seu movimento para fora de VP deveria levar à violação de subjacência, segundo B&R.

A boa formação de (42c) indica que o verbo agradar atribui papel temático agente, pelo menos, opcionalmente, que faria alterar a matriz lexical apresentada em (41).

A boa formação de (42d) mostra que o papel temático experenciador pode ser atribuído a um clítico acusativo, o que levaria a incluir na matriz lexical a possibilidade de este papel temático estar especificado simultaneamente como dativo e acusativo.

Em relação à matriz (41b), a boa formação de (43), tal como (44) no italiano, constitui um problema: coloca-se como uma exceção à generalização segundo a qual apenas verbos que atribuem dativo inerente admitem a ordem

NP experenciador/verbo/NP tema.

(43) João preocupar-se com isto . . .

(44(=35) Gianni si preoccupa per/di questo

Em relação à matriz (42c), a má formação da sentença (45) também constitui um problema.

(45)??Estes inimigos são temidos por João

Parece que o particípio de temer no PB se comporta como o particípio de preocupar quanto à semelhança com adjetivo.

Para B&R a boa formação com sufixo -íssimo seria uma peculiaridade dos verbos tipo ~~esqueceria~~, mas não temere.

A superioridade de (46) sobre (45) e a boa formação de (47) fornecem evidência a favor do comportamento adjetival do particípio.

(46) Pedro era muito temido

(47)a. Pedro foi temidíssimo durante algum tempo

Em resumo, a especificação do tipo de Caso na matriz lexical parece não se mostrar completamente adequada aos dados do PB.

A especificação do tipo de Caso na matriz lexical no PB contemporâneo implicaria em informações excludentes em relação ao verbo agradar. Na matriz lexical as informações relativas a Caso dativo inerente/Caso acusativo inerente estariam presentes e, conseqüentemente, o NP complemento receberia dois Casos distintos.

Em relação aos dados diacrônicos, dois fatos precisam ser considerados. O primeiro é a ocorrência de verbos do tipo temer com preposição em textos do século XVIII.

(48) quem não admira a perfeito zelo (cCMC)

O segundo é o percurso [a > zero], com três tipos de verbos psicológicos.

Com base na análise de B&R, a seguinte hipótese diacrônica poderia ser formulada: a matriz lexical dos verbos psicológicos varia no eixo do tempo, passando de dativo inerente a acusativo inerente.

Uma hipótese alternativa seria a de que a estrutura dos verbos psicológicos passou de [NP_i V eí NP] para [NP_i V NP], isto é, o NP sujeito deixou de ser gerado na posição pós-verbal. Evidências a favor desta análise foram apresentadas no capítulo III.

Passemos agora à subclasse seguinte.

Subclasse 4: Trata-se de mini-oracões, onde a alternância a/zero pode ser observada.

(49)a. Achei preso no dito tronco a João Costa
Pereira (XVIII, AHÉM)

b. Achei João C.P. preso no dito tronco

Tendo em conta dados do inglês, Stowell (1989) analisa estruturas em que o predicado da mini-oração aparece adjacente ao verbo em certas línguas e não adjacente em outras. Vejamos um breve resumo de sua análise.

Stowell atribui a sentenças do tipo (49b) uma estrutura de mini-oração em que o NP é o sujeito e o adjetivo é predicado. De acordo com esta análise, a estrutura presente em (49b) seria [predicado+sujeito].

Para Stowell, todas as línguas apresentariam tal estrutura na Forma Lógica, mas apenas algumas a apresentariam na estrutura-S. (49b) não ocorre no nível de estrutura-S no inglês, mas ocorre no italiano. Esta peculiaridade do italiano, em relação ao inglês, seria decorrente do caráter de AGR: naquela língua, AGR é rico e por isso uma reestruturação entre V e predicado seria possível.

Em relação aos dados do PB, a investigação das estruturas com mini-oração mostrou uma tendência que poderia ser descrita como:

(50) [predicado+sujeito] > [sujeito+predicado]

Como explicar esta mudança? Tendo em conta a proposta de Stowell, esta mudança poderia ser descrita como um reflexo (ou decorrência) de uma diferente parametrização de AGR, em termos de [+rico] > [-rico]. Em outras palavras, o movimento que se manifestava na estrutura-S estaria se manifestando apenas no nível da Forma Lógica no período mais recente.

Especificamente em relação à alternância a/zero no eixo do tempo, sentenças do tipo (49ab) indicariam tendência ao aparecimento de sujeito à esquerda do predicado. Isto é, a presença de estruturas do tipo [V X aNP] estariam dando lugar a [V NP X], onde X é um predicado.

Passemos agora à subclasse 5.

Subclasse 5: Trata-se de sentenças com verbos que admitem dois complementos, sendo um deles sentencial. Há alternância entre a/zero e para.

- (51)a. Maria pediu João que fosse embora
 b. Maria pediu ao João que fosse embora
 c. Maria pediu para o João que fosse embora

Tendo em conta dados do inglês, Stowell (1981) analisa sentenças do tipo (51b) como resultado de uma extraposição, em atendimento ao Princípio de Resistência de Caso (p.154).

Uma categoria vazia estaria ocupando a posição pós-verbal. Já em (51a) o verbo atribuiria Caso ao NP adjacente (p.174).

Larson (1988), diferentemente de Stowell, assume não ter havido extraposição e, portanto, a categoria não seria uma variável. Propõe que a posição ocupada pela categoria vazia recebe Caso de AGR.

Postal e Pullum (1988) apresentam sentenças (52) como um motivação independente para a formulação de uma regra de alocamento para a posição objeto.

(52) Mark persuades Ted that the government was
lying (p.641)

Stowell (1984) aponta a sentença (53) como um tipo de mini-oração.

Há breves referências a estruturas deste tipo em autores do contemporâneos (Barreto, M.(1954:177-8)).

Ocorrências deste tipo podem ser observadas na fala de informantes brasileiros (em conversas espontâneas):

(53) perguntei ele o que foi mas ele não quis
responder (conversa)

O estudo quantitativo das sentenças do tipo (51a) e (51b) no PB não foi realizado aqui, devido ao recorte inicial definido na elaboração do corpus de análise. Entretanto, a ocorrência de sentenças do tipo (51a) nas

conversas espontâneas (e na leitura de textos) sugere que esteja havendo variação.

Embora não se possa afirmar que haja mudança, a concomitância entre ausência de preposição e a adjacência do NP ao verbo sugere, pelo menos do ponto de vista estritamente superficial, que estas duas diferenças estejam associadas e que estejam manifestando o mesmo processo observado na subclasse 1.

Tendo isto em conta, as propostas de Larson (1988) e a de Stowell (1984), que atribuem à sequência sintagma nominal+ sentença uma estrutura de mini-oracão, parecem ser as que permitiriam um tratamento mais adequado (Ver capítulo III sobre os dativos duplos).

Uma hipótese inicial pode ser formulada. A sentença (S1b) teria uma estrutura do tipo [NP V [e], PP S,'] e a sentença (S1a), uma estrutura do tipo [NP V [NP S']]. O sintagma aNP teria sido reanalisado como "sujeito" da mini-oracão. (É claro que uma hipótese deste tipo tem inúmeros problemas e implicações. Sua menção aqui visa apenas a apontar uma alternativa de análise que parece coerente com a hipótese apresentada no capítulo III para as construções de objeto duplo).

Subclasse 6: Trata-se de complementos de verbais que podem ser clitizados através de acusativos (o/a/os/as) e de dativos (lhe/lhes). Estes verbos admitem passiva.

(54)a. Ele obedece ao chefe

b. Ele obedece o chefe

A alternância entre a/zero é analisada por Kayne (1984), tendo em conta dados do francês. Nesta língua a sentença do tipo (54b) é agramatical.

Kayne atribui a presença da preposição em (54a) e a boa formação da passiva a uma idiossincrasia do verbo.

(55)* obéir and désobeir are exceptional in allowing in place of their usual à NP complement a direct complement to which they may not assign Case*.

(Kayne, 1984:197)

A estrutura-S de (56a) seria (56b).

(56)a. Jean a été obéi par les enfants

b. [NP1 ... obéi [NP e1] ...]

Na estrutura-D não haveria preposição. O NP subcategorizado por V não receberia Caso de V na estrutura-S, mas sim da preposição. O NP receberia Caso oblíquo (p.197).

Kayne correlaciona os verbos *obéir* e *pardonner*, uma vez que o complemento preposicionado destes verbos poderiam ocorrer como sujeito de passivas. Ressalta haver, entretanto, uma diferença: *obéir* não admite um NP tema, mas *pardonner* admite, conforme se vê abaixo:

(57) Marie a pardonné ses crimes à Jean

(58) Marie a pardonné à Jean

Segundo Kayne, o NP à Jean receberia papel temático meta/fonte em (57) e papel temático tema em (58) (p.199).

Em relação aos dados do PB, tem-se que tanto *obedecer* quanto *perdoar* podem apresentar complemento preposicionado e este complemento pode ocorrer como agente na passiva, conforme ressaltai acima. No século atual *obedecer*, diferente de *obéir*, ocorre com ou sem preposição na fala e em textos de jornais de grande circulação. Em textos do século XVI *obedecer* ocorre variavelmente com preposição, mas não nos textos examinados dos séculos XVII e XVIII.

Diferentemente do que ocorre no francês, o português apresenta um NP tema com *obedecer* tal como com *perdoar*. A boa formação com clítico dativo e um NP complemento tema seria uma evidência a favor do paralelismo entre os dois verbos.

(59)a. Maria perdoou os crimes ao/do João

b. Maria lhe perdoou os crimes

(60)a. Maria obedeceu as ordens ao/do chefe

b. Maria lhe obedeceu as ordens

Quanto à atribuição de papel temático tema ao NP [+animado] em sentenças do tipo (54a), perdoar comporta-se como servir. E, conforme vimos na subclasse 1, o papel temático absorvido pelo NP preposicionado é sempre diferente de tema.

Em resumo, se a aproximação entre obedecer e perdoar for procedente, será então possível que a subclasse 6 seja incorporada à subclasse 1.

No percurso diacrônico do PB, a preferência pela forma preposicionada do verbo obedecer cede lugar à forma não preposicionada. Tendo em conta a análise de Kayne, a mudança operada o PB poderia ser descrita como: o verbo obedecer deixa de atribuir Caso oblíquo e passa a atribuir Caso estrutural. Em outras palavras, teria havido uma mudança na matriz lexical do verbo.

Uma hipótese alternativa seria a de considerar que a categoria vazia adjacente a V passa a ser ocupada pelo NP com papel diferente de tema, tal como na subclasse 2.

É importante observar que no francês servir apresenta um comportamento excepcional em relação a pardonner, i.e. o NP [+animado] aparece com preposição neste último, mas não no primeiro. Investigar a presença de a no francês, junto a

verbos "que atribuem papel temático tema opcionalmente" poderia contribuir para avaliar se a correlação entre [Va NP] e licenciamento de objeto nulo procede.

Como o francês não possui objeto nulo tal como o PB, a forma preferencial deverá ser diferente daquela que é preferencial no PB. Isto, é claro, se a correlação entre alternância a/zero com verbos do tipo pardonner e licenciamento de objeto nulo for adequada.

Subclasse 7: Trata-se da marcação preposicional de verbos transitivos em geral, isto é, complementos de verbos não incluídos nas subclasses acima. Estes complementos podem ser parafraseados por clíticos acusativos (o/a/os/as) mas não por clíticos dativos.

(61)a. O processo de dizimação cultural e física do índio tomou vulto e praticamente baniu a todos. (Veja, 13.7, 1987:7)

(62)b. O processo de dizimação cultural (...) baniu todos

As explicações para a alternância entre a e zero nestes contextos é geralmente atribuída a traços do NP e é geralmente associada à reduplicação de clíticos. Com base nos dados do espanhol, Jaeggli (1982), conforme vimos, atribui a presença de a aos traços [+humano].

[+específico], etc. do NP objeto. Quanto à posição estrutural, o NP preposicionado e o não preposicionado ocupariam a mesma posição, isto é, a posição irmã de V na estrutura-S.

Tendo em conta a mudança diacrônica, em que a forma a cedeu lugar à forma zero, uma hipótese que assume que o verbo atribui Caso a NPs com um certo conjunto de traços mas não a NPs com outro conjunto de traços leva a admitir que um mesmo conjunto de verbos teria passado a atribuir Caso a NPs que no primeiro momento estavam excluídos. Em outras palavras, teria havido alteração na matriz lexical do verbo no eixo do tempo.

Alguns fatos do PB levam entretanto à formulação de uma hipótese alternativa. O primeiro é que NPs quantificados mas não NPs não quantificados são bem formados no PB atual, se apresentam preposição a (conforme vimos no capítulo III). O segundo fato é que NPs pronominais podem ser preposicionados, de modo mais livre. Há, entretanto, uma preferência pela forma sem a quando estes são de terceira pessoa.

(63)a. Ele viu ele (dialeto coloquial)

b. Ela viu a mim

c. ?Ela viu eu (dialeto coloquial)

É interessante observar que, quando o verbo aparece no modo imperativo, o pronome em qualquer pessoa é preferencial.

(64)a. Leva eu embora

b. Veja eu por exemplo

Estes fatos levam a que se atribua a propriedade de atribuir Caso estrutural não ao verbo, daí a "sensibilidade" a traços do NP e a dependência ao modo verbal.

A diferença entre (63) e (64) pode ser atribuída ao movimento de V para AGR na estrutura-S. Conforme assinala Lasnik (1981:168-169), tendo em conta dados do inglês, um elemento especial IMP bloqueia o movimento do verbo. Para Roberts (1985:40-41), este elemento seria um auxiliar especial (vazio).

De acordo com estas considerações, a diferença quanto à alternância a/zero pode ser atribuída a mudanças na categoria AGR, mais exatamente, à propriedade de AGR de aceitar o V movido.

Passemos agora aos contextos de tipo III. Antes, porém, farei um breve resumo das subclasses do contexto de tipo II, com o propósito de comparar as explicações sintáticas de cada uma e explicitar os critérios, que orientaram a interpretação dos resultados das análises quantitativas.

4.3.0 Formulação de hipóteses

Como ponto de partida para o levantamento é importante *excluir ocorrências do tipo I, onde a presença de preposição é categórica. As subclasses do grupo II aparecem resumidas no quadro abaixo:

Quadro 4.1

Lista das subclasses Explicação para a forma zero

Subclasse 1: $V NP_1 aNP > V NP_2 NP_1$

NP_2 passa a ocupar a posição sujeito da mini-oracão (Aoun e Li, 1989).

Subclasse 2: $V e aNP > V NP$

H_1 : O verbo deixa de atribuir dativo e passa a atribuir acusativo (Borer, 1984).

H_2 : AGR licencia objeto nulo.

Subclasse 3: $NP_1 V e_1 aNP > NP_1 V e NP$

H_1 : V deixa de atribuir dativo inerente e passa a atribuir acusativo inerente (Belletti e Rizzi, 1986).

H_2 : O NP sujeito deixa de ser gerado sob V' .

Subclasse 4: $V X aNP > V NP X$

H_1 : O NP sujeito passa a ocupar a posição à esquerda do predicado (Stowell, 1989).

Subclasse 5: $V e_1 aNP S'_1 > V NP S'$

H_1 : O NP com papel temático meta passa a ocupar a posição adjacente ao verbo.

Subclasse 6: $V aNP > V NP$

H_1 : O verbo passa a atribuir Caso acusativo (Kayne, 1984).

H_2 : Uma categoria vazia pós-verbal passa a ser ocupada pelo NP.

Subclasse 7: $V aNP > V NP$

H_1 : O verbo passa a atribuir Caso a NPs com certos traços (Jaeggli, 1982).

H_2 : Há alteração da categoria AGR; AGR não é capaz de aceitar o V movido na estrutura-S.

Este quadro mostra informações interessantes. Em 5 dos sete casos há um elemento entre o verbo e o NP, o que faz com que o NP preposicionado não esteja adjacente ao verbo. Este elemento ou é um outro NP (pleno ou vazio) ou é um predicado.

Nos demais contextos há hipóteses alternativas. As primeiras analisam a alternância a/zero como traço da matriz lexical do verbo. A outra analisa esta alternância como uma decorrência da parametrização de AGR, que licencia uma categoria vazia do tipo [-temática/+ Caso] na posição adjacente a V, quando a preposição ocorre.

Uma explicação em termos de alteração da matriz lexical de V leva a considerar a semelhança no perfil das ocorrências das diferentes subclasses como mera coincidência. Uma explicação em termos de parametrização de AGR fornece um quadro coerente onde analisar a forma zero nas diferentes construções como manifestações superficiais de uma única alteração gramatical mais abstrata.

Tais conclusões são coerentes com duas suposições da gramática gerativa, comentadas no capítulo I desta tese:

(65)a. Certas mudanças resultam de variação paramétricas.

b. Apenas categorias funcionais são parametrizáveis.

Os resultados da análise quantitativa levavam a considerar como mais adequadas as hipóteses que permitiam associar a presença de preposição a à presença de um NP (pleno ou vazio) ou de um predicado adjacente ao verbo.

Outras construções presentes no corpus oferecem mais evidências a favor da seleção acima. A próxima seção tratará deste conjunto de contextos.

4.4.0 As outras construções

Passemos finalmente aos contextos do tipo III. Estes incluem quatro tipos de construções, em que a preposição a é analisada como elemento extra de atribuição de Caso, tal como nos contextos tipo I e II.

(66) Fiz ver a ela que deveria devolver os documentos (novela de TV).

(67) A mim, estes mosquitos não me mordem (conversa)

(68) A quantos viram ontem entrando no cinema?

(69) Os atletas a quem venceram no campeonato

Embora a análise dessas construções, assim como seu estudo quantitativo detalhado, se coloque fora do âmbito desta tese, sua menção aqui se justifica por apresentarem a preposição a . Também a forma zero pode ocorrer e junto a ela. Em (66) a ausência de preposição leva a que a ordem da

oração infinitiva se torne sujeito+predicado (ie, Fiz ela ver).

Segundo Rouveret e Vergnaud (1980), Rizzi (1978) e outros, teria havido em (66) uma reconstrução entre o verbo principal e o verbo infinitivo. Este processo teria sido possível porque AGR seria [+rico]. Em línguas com AGR [-rico], como o inglês, a reconstrução não ocorreria.

Em relação ao português, causativas do tipo (66) são menos frequentes hoje do que no século XVI. Esta queda na frequência poderia ser uma indicação de alteração do caráter de AGR (cf. levantamento preliminar).

Construções com deslocamento à esquerda, tal como (67), são analisadas por Cinque (1984), tendo como base os dados do italiano. Segundo este autor, haveria uma categoria vazia em posição pós-verbal, vinculada ao NP preposicionado. A presença de clítico visaria a retirar dessa categoria o traço de Caso, fazendo com que a mesma deixasse de ser uma variável.

Um aspecto interessante desta análise é a suposição de que o NP preposicionado e o clítico estariam ambos vinculados a uma mesma categoria vazia. A relação estabelecida entre o clítico e a categoria vazia, segundo Chomsky (1981), seria semelhante àquela estabelecida entre as desinências morfológicas de número e pessoa e o NP vazio que recebe Caso nominativo. A presença do clítico, segundo esta última análise, indicaria a presença de uma categoria funcional AGR capaz de licenciar uma categoria vazia.

Em relação ao português, construções do tipo (67) indicariam, portanto, a presença de AGR do mesmo tipo daquele presente no italiano, isto é, AGR [+rico].

Quanto à construção (68), trata-se de uma interrogativa na qual a presença da preposição visa a evitar a violação da Condição de Superioridade (Chomsky, 1973). No PB, a preposição só não é necessária se o NP sujeito for lexicalmente preenchido ou se apresentar marcas suficientes para que a coindexação entre o elemento interrogado e a categoria na posição sujeito seja evitada (cf. capítulo III).

Quanto à construção (69), onde se tem uma interrogativa "piedpiping", as condições para inserção de *a* são as mesmas da sentença interrogativa (68).

Num estudo quantitativo sobre relativas no PB, Tarallo (1983) observou ter havido uma concomitância entre diminuição na frequência de relativas sem preposição e aumento na frequência de orações com sujeito preenchido. Estes resultados são relevantes, na medida em que permitem captar uma sistematicidade, com base na frequência, entre AGR [+rico], que licencia sujeito vazio, e presença de preposição em Spec de CP, tal como se vê no par abaixo.

(70)a. (=69) Os atletas a quem venceram no
campeonato

b. Os atletas que venceram no campeonato

Embora Tarallo não tenha quantificado relativas objeto com a quem, suas conclusões são coerentes com os fatos a elas relacionados: maior frequência de preenchimento de sujeito e menor frequência de preposição no sintagma em S_{epc} de CP.

No que diz respeito ao estudo quantitativo realizado aqui, as construções, exemplificadas em (66-69) apresentam um perfil semelhante àquele das construções do tipo II. Isto é, no estágio atual sua frequência é menor. As causativas de tipo (66) chegam a ser consideradas "estranhas" pelos falantes brasileiros, conforme vimos.

O processo de mudança que afetou as construções de tipo II parece também ter afetado as de tipo III. Um resumo das informações concernentes às razões responsáveis pelas alterações aparece no quadro II, abaixo.

Quadro 4.2

Tipo de construção	Alteração gramatical
Causativa	AGR que admite reconstrução na estrutura-S > AGR que não admite reconstrução neste nível.
Relativa/Interrogativa	AGR capaz de identificar categoria vazia > AGR incapaz de identificar categoria vazia em posição sujeito como uma categoria vazia que não tem como antecedente o elemento WH
Deslocamento à esquerda com clítico	AGR capaz de licenciar um clítico > AGR incapaz de licenciar clítico

A comparação dos quadros I e II permite formular uma hipótese geral: a mudança [a > zero] está associada a uma

alteração de valor de um parâmetro. Este parâmetro seria AGR: [[+rico] > [-rico]].

Muitas têm sido as descrições do que se entende pelo termo "rico" na notação acima (Ver Jaeggli e Safir (1989)).

A análise quantitativa mostrou, nas diferentes construções, uma tendência geral ao preenchimento da posição sujeito da "mini-oração complemento". Uma simetria entre sujeito/objeto se afigurava: AGR [-rico] levaria ao preenchimento lexical das posições às quais um caso estrutural é acessível: as posições sujeito (Spec de AGR-S) e objeto (Spec de V').

Mas, outra informação de ordem quantitativa se colocava em confronto com a generalização acima: a tendência do PB ao uso de objeto nulo.

Estudos quantitativos realizados por Tarallo (1983) e Duarte (1986) mostravam, de modo claro, a preferência por objeto nulo. Vejam-se as conclusões abaixo:

(71) "se o objeto direto é um SN, o apagamento é de 93%, passando para 98.4% com objeto sentencial".

(Duarte, 1986:24)

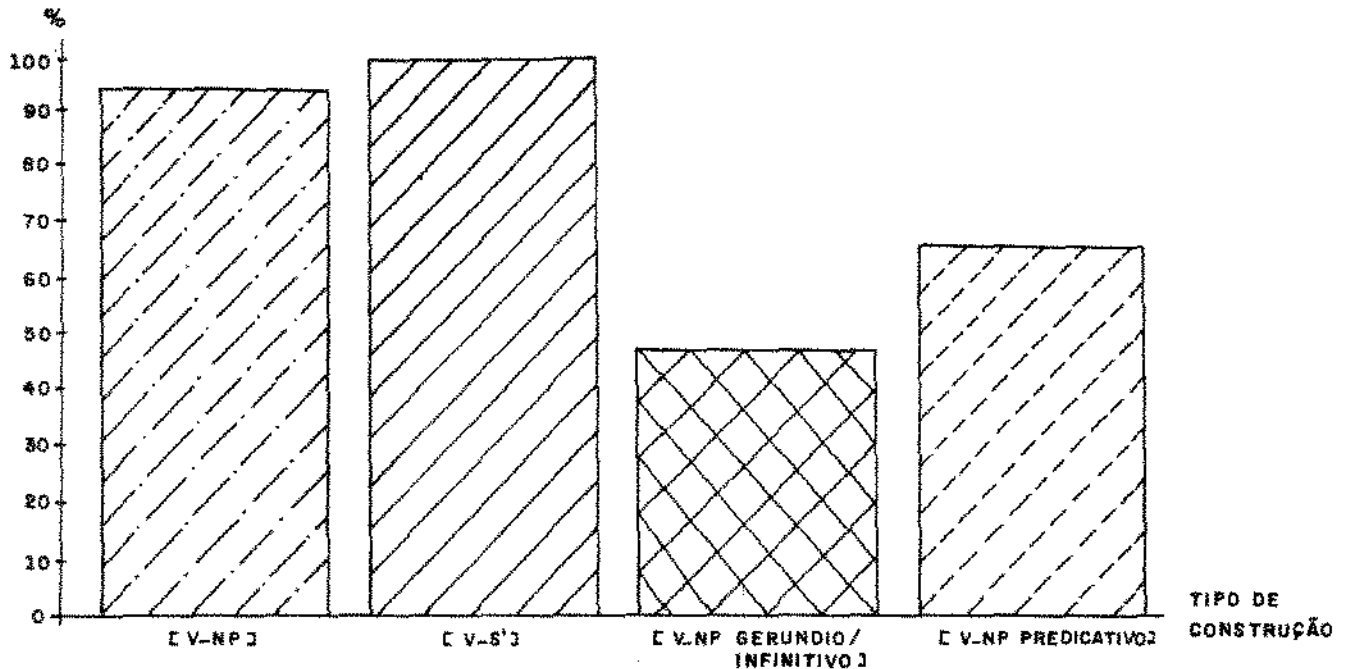
(72) "em estruturas com gerúndio ou infinitivo o preenchimento sobe para 47.1. (...) Com predicativos, o preenchimento vai para 66.7."

(Duarte, 1986:24-25)

O diagrama abaixo permite visualizar melhor estes resultados.

Diagrama B4.1

Apagamento lexical da posição objeto anafórico no PB falado



O apagamento é mais alto quando o complemento é sentencial e mais baixo quando o NP objeto é identificado como sujeito de um predicado (de orações gerundivas ou de predicativos). Isto confirmava a tendência ao uso do objeto nulo, quando não há um predicado capaz de licenciá-los.

Se AGR atribui Caso acusativo, conforme vinha argumentando, por que AGR seria suficientemente fraco, de modo a levar ao preenchimento do sujeito, mas suficientemente forte, para licenciar objeto vazio?

Estudos sobre objeto nulo no português europeu e PB indicavam que apenas no primeiro dialeto o objeto nulo se comporta como uma variável, o que indicava que o VP não constitui uma barreira à extração (Raposo, 1986a; Duarte, 1987). Já no PB o objeto nulo não se comporta como variável (Galves, 1984; 1989), o que seria uma indicação de que o VP seria uma barreira.

Mantendo-se a noção de barreira de Chomsky (1986), adaptada por Stowell (1987), formulou-se a hipótese de que VP estaria bloqueando a atribuição de Caso ao NP complemento. Várias informações de ordem quantitativa conduziam a esta conclusão, mais exatamente, os resultados representados nos quadros I e II. Foi formulada a seguinte hipótese:

- (73) No eixo do tempo, o movimento de V para I (=AGR-0) tem sido cada vez mais restrito no nível da estrutura-S.

Em consequência, a distinção entre [+rico] e [-rico] poderia então ser descrita como: AGR capaz de incorporar V na estrutura-S ou apenas na Forma Lógica e Forma Fonológica. O objeto nulo poderia então ser descrito como um argumento implícito: um PRO na posição Spec de V', uma posição que não é lexicalmente regida, embora regida por categoria funcional.

implícito: um PRO na posição Spec de V', uma posição que não é lexicalmente regida, embora regida por categoria funcional.

4.5.0 Conclusão

Neste capítulo listei uma série de hipóteses de análise de construções não aparentemente relacionadas. Busquei na quantificação dos dados um instrumento para selecionar hipóteses e propor alternativas de análise.

Ao explicitar o percurso subjacente aos capítulos II e III, visei ressaltar a importância de hipóteses sintáticas para uma melhor seleção de que aspectos gramaticais devem ser selecionados como fatores internos a serem avaliados quantitativamente. Visei também ressaltar a importância dos resultados quantitativos, provenientes de mudança linguística, como instrumento para lidar com hipóteses sintáticas.

Muitos são, entretanto, os problemas. Alguns deles aparecem enumerados abaixo. A tentativa de formular hipóteses coerentes com as informações de ordem diacrônica fez com que novas análises fossem apresentadas. As consequências destas novas análises no quadro da gramática gerativa é algo que requer uma investigação detalhada. Esta tarefa, embora altamente relevante, não será efetivada aqui, devido aos limites do presente trabalho.

A. O perfil das estruturas VXO e VO mostrou-se semelhante aos de [+a], o que levou à conclusão de que a

não-adjacência favorecia [+a] (capítulo II). Acontece, entretanto, que o fator que se mostrou definitivo para a presença de *a* foi a presença de uma categoria vazia vinculada ao NP sujeito da sentença.

Se o perfil VX0 não reflete a não-adjacência, que é relevante, qual o valor da concomitância das mudanças [+a]/[-a] e VX0/VD?

B. Minha proposta é que o objeto nulo seja um PRO na posição Spec de V', o que permitiria compatibilizar o status de barreira de V' e a preferência pelo objeto nulo, e não pelo clítico.

Entretanto, uma forte evidência da presença de PRO é a sua distribuição complementar com NPs plenos.

(74)a. Ele tentou entrar

b.* Ele tentou ele entrar

Na posição objeto esta distribuição não se verifica: um clítico, um NP pleno ou mesmo um pronome podem ocupar esta posição quando o objeto é "anafórico". Quando o objeto é não "anafórico", um NP pleno pode ocupar esta posição.

Como explicar a não distribuição complementar entre PRO e NPs plenos nesta posição?

C. Foram observadas no PB algumas ocorrências de objeto duplo. No capítulo IV tais construções aparecem inseridas num quadro geral de mudanças. A tentativa de ver esta construção como parte de um processo responsável pela tendência do PB ao preenchimento da posição sujeito, no nível de IP e num nível mais baixo (ie. dos complementos verbais), exige que o NP "sujeito" do predicado [$\sqrt{\text{V-NP}_1}$ V NP_2] receba Caso e NP_2 seja licenciado por ser predicado (já que NP_2 não recebe Caso).

Mas acontece que são os predicados é que licenciam sujeitos e não o contrário.

D. Ao descrever os tipos de verbo, chegou-se à conclusão de que os verbos com "tema opcional", quando apresentam a, apresentam objeto nulo. Isto daria conta do contraste entre o francês e o PB, em relação ao verbo servir.

Os dados quantitativos mostraram que os verbos com "tema opcional" tendem a ocorrer sem a no PB atual. Logo, a boa formação de sentenças do tipo ele serviu ao Pedro não poderia ser apontada como evidência de objeto nulo, pois assim o objeto nulo estaria sendo preferido em outras estruturas da língua no PB atual, exceto nesta.

E. No capítulo II, ao apontar exemplos do verbo guardar, observou-se as seguintes ocorrências.

(75)(a) Deus guarde a V.Sa.

(b) Deus guarde a pessoa de V.Sa.

(c) Deus guarde V.Sa.

Foi sugerido que teria havido aí uma "substituição" de *a* por *de* e que a categoria vazia à esquerda do NP preposicionado teria sido preenchida por NP. Mais exatamente, teria havido uma reanálise. Uma sequência [_v e NP]' teria sido reanalisada como [_n e NP]. Esta reanálise estaria manifestando um fenômeno que ocorre no japonês, descrito como alternância *ga/no*, o que decorreria do caráter fraco da categoria AGR (Fukui, 1986).

Como na sociolinguística variacionista, uma mudança é descrita como uma substituição de uma forma por outra, sendo ambas "semanticamente equivalentes", como identificar estas duas formas como um par de variantes?

Outros problemas poderiam ser facilmente apontados. E, considerando que uma respostas a eles seria algo estimulante, o final deste capítulo pode ser visto como um ponto de partida para novas investigações.

3.0.0 Conclusões finais

Nesta tese foram investigados os usos da preposição *a*, introduzindo complementos verbais, no português contemporâneo e em estágios anteriores desta língua.

No PB atual verificou-se haver uma tendência decrescente ao uso de *a*, tanto introduzindo NPs substituíveis por clítico acusativo como também NPs substituíveis por clítico dativo.

A diminuição de frequência de *a* e, por sua vez, concomitante com dois outros processos: ordem VXC (onde X é predicado de minoração, categoria vazia com papel temático tema e advérbio de modo), ordem DV e presença de clíticos.

Assumindo-se que NPs acusativos e NPs dativos recebem *a* sob as mesmas condições, argumentou-se que a presença da preposição seria uma indicação de que o Caso estrutural não teria estado disponível, ou mesmo acessível, ao NP preposicionado. Em outras palavras, *a* seria um recurso extra de marcação de Caso.

Supondo-se que a posição Spec de V' é a posição em que o Caso estrutural é atribuído, buscou-se então explicitar as razões que impediriam o acesso do NP a esta posição. Com base na quantificação, observou-se que a não-ocorrência entre o verbo e o NP objeto favorecia a presença de *a*. Não ocorreu a mesma situação com a presença de *a* predicado de minoração. Os processos de *a* objeto e *a*

que o PE, mas não o PB, apresenta a é nas reduplicações de clíticos de terceira pessoa.

Buscou-se então apontar como uma tendência geral do PB, em contraposição ao PE, o preenchimento mais livre (ie, tematicamente mais livre) da posição Spec de V'. Isto seria possível porque Spec de V' seria uma posição não temática e marcada com Caso. Como esta posição recebe Caso de AGR e AGR no PE é "mais fraco", um NP vazio com papel temático tema não seria legitimado e, embora sintaticamente ativo, seria um argumento implícito, mas não uma categoria vazia com Caso. De acordo com Fukui (1986), um argumento implícito e um AGR gerado sob V' (que pode ser regido por uma categoria funcional, mas não por uma categoria lexical).

Por "AGR mais fraco" referiu-se à propriedade dessa categoria funcional de aceitar, com restrições, reestruturação com V. Como haver reestruturação entre V e Infl (=AGR) é pré-condição para que V' seja L-marcado e deixo de ser candidato para extração, atribuiu-se a ausência do PB atual aos processos devidamente da inserção de L ao caráter de AGR. Em outras palavras, a impossibilidade de reestruturação entre V e o núcleo da minimização resulta do processo supletivo-derivado em minimizações e na ausência de L por exemplo, com a reestruturação do caso São Paulo é o caso e em São Paulo por exemplo. A restrição de reestruturação de V e AGR também, é não realizada em o caso de São Paulo é o caso e o caso de São Paulo é o caso e o caso de São Paulo é o caso. o caso de São Paulo é o caso e o caso de São Paulo é o caso e o caso de São Paulo é o caso.

verbal. A restrição quanto à reestruturação entre V e ABR-S atribuiu-se a ausência de estruturas $[S_1vt, O]$ em que a ordem SVC era analisada como ordem derivada e a preposição era inserida para evitar violação da condição de Superioridade.

Em resumo, ao analisar a não inserção de \bar{a} como indicação de que o NP objeto ocupa posição Spec de V' , torna-se possível observar no nível do complemento de V um processo semelhante àquele que ocorreu no nível mais alto (entre V e o sujeito da sentença): uma tendência ao preenchimento de Spec decorrente de uma alteração paramétrica de uma categoria funcional. A concomitância dos processos de marcação preposicional de objeto e de ordem VS no eixo do tempo poderia então não ser vista como mera coincidência.

Conforme comentado no capítulo IV, a crescente frequência de objeto nulo no Pi parece ser um obstáculo a esta análise. Entretanto, se analisarmos o objeto nulo como argumento implícito, e entendermos o sujeito nulo como contraparte do *clítico* (Ogden, 1981), o obstáculo estará superado. O objeto nulo, diferentemente do sujeito nulo, não é licenciado por traços de concordância.

Anexo I

1. Levantamento Preliminar

- (MN).XVI. Cartas do Pde. Manuel da Nóbrega
- (CC).XVII. Cartas Chilenas
- (JN).XVIII. Correspondência de Joaquim Nabuco
- (E).Entrevistas com falantes da cidade de São Paulo (Tarallo (1983) e Duarte (1986))

2. Levantamento definitivo

2. Português do Brasil

Século XVI

- (MN).NOBREGA, Pde.M. Cartas in Leite (1954).
- (LG).Carta de Luís de Góis a D. João III in SERRÃO, J.V.. O Rio de Janeiro no século XVI. Ed. da Comissão Nacional das Comemorações do IV Centenário do Rio de Janeiro. Lisboa, 1965.
- (MS).Carta de Governador Men de Sá
- (DC).Cartas de Duarte Coelho a El Rei in Serrão (1965)
- (GS).Treslado do Testamento de Gabriel de Souza

Século XVII

- (FD).Carta in A Grande vida de Fernão Dias Paes
- (AA).Cartas do Padre Antônio Vieira in LEITE, S.(org.) Novas Cartas Jesuíticas Ed.Nacional, São Paulo, 1940.
- (DG).Cartas in Diálogo das Grandezas do Brasil
- (MH).Cartas in Miscelânea Histórica de Portugal: procuração de D. Luiza ao Conde Nuno
- (PB).Cartas in Páginas da História do Brasil

Século XVIII

- (MD).Carta in SANTOS, J..F. Memórias do Distrito Diamantino, Livraria Castilho, Rio de Janeiro, 1924.
- (ML).Cartas do Marques de Lavradio
- (AM).Cartas in Annaes Histórico do Maranhão
- (NP) Comêndio Narrativo do Peregrino da América
- (SS).SCHUMANN, F. (dir.) Correspondência Activa e Passiva com Corte. Oficinas Graphicas do Archivo Nacional, Rio de Janeiro, 1915.
- (CM).Carta in COSTA, C.M. Obras.
- (CC).Cartas Chilenas

Século XIX

- (CA).PARANHOS, J.M. Cartas ao Amigo Ausente, Instituto Rio Branco, 1953.
- (MA).Correspondência de Machado de Assis
- (JA).Cartas de José de Alencar
- (BR).Cartas entre Pedro II e o Barão do Rio Branco
- (BB).BRITO, J.R. Cartas Econômico-Políticas sobre a Agricultura e comércio da Bahia. Lisboa, Imprensa Nacional, 1821.
- (AZ).AZEVEDO, A. Cartas de Álvaro de Azevedo. Biblioteca Academia Paulista de Letras, vol. 1, São Paulo, 1976.
- (MA).MACHADO DE ASSIS, J. Teatro. W.M. Jackson Inc., Rio de Janeiro, 1955.

(AP) *Cartas ao Amigo Ausente*

Século XX

- (HH)HENFIL Cartas à Mãe, Ed. Record, Rio de Janeiro, 1986.
- (PP)PEDROSO, B. Teatro de Bráulio Pedroso. Pallas, Rio de Janeiro, 1975.
- (GG)GUARNIERI, G. Teatro de Gianfrancesco Guarnieri. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978.

3. Português Europeu

Século XIV

- (NN)NUNES, Crestomatia Arcaica. Livraria Clássica Ed., Lisboa, 1944.

Século XV

- (AA)ÁLVARES, Pde. J. Obras, Ed. Universidade, Coimbra, 1959.
- (NN)NUNES, J.J. Crestomatia Arcaica. Livraria Clássica Ed., Lisboa, 1944.

Século XVI

- (CC)CAMÕES, L. Teatro. Livraria Chardron, Porto, 1928.
- (FF)FERREIRA, J. Eufrosina. Ed. Academia das Ciências, Lisboa 1919.

Século XIX

- (OO)OLIVEIRA, C. Cartas, Sá da Costa, Lisboa, 1982.
- (CL) Carta do Compadre de Lisboa em resposta a outra do Compadre de Belém, ou juízo crítico sobre a opinião pública. Typographia Real, Lisboa, 1821.

Século XX

- (LL)OLIVEIRA, A.B. (coord.) Antônio Pedro: teatro completo. I.N.C.N. e Biblioteca Nacional, 1981.
- (VV)VASCONCELOS, T. (org.) Correspondência Arquivada. Imprensa Portuguesa, Porto, 1987.
- (PF)Entrevistas do Projeto "Português Fundamental"

Anexo II

Lista dos verbos que ocorreram no corpus formado por enunciados extraídos de jornais de grande circulação.

Verbo	PB		PE	
	[+a]	[-a]	[+a]	[-a]
agradecer	21	0	0	0
aferir	0	0	1	0
amar	0	12	0	4
des/agradar	6	5	6	0
acusar	1	3	0	6
advertir	0	1	0	2
ajudar	0	22	6	18
alertar	0	1	0	0
agredir	0	0	0	2
ameaçar	0	0	0	4
anteceder	0	3	0	4
aspirar	12	0	3	0
atacar	0	0	0	5
assistir	2	27	16	0
atender	11	21	14	4
atingir	0	23	2	34
beneficiar	0	1	0	3
chamar	8	0	5	1
conhecer	0	0	2	1
contentar	0	0	1	0
contrariar	0	0	0	1
convencer	1	3	0	2
convidar	0	0	2	8
enganar	0	0	0	1
favorecer	0	0	0	1
homenagear	0	0	0	1
honrar	4	4	0	1
jogar	0	4	0	4
louvar	0	0	3	0
des/obedecer	2	12	15	0
ofender	0	0	0	1
obrigar	8	2	10	1
ouvir	0	0	0	4
pagar	0	7	0	0
permitir	2	12	5	2
prejudicar	0	4	0	6
preocupar	0	1	0	0
prescindir	0	0	1	0
presidir	0	6	10	2
punir	0	0	0	1
resistir	2	2	11	0
rejeitar	0	1	0	1
repudiar	0	6	0	0
respeitar	0	4	0	1
responder	13	3	25	0
satisfazer	0	0	0	1
seguir	3	9	7	3
sensibilizar	0	6	0	0
servir	3	1	0	0

suster	0	0	0	1
temer	0	0	1	0
tocar	0	0	0	2
tratar	0	0	0	3
visar	1	8	0	5
visitar	0	0	0	2

Anexo III

Ocorrências de construções com objeto duplo no PB.

- (1) Eu aconselho quem tenha situação como a minha que adote um filho (Jornal Nacional, 14.10.89)
- (2) Isso pode permitir o aluno desenvolver a fala (conversa)
- (3) Avisamos os amigos e clientes o nosso novo endereço (revista)
- (4) A União explica os professores como será feita a festa (Jornal Nacional)
- (5) Bush mostra o Presidente Collor os porões (Jornal Nacional)
- (6) Enviou uma carta informando-os que deixava seu trabalho na catequese (Veja:948:95)
- (7) A Justiça [Eleitoral] revelará o país o novo presidente (Jornal Nacional)
- (8) E permite o trabalhador o direito de se organizar independentemente do governo (noticiário de TV)

BIBLIOGRAFIA

- ADAMS, Mariane P. (1987). **Old french, null subjects, and verb second phenomena.** Los Angeles: University of California, 1987. 239p. Tese (Doutorado em linguística e literatura) - University of California, 1987.
- ALMEIDA, Napoleão Mendes (1950). **Gramática metódica da língua portuguesa: curso único e completo.** 4.ed. São Paulo: Saraiva, 1950.
- ADUN, Joseph, LI, Yen-Hui Audrey (1989). Scope and constituency. **Linguistic Inquiry**, Massachusetts, v. 20, n. 2, p. 141-172, Spring 1989.
- BAKER, M. (1985). **Incorporation. A Theory of Grammatical Function Changing.** The University of Chicago Press, Chicago, 1988.
- BARRETO, M. (1954). **Factos da Língua Portuguesa: Correio de Consulentes,** 2a. ed. RJ: Org. Simões.
- BARSS, A. e LASNIK, H. (1986). **A Note of Anaphora and double Objects,** *Linguistic Inquiry* 17, 347-354.
- BECHARA, Evanildo (1985). **As Fases Históricas da Língua Portuguesa.** Tese de Concurso para Professor Titular de Língua Portuguesa da Univ. Fed. Fluminense. Niterói.
- BELLETTI, Adriana, RIZZI, Luigi (1986). **Psych-verbs and O - theory.** França, 1986. (mimeo)
- BERLINCK, R. (1987). **A Construção V SN no Português do Brasil: Uma Visão Diacrônica do Fenômeno da Ordem.** F. Tarallo (org). **Fotografias Sociolinguísticas.** Pontes, Campinas.
- BERLINCK, R. (1988). **A Ordem V SN no Português do Brasil.** Sincronia e Diacronia, Unicamp, Dissertação de Mestrado.
- BORER, Hagit (1984). **Parametric Syntax** Case studies in semitic and romance languages. Dordrecht: Foris Publications, 1984.
- BOUCHARD, D. (1984). **On the Content of Empty Categories.** Foris, Dordrecht.
- CAMPOS, H. (1986). **Indefinite Object Drop.** *Linguistic Inquiry.* 17 (2)p. 384-359.
- CARTAS de Pedro I à Marquesa de Santos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de, PRETI, Dino (1986). **A linguagem falada culta na cidade de São Paulo.** São Paulo: T.A. Queiróz, 1980. 4 v. v.1: Elocuções formais.

- 351
- CINQUE, G. (1984). **Clitic left dislocation in Italian and the "move-a" parameter.** (mimeo)
- CHOMSKY, Noam (1975). **Aspectos da teoria da sintaxe.** Coimbra: Sucessor.
- (1980). **On binding.** *Linguistic Inquiry*, Massachusetts, v. 11, n. 1, p. 1-46.
- (1981). **Lectures on government and binding.** Dordrecht: Foris.
- (1982). **The Generative Enterprise.** a discussion with Riny Huybregts and Henk van Riemsdijk. Foris, Dordrecht.
- (1986a). **Knowledge of language: its nature, origin, and use.** New York: PRAEGER.
- (1986b). **Barriers.** Cambridge, Mass., The MIT Press.
- (1988). **Some Notes on Economy of Derivation and representation.** Mimeo.
- (1988a). **Language and problems of knowledge: The Managua lectures.** London: MIT Press.
- (1988b). **Linguistics and Adjacent Fields: The State of the Art.** First Lecture in Israel. (mimeo).
- CUNHA, Celso (1975). **Gramática do português contemporânea.** 5.ed. Belo Horizonte: Bernardo Alvarés.
- DIAS, A. (1917). **Sintaxe Histórica Portuguesa.** 5a. edição, Lisboa, Livraria Clássica Editora.
- DOBROVIE-SORIN, Carmem (1987). **Syntaxe du roumain: chaines thematiques.** Paris: Université de Paris. Tese (Doctorat d'Etat) - Departement de Recherches Linguistiques, Université de Paris.
- DOBROVIE-SORIN, Carmem (1990). **Clitic Doubling, WH. Movement, and Quantification in Roumanian,** *Linguistic Inquiry*, 21 (3) p.358-397.
- DOWNES, William (1984). **Language and society.** London: Fontana Paperbacks.
- DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia (1986). **Variação e Sintaxe: Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil.** São Paulo, 76p. Dissertação de Mestrado Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- DUARTE, Maria Inês P. da S. (1987). **A construção de topicalização na gramática do português: regência, ligação e condições sobre o movimento.** 2 v. Dissertação de Doutorado. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.

- FARIA, Eduardo (1878). **Novo Diccionario da Lingua Portuguesa**. 5a. ed., Lisboa.
- FASOLD, Ralph W. (1986) Linguistic analyses of the three kinds. In: Sankoff, D. (ed) *Diversity and diachrony*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company.
- FUKUI, Naoki, SPEAS, Margaret (1986). *Specifiers and Projection. Papers in Theoretical Linguistics*, Vol. 8.
- GALVES, Charlotte C. (1984). Algumas diferenças entre o português de Portugal e português do Brasil e a teoria de Regência e Vinculação. mimeo.
- (1988). "Objeto Nulo e Predicação: elementos para uma Caracterização da Síntaxe do Português Brasileiro" MS. Universidade de Campinas.
- (1989a). O objeto nulo no português brasileiro: percurso de uma pesquisa. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 17, p.65-90.
- HUANG, C. (1984). "On The Distribution and Reference of Empty Pronouns" *Linguistic Inquiry*, 15 (4) p. 531-574.
- JAEGGLI, Osvaldo (1982). *Topics in romance syntax*. Dordrecht: Foris.
- KAYNE, R. (1983). "Connectedness". Kayne (1984) - p. 165-192.
- KAYNE, Richard S. (1984). *Connectedness and binary branching*. Dordrecht: Foris.
- (1987). *Null subjects and clitic climbing*. Massachusetts: MIT. (mimeo)
- KOOPMAN, (1984). *The Syntax of Verbs*. Foris, Dordrecht.
- KEMPECHINSKY, Paula (1984). Brazilian portuguese and the null subject parameter. *MESTER*, v. 12, n.2, p.3-16.
- KOOPMAN, H. e SPORTICHE, D. (1988). "Subjects", MS, UCLA.
- LABOV, W. (1972). *Sociolinguistics Patterns*. University of Pennsylvania Press, Philadelphia.
- LABOV, William (1974). What is a linguistic fact? In: *GOLDEN ANNIVERSARY SYMPOSIUM OF THE LINGUISTIC SOCIETY OF AMERICA AT THE LINGUISTIC INSTITUTE, 1974, Amherst. Anais...* Amherst.
- (1975). *Empirical Foundations of Linguistic Theory, in The Scope of American Linguistics*. R. Austerlitz (ed), Lisse: The Peter de Ridder Press.

- (1982). Building on empirical foundations. In: Lehmann, Wilfred P & Malkiel, Yakov (ed). **Perspectives Historical Linguistics**. v.24. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing. p. 17-92.
- (1986a). Sources of inherent variation in the speech process. In: Perkell, Joseph S. & Klatt, Dennis H. (ed). **Invariance and variability in speech processes**. London: Lawrence Erlbaum Associates. p.403-425.
- (1986b). Language structure and social structure. In: Lindenberg S. et al. **Approaches to social theory**. Nova York: Russel Sage. p.265-289.
- (1987a). The overestimation of functionalism linguistics. v.20. Am In: Dirven, René e Fried, Vilém (ed.). **Functionalism in Linguistics**. p.313-321. v.20. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing. p.313-321.
- (1987b). The interpretation of Zeroes. In: Dressler, W.V. et al (ed.). **Phonologia**. Cambridge: Cambridge Press.
- (1989a). **The limitations of context: evidence from misunderstandings in Chicago**. Pennsylvania: University of Pennsylvania.
- (1989b). **The Child as Linguistic Historian** Language Variation and Change. I p. 85-97.
- LAKATOS, Imre. (org) (1979). **A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento**. Trad. de Octávio Mendes Cajado. São Paulo: Cultrix.
- LAVANDERA, Beatriz R. (1978). Where does the sociolinguistic ~~Pennsylvania~~ variable stop? **Lang. Soc.** v.7, p.171-182.
- LESSA, (1976). **O modernismo brasileiro e a língua portuguesa**. 2a. ed. Rio de Janeiro, Grifo.
- LIGHTFOOT, David W. (1987). **Modeling language change: ontogenetic and phylogenetic**. (mimeo)
- (1989). **Obsolescence and universal grammar**. University of Maryland, College Park. (mimeo)
- LIMA, Rocha (1957). **Gramática normativa da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia.
- LIRA, Solange (1982). **Nominal, Pronominal and Zero Subject in Brazilian Portuguese**. University of Pennsylvania PhD, Dissertation.
- LOIS, Ximena (1982). **Sur L'accusatif prépositionnel**. Paris: Université de Paris VIII. Dissertação (mestrado).

- LUFT, C. (1987). **Dicionário prático de Regência Verbal**. São Paulo: Ática.
- MATOS, G. (1985). **Clítico Verbal Demonstrativo**. Trab. Elaborado para prestação de provas de aptidão pedagógica e capacidade científica, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras.
- MATOS, G. A., DUARTE, Ines S. (1984). **Clíticos e sujeito nulo no português: contribuições para uma teoria de pro**. Lisboa: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.
- MATEUS, Maria Helena M., et al (1983). **Gramática da Língua Portuguesa**. Coimbra: Livraria Almeida.
- MAY, H. (1977). **The Grammar of Quantification**. Doctoral Dissertation, MIT, Cambridge, Massachusetts.
- (1985). **Logical Form: Its Structure and Derivation**, The MIT Press, Cambridge, Massachusetts.
- NASCIMENTO, F. B., MARQUES, M. L. G., CRUZ, M. L. S. (1987). **Português Fundamental: Métodos e documentos**. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987. 2v. V.2: Métodos e Documentos.
- NASCIMENTO, Milton do (1984). **Sur la postposition du sujet dans le Portugais du Brésil**. Paris: Université de Paris VIII, 1984. 287p. Tese (Doctorat de Troisième cycle présenté par) - Département de Linguistique Générale, Université de Paris VIII.
- NUNES, José Joaquim (1970). **Crestomatia arcaica: excertos da literatura portuguesa desde o que mais antigo se conhece até o século XVI**. 7. ed. Lisboa: Clássica Editora.
- DEHRLE, R. (1976). **The Grammatical Status of the English Dative Alternation**. Doctoral Dissertation, MIT, Cambridge, Massachusetts.
- OLIVEIRA, Cavaleiro de (1982). **Cartas familiares**. 3. ed. Lisboa: Sá da Costa.
- OMENA, Nelize Pires de (1978). **Pronome pessoal de terceira pessoa: suas formas variantes em função acusativa**. Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica. Dissertação de Mestrado.
- PEREIRA, Maria das Graças D. (1981). **A variação na colocação dos pronomes átonos no português do Brasil**. Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica. Dissertação de Mestrado.
- PIMENTA, Alfredo (1982). **Fontes medievais da história de Portugal**. 2. ed. Lisboa: Sá da Costa. v.1.

- 355
- POLLOCK, Jean-Yves (1987). **Verb movement, UG and the structure of IP.** Université de Haute Bretagne, Rennes II. (mimeo).
- POSTAL, Paul M, PULLUM, Geoffrey K. (1988). Expletive noun phrases in subcategorized positions. **Linguistics Inquiry**, v.19, n.4, p. 635-670.
- RAPOSO, Eduardo (1986). On the null object in european portuguese. In: Jaeggli, O. e Corváln, C. Silva (ed). **Studies in romance linguistics.** Foris: Dordrecht.
- , URIAGEREKA, Juan (1990). Long-Distance Case Assignment, **Linguistic Inquiry**, Vol.21, n.4, p.505-537.
- RISSANEN, M. (1986). "Variation and the Study of English Historical Syntax" in D. Sankoff (ed). **Diversity and Diachrony**, John Benjamins, Philadelphia.
- RIZZI, L. (1986). **On Chain Formation**, in H. Borer, ed., **The Syntax of Pronominal Clitics**, (Syntax and Semantics, VOL. 19), Academic Press, New York.
- ROBERTS, I. (1990). **Verbs and Diachronic Syntax.** (A comparative History of English and French), Université de Genève.
- ROMAINE, Suzanne (1982). **Socio-historical linguistics: its status and methodology.** Cambridge: Cambridge University Press.
- ROUVERET, Alain (1987). **Syntaxe des dependances lexicales: identite et identification dans la theorie syntaxique.** Paris, Université de Paris VII, 1987. Tese (Doctorat d'Etat) - Departement de Recherches Linguistiques, Université de Paris VII.
- , VERGNAUD, Jean-Roger (1980). Specifying reference to the subject: french causatives and conditions on representations. **Linguistic Inquiry**, Massachusetts, v. 11, n. 1, p.97-202.
- SANKOFF, David (1987). **Sociolinguistic method and linguistic theory.** Montreal: Université de Montréal. (mimeo).
- STOWELL, Timothy A. (1981). **Origins of phrase structure.** Massachusetts, Massachusetts Institute of Tecnology. Tese (Doctor of Philosophy) - MIT.
- (1983). Subjects Across Categories, **The Linguistic Review**. VOL. 2, pp. 285-312.
- (1987). Subjects, Specifiers, and x-bar Theory, to appear in M. Baltin and A. Kroch, eds., **Alternative Conceptions of Phrase Structure**, University of Chicago Press.

—— (1989). **Small clause restructuring.** UCLA (Mimeo).

TARALLO, Fernando (1983). **Relativization Strategies in brazilian portuguese.** Dissertação de doutorado - University of Pennsylvania.

—— (1985). **A pesquisa sócio-linguística.** São Paulo: Ática, 1985.

WEINREICH, Uriel, LABOV, William, HERZOG, Marvin I. (1968) **Empirical Foundations for a Theory of Language Change.** Austin: Columbia University.